

Volume **1**

ARAUCÁRIA/PR

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA A ADOLESCÊNCIA









Perfil Demográfico, Socioeconômico, Indicadores Sociais do Sistema de Garantia dos Direitos e Resultados da Pesquisa Quantitativa com Criança e Adolescentes



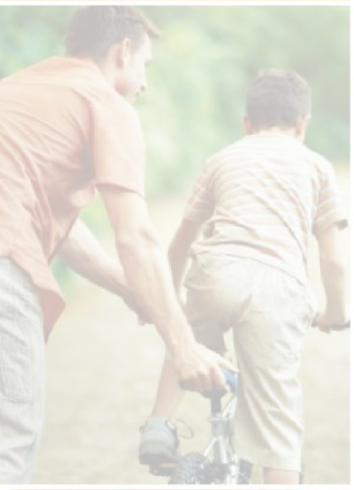
Volume **1**

ARAUCÁRIA/PR

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA A ADOLESCÊNCIA



Perfil Demográfico, Socioeconômico, Indicadores Sociais do Sistema de Garantia dos Direitos e Resultados da Pesquisa Quantitativa com Criança e Adolescentes





ARAUCÁRIA/PR

Diagnóstico Municipal da Situação da Infância a Adolescência



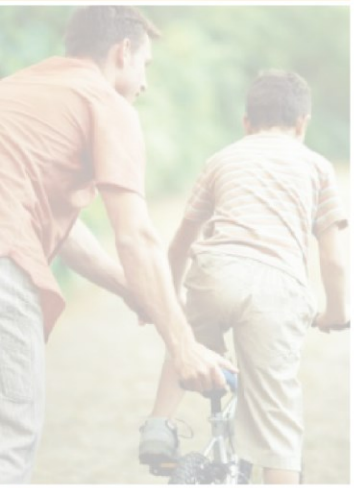
Volume **1**

ARAUCÁRIA/PR

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA A ADOLESCÊNCIA



Perfil Demográfico, Socioeconômico, Indicadores Sociais do Sistema de Garantia dos Direitos e Resultados da Pesquisa Quantitativa com Criança e Adolescentes





Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria

Idealização:

Apoio

REDE DE PROTEÇÃO
ARAUCÁRIA/PR

Araucária
PREFEITURA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Araucária - Paraná

Painel Pesquisas e Consultoria

Ficha Técnica

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber Januário

Gerente de Projetos

Margareth Victória Kolb

Coordenação da Coleta de Dados

Deise Fátima de Souza Barros

Análise de Dados

Alan Patrick Xavier dos Santos

Revisão Técnica e Textual

Deise Fátima de Souza Barros

Ermelinda Maria Uber Januário

Apoio Administrativo e Logística

Diana Maria Garbin

Identidade Visual e Diagramação

Isabela Bortoletto Bozzola

Rafael Uber – DRT/SC 11048/48

GESTÃO MUNICIPAL

Secretária Municipal de Assistência Social

Amanda Maria Brunatto Silva Nassar

Diretor Geral

Leonardo Ferreira

Direção da Proteção Social Especial

Juliana Priscila Gravi Gonçalves

Direção da Proteção Social Básica

Silvana Cordeiro dos Santos

Coordenação da Proteção Social de Média Complexidade

Adriana Burda Fernandes

Coordenação da Proteção Social de Alta Complexidade

Viviane Vaz de Lima França

Coordenação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Elida Santos Gouveia

Gestão do Trabalho

Hélio Dias da Costa

Vigilância Socioassistencial

Juliana Raffaelli

Redes de Proteção e Garantia de Direitos

Andrea Luciane Conceição

Equipe NAF

Ana Paula Prussak

Everton Miguel Ferreira

Juliana Domingos Ribeiro Bannach

Lauri Cardoso Lourenço

Raquel Gonçalves de Oliveira de Lima

Patricia Aparecida de Oliveira

Larissa Marques Santos

Programa Bolsa Família

Claudete Foster da Costa

Hariton dos Santos Ribeiro

Cadastro Único

Crislaine Pimentel Porfirio

Fabiane do Rocio Binhara

Marcia Martins Vernick

Rodrigo da Costa Morges

Sergio Araújo de Andrade

Direção de Políticas para Mulheres, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência

Wania Regina Wolff

Gestão de Benefícios

Silvia Regina Sechta

Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

Alexsandro Wosniaki

Claudia Jaqueline Cassola da Silva

Giselle do Prado

EPÍGRAFE

O Direito das Crianças

Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.

Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.

Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os diretos das crianças, todos têm de respeitar.

Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.

Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...

Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.

Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.

Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!

Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!

Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.

Ruth Rocha

PREFÁCIO

A construção de políticas públicas eficazes para a infância e a adolescência exige, como ponto de partida, o conhecimento aprofundado da realidade social em que vivem crianças e adolescentes. Nesse sentido, o Diagnóstico Municipal da Situação da Infância e da Adolescência de Araucária consolida-se como um instrumento técnico fundamental para o planejamento, a gestão e a avaliação das ações intersetoriais voltadas à garantia de direitos no município.

Antes de qualquer número, gráfico ou indicador, existe vida real pulsando nas ruas, escolas, unidades de saúde, projetos sociais e dentro das casas de Araucária. Existem crianças que sonham, adolescentes que buscam seu espaço, famílias que lutam e uma rede de profissionais que insiste, todos os dias, em fazer a proteção e os direitos desses jovens acontecerem. É nesse território vivo, cheio de desafios, mas também de potência, que este diagnóstico se fundamenta.

Este material surgiu da necessidade de construir indicadores sólidos e qualificadores que apoiem a formulação e a implementação de políticas públicas, com ênfase na organização de estratégias e ações mais assertivas. Em especial, ele responde ao desafio de subsidiar o desenvolvimento do 2º Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, oferecendo dados e análises capazes de orientar decisões, monitorar resultados e reforçar a atuação integrada entre os diferentes segmentos do poder público e da sociedade.

Ler este documento é como trocar a lente. Saímos do “achismo” e das impressões soltas para enxergar a infância e a adolescência do município com foco, profundidade e responsabilidade. Aqui, os dados contam histórias silenciosas sobre desigualdades, revelam onde o cuidado precisa chegar com mais força, mostram onde a política pública está fazendo diferença e apontam onde ainda precisamos avançar.

Este diagnóstico nasce de uma pergunta essencial para qualquer cidade que leva seus meninos e meninas a sério: como eles estão, de fato? A resposta não é simples, mas é consistente. Construído com base em indicadores qualificados e com investimento do Fundo para a Infância e Adolescência Municipal (FIA), o documento transforma-se em bússola para quem planeja, executa e avalia políticas públicas — especialmente em um dos temas mais urgentes: a prevenção e a erradicação do trabalho infantil, que exigem ação articulada, contínua e baseada em evidências.

Ao integrar informações de diferentes políticas e organizar a realidade de Araucária a partir dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o diagnóstico realiza algo fundamental: conecta pontos. Mostra que educação dialoga com assistência, que saúde se articula com proteção e que o território importa — e muito. Mais do que um retrato, o documento oferece uma leitura crítica da cidade, destacando vulnerabilidades, mas também evidenciando forças locais que podem (e devem) ser potencializadas.

Este não é um material para ficar na prateleira. É instrumento de trabalho, de reflexão e de decisão. Uma ferramenta para a Rede de Proteção, gestores, conselheiros, técnicos e todos que assumem a tarefa coletiva de garantir que cada criança e adolescente de Araucária tenha seus direitos respeitados e oportunidades reais.

O diagnóstico nos convida a percorrer cada seção com um olhar atento, não apenas como observadores, mas como parte ativa da Rede de Proteção. Que a leitura provoque incômodo onde for preciso, orgulho onde já avançamos e, principalmente, movimento. Porque um bom diagnóstico não termina na última página — ele continua nas escolhas que fazemos depois dela.

Equipe de Gestão da SMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 16

2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 17

3. NOTAS METODOLÓGICAS 23

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL 23

3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO 26

3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS 26

3.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS 27

3.4.1. INDICADORES SOCIAIS 27

3.4.2. TABELAS, GRÁFICOS E INFOGRÁFICOS 30

3.4.3. MAPAS SOCIAIS 32

3.5. ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 EM NÍVEL DE SETOR CENSITÁRIO 33

PARTE 1 - PESQUISA DOCUMENTAL 34

1. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA 35

2. PERFIL DEMOGRÁFICO 37

2.1. DENSIDADE DOMICILIAR 41

2.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 9 ANOS 42

2.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 10 A 19 ANOS 43

2.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 20 A 29 ANOS 44

2.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS 45

2.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS 46

2.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO 47

2.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO 48

3. PERFIL SOCIOECONÔMICO 49

3.1. RENDA NOMINAL *PER CAPITA* (IBGE, 2010) 50

3.1.1. RENDA *PER CAPITA* DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO 51

3.1.2. RENDA *PER CAPITA* DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO 52

3.2. ADOLESCENTES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO 53

3.3. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL 54

3.4. UNIDADES DOMÉSTICAS MONOPARENTAIS FEMININAS 55

3.5. UNIDADES DOMÉSTICAS MONOPARENTAIS MASCULINAS 56

3.6. UNIDADES DOMÉSTICAS ESTENDIDAS OU COMPOSTAS 57

3.7. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) 58

3.7.1. APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES E JOVENS DE 14 A 24 ANOS 62

3.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO 65

4. PERFIL HABITACIONAL 66

4.1. DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (IBGE, 2010) 67

4.2. DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL 68

4.3. DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO 69

4.4. COBERTURA DA REDE GERAL OU PLUVIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 70

4.5. DOMICÍLIOS COM 5 OU MAIS MORADORES 71

4.6. MAPA SOCIAL DO PERFIL HABITACIONAL 72

5. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA) 73

5.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA 74

5.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO 75

5.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE 77

6. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA 78

6.1. CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS 79

6.1.1. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 80

6.1.2. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO 81

6.1.3. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO 82

6.1.4. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) 84

6.1.5. PESSOAS POR FAMÍLIA INSCRITAS NO CADÚNICO 85

6.1.6. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITOS NO CADÚNICO 89

6.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) 91

6.2.1. BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA 92

6.2.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA 94

6.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS 96
6.3.1. BENEFICIÁRIOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS 98
6.3.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS 100
6.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS (PAIF) 102
6.4.1. FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF 103
6.5. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) 105
6.5.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOMPANHADOS PELO SCFV 106
6.6. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS .. 108
6.6.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOMPANHADOS PELO PAEFI 109
6.7. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 111
6.7.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO (UAI CA E FAMÍLIA ACOLHEDORA) 112
6.7.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (UAI FAMÍLIAS) 114
6.8. MAPA SOCIAL DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA 115
7. DIREITO À EDUCAÇÃO 117
7.1. POPULAÇÃO RESIDENTE DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA 118
7.2. PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO 119
7.3. CENSO ESCOLAR 120
7.3.1. ESCOLAS E INFRAESTRUTURA 121
7.3.2. ESTUDANTES MATRICULADOS 122
7.3.3. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE 123
7.3.4. RENDIMENTO ESCOLAR 124
7.3.5. DOMICÍLIOS POR ESCOLA NO MUNICÍPIO 125
7.4. CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS INSCRITAS NO CADÚNICO FORA DA ESCOLA 126
7.5. CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 17 ANOS INSCRITOS NO CADÚNICO FORA DA ESCOLA 128
7.6. DEMANDA POR VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 130
7.7. INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 131
7.8. INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO 132
7.9. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) 134
7.10. MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO 135

8. DIREITO À VIDA E SAÚDE 136

8.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS NASCIDOS VIVOS (SINASC) 137

8.1.1. TAXA DE NATALIDADE 137

8.1.2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS) 138

8.1.3. NASCIDOS VIVOS PREMATUROS 140

8.1.4. NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO 141

8.1.5. NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE 141

8.1.6. NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA 142

8.2. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN) 143

8.3. SISTEMA DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (SIH) 145

8.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM) 148

8.4.1. TAXA DE MORTALIDADE 148

8.4.2. MORTALIDADE INFANTIL 150

8.4.3. MORTALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 1 A 17 ANOS 151

9. DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE 152

9.1. CONSELHO TUTELAR 153

9.1.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR 154

9.2. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SESP/PR) 155

9.2.1. VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR 156

9.2.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR 159

9.2.3. MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR 161

9.2.4. PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR 163

9.3. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (MSE) 165

9.3.1. ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA 166

9.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN) 168

9.4.1. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN 169

9.4.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN 170

9.5. ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS 171

9.6. MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE 173

10. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs) 174

11. RANKING GERAL DE INDICADORES DA PESQUISA DOCUMENTAL 176

PARTE 2 - PESQUISA QUANTITATIVA 178

1. METODOLOGIA DA PESQUISA QUANTITATIVA 179

2. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL 181

2.1. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) 182

3. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PESQUISADOS 183

4. ATIVIDADES DE CONTRATURNO ESCOLAR 184

4.1. PESQUISADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADES DE CONTRATURNO ESCOLAR 187

4.2. PESQUISADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO NA RUA 189

4.3. PESQUISADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO SOZINHOS 191

4.4. PESQUISADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS 193

4.5. PESQUISADOS INTERESSADOS EM CURSOS DE IDIOMA 195

4.6. PESQUISADOS INTERESSADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES 197

4.7. PESQUISADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES CULTURAIS 199

5. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL 201

5.1. PESQUISADOS QUE NÃO CONHECEM O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ 203

5.2. PESQUISADOS QUE NÃO CONSEGUIRAM VAGA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ 204

5.3. PESQUISADOS QUE ESTÃO PROCURANDO EMPREGO 205

6. VULNERABILIDADES E RISCOS PSICOSSOCIAIS 206

6.1. PESQUISADOS QUE COMETERAM AUTOLESÃO INTENCIONAL 207

6.2. PESQUISADOS QUE SOFRERAM PRECONCEITO, *BULLYING* OU *CYBERBULLYING* 209

6.3. PESQUISADOS QUE JÁ FIZERAM USO DE ALGUM TIPO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA 212

7. SITUAÇÕES DE TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PESQUISADOS 215

7.1. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO 219

7.2. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES SOCIALIZADORAS 220

7.3. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES REGULARES 221

7.4. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES IRREGULARES 222

7.4.1. AFAZERES DOMÉSTICOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR 226

7.4.2. CUIDADO DE DEPENDENTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR 228

7.4.3. TRABALHOS MANUAIS OU ARTESANATO EM SITUAÇÃO IRREGULAR 230

7.4.4. COLETA OU SEPARAÇÃO DE RECICLÁVEIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR 232

7.4.5. LAVAÇÃO, OFICINA OU AJUDANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR 234
7.4.6. ATIVIDADES DE ESCRITÓRIO EM SITUAÇÃO IRREGULAR 236
7.4.7. VENDAS OU ATENDIMENTO EM SITUAÇÃO IRREGULAR 238
7.4.8. ATIVIDADES RURAIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR 240
7.4.9. PESQUISADOS QUE JÁ PEDIRAM DINHEIRO NA RUA 242
7.4.10. PESQUISADOS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS 244
7.4.11. PESQUISADOS ENVOLVIDOS EM EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL 246
8. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA PESQUISA QUANTITATIVA 248
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 251

1. APRESENTAÇÃO

O **Diagnóstico Municipal da Situação da Infância a Adolescência de Araucária** representa um marco na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no município. Fruto de iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e desenvolvido com a participação dos demais atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), o diagnóstico tem como principal objetivo retratar o panorama situacional das crianças e adolescentes residentes em Araucária, por território, e subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertiva de políticas públicas voltadas à infância e adolescência, aproximando o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual esses sujeitos estão inseridos.

O conteúdo deste diagnóstico foi elaborado a partir da coleta e análise de dados fornecidos pelas instituições que compõem o SGDCA, de dados secundários sistematizados por institutos de pesquisa como o IBGE e o INEP, bem como de pesquisa quantitativa realizada com crianças e adolescentes de 11 a 17 anos, conduzida pela Painel Pesquisas e Consultoria.

Como referência metodológica, adotou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais instrumentos normativos relacionados à temática, com destaque para a Resolução nº 113/2016 do CONANDA – que trata da implementação e do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Além disso, foram rigorosamente seguidas as orientações estabelecidas no Edital do Processo Licitatório nº 84.288/2024.

Durante a execução do projeto, foram realizadas reuniões de alinhamento com a participação de membros da Comissão de Acompanhamento e da equipe da Painel Pesquisas e Consultoria, conferindo ao processo de elaboração um caráter colaborativo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes que nortearam sua execução e finalização.

Este volume está dividido em duas partes. A primeira apresenta os dados gerais do município de Araucária, incluindo seus perfis demográfico, socioeconômico e habitacional; o mapeamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; estatísticas da rede de atendimento organizadas conforme os eixos de direito previstos no ECA (convivência familiar e comunitária; educação; vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade); além do mapeamento das Organizações da Sociedade Civil inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A segunda parte apresenta os resultados da pesquisa quantitativa com crianças e adolescentes, com foco no eixo do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. O objetivo é identificar os territórios com maior incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular, seus perfis e os tipos de atividades exercidas, além de abordar outros aspectos relacionados à promoção de direitos, como o acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

A trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações[1], na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança subscrita de 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares: I) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, II) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento III) o comprometimento das nações subscritoras da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, "além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas especificas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças

[1] Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós-guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sociofamiliar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de "pai de família". E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei n° 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem "simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento". (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo "status", a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta "a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária." (Artigo 4° do ECA).

Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos quais sejam: I) Vida e Saúde; II) Educação, Esporte, Cultura e Lazer; III) Convivência Familiar e Comunitária; IV) Liberdade, Respeito e Dignidade; V) Profissionalização e Proteção no Trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a

elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5° da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes - atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes residentes no município, de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.



Linha do tempo dos marcos legais no tema dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes

1988

- **Constituição Federal Art. 227 -** Prioridade absoluta à criança e ao adolescente

1990

- **Lei nº 8.069 -** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- **Decreto n° 99.710 -** Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança

1991

- **Lei nº 8.242 -** Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda

1993

- **Lei nº 8.742 -** Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS

1996

- **Lei nº 9.394 -** Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI**) **-** Ação com apoio da OIT para combater o trabalho de crianças em carvoarias na região do MS

1999

- Ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para os demais Estados brasileiros

2000

- **Decreto nº 3.597 -** Promulga a Convenção OIT nº 182 - Sobre a Proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação

2002

- **Decreto nº 4.134 -** Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego
- **Portaria nº 365 -** Institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)

2004

- **Lei nº 10.836 -** Criação do Programa Bolsa Família
- **Decreto nº 5.007 -** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos a Criança referente à venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
- **Decreto nº 5.015 -** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
- **Decreto nº 5.017 -** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças

2005

- Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- **Portaria GM/MDS nº 666 -** Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

2006

- **Resolução Conanda nº 113 -** Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
- **Decreto nº 5.948 -** Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

2008

- **Lei nº 11.829 -** Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
- **Lei nº 11.692 -** Projovem
- **Decreto nº 6.481 -** Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação

2009

- **Res. CIT nº 7 -** Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- **Lei nº 12.010 -** Nova Lei da Adoção

2010

- **Resolução CONANDA nº 137 -** Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

2011

- **Lei nº 12.513 -** Pronatec
- **Lei nº 12.435 -** Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
- **Res. Conanda nº 148 -** Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

2012

- **Lei nº 12.594 -** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

2013

- Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
- **Res. Conanda nº 159 -** Participação de crianças e adolescentes em espaços de discussão sobre os seus direitos
- **Lei nº 12.933 -** Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos

2014

- Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- **Lei nº 13.010 -** Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante

- **Resoluções CONANDA nº 169 e nº 170 -** Parâmetros de atendimento e funcionamento do Conselho Tutelar

2015

- **Decreto nº 8.537 -** Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda

2016

- **Lei nº 13.257 -** Marco Legal da Primeira Infância: Lei estabelece princípios para a formulação de políticas públicas de crianças de até seis anos de idade

2017

- **Lei nº 13.431/2017 -** Escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

2019-2022

- III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

2022

- **Lei nº 14.344 -** Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente
- **Resolução CONANDA nº 231 -** Atualiza diretrizes nacionais para o Conselho Tutelar

2023

- **Lei nº 14.811 -** Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao bullying e ao cyberbullying

3. NOTAS METODOLÓGICAS

A seguir, serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste diagnóstico, como a divisão territorial, a identificação e o mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição territorial das regiões geográficas é a primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois permite a comparação entre eles, possibilitando a identificação das potencialidades, oportunidades e fragilidades presentes em cada espaço geográfico.

> O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p. 10 - 11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (apud SAQUET; SILVA, 2008) está alinhada com a relevância desse conceito para a Política Pública Socioassistencial e serviços correlacionados, que visam tanto observar e compreender o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atuam, quanto considerar as especificidades de cada "chão" e as relações vivenciadas nesses espaços. Isso significa que a perspectiva adotada neste diagnóstico alterna entre as características do município e as experiencias vivenciadas pelos indivíduos dentro do contexto territorial em que coexistem.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para subsidiar e direcionar assertivamente as políticas públicas requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização, pautada na realidade socioeconômica do município. Isso porque os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existentes entre as regiões geográficas, como bairros ou localidades do município.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão das geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação dos dados oficiais é organizada, entre outras formas, por setor censitário[2], a divisão territorial deste diagnóstico foi estruturada com base na legislação dos limites político-administrativos e nos setores censitários do IBGE.

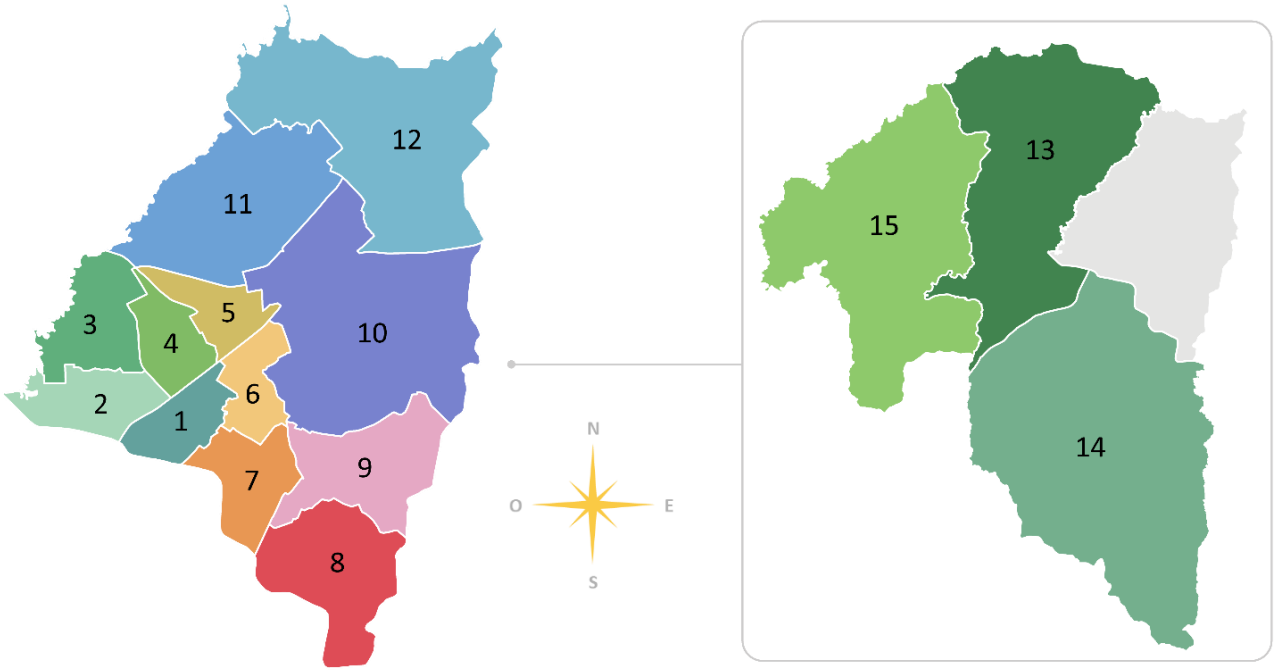
[2] Setor Censitário é a unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Após o estudo para identificar os territórios com perfis socioeconômicos semelhantes, a divisão territorial deste diagnóstico resultou em 15 regiões geográficas, que estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 1: Composição detalhada das regiões geográficas do diagnóstico.

Região	Bairros e localidades	Situação
Região 1	Centro.	**Urbana**
Região 2	Porto das Laranjeiras.	**Urbana**
Região 3	Boqueirão; Passaúna.	**Urbana**
Região 4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**Urbana**
Região 5	Estação.	**Urbana**
Região 6	Cachoeira; Sabiá.	**Urbana**
Região 7	Iguaçu.	**Urbana**
Região 8	Campina da Barra.	**Urbana**
Região 9	Costeira.	**Urbana**
Região 10	Chapada; Tindiquera.	**Urbana**
Região 11	Capela Velha.	**Urbana**
Região 12	Barigui; Thomaz Coelho; São Miguel.	**Urbana**
Região 13	Bela Vista; Botiatuva; Campina das Pedras; Faxinal do Tanque; Rio Abaixinho; Rio Verde Acima; Roça Nova; Roça Velha; Taquarova.	**Rural**
Região 14	Campina das Palmeiras; Campina dos Martins; Campo Redondo; Campo Tomaz; Capinzal; Capoeira Grande; Espigão Alto; Faxinal; Fazendinha; Fundo do Campo; Guajuvira de Cima; Lagoa Grande; Lavra; Mato Branco; Mato Dentro; Onças; Palmital; Ponzal; São Sebastião; Tietê.	**Rural**
Região 15	Distrito de Guajuvira; Boa Vista; Campestre; Camundá; Colônia Cristina; Colônia Melado; Formigueiro; General Lúcio; Ipiranga; Lagoa Suja; Rio Abaixo; Rio Verde Abaixo.	**Distrital**

Mapa 1: Visão geral da divisão territorial e composição das 15 regiões geográficas[3] do diagnóstico



[3] A legenda das regiões geográficas mostra os principais bairros, loteamentos e localidades de cada região. A visão completa encontra-se no quadro da página anterior.

3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à população no município, incluindo os serviços existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no capítulo que trata deste assunto.

3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para a construção deste volume foram coletados dados primários e secundários[4], predominantemente referentes ao ano de 2024 (quando os dados desse ano não estiverem disponíveis, serão utilizados aqueles de anos anteriores), além de pesquisa quantitativa realizada pela Painel Pesquisas em 2025. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O quadro abaixo apresenta a catalogação dos dados coletados e utilizados na análise deste diagnóstico.

Quadro 2: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados primários	*Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;*
	Registros de Contemplados por Benefícios Eventuais;
	Registros de Atendimento do PAIF, prestados pelos CRAS;
	Registros de Atendimento do SCFV, prestados pelos CRAS;
	Registros de Atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;
	Registros de infrequência escolar nas redes municipal e estadual de ensino;
	Registros de ocorrências registradas na SESP/PR;
	Informações das Organizações da Sociedade Civil.
Pesquisa documental de dados secundários	*Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;*
	Censo demográfico 2022 (IBGE) – Resultados do Universo;
	Cadastro CadÚnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
	Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);
	Bases de dados do DATASUS (SIM, SINASC, SINAN, SIH, SISVAN) do Ministério da Saúde;
	RAIS - Ministério da Economia.
Pesquisa quantitativa	*Pesquisa quantitativa realizada por meio de abordagem presencial com as crianças e os adolescentes residentes no município e estratificada por região, conforme a população residente do IBGE.*

[4] Primários são dados brutos coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do Município, sendo que muitas delas encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

3.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados coletados foram tratados, processados e referenciados por meio do Sistema de Inteligência, Padronização e Análise (SIPA) da empresa Painel Pesquisas e complementados por técnicas adicionais de análise, como a estatística descritiva e inferências estatísticas, com o objetivo de traduzir e quantificar em números os aspectos da realidade social do município. Os resultados serão apresentados por meio de indicadores sociais que destacam as diferenças entre as Regiões, além de tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a visualização e a compreensão das informações.

3.4.1. INDICADORES SOCIAIS

Nas palavras de Jannuzzi (2004) o indicador social:

> É uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Metodologicamente, os indicadores sociais consistem em taxas calculadas proporcionalmente por cem (%) ou mil (‰) habitantes, tendo como base o total da população residente - ou outro denominador pertinente - dentro de um território específico.



No exemplo a seguir, apresenta-se o indicador de índice de envelhecimento no município de Araucária. Nesse caso, o numerador corresponde à população residente de 60 anos ou mais, e o denominador, à população residente de 0 a 14 anos. Pode-se observar que, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2022, Araucária contava com 18.006 pessoas idosas de 60 anos ou mais, o que corresponde à 55,6% das 32.407 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos residentes do município. Além da média geral, o indicador é desagregado, apresentando o mesmo cálculo para cada uma das regiões geográficas, o que possibilita perceber as diferenças que existem dentro do território municipal.

Exemplo 1: Índice de envelhecimento

A Região 15 e a Região 11 se destacam com o maior e menor índice de envelhecimento entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 119,1% e (-) 28,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 14 anos	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 11	8.898	3.549	39,9%
Região 8	4.492	1.795	40,0%
Região 10	1.137	515	45,3%
Região 9	3.395	1.593	46,9%
Região 3	1.841	926	50,3%
Região 7	2.873	1.682	58,5%
Região 6	1.532	920	60,1%
Região 12	1.442	896	62,1%
Região 2	718	477	66,4%
Região 4	1.493	1.196	80,1%
Região 5	1.059	861	81,3%
Região 14	1.619	1.402	86,6%
Região 13	582	575	98,8%
Região 1	840	993	118,2%
Região 15	478	582	121,8%
Município	**32.407**	**18.006**	**55,6%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população com idade de 0 a 14 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 11	39,9%
Média	**Araucária**	**55,6%**
Maior Valor	Região 15	121,8%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Como visto no exemplo, as regiões geográficas serão agrupadas, dentro de cada indicador, por meio da classificação em *quantil* - separatriz que divide o intervalo de frequência de um conjunto de dados em partes iguais. Os *quantis* mais comuns têm nomes específicos, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Dessa forma, considerando a quantidade de regiões geográficas adotada neste estudo, priorizou-se o uso do *quintil* (TRIOLA, 2013), representado por cinco cores, conforme descrito no quadro a seguir. Entretanto, nas situações em que houver taxas ou percentuais iguais a zero, os dados poderão ser apresentados em subdivisões menores, visando garantir maior uniformidade na classificação dos grupos.

Quadro 3: Agrupamento segundo método quintil.

Primeiro *quintil*	Segundo *quintil*	Terceiro *quintil*	Quarto *quintil*	Quinto *quintil*
É o agrupamento de até 20% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 20% a 40% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 40% a 60% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 60% a 80% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 80% da amostra ordenada
Muito Baixo	**Baixo**	**Médio**	**Alto**	**Muito Alto**

Com o objetivo de evidenciar a amplitude do conjunto de dados, cada indicador será acompanhado pela razão entre o maior e o menor valor, bem como pela variação desses valores em relação à média geral, conforme o cálculo descrito a seguir. No processo de cálculo, serão desconsideradas as regiões geográficas que não apresentam nenhum registro da variável analisada.

Fórmula para cálculo da diferença entre as Regiões:	Fórmula para cálculo da variação em torno da média:
$$Razão = \frac{Maior\ Indicador}{Menor\ Indicador}$$	$$Variação = \frac{\lvert Indicador - Média \rvert}{Média} * 100$$

Seguindo o exemplo anterior, observa-se que o maior índice de envelhecimento pertence à Região 15 (121,8%), sendo 119,1% superior à média de 55,6%. Por outro lado, o menor valor é registrado na Região 11 (39,9%), o que representa uma redução de 28,2% em relação à média. Além disso, a diferença entre o maior e o menor valor é de 3,1 vezes.

3,1 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões	Menor Valor	Região 11 — 39,9%
	Média	**Araucária — 55,6%**
	Maior Valor	Região 15 — 121,8%

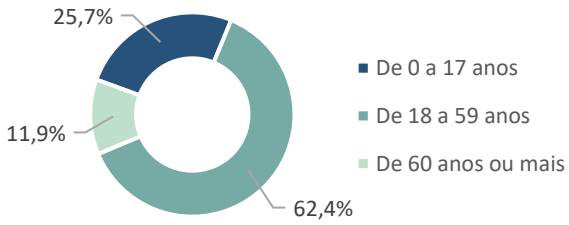
3.4.2. TABELAS, GRÁFICOS E INFOGRÁFICOS

Além dos indicadores sociais, serão apresentadas informações complementares por meio de tabelas, gráficos e infográficos. As tabelas, na maioria dos casos, serão: I) simples, com até três categorias; II) simples, com mais de três categorias; ou III) compostas.

No caso das tabelas simples com até três categorias, o quantitativo de cada variável será dividido pelo total geral, e a tabela será acompanhada por um gráfico de disco. No segundo exemplo, tem-se a população residente em Araucária, por faixa etária, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2022. Nele, é possível perceber que, dos 151.666 habitantes, 38.903 são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, representando 25,7% do total; 94.757 (62,4%) são jovens e adultos de 18 a 59 anos; e 18.006 (11,9%) são pessoas idosas de 60 anos ou mais.

Exemplo 2: População residente por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 17 anos	38.903	25,7%
De 18 a 59 anos	94.757	62,4%
De 60 anos ou mais	18.006	11,9%
Total	**151.666**	**100,0%**

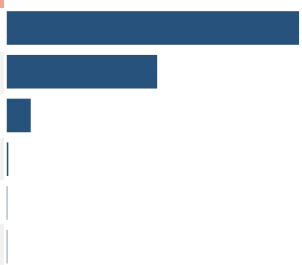


Fonte: IBGE, 2022.

Para as tabelas com mais de três categorias, a lógica se mantém, com a exceção de que, nesse caso, elas virão acompanhadas por um gráfico de barras. No exemplo, temos informações sobre a raça ou cor dos habitantes do município, ainda de acordo com os dados do Censo de 2022. Observa-se que a maior parte da população de Araucária (62,4%) se declara branca.

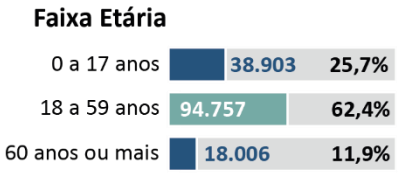
Exemplo 3: População residente por raça ou cor

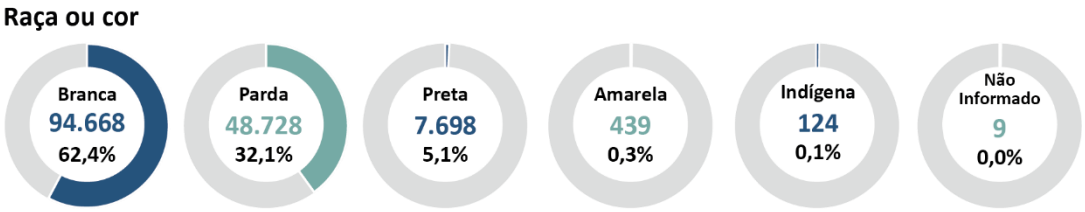
Raça ou cor	Quant.	(%)
Branca	94.668	62,4%
Parda	48.728	32,1%
Preta	7.698	5,1%
Amarela	439	0,3%
Indígena	124	0,1%
Não informado	9	0,0%
Total	**151.666**	**100,0%**



Fonte: IBGE, 2022.

Muitas vezes, visando maior dinamismo na leitura das informações, as tabelas e gráficos simples serão substituídos por infográficos. A seguir, são apresentados os exemplos no formato de infográfico.



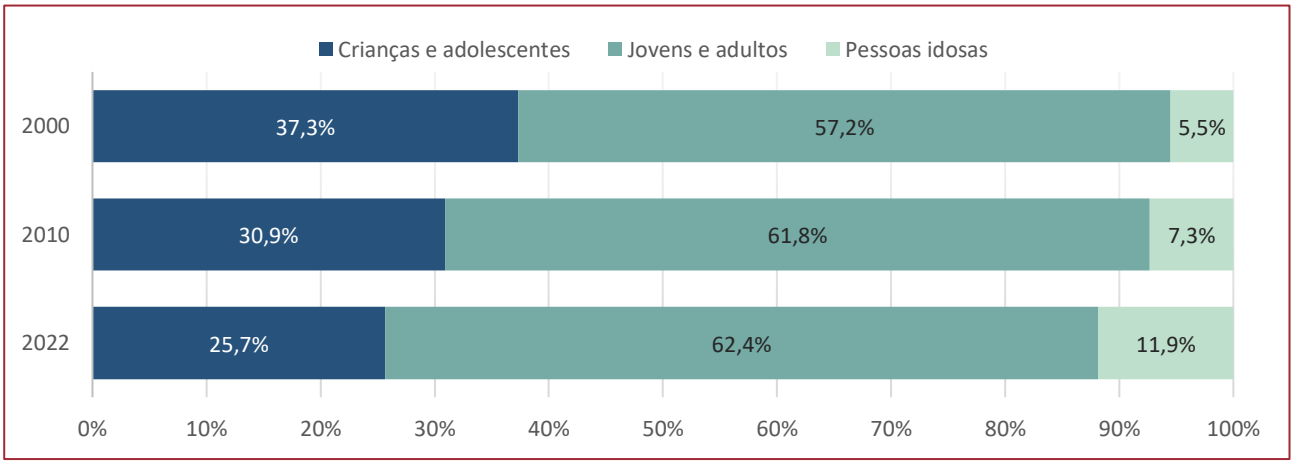


Já as tabelas compostas são utilizadas com o propósito de cruzar variáveis dentro do mesmo conjunto de dados. Nesse caso, cada quantitativo estará compreendido entre duas variáveis e poderá ser dividido pelo total de cada uma delas ou pelo total geral, dependendo do que a análise pretende evidenciar. Esse tipo de tabela será apresentado junto a um gráfico de barras empilhadas. O exemplo a seguir detalha as informações sobre a faixa etária dos residentes de Araucária (nas colunas) ao longo dos anos (nas linhas), evidenciando uma mudança significativa na estrutura etária da população do município.

Exemplo 4: População residente por faixa etária e ano

Ano	Crianças e adolescentes		Jovens e adultos		Pessoas idosas		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	35.175	37,3%	53.912	57,2%	5.171	5,5%	94.258	100,0%
2010	36.791	30,9%	73.630	61,8%	8.702	7,3%	119.123	100,0%
2022	38.903	25,7%	94.757	62,4%	18.006	11,9%	151.666	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



3.4.3. MAPAS SOCIAIS

Neste relatório, as informações serão subdivididas em macro eixos temáticos. Ao final de cada eixo, quando possível, será apresentado o Mapa Social dos indicadores sociais correspondentes. O Mapa Social compilará um conjunto de indicadores, quantificando, por Região Geográfica, as taxas superiores[5] à média municipal em cada indicador, possibilitando uma visão ampla dos resultados apresentados ao longo do eixo. Nesse quadro, as Regiões Geográficas estarão dispostas nas linhas, enquanto os indicadores estarão nas colunas. Os valores inferiores à média serão destacados em uma cor mais clara, e a pior taxa de cada indicador será destacada em uma cor mais escura. Na coluna final, o somatório de indicadores acima da média será dividido pelo total de indicadores analisados, gerando um percentual que também será classificado por *quintis*, conforme explicado anteriormente.

Além dos Mapas Sociais presentes em cada eixo, ao final do relatório será apresentado o Ranking Geral de indicadores, que seguirá a mesma lógica dos Mapas Sociais. No entanto, dessa vez, o somatório de indicadores acima da média em todos os eixos será dividido pelo total de indicadores analisados ao longo de todo o relatório, proporcionando uma visão ainda mais ampla, contemplando todos os resultados levantados pelo Diagnóstico.

[5] Em alguns casos, o Mapa Social contabilizará as taxas inferiores à média, enquanto em outros contabilizará as taxas superiores, conforme a interpretação do indicador. Por exemplo, no caso de renda, quanto menor a renda, maior a vulnerabilidade, devendo-se contabilizar os valores inferiores à média. Já no caso de vítimas de violência, quanto maior o número de vítimas, maior a vulnerabilidade, sendo necessário contabilizar os valores superiores à média. O critério adotado em cada caso será indicado no Mapa Social com os símbolos de “menor que” (<) e “maior que” (>).

3.5. ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 EM NÍVEL DE SETOR CENSITÁRIO

Os dados do Censo Demográfico de 2022 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em nível de setor censitário (utilizados para a construção dos indicadores georreferenciados por região geográfica) apresentam particularidades metodológicas que impõem algumas limitações às análises.

A variável "idade" encontra-se divulgada em faixas etárias quinquenais - 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, e assim sucessivamente -, o que restringe a possibilidade de recortes etários mais precisos nesse nível territorial. Dessa forma, para a construção de indicadores populacionais relativos, por exemplo, à população de 0 a 17 anos, adotou-se como aproximação metodológica a soma das faixas etárias de 0 a 4, 5 a 9, 10 a 14 e 15 a 19 anos, utilizando-se, portanto, o total da população de 0 a 19 anos como denominador, por se tratar da agregação mais próxima possível aos dados disponíveis.

Além disso, os dados agregados por setor censitário estão sujeitos a procedimentos de proteção do sigilo dos informantes. Nos setores com menos de cinco domicílios particulares permanentes, há omissão da maior parte das variáveis, sendo preservadas apenas informações estruturais, como identificação geográfica, número de domicílios e população total, com os dados suprimidos indicados pelo símbolo "X". Mesmo nos setores que não se enquadram nesse critério, aplicam-se técnicas de anonimização, como a recodificação global — que agrupa categorias de variáveis para evitar frequências muito baixas (iguais a 1 ou 2) — e a substituição dessas ocorrências residuais também pelo símbolo "X".

Em razão desses procedimentos, podem ocorrer pequenas divergências entre os totais apurados nas bases agregadas por setor censitário e os totais divulgados para unidades territoriais de maior abrangência, como o total do município. Tais diferenças decorrem exclusivamente dos critérios de preservação do sigilo estatístico adotados pelo IBGE, não representando inconsistências nos dados.

Alguns dados apresentados no diagnóstico foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, pois o IBGE ainda não divulgou, até o momento da elaboração do relatório, determinadas informações do Censo de 2022. É o caso, por exemplo, dos dados de renda nominal e de domicílios sem acesso à energia elétrica. Por conta disso, foram utilizados os dados mais recentes disponíveis para esses indicadores específicos.

Para mais informações sobre os procedimentos de divulgação, anonimização e estruturação dos dados por setor censitário, recomenda-se a consulta às notas metodológicas disponibilizadas pelo IBGE no seguinte endereço eletrônico:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41773&t=notas-tecnicas

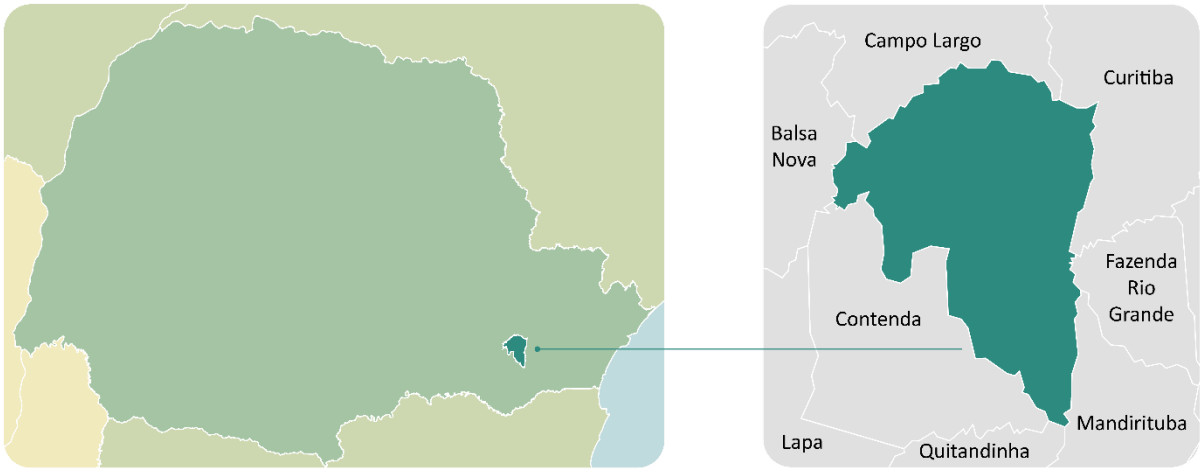
PARTE 1
PESQUISA DOCUMENTAL

Perfil Demográfico, Socioeconômico, Habitacional e Estatísticas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)

1. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

Araucária é um município brasileiro situado no estado do Paraná, na região Sul do país. Integrante da Região Metropolitana de Curitiba, está localizado a 29 km da capital. O município possui uma área total de 469,2 km² e uma população residente de 151.666 habitantes (IBGE, 2022), resultando em uma densidade demográfica de 323,2 hab./km².

Mapa 1: Localização do município



A ocupação da região remonta ao século XVII, quando o Capitão Mor Gabriel de Lara realizou a doação de sesmarias em 1668. No entanto, foi apenas a partir de 1876 que o desenvolvimento local se intensificou, com a chegada de imigrantes poloneses, alemães e italianos. Essas comunidades foram fundamentais para a estruturação econômica e cultural do território, contribuindo especialmente para a agricultura e o comércio. A emancipação do município ocorreu em 11 de fevereiro de 1890, por meio do Decreto Estadual nº 40, desmembrando-se de Curitiba e São José dos Pinhais.

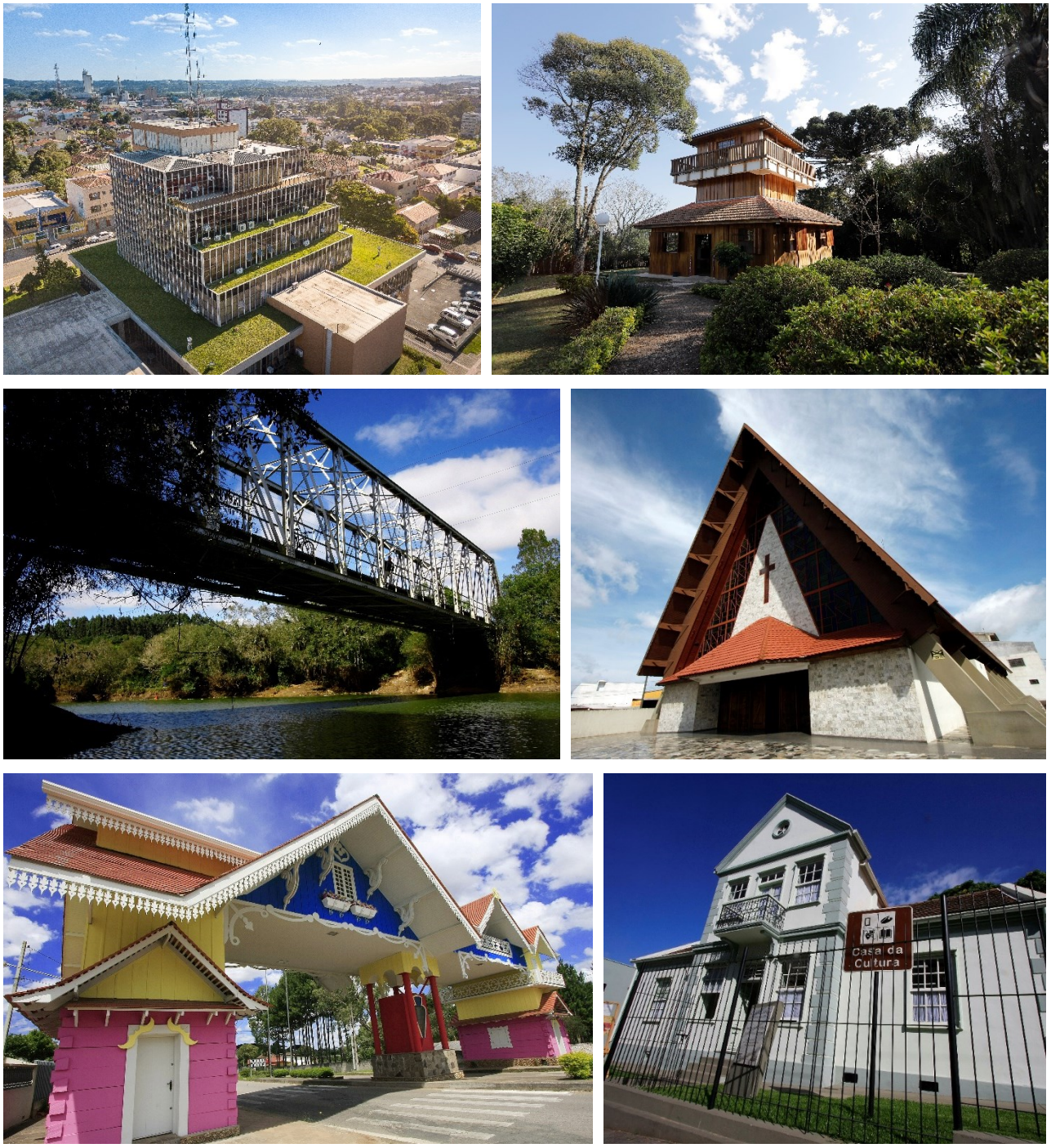
Ao longo do século XX, Araucária manteve sua vocação agrícola até a década de 1970, quando a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) transformou a cidade em um importante polo industrial. Esse processo de industrialização atraiu novas empresas e investimentos, consolidando a economia local. Atualmente, além do setor petroquímico, o município abriga indústrias dos ramos de papel e celulose, metalurgia e agroindústria. A agricultura, embora tenha perdido espaço para a indústria, ainda se destaca com a produção de milho, feijão, batata, hortaliças, soja, pêssego e ameixa.

No turismo, Araucária oferece atrações voltadas tanto ao lazer quanto à preservação de sua história. O Parque Cachoeira é um dos principais espaços de convivência da cidade, contando com áreas verdes, lago, infraestrutura para atividades esportivas e o Museu Tingui-Cuera, que reúne um acervo de aproximadamente 600 peças relacionadas à história local desde o século XIX. Próximo ao museu, a Aldeia da Solidariedade preserva edificações históricas que reproduzem a arquitetura dos primeiros imigrantes poloneses. Além disso, o turismo rural é uma alternativa crescente, com roteiros que incluem visitas a

propriedades agrícolas familiares, venda de produtos artesanais e degustação de pratos típicos, como o café colonial polonês. Eventos tradicionais, como a Festa do Pêssego e a Festa do Pierogi, reforçam a identidade cultural do município.

A localização estratégica de Araucária, a apenas 29 km de Curitiba e cortada por rodovias importantes como a BR-476, BR-116 e BR-277, favorece seu desenvolvimento econômico e facilita o escoamento da produção industrial e agrícola. Com uma infraestrutura consolidada e um equilíbrio entre crescimento e preservação cultural, o município segue se destacando no cenário paranaense.

Figura 1: Imagens do município de Araucária



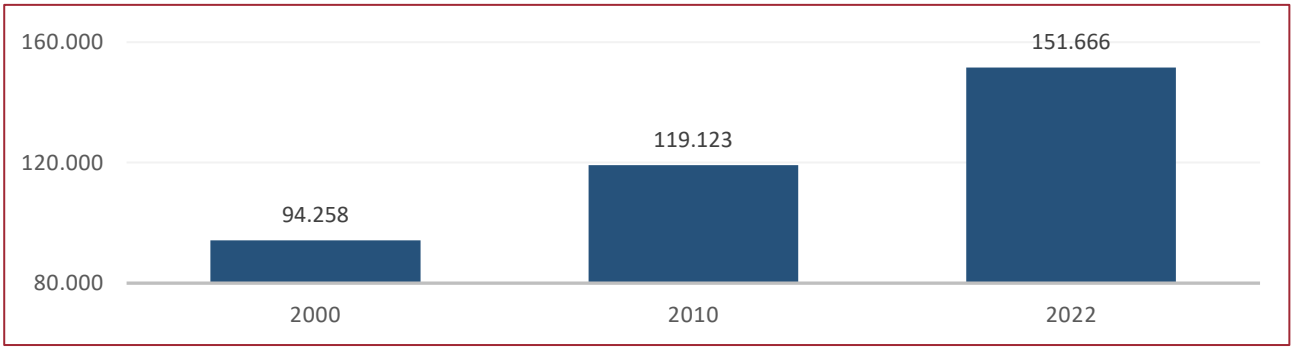
2. PERFIL DEMOGRÁFICO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), referentes ao censo demográfico, a população residente do município de Araucária registrou um aumento de 26,4% entre os anos de 2000 e 2010, passando de 94.258 para 119.123 habitantes no período. Dados mais recentes, referentes ao ano de 2022, mostram que houve novo aumento de 27,3% desde 2010, resultando em uma população residente de 151.666 habitantes.

Tabela 1: População residente por ano

Ano	2000	2010	2022
População	94.258	119.123	151.666
Variação	-	+ 26,4%	+ 27,3%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.

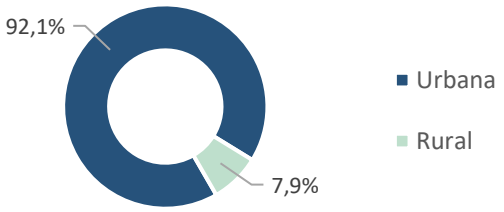


Com relação à distribuição da população residente de Araucária, 92,1% dos habitantes residem em áreas urbanas, enquanto 7,9% residem em áreas rurais. O percentual de população residente em áreas rurais de Araucária é menor que o do estado do Paraná (11,0%) e que a média nacional (12,6%).

Tabela 2: População residente por situação

Situação	Quant.	(%)
Urbana	139.682	92,1%
Rural	11.984	7,9%
Total	**151.666**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2022.



População na região rural	
Araucária	7,9%
Paraná	11,0%
Brasil	12,6%

Fonte: IBGE, 2022.

População residente por naturalidade

Com relação à naturalidade, 56,7% da população residente de Araucária não é natural do município. Quanto à Unidade da Federação, apenas 16,2% dos residentes não são naturais do Paraná.

Tabela 3: Naturalidade em relação ao município

Naturalidade	Quant.	(%)
Naturais de Araucária	51.555	43,3%
Não naturais de Araucária	67.568	56,7%
Total	**119.123**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2010.

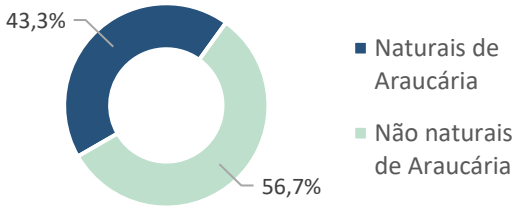
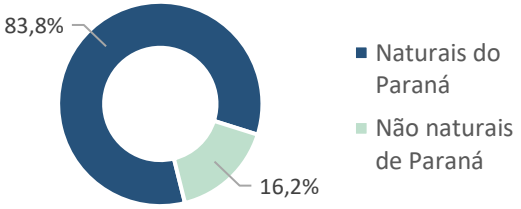


Tabela 4: Naturalidade em relação à UF

Naturalidade	Quant.	(%)
Naturais do Paraná	99.772	83,8%
Não naturais do Paraná	19.351	16,2%
Total	**119.123**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2010.



População residente por sexo

De maneira geral, as estatísticas indicam uma equidade entre os sexos, com uma ligeira predominância da população feminina, que representa 51,1% da população residente, enquanto a população do sexo masculino corresponde a 48,9%.

Tabela 5: População residente por sexo

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	77.452	51,1%
Masculino	74.214	48,9%
Total	**151.666**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2022.

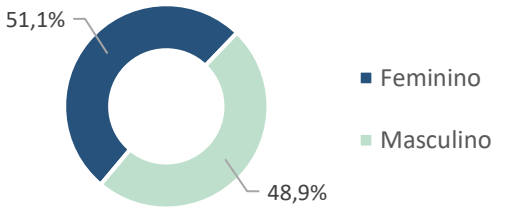
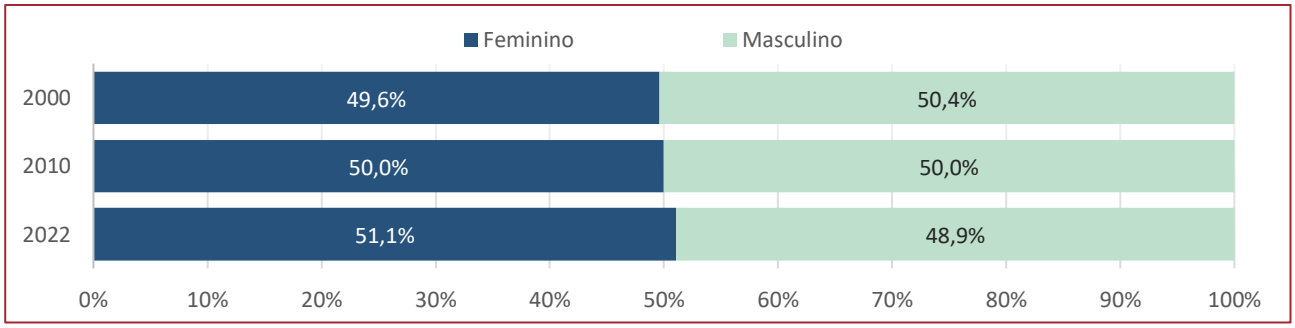


Tabela 6: População residente por sexo e ano

Ano	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	46.754	49,6%	47.504	50,4%	94.258	100,0%
2010	59.517	50,0%	59.606	50,0%	119.123	100,0%
2022	77.452	51,1%	74.214	48,9%	151.666	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



População residente por faixa etária

Já com relação à estrutura etária, segundo os dados do censo demográfico de 2022, do total da população residente no município, 25,7% são crianças ou adolescentes (de 0 a 17 anos), 62,4% são jovens ou adultos (de 18 a 59 anos) e 11,9% são pessoas idosas (de 60 anos ou mais).

Tabela 7: População residente por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 17 anos	38.903	25,7%
De 18 a 59 anos	94.757	62,4%
De 60 anos ou mais	18.006	11,9%
Total	**151.666**	**100,0%**

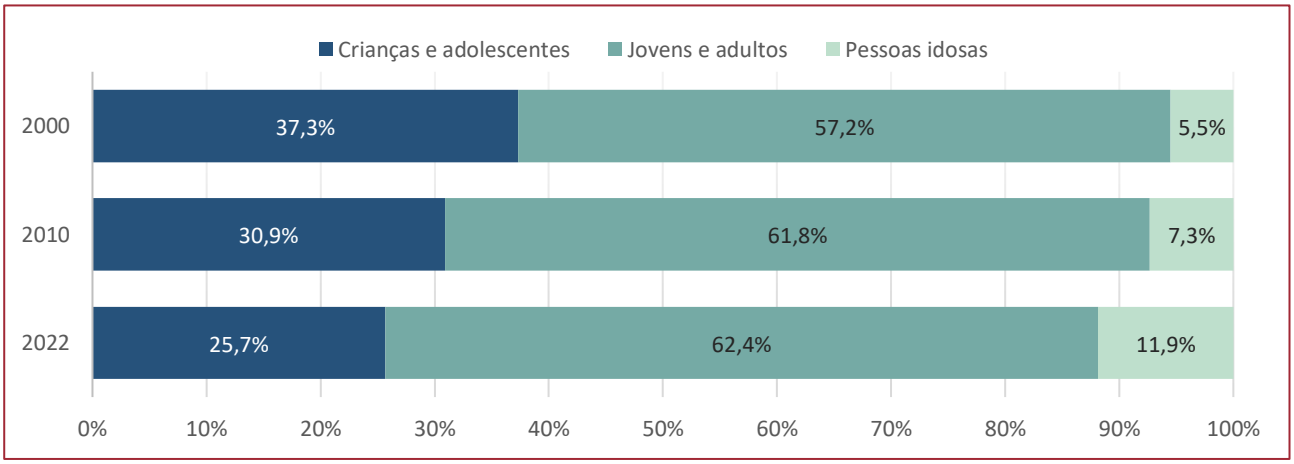
Fonte: IBGE, 2022.

Abrindo essa informação ao longo dos anos, é possível perceber uma grande mudança nos extremos da estrutura etária. A população de crianças e adolescentes diminuiu, passando de 37,3%, em 2000, para 25,7%, em 2022, enquanto a população idosa aumentou de 5,5% para 11,9%, no mesmo período. As faixas etárias da população, bem como o índice de envelhecimento e densidade domiciliar, serão exploradas individualmente, por região geográfica, em indicadores posteriores.

Tabela 8: População residente por faixa etária e ano

Ano	Crianças e adolescentes		Jovens e adultos		Pessoas idosas		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	35.175	37,3%	53.912	57,2%	5.171	5,5%	94.258	100,0%
2010	36.791	30,9%	73.630	61,8%	8.702	7,3%	119.123	100,0%
2022	38.903	25,7%	94.757	62,4%	18.006	11,9%	151.666	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



População residente por raça ou cor

No que diz respeito à raça ou cor, 62,4% dos residentes identificam-se como brancos, seguidos por pardos, que representam 32,1% da população, e pretos, com 5,1%. A presença de indígenas e amarelos na população residente é pequena, representando menos de um por cento do total.

Tabela 9: População residente por raça ou cor

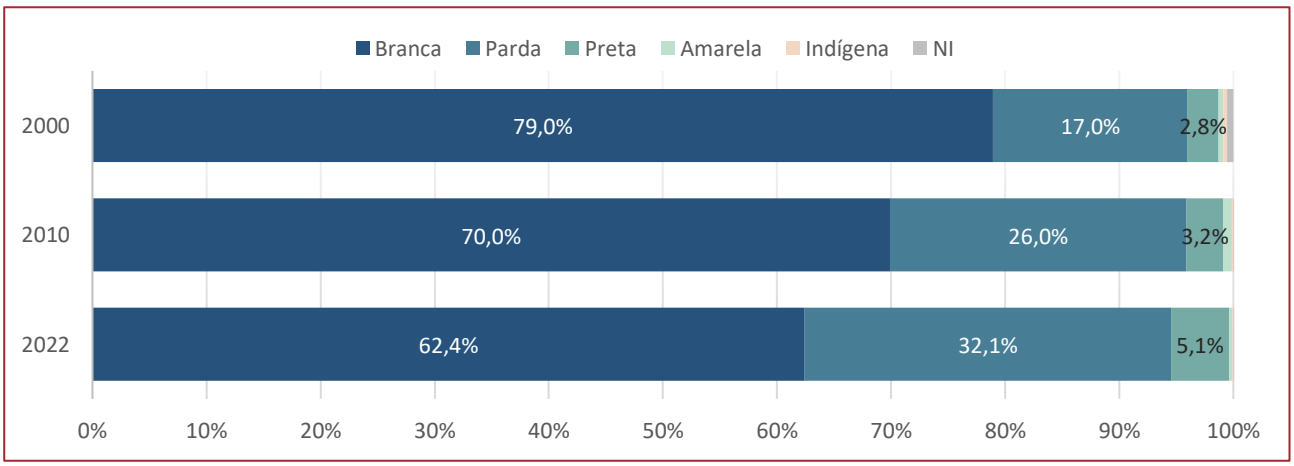
Raça ou cor	Quant.	(%)
Branca	94.668	62,4%
Parda	48.728	32,1%
Preta	7.698	5,1%
Amarela	439	0,3%
Indígena	124	0,1%
Não informado	9	0,0%
Total	**151.666**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 10: População residente por raça ou cor e ano

Raça ou cor	2000		2010		2022	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Branca	74.380	79,0%	83.200	70,0%	94.668	62,4%
Parda	16.069	17,0%	31.022	26,0%	48.728	32,1%
Preta	2.594	2,8%	3.863	3,2%	7.698	5,1%
Amarela	384	0,4%	865	0,7%	439	0,3%
Indígena	318	0,3%	172	0,1%	124	0,1%
Não informado	513	0,5%	1	0,0%	9	0,0%
Total	**94.258**	**100,0%**	**119.123**	**100,0%**	**151.666**	**100,0%**

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



2.1. DENSIDADE DOMICILIAR

A Região 8 e a Região 1 se destacam com a maior e menor densidade domiciliar entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 2,8% e (-) 8,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	População residente	Densidade domiciliar
Região 1	2.043	5.329	2,61
Região 10	1.902	5.158	2,71
Região 6	2.957	8.066	2,73
Região 12	2.602	7.167	2,75
Região 5	2.071	5.760	2,78
Região 4	2.809	7.923	2,82
Região 15	1.007	2.861	2,84
Região 2	1.271	3.611	2,84
Região 9	5.581	15.830	2,84
Região 3	2.886	8.265	2,86
Região 7	4.934	14.126	2,86
Região 14	2.715	7.845	2,89
Região 11	12.955	37.621	2,90
Região 13	1.042	3.033	2,91
Região 8	6.508	19.071	2,93
Município	**53.283**	**151.666**	**2,85**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População total residente dividido pelo total de domicílios particulares ocupados

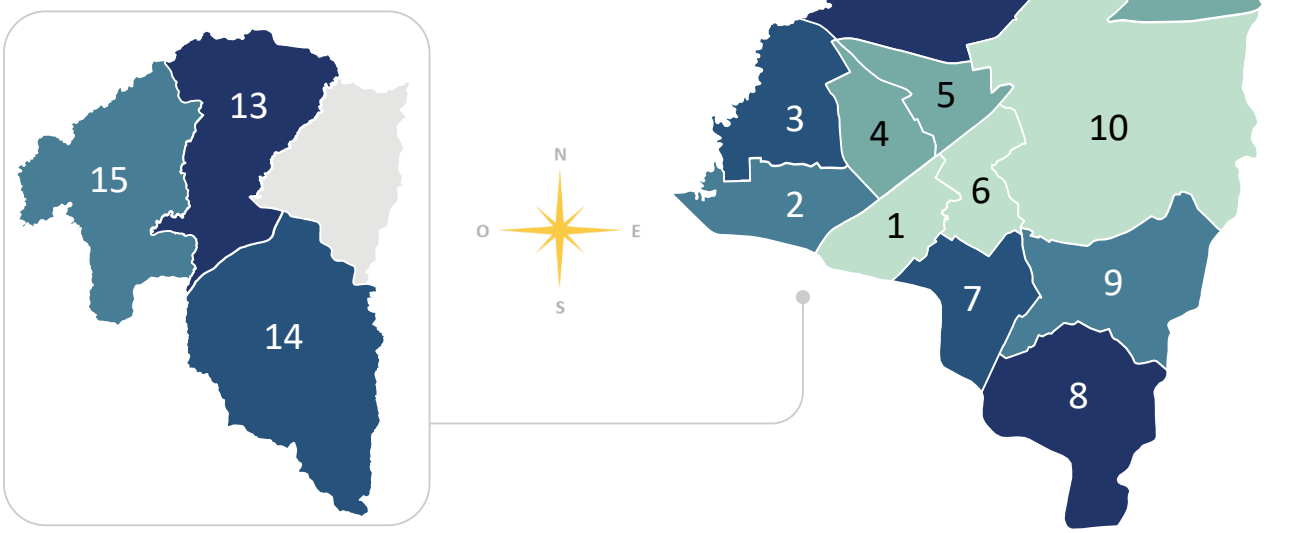
Menor Valor	Região 1	2,61
Média	**Araucária**	**2,85**
Maior Valor	Região 8	2,93

1,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 9 ANOS

A Região 11 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 0 a 9 anos, apresentando variações em torno da média geral de (+) 12,0% e (-) 26,8%, respectivamente.

Regiões geográfica	População residente	População de 0 a 9 anos	Indicador (%)
Região 1	5.329	553	10,4%
Região 15	2.861	307	10,7%
Região 5	5.760	694	12,0%
Região 4	7.923	980	12,4%
Região 6	8.066	1.000	12,4%
Região 13	3.033	379	12,5%
Região 2	3.611	465	12,9%
Região 7	14.126	1.860	13,2%
Região 14	7.845	1.077	13,7%
Região 12	7.167	986	13,8%
Região 9	15.830	2.229	14,1%
Região 3	8.265	1.242	15,0%
Região 10	5.158	786	15,2%
Região 8	19.071	2.991	15,7%
Região 11	37.621	5.972	15,9%
Município	**151.666**	**21.525**	**14,2%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 0 a 9 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

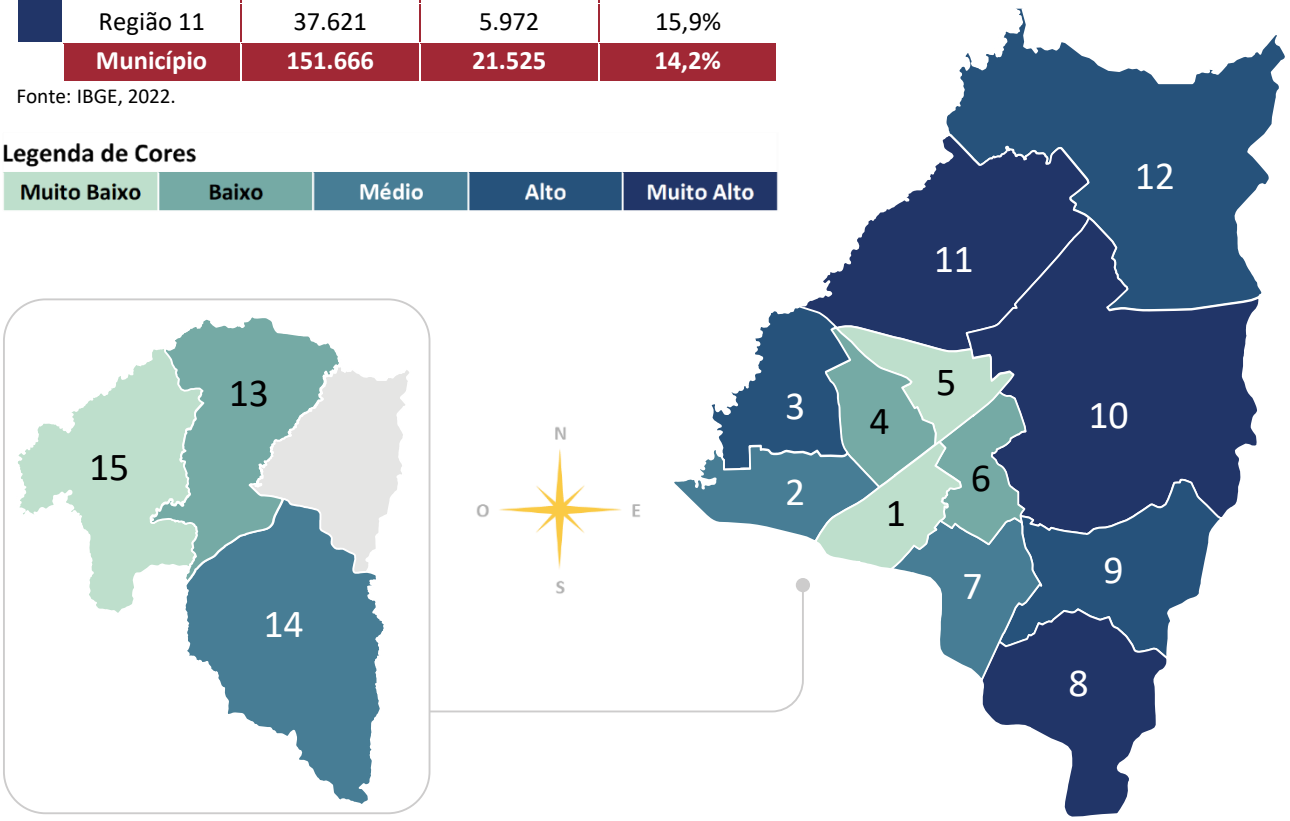
Menor Valor	Região 1	10,4%
Média	**Araucária**	**14,2%**
Maior Valor	Região 11	15,9%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 10 A 19 ANOS

A Região 8 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 10 a 19 anos, apresentando variações em torno da média geral de (+) 9,8% e (-) 18,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 10 a 19 anos	Indicador (%)
Região 1	5.329	623	11,7%
Região 15	2.861	343	12,0%
Região 13	3.033	368	12,1%
Região 10	5.158	666	12,9%
Região 14	7.845	1.034	13,2%
Região 4	7.923	1.046	13,2%
Região 5	5.760	761	13,3%
Região 12	7.167	958	13,4%
Região 6	8.066	1.077	13,4%
Região 7	14.126	1.995	14,1%
Região 9	15.830	2.299	14,5%
Região 3	8.265	1.223	14,8%
Região 11	37.621	5.692	15,1%
Região 2	3.611	549	15,2%
Região 8	19.071	2.987	15,7%
Município	**151.666**	**21.631**	**14,3%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 10 a 19 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

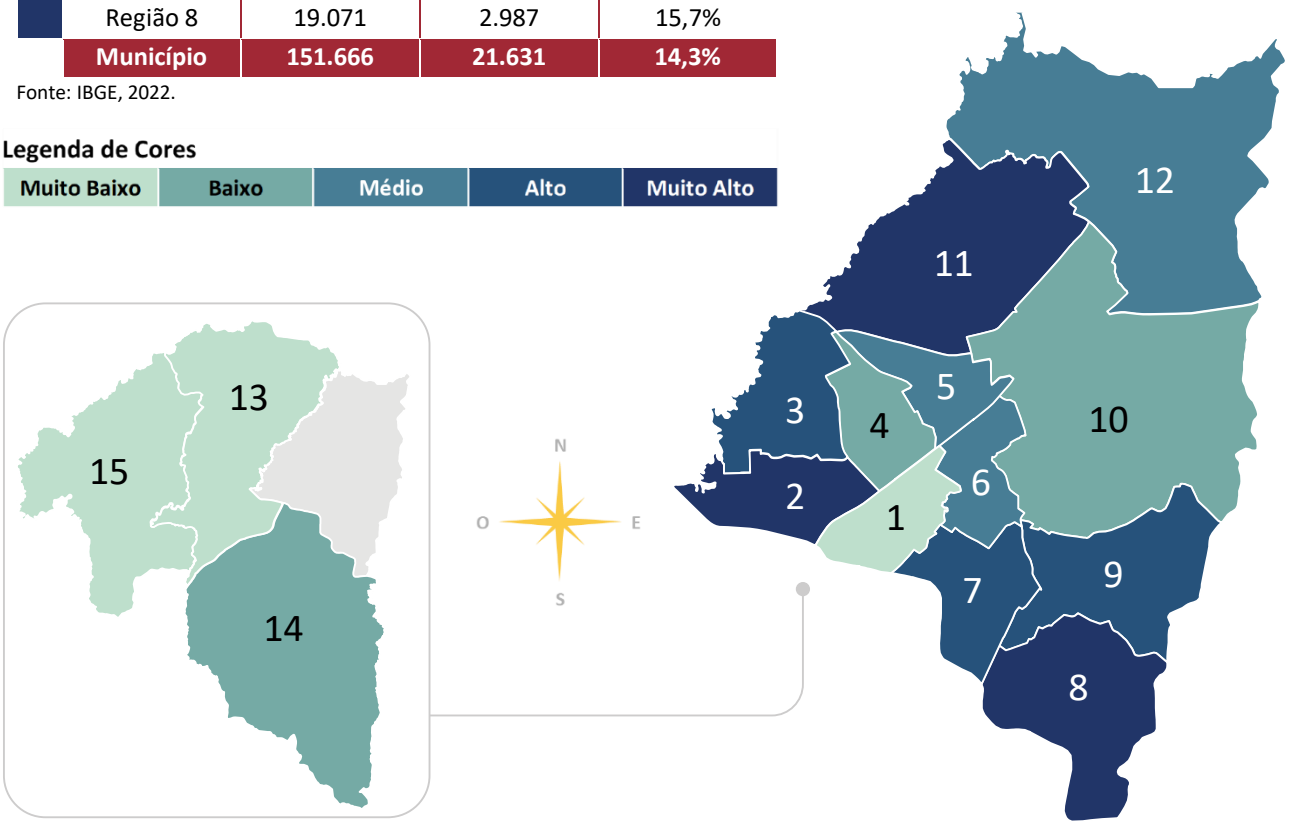
Menor Valor	Região 1	11,7%
Média	**Araucária**	**14,3%**
Maior Valor	Região 8	15,7%

1,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 20 A 29 ANOS

A Região 10 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 20 a 29 anos entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 11,8% e (-) 25,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 20 a 29 anos	Indicador (%)
Região 13	3.033	365	12,0%
Região 15	2.861	371	13,0%
Região 14	7.845	1.039	13,2%
Região 2	3.611	484	13,4%
Região 1	5.329	758	14,2%
Região 4	7.923	1.146	14,5%
Região 5	5.760	834	14,6%
Região 12	7.167	1.130	15,8%
Região 7	14.126	2.230	15,8%
Região 11	37.621	6.292	16,7%
Região 3	8.265	1.398	16,9%
Região 9	15.830	2.686	17,0%
Região 6	8.066	1.398	17,3%
Região 8	19.071	3.336	17,5%
Região 10	5.158	926	18,0%
Município	**151.666**	**24.400**	**16,1%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 20 a 29 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

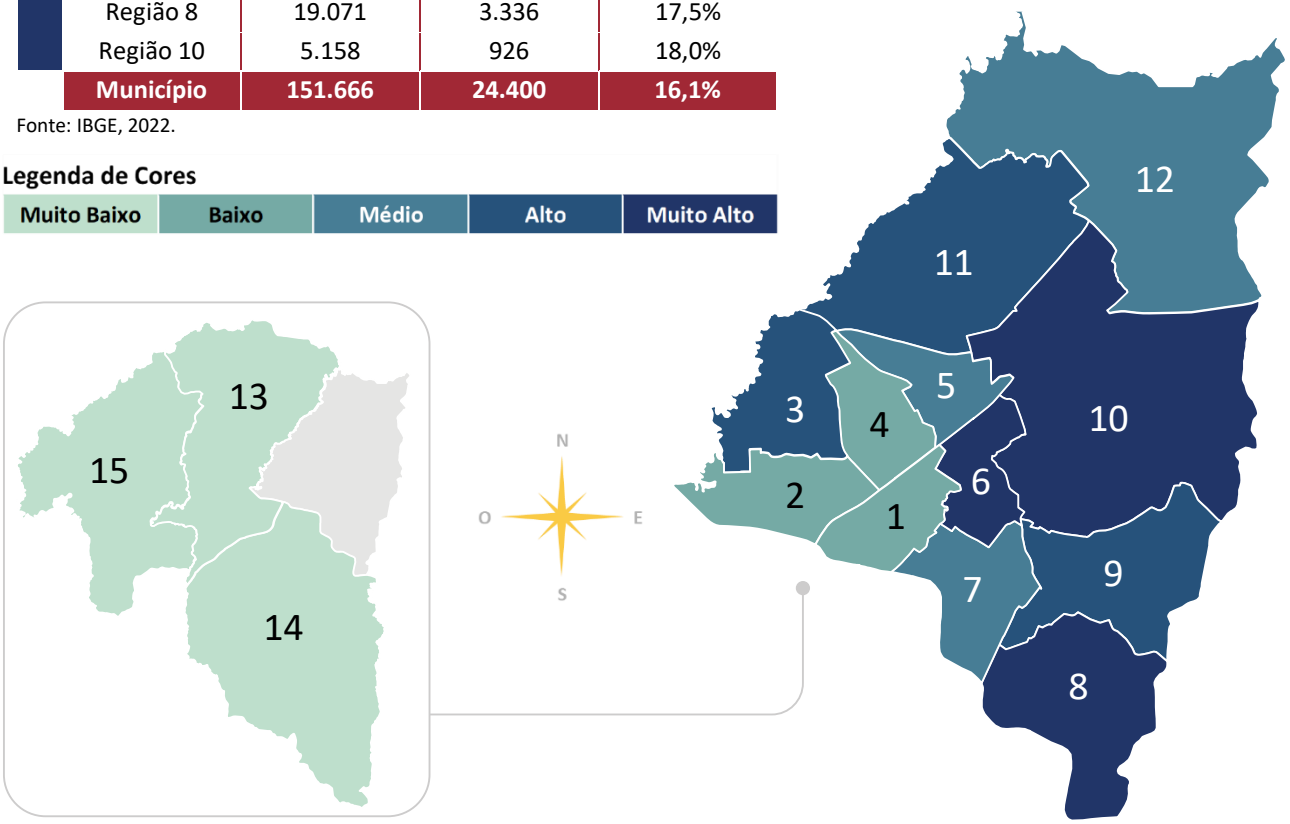
Menor Valor	Região 13	12,0%
Média	**Araucária**	**16,1%**
Maior Valor	Região 10	18,0%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS

A Região 6 e a Região 8 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 30 a 59 anos, apresentando variações em torno da média geral de (+) 4,4% e (-) 4,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 30 a 59 anos	Indicador (%)
Região 8	19.071	7.960	41,7%
Região 14	7.845	3.293	42,0%
Região 3	8.265	3.476	42,1%
Região 11	37.621	16.110	42,8%
Região 10	5.158	2.264	43,9%
Região 15	2.861	1.258	44,0%
Região 12	7.167	3.161	44,1%
Região 9	15.830	7.011	44,3%
Região 13	3.033	1.346	44,4%
Região 4	7.923	3.555	44,9%
Região 2	3.611	1.625	45,0%
Região 7	14.126	6.357	45,0%
Região 1	5.329	2.402	45,1%
Região 5	5.760	2.610	45,3%
Região 6	8.066	3.671	45,5%
Município	**151.666**	**66.104**	**43,6%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 30 a 59 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

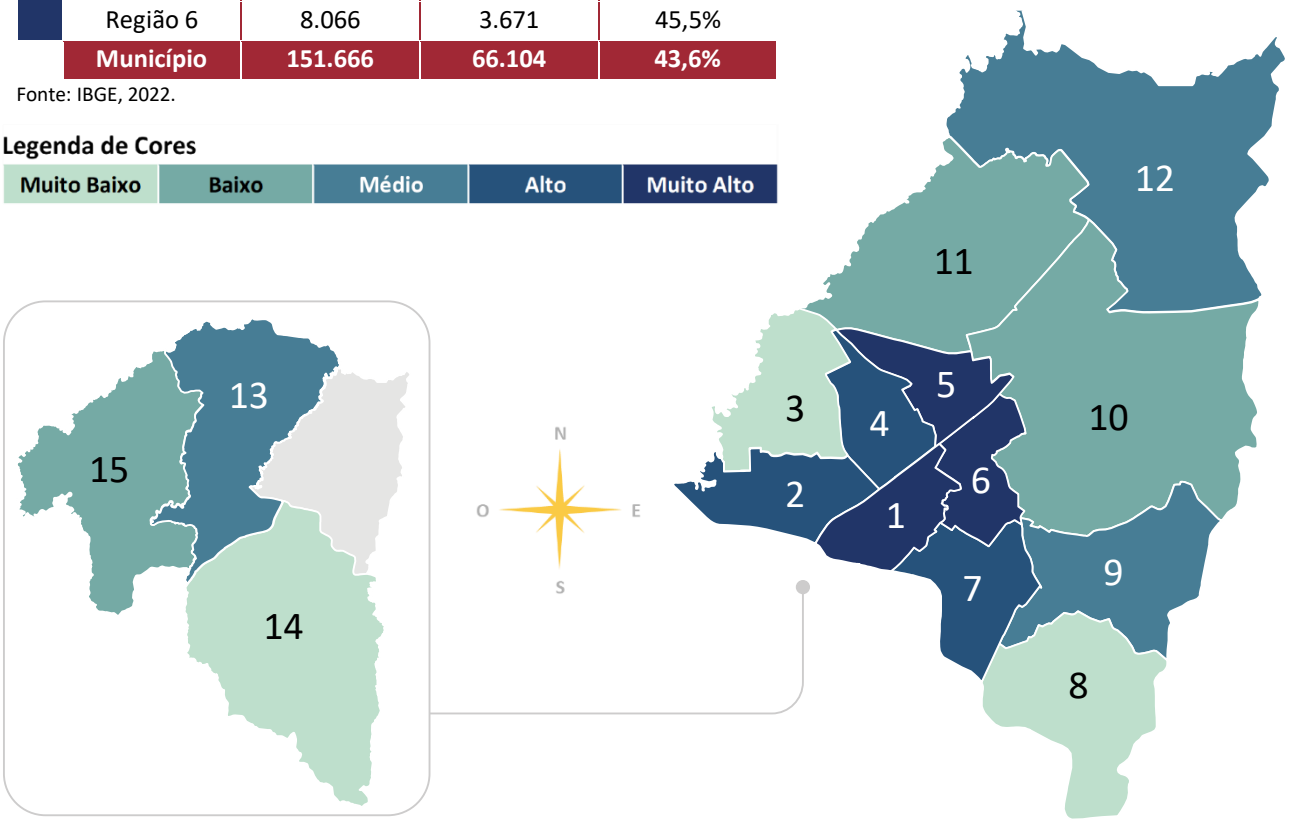
Menor Valor	Região 8	41,7%
Média	**Araucária**	**43,6%**
Maior Valor	Região 6	45,5%

1,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS

A Região 15 e a Região 8 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 60 anos ou mais entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 70,6% e (-) 21,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 8	19.071	1.795	9,4%
Região 11	37.621	3.549	9,4%
Região 10	5.158	515	10,0%
Região 9	15.830	1.593	10,1%
Região 3	8.265	926	11,2%
Região 6	8.066	920	11,4%
Região 7	14.126	1.682	11,9%
Região 12	7.167	896	12,5%
Região 2	3.611	477	13,2%
Região 5	5.760	861	14,9%
Região 4	7.923	1.196	15,1%
Região 14	7.845	1.402	17,9%
Região 1	5.329	993	18,6%
Região 13	3.033	575	19,0%
Região 15	2.861	582	20,3%
Município	**151.666**	**18.006**	**11,9%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população residente, vezes 100

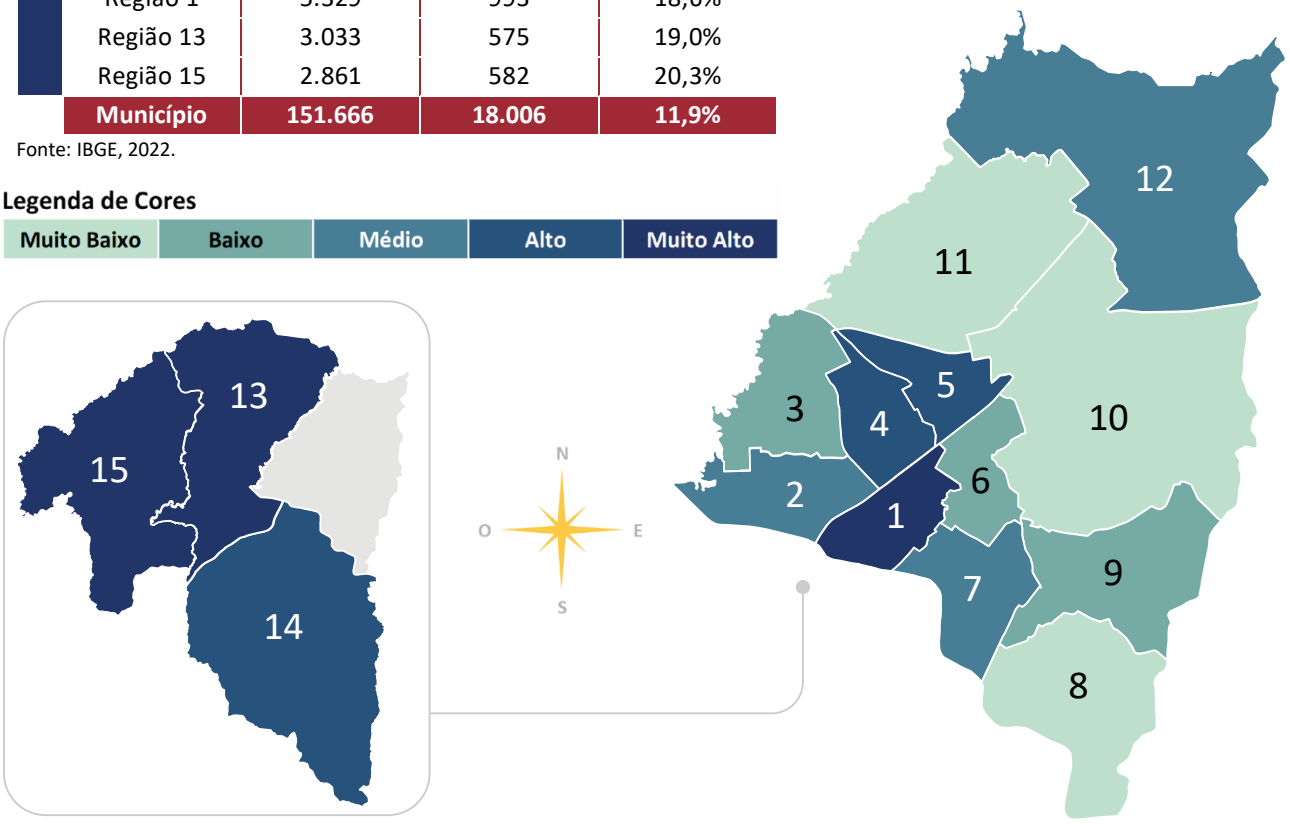
Menor Valor	Região 8	9,4%
Média	**Araucária**	**11,9%**
Maior Valor	Região 15	20,3%

2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

A Região 15 e a Região 11 se destacam com o maior e menor índice de envelhecimento entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 119,1% e (-) 28,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 14 anos	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 11	8.898	3.549	39,9%
Região 8	4.492	1.795	40,0%
Região 10	1.137	515	45,3%
Região 9	3.395	1.593	46,9%
Região 3	1.841	926	50,3%
Região 7	2.873	1.682	58,5%
Região 6	1.532	920	60,1%
Região 12	1.442	896	62,1%
Região 2	718	477	66,4%
Região 4	1.493	1.196	80,1%
Região 5	1.059	861	81,3%
Região 14	1.619	1.402	86,6%
Região 13	582	575	98,8%
Região 1	840	993	118,2%
Região 15	478	582	121,8%
Município	**32.407**	**18.006**	**55,6%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população com idade de 0 a 14 anos, vezes 100

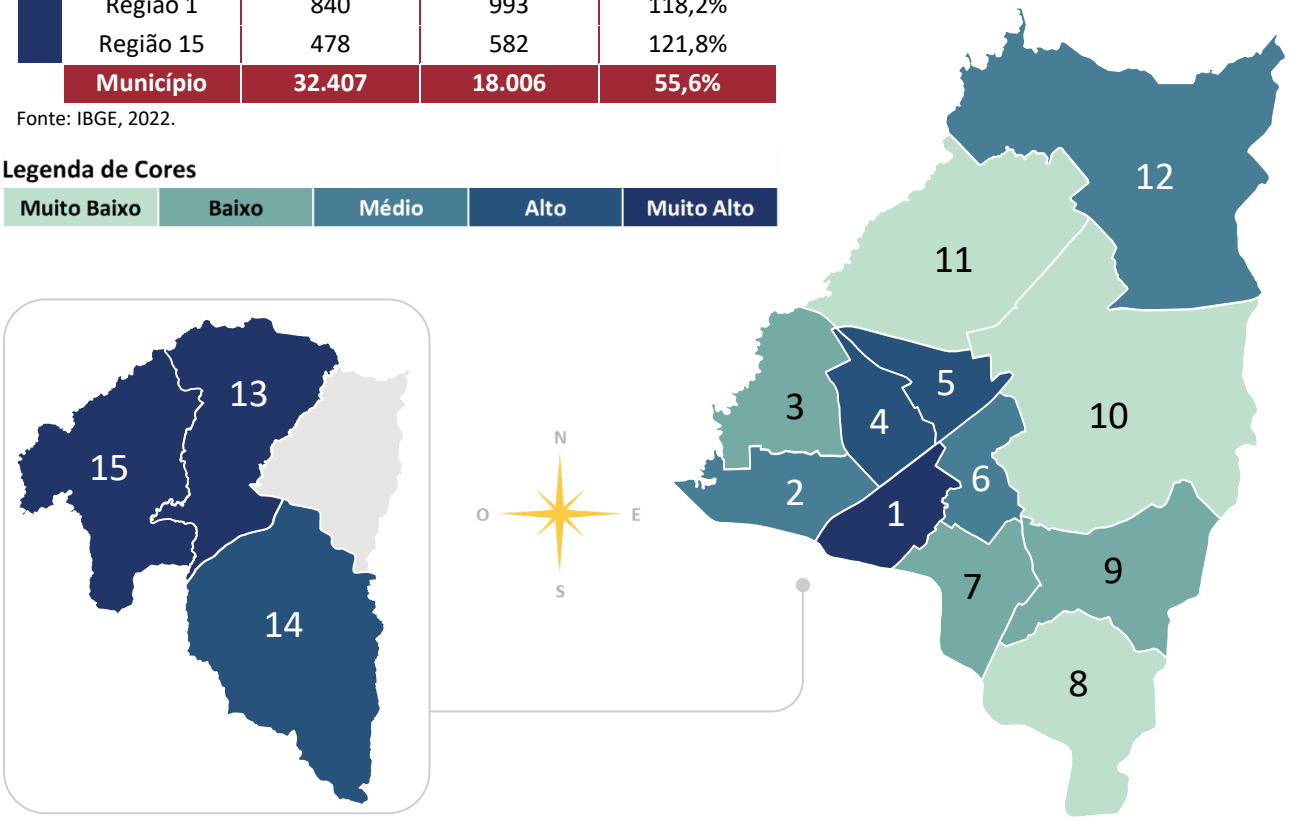
Menor Valor	Região 11	39,9%
Média	**Araucária**	**55,6%**
Maior Valor	Região 15	121,8%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



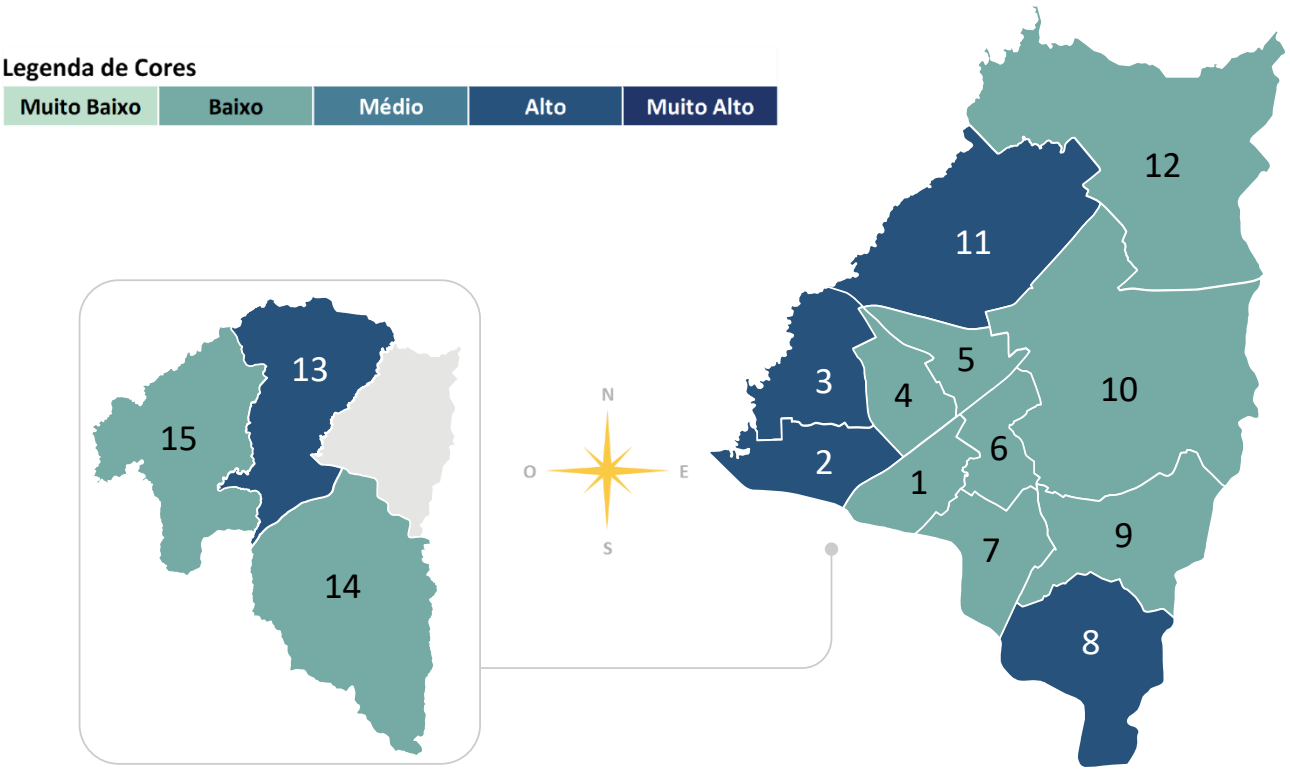
Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

2.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO

Classificação Quintil	Indicadores do Perfil Demográfico – 7 Indicadores								CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	2,85	14,2%	14,3%	16,1%	43,6%	11,9%	55,6%		
		>	>	>	>	>	>	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Densidade domiciliar	População residente com idade de 0 a 9 anos	População residente com idade de 10 a 19 anos	População residente com idade de 20 a 29 anos	População residente com idade de 30 a 59 anos	População residente com idade de 60 anos ou mais	Índice de envelhecimento	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	1	2,61	10,4%	11,7%	14,2%	45,1%	18,6%	118,2%	3	42,9%
	4	2,82	12,4%	13,2%	14,5%	44,9%	15,1%	80,1%	3	42,9%
	5	2,78	12,0%	13,3%	14,6%	45,3%	14,9%	81,3%	3	42,9%
	7	2,86	13,2%	14,1%	15,8%	45,0%	11,9%	58,5%	3	42,9%
	9	2,84	14,1%	14,5%	17,0%	44,3%	10,1%	46,9%	3	42,9%
	12	2,75	13,8%	13,4%	15,8%	44,1%	12,5%	62,1%	3	42,9%
	14	2,89	13,7%	13,2%	13,2%	42,0%	17,9%	86,6%	3	42,9%
	10	2,71	15,2%	12,9%	18,0%	43,9%	10,0%	45,3%	3	42,9%
	6	2,73	12,4%	13,4%	17,3%	45,5%	11,4%	60,1%	3	42,9%
	15	2,84	10,7%	12,0%	13,0%	44,0%	20,3%	121,8%	3	42,9%
	2	2,84	12,9%	15,2%	13,4%	45,0%	13,2%	66,4%	4	57,1%
	3	2,86	15,0%	14,8%	16,9%	42,1%	11,2%	50,3%	4	57,1%
	13	2,91	12,5%	12,1%	12,0%	44,4%	19,0%	98,8%	4	57,1%
	11	2,90	15,9%	15,1%	16,7%	42,8%	9,4%	39,9%	4	57,1%
	8	2,93	15,7%	15,7%	17,5%	41,7%	9,4%	40,0%	4	57,1%

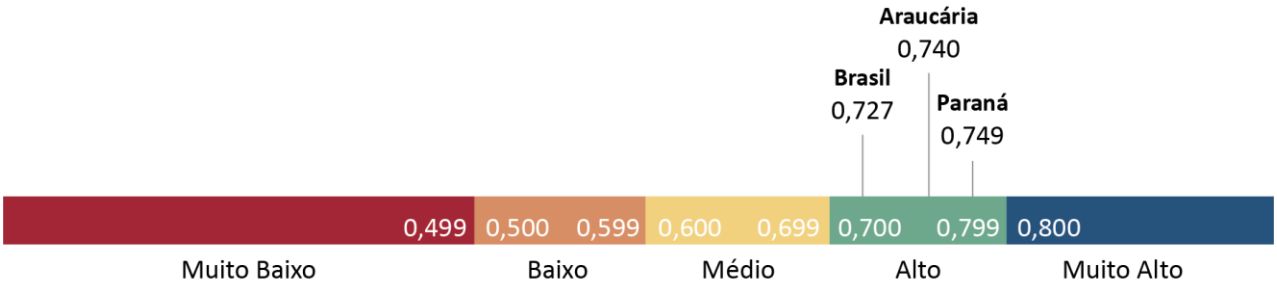
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



3. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Araucária alcança a nota de 0,740 para o IDHM[6], ocupando a 54ª posição no ranking entre os 399 municípios do Estado do Paraná e a 764ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O IDH é uma unidade de medida criada a partir de uma referência numérica que varia de 0 a 1, com faixas de desenvolvimento pré-estabelecidas, sendo que quanto mais próxima do 1 maior o índice de desenvolvimento humano. A nota de Araucária é considerada "Alta" conforme representado na Figura abaixo.

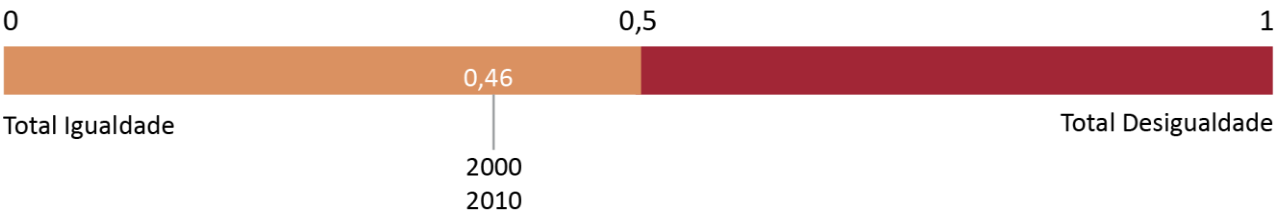
Figura 2: Representação em faixas de desenvolvimento do IDHM do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Os valores da renda *per capita* mensal registrados em 2000 e 2010 evidenciam que houve crescimento da renda no município entre esses anos. A renda *per capita* mensal em Araucária passou de R$ 488,09, em 2000, para R$ 814,39, em 2010. Outro indicador comumente utilizado na investigação sobre a distribuição de renda entre a população é o índice de Gini[7], que varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. No município, o índice de Gini foi de 0,46 tanto em 2000 quanto em 2010, indicando que, apesar do aumento da renda *per capita* mensal, a desigualdade de renda permaneceu inalterada.

Figura 3: Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

[6] Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda - mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

[7] Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

3.1. RENDA NOMINAL *PER CAPITA* (IBGE, 2010)

A Região 1 e a Região 14 se destacam com a maior e menor renda nominal *per capita* entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 93,6% e (-) 32,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	Renda nominal total	Indicador (R$)
Região 1	5.654	R$ 7.150.692	R$ 1.264,7
Região 4	8.033	R$ 7.469.421	R$ 929,8
Região 6	6.522	R$ 5.732.566	R$ 879,0
Região 2	3.018	R$ 2.520.172	R$ 835,0
Região 5	5.498	R$ 4.318.075	R$ 785,4
Região 7	11.801	R$ 8.297.203	R$ 703,1
Região 12	5.974	R$ 3.536.929	R$ 592,1
Região 9	13.047	R$ 7.652.826	R$ 586,6
Região 13	2.240	R$ 1.293.070	R$ 577,3
Região 3	7.252	R$ 3.996.274	R$ 551,1
Região 11	25.110	R$ 13.836.630	R$ 551,0
Região 10	3.649	R$ 1.933.856	R$ 530,0
Região 15	2.204	R$ 1.158.639	R$ 525,7
Região 8	13.454	R$ 6.438.419	R$ 478,6
Região 14	5.667	R$ 2.483.018	R$ 438,2
Município	**119.123**	**77.817.790**	**R$ 653,3**

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Renda nominal total dividido pelo total da população residente

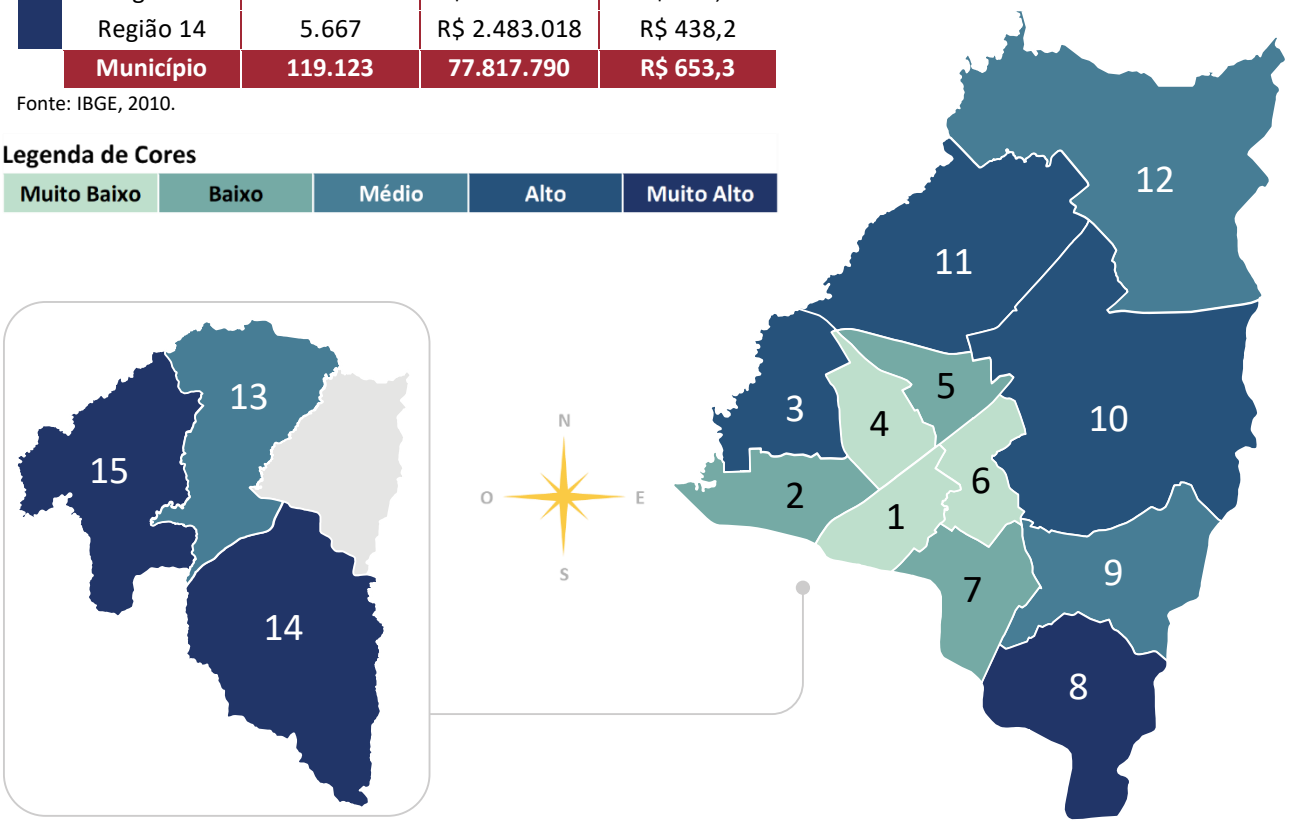
Menor Valor	Região 14	438,2
Média	**Araucária**	**653,3**
Maior Valor	Região 1	1.264,7

2,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.1.1. RENDA *PER CAPITA* DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO

A Região 14 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/2 SM, apresentando variações em torno da média geral de (+) 97,1% e (-) 67,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda *per capita* de até 1/2 SM	Indicador (%)
Região 1	1.892	85	4,5%
Região 6	1.951	132	6,8%
Região 4	2.491	179	7,2%
Região 5	1.673	138	8,2%
Região 2	891	75	8,4%
Região 10	1.104	112	10,1%
Região 7	3.466	398	11,5%
Região 12	1.829	223	12,2%
Região 9	3.787	564	14,9%
Região 11	7.388	1.171	15,9%
Região 3	2.133	357	16,7%
Região 13	662	116	17,5%
Região 8	3.841	742	19,3%
Região 15	672	154	22,9%
Região 14	1.703	463	27,2%
Município	**35.483**	**4.909**	**13,8%**

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios com renda per capita de até ½ salário-mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

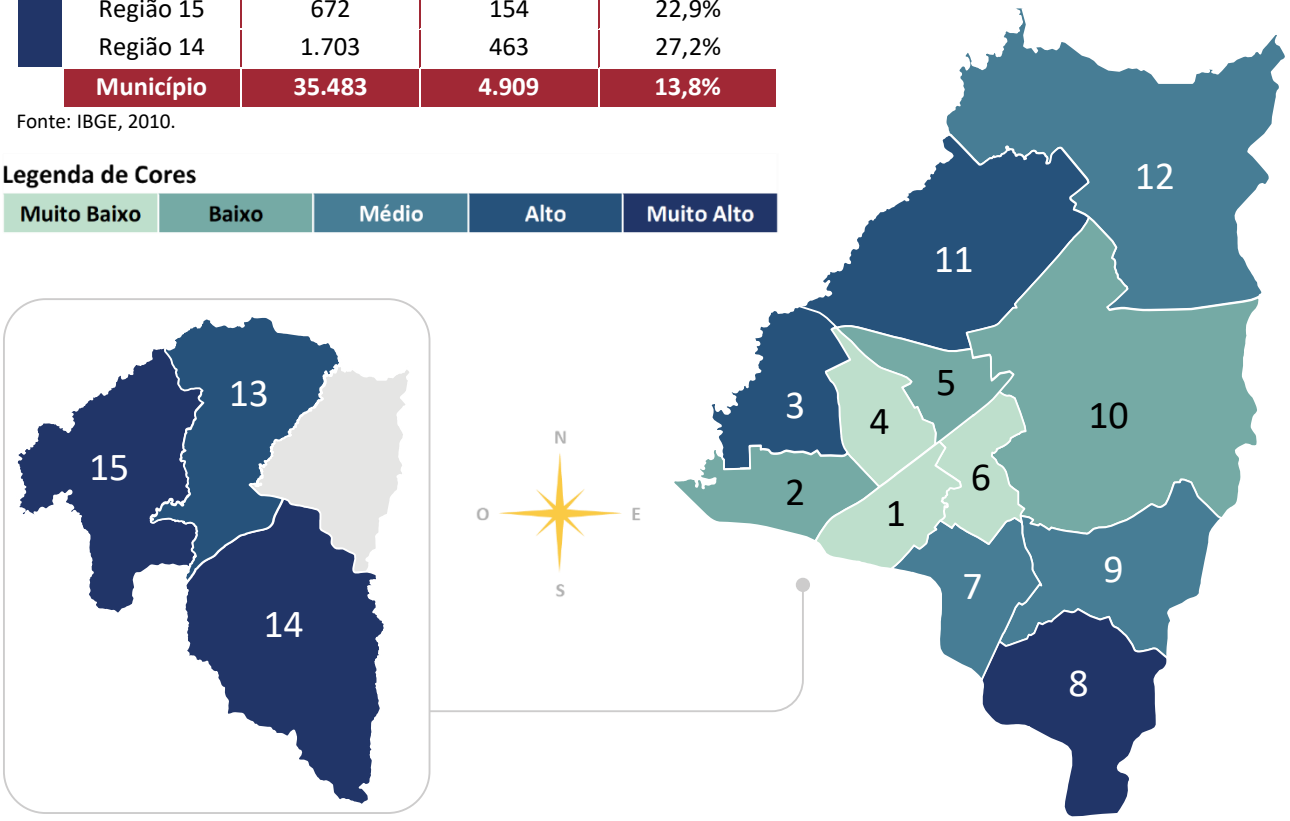
Menor Valor	Região 1	4,5%
Média	**Araucária**	**13,8%**
Maior Valor	Região 14	27,2%

6,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.1.2. RENDA *PER CAPITA* DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO

A Região 14 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/8 de SM entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 97,1% e (-) 67,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda *per capita* de até 1/8 SM	Indicador (por mil dom.)
Região 1	1.892	1	0,5
Região 6	1.951	2	1,0
Região 4	2.491	3	1,2
Região 7	3.466	5	1,4
Região 10	1.104	2	1,8
Região 5	1.673	3	1,8
Região 2	891	2	2,2
Região 13	662	2	3,0
Região 12	1.829	6	3,3
Região 11	7.388	33	4,5
Região 9	3.787	18	4,8
Região 3	2.133	11	5,2
Região 8	3.841	25	6,5
Região 15	672	5	7,4
Região 14	1.703	15	8,8
Município	**35.483**	**133**	**3,7**

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios com renda per capita de até ⅛ de salário-mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

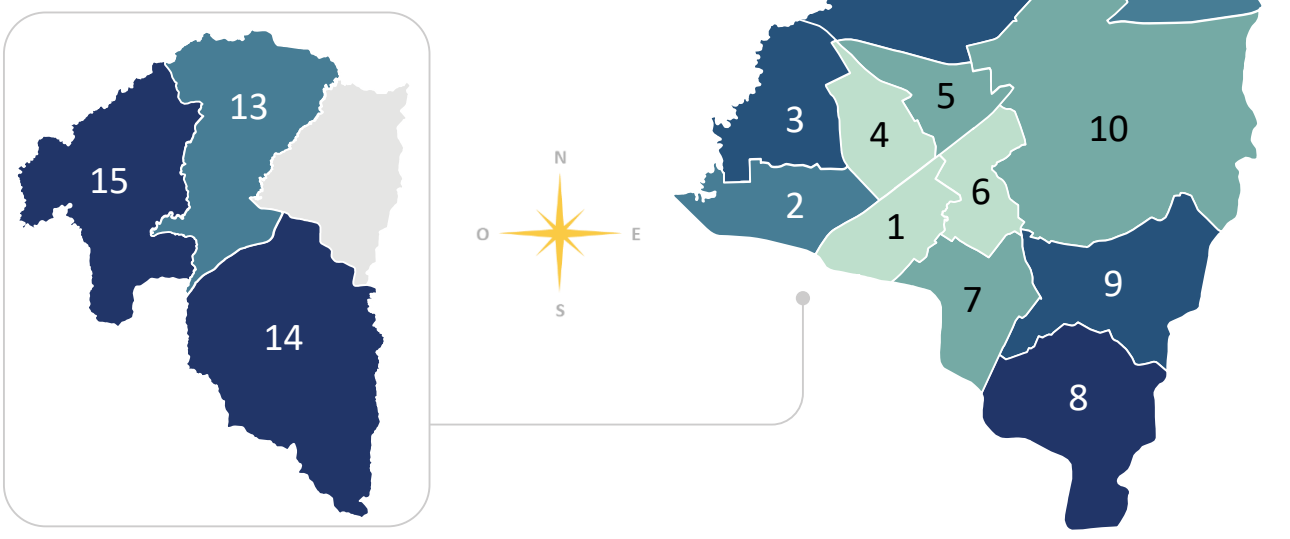
Menor Valor	Região 1	0,5
Média	**Araucária**	**3,7**
Maior Valor	Região 14	8,8

17,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.2. ADOLESCENTES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

A Região 4 e Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de adolescentes responsáveis pelo domicílio, apresentando variações em torno da média geral de (+) 163,2% e (-) 60,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Adolescentes responsáveis pelo domicílio	Indicador (por mil dom.)
Região 12	2.602	-	-
Região 7	4.934	-	-
Região 6	2.957	-	-
Região 1	2.043	-	-
Região 14	2.715	4	1,5
Região 3	2.886	6	2,1
Região 8	6.508	15	2,3
Região 13	1.042	3	2,9
Região 2	1.271	5	3,9
Região 10	1.902	10	5,3
Região 11	12.955	71	5,5
Região 5	2.071	12	5,8
Região 9	5.581	43	7,7
Região 15	1.007	8	7,9
Região 4	2.809	28	10,0
Município	**53.283**	**205**	**3,8**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Adolescentes responsáveis pelo domicílio dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

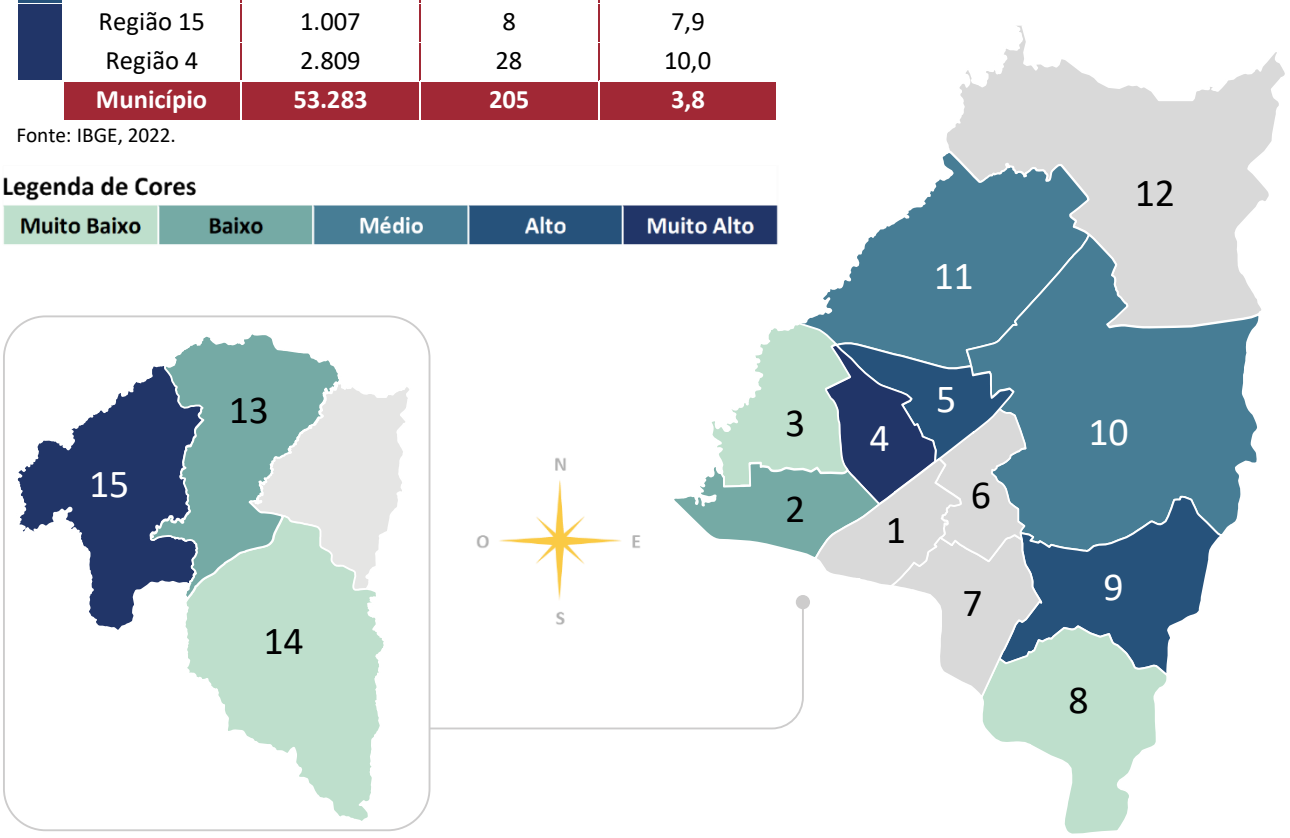
Menor Valor	Região 14	1,5
Média	**Araucária**	**3,8**
Maior Valor	Região 4	10,0

6,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.3. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL[8]

A Região 14 e a Região 6 se destacam com a maior e menor razão de dependência total entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 25,7% e (-) 12,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Região 6	5.614	2.452	43,7%
Região 9	10.830	4.988	46,1%
Região 10	3.505	1.652	47,1%
Região 7	9.569	4.555	47,6%
Região 12	4.793	2.338	48,8%
Região 8	12.782	6.287	49,2%
Região 11	25.168	12.447	49,5%
Região 2	2.405	1.195	49,7%
Região 5	3.840	1.920	50,0%
Região 3	5.498	2.767	50,3%
Região 4	5.234	2.689	51,4%
Região 1	3.496	1.833	52,4%
Região 15	1.801	1.060	58,9%
Região 13	1.876	1.157	61,7%
Região 14	4.824	3.021	62,6%
Município	**101.253**	**50.413**	**49,8%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População de 0 a 14 e de 60 anos ou mais dividido pelo total da população de 15 a 59 anos, vezes 100

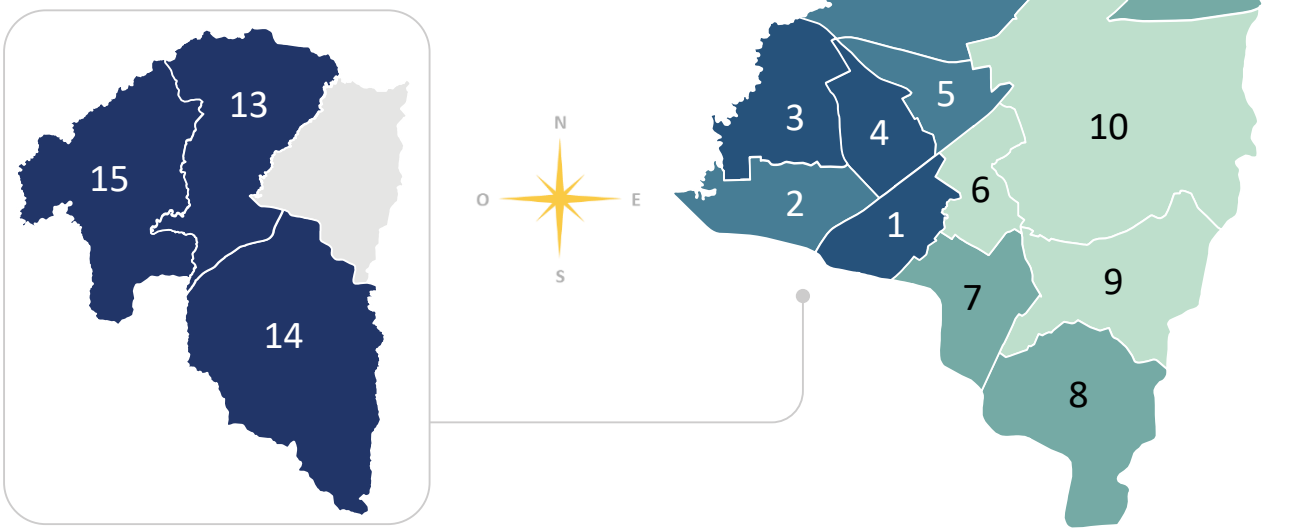
Menor Valor	Região 6	43,7%
Média	**Araucária**	**49,8%**
Maior Valor	Região 14	62,6%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

[8] Razão de Dependência Total (RDT) é a relação entre a população de 0 a 14 anos e de 60 anos ou mais (população economicamente inativa) e a população de 15 a 59 anos (população economicamente ativa).

3.4. UNIDADES DOMÉSTICAS MONOPARENTAIS FEMININAS

A Região 1 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas monoparentais femininas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 17,5% e (-) 55,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades monoparentais femininas	Indicador (%)
Região 13	1.042	109	10,5%
Região 15	1.007	163	16,2%
Região 14	2.715	480	17,7%
Região 12	2.602	576	22,1%
Região 2	1.271	297	23,4%
Região 11	12.955	3.027	23,4%
Região 7	4.934	1.181	23,9%
Região 10	1.902	456	24,0%
Região 9	5.581	1.358	24,3%
Região 8	6.508	1.587	24,4%
Região 3	2.886	706	24,5%
Região 4	2.809	692	24,6%
Região 5	2.071	512	24,7%
Região 6	2.957	752	25,4%
Região 1	2.043	561	27,5%
Município	**53.283**	**12.457**	**23,4%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas monoparentais femininas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

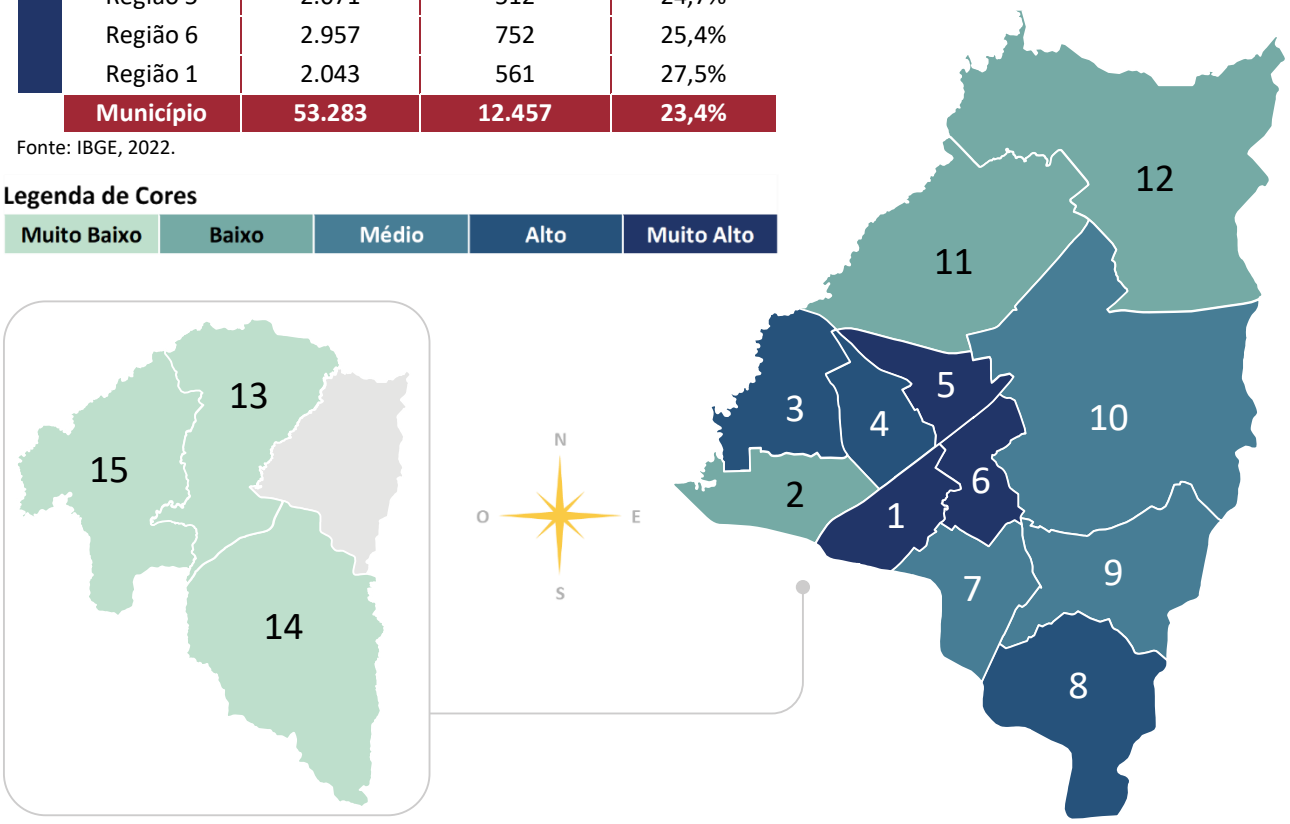
Menor Valor	Região 13	10,5%
Média	**Araucária**	**23,4%**
Maior Valor	Região 1	27,5%

2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.5. UNIDADES DOMÉSTICAS MONOPARENTAIS MASCULINAS

A Região 15 e a Região 7 se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas monoparentais masculinas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 20,8% e (-) 17,6%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades monoparentais masculinas	Indicador (%)
Região 7	4.934	509	10,3%
Região 8	6.508	731	11,2%
Região 2	1.271	152	12,0%
Região 3	2.886	349	12,1%
Região 4	2.809	343	12,2%
Região 14	2.715	336	12,4%
Região 6	2.957	378	12,8%
Região 11	12.955	1.652	12,8%
Região 9	5.581	720	12,9%
Região 10	1.902	255	13,4%
Região 13	1.042	141	13,5%
Região 5	2.071	282	13,6%
Região 12	2.602	355	13,6%
Região 1	2.043	285	14,0%
Região 15	1.007	152	15,1%
Município	**53.283**	**6.640**	**12,5%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas monoparentais masculinas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

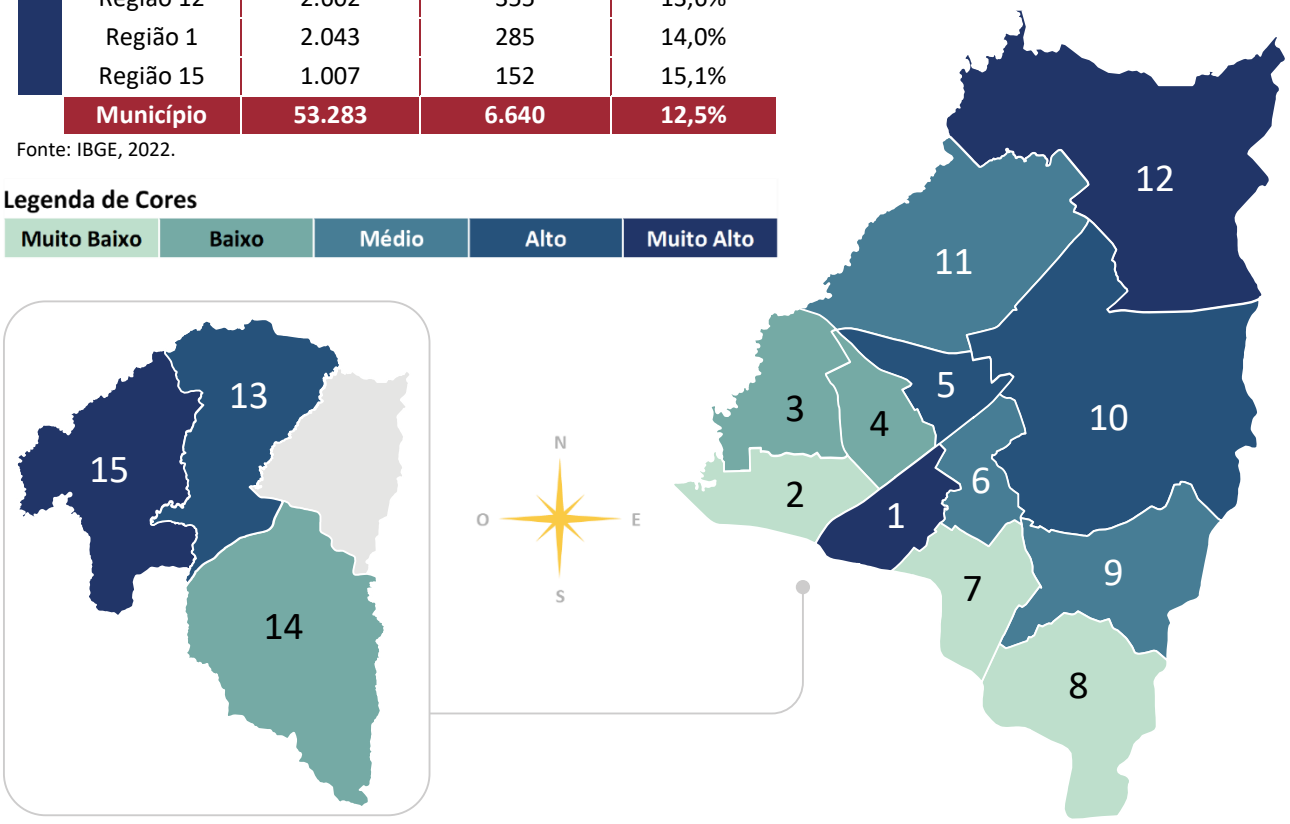
Menor Valor	Região 7	10,3%
Média	**Araucária**	**12,5%**
Maior Valor	Região 15	15,1%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.6. UNIDADES DOMÉSTICAS ESTENDIDAS OU COMPOSTAS

A Região 5 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas estendidas ou compostas, apresentando variações em torno da média geral de (+) 16,3% e (-) 23,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades estendidas ou compostas	Indicador (%)
Região 13	1.042	108	10,4%
Região 10	1.902	198	10,4%
Região 12	2.602	288	11,1%
Região 14	2.715	350	12,9%
Região 6	2.957	386	13,0%
Região 7	4.934	641	13,0%
Região 2	1.271	166	13,1%
Região 1	2.043	271	13,3%
Região 9	5.581	756	13,5%
Região 4	2.809	384	13,7%
Região 8	6.508	908	14,0%
Região 11	12.955	1.826	14,1%
Região 15	1.007	145	14,4%
Região 3	2.886	426	14,8%
Região 5	2.071	326	15,7%
Município	**53.283**	**7.179**	**13,5%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas estendidas ou compostas dividido pelo total dos domicílios particulares ocupados, vezes 100

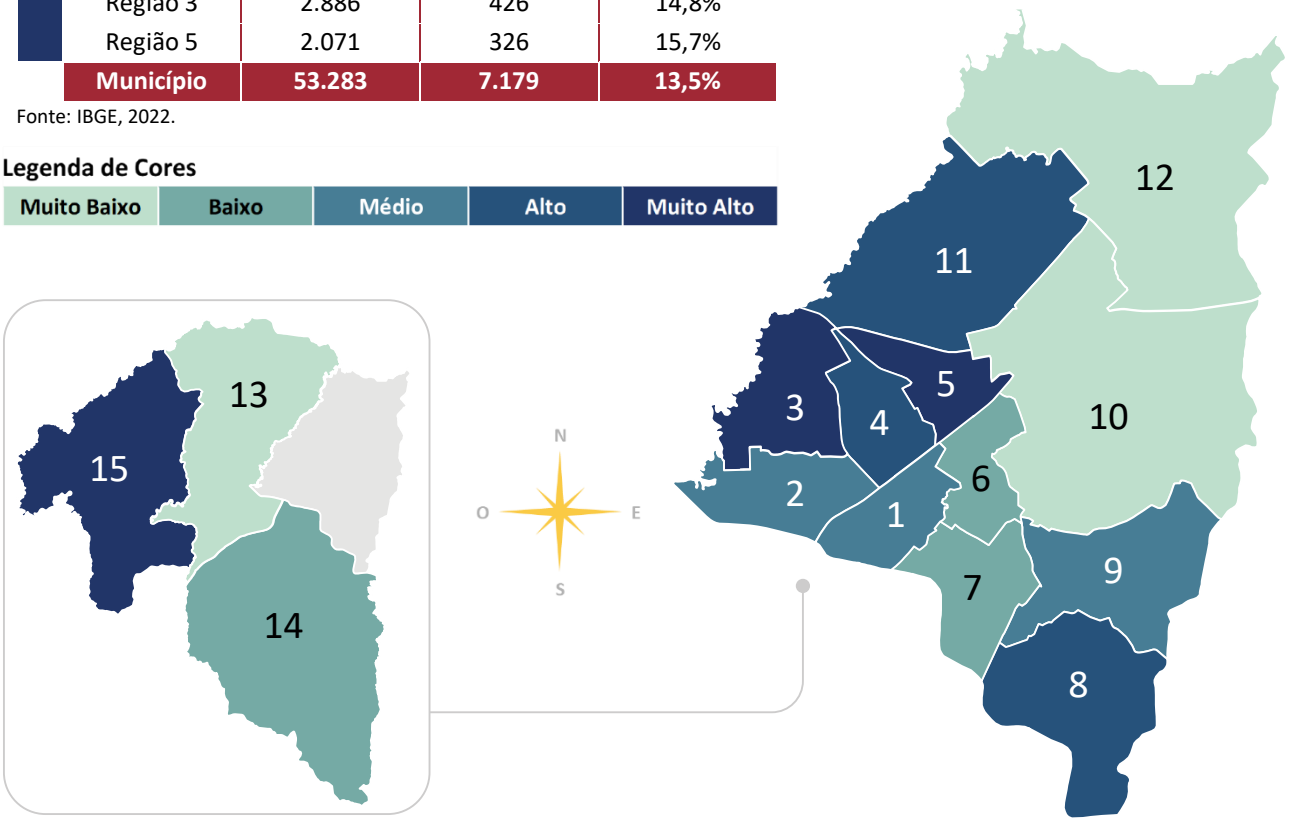
Menor Valor	Região 13	10,4%
Média	**Araucária**	**13,5%**
Maior Valor	Região 5	15,7%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

3.7. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório que contém informações socioeconômicas relevantes e é obrigatoriamente solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego a pessoas jurídicas e outros empregadores. Essa exigência foi estabelecida pelo Decreto nº 76.900 em 23 de dezembro de 1975, com o objetivo de fornecer dados essenciais sobre o mercado de trabalho e auxiliar na formulação de políticas públicas.

A RAIS é uma ferramenta importante para a gestão governamental e serve como uma fonte confiável de informações para análises estatísticas e estudos socioeconômicos. Ela coleta dados sobre a quantidade de trabalhadores empregados, remuneração, tipo de contrato de trabalho, níveis de escolaridade, entre outras informações relevantes para compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Além de fornecer um panorama do emprego formal no país, a RAIS desempenha um papel crucial na elaboração e implementação de programas sociais e de políticas públicas relacionadas ao trabalho e ao emprego. Os dados coletados também são utilizados para a geração de estatísticas oficiais sobre emprego, contribuindo para o monitoramento do mercado de trabalho, o planejamento estratégico e a tomada de decisões em diversos setores.

No presente capítulo, serão fornecidos dados referentes ao trabalho formal no município durante o ano de 2023, pois os dados para o ano de 2024 não foram divulgados até o momento. Em 2023, Araucária contava com 80.865 trabalhadores formais, o que resulta em uma taxa de empregabilidade formal de 66,7% quando comparada à população com 14 anos ou mais (idade legal para trabalho, sendo entre 14 e 16 anos apenas na condição de aprendiz).

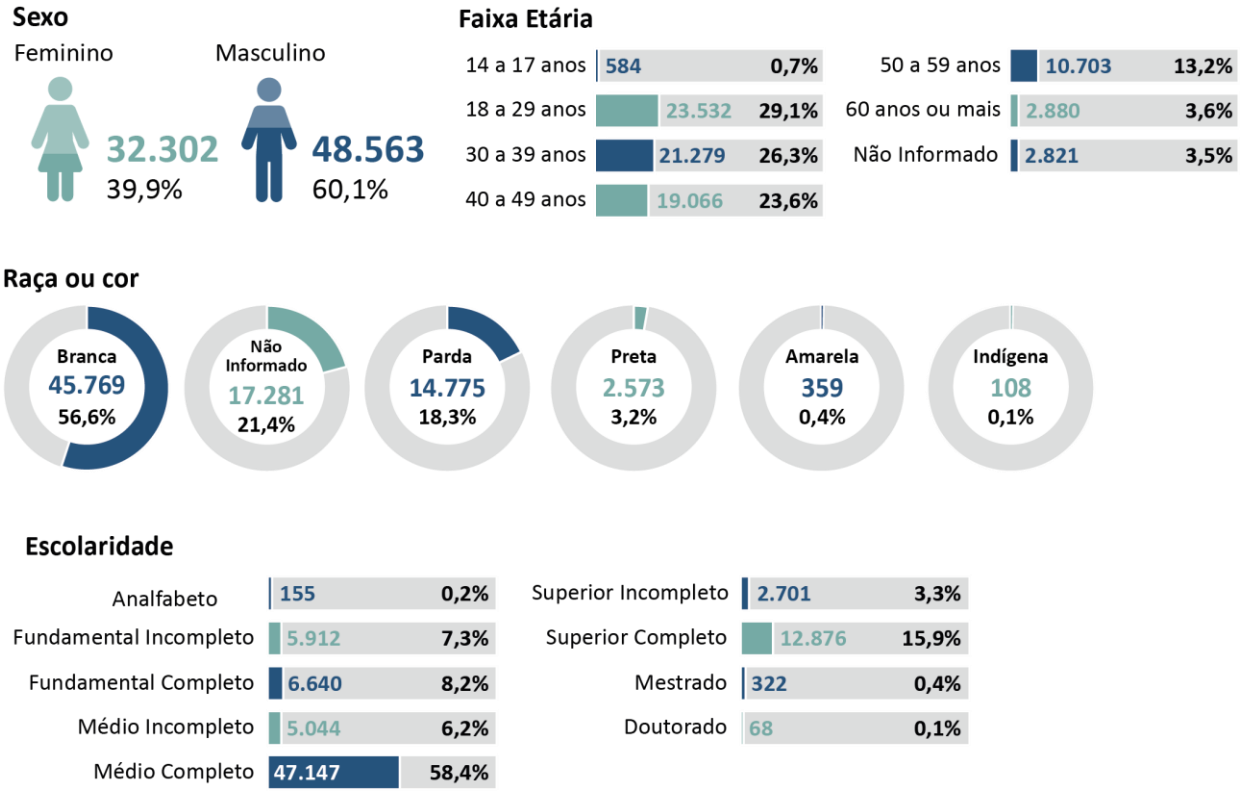
Figura 4: Taxa de empregabilidade formal



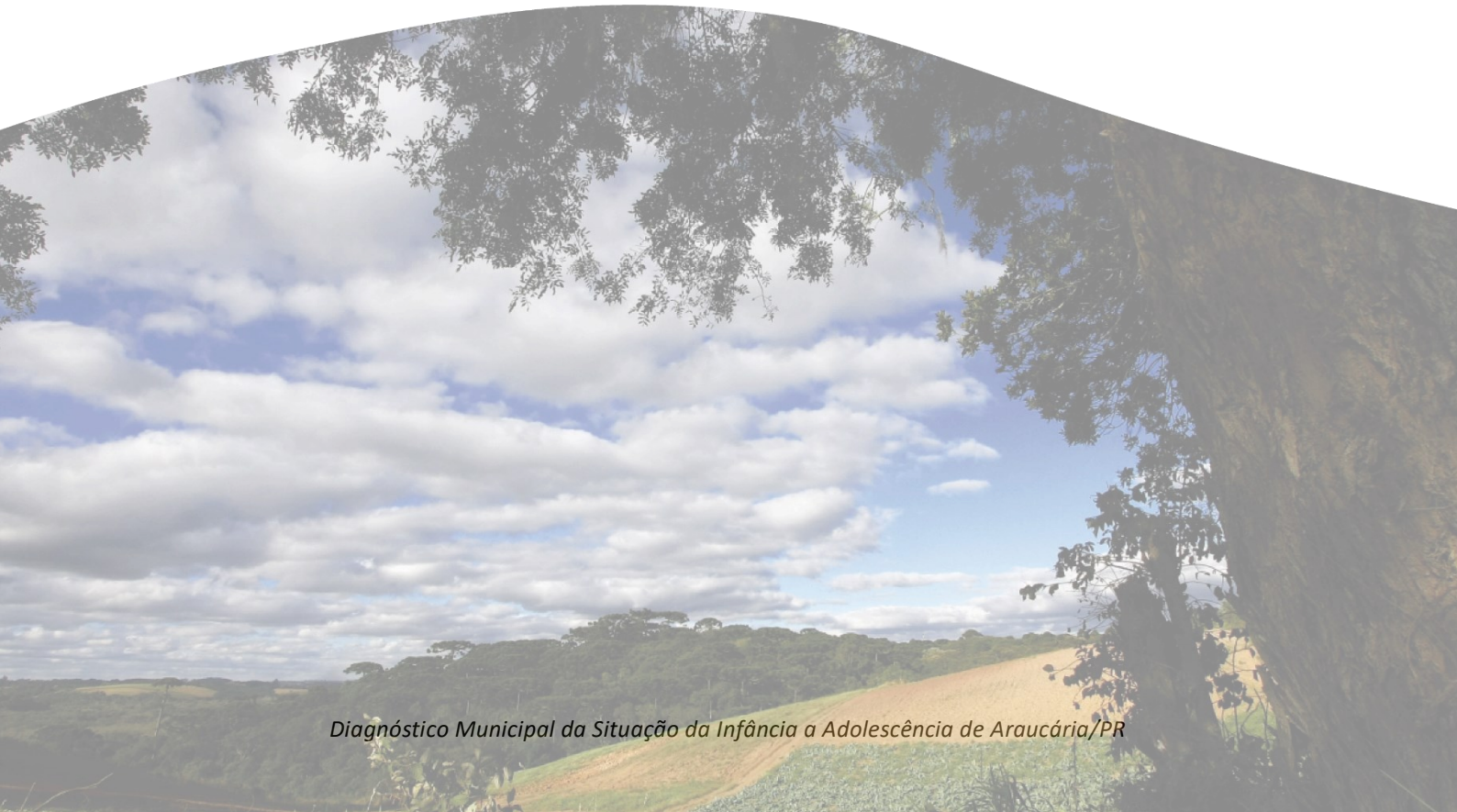
Fonte: IBGE, 2022; Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

No perfil dos trabalhadores formais residentes de Araucária, destacam-se o sexo masculino (60,1%), a faixa etária de 18 a 29 anos (29,1%) e a raça ou cor branca (56,6%). Quanto à escolaridade, 58,4% dos trabalhadores possuem Ensino Médio completo.

Figura 5: Perfil dos trabalhadores formais

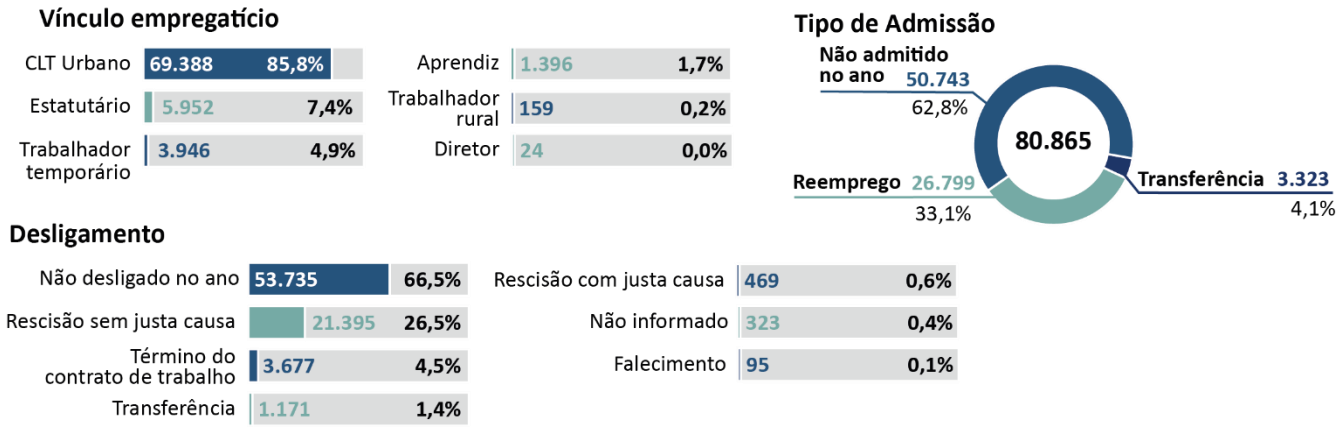


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.



Com relação aos contratos de trabalho, 85,8% são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Observa-se que 62,8% dos trabalhadores não foram admitidos no ano de referência e que 66,5% não foram desligados no mesmo período. No que tange à remuneração, a maior parte dos trabalhadores recebe entre 1 e 2 salários mínimos, o que corresponde a 39,6% do total de contratados. Ao analisar essa informação por sexo, verifica-se uma predominância de mulheres entre os trabalhadores que recebem de 1/2 a 1 salário mínimo (54,4%) e de homens entre aqueles que recebem de 2 a 5 salários mínimos (70,8%).

Figura 6: Perfil dos contratos de trabalho

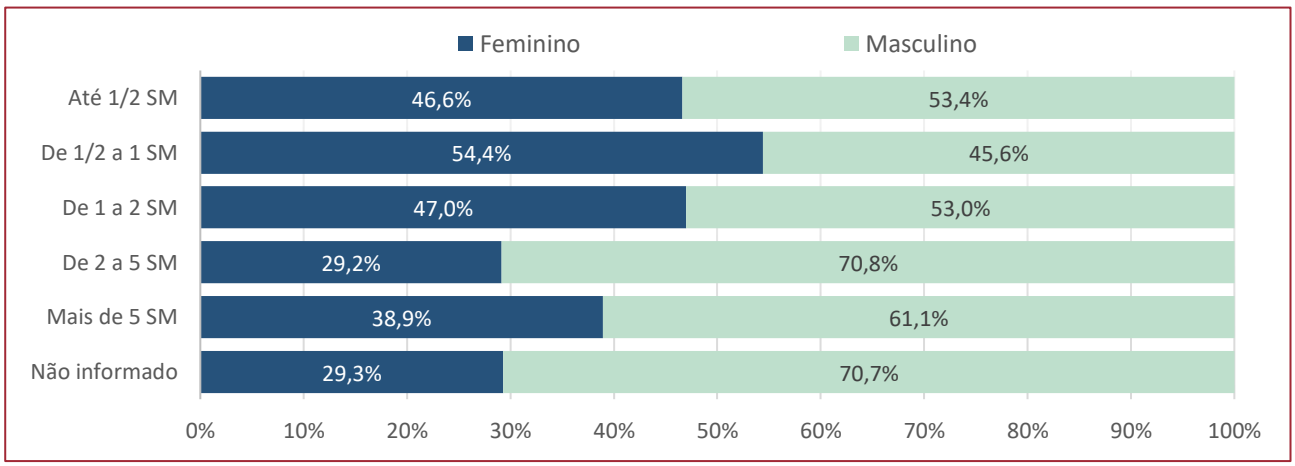


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

Tabela 11: Remuneração, por sexo do trabalhador

Remuneração	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 1/2 salário mínimo	776	46,6%	888	53,4%	1.664	2,1%
De 1/2 a 1 salário mínimo	4.093	54,4%	3.431	45,6%	7.524	9,3%
De 1 a 2 salários mínimos	15.079	47,0%	17.010	53,0%	32.089	39,6%
De 2 a 5 salários mínimos	6.805	29,2%	16.533	70,8%	23.338	28,9%
Mais de 5 salários mínimos	3.184	38,9%	4.998	61,1%	8.182	10,1%
Não informado	2.365	29,3%	5.703	70,7%	8.068	10,0%
Total	**32.302**	**39,9%**	**48.563**	**60,1%**	**80.865**	**100,0%**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.



A ocupação que mais contrata no município, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a de alimentador de linha de produção, correspondendo a 5,5% do total de contratados. Em seguida, destacam-se as ocupações de auxiliar nos serviços de alimentação e motorista de caminhão, cada uma representando 4,5% do total de contratados.

Tabela 12: Contratados por ocupação

Ocupação	Quant.	(%)
Alimentador de linha de produção	4410	5,5%
Auxiliar nos serviços de alimentação	3660	4,5%
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	3640	4,5%
Carregador (armazém)	3287	4,1%
Auxiliar de escritório	2606	3,2%
Assistente administrativo	2577	3,2%
Cozinheiro geral	2411	3,0%
Faxineiro	2248	2,8%
Vendedor de comércio varejista	2126	2,6%
Servente de obras	1638	2,0%
Professor de nível superior na educação infantil	1365	1,7%
Operador de caixa	1336	1,7%
Atendente de lojas e mercados	1216	1,5%
Soldador	962	1,2%
Professor de nível médio na educação infantil	950	1,2%
Vigilante	920	1,1%
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	917	1,1%
Técnico de enfermagem	906	1,1%
Almoxarife	868	1,1%
Operador de máquinas fixas, em geral	815	1,0%
Motorista de ônibus urbano	739	0,9%
Pedreiro	717	0,9%
Operador de máquinas-ferramenta convencionais	626	0,8%
Operador de empilhadeira	606	0,7%
Auxiliar de logística	554	0,7%
Confeccionador de pneumáticos	527	0,7%
Açougueiro	512	0,6%
Repositor de mercadorias	499	0,6%
Montador de andaimes (edificações)	495	0,6%
Ajudante de motorista	485	0,6%
Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	477	0,6%
Cozinheiro industrial	476	0,6%
Atendente de lanchonete	465	0,6%
Recepcionista, em geral	425	0,5%
Nutricionista	420	0,5%
Total	**46.881***	**58,0%**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

Nota (*): Os 33.984 contratos restantes (42,0%) estão agrupados em 990 ocupações diferentes que representam, cada uma, menos de 0,5% do total geral.

3.7.1. APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES E JOVENS DE 14 A 24 ANOS

A **Lei da Aprendizagem** (Lei nº 10.097/2000) estabelece normas para a contratação de adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos por meio do regime de aprendizagem, visando à formação profissional e ao ingresso qualificado no mercado de trabalho. Esse dispositivo legal determina que empresas de médio e grande porte destinem de 5% a 15% de suas vagas para aprendizes, garantindo-lhes formação técnica e teórica em instituições capacitadas, simultaneamente à experiência prática no ambiente de trabalho.

O objetivo principal da aprendizagem é proporcionar aos jovens uma qualificação profissional que os prepare para futuras oportunidades no mercado, ao mesmo tempo em que combate o trabalho infantil e promove a inclusão social. O contrato de aprendizagem tem duração máxima de dois anos e assegura direitos trabalhistas e previdenciários aos aprendizes, como salário mínimo-hora, jornada compatível com a escolaridade e formação profissional supervisionada.

Para garantir a efetividade desse modelo, a Lei da Aprendizagem conta com a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e de outros órgãos competentes, que monitoram o cumprimento das cotas e a qualidade da formação oferecida. Além disso, programas voltados à inserção de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social têm sido implementados, com o objetivo de ampliar o acesso a essa modalidade de trabalho.

Cabe destacar que o município de Araucária conta com uma entidade qualificada na formação técnico-profissional, devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP) do Ministério do Trabalho e Emprego: o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR). As informações específicas sobre essa instituição serão apresentadas no capítulo dedicado às Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Araucária contava, em 2023, com 1.396 adolescentes e jovens de 14 a 24 anos contratados na condição de aprendizes, o que corresponde a 1,7% do total de 80.865 trabalhadores formais do município no período e a 5,6% dos 24.734 habitantes nessa faixa etária.

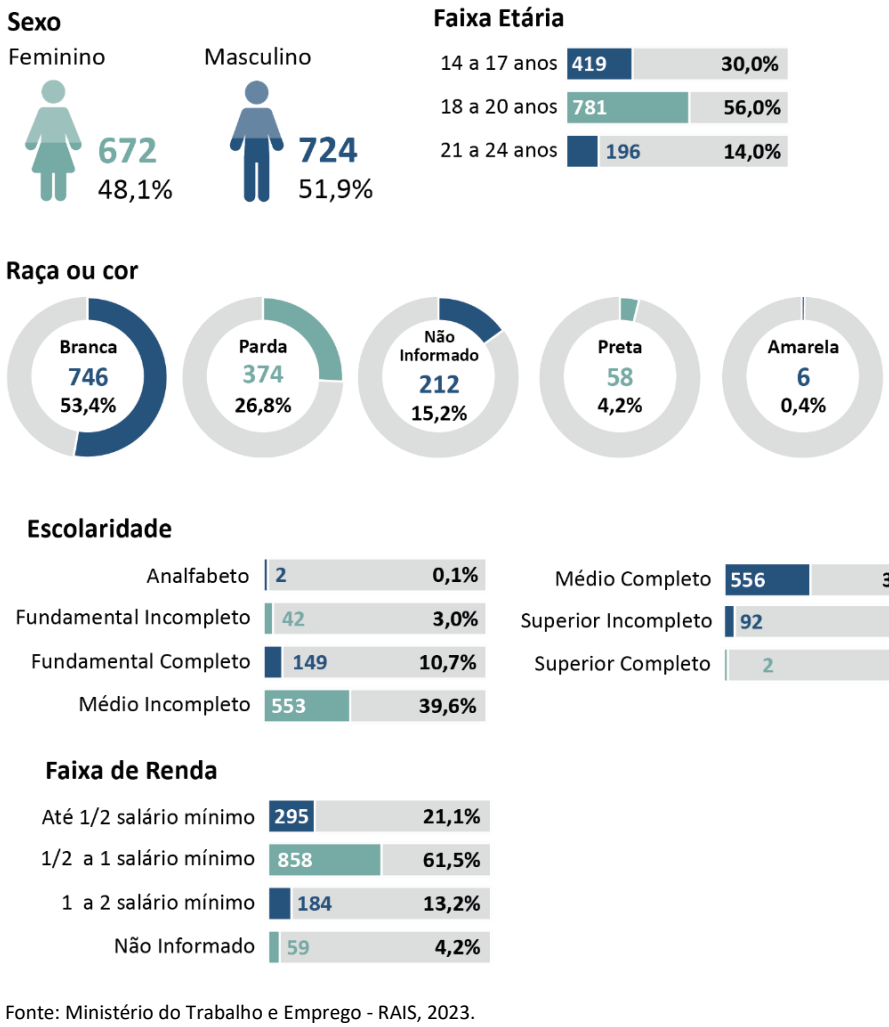
Figura 7: Taxa de aprendizagem



Fonte: IBGE, 2022; Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

No perfil dos aprendizes residentes de Araucária, destacam-se o sexo masculino (51,9%), a faixa etária de 18 a 20 anos (56,0%) e a raça ou cor branca (53,4%). Quanto à escolaridade, 39,6% dos aprendizes estão cursando o Ensino Médio, enquanto 39,9% já o concluíram. Além disso, a maioria dos aprendizes recebe entre 1/2 e 1 salário mínimo, representando 61,5% do total.

Figura 8: Perfil dos aprendizes



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

As ocupações que mais contratam aprendizes no município são as de auxiliar de escritório (36,2%), assistente administrativo (21,9%), alimentador de linha de produção (12,0%), auxiliar nos serviços de alimentação (7,4%) e atendente de lanchonete (6,7%).

Tabela 13: Aprendizes por ocupação

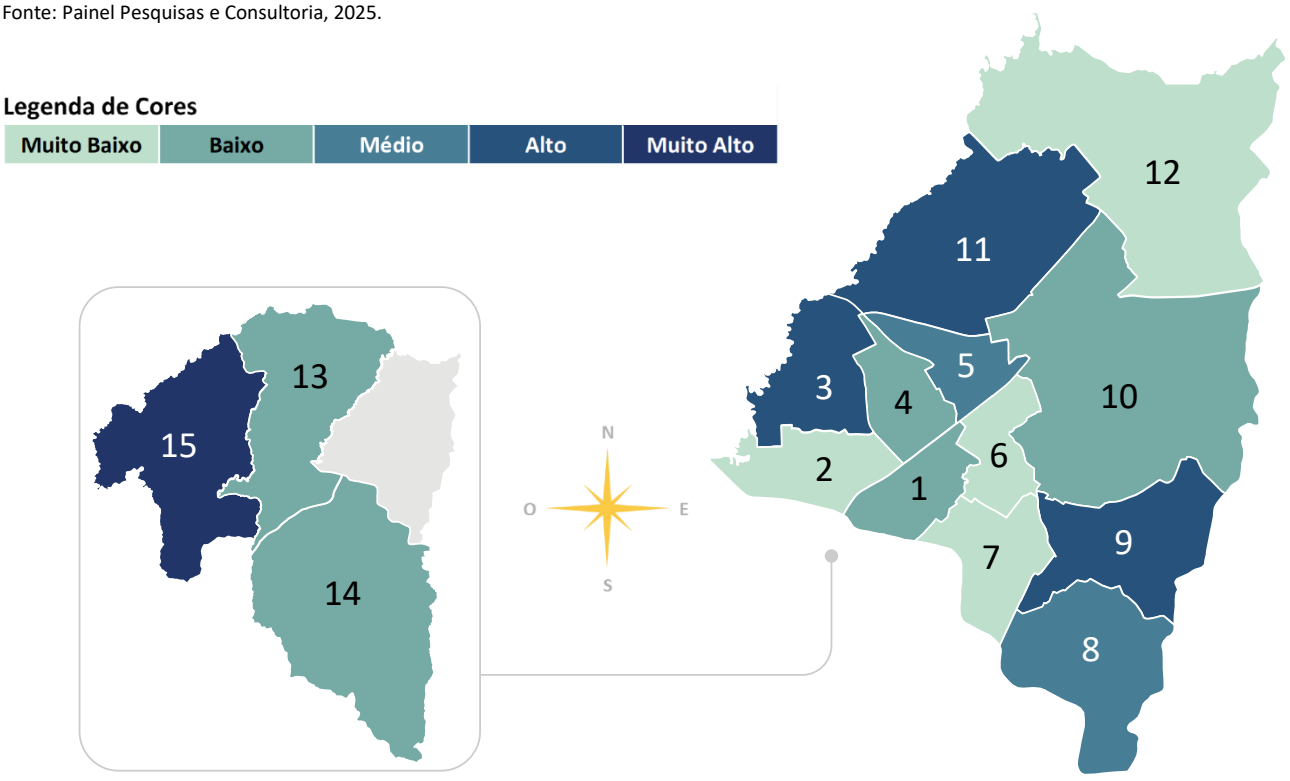
Ocupação	Quant.	(%)
Auxiliar de escritório	505	36,2%
Assistente administrativo	306	21,9%
Alimentador de linha de produção	167	12,0%
Auxiliar nos serviços de alimentação	103	7,4%
Atendente de lanchonete	94	6,7%
Mecânico de manutenção de máquinas, em geral	44	3,2%
Repositor de mercadorias	32	2,3%
Vendedor de comércio varejista	32	2,3%
Operador eletromecânico	21	1,5%
Programador visual gráfico	19	1,4%
Almoxarife	17	1,2%
Apontador de produção	15	1,1%
Eletricista de manutenção eletroeletrônica	7	0,5%
Limpeza e conservação de áreas públicas	5	0,4%
Eletricista de instalações	3	0,2%
Frentista	3	0,2%
Armazenista	2	0,1%
Assistente de vendas	2	0,1%
Controlador de entrada e saída	2	0,1%
Montador de equipamentos eletrônicos	2	0,1%
Operador de centro de usinagem com comando numérico	2	0,1%
Técnico em manutenção de instrumentos de precisão	2	0,1%
Técnico em segurança do trabalho	2	0,1%
Arquivista de documentos	1	0,1%
Auxiliar de logística	1	0,1%
Auxiliar de pessoal	1	0,1%
Balanceiro	1	0,1%
Conferente de carga e descarga	1	0,1%
Cumim	1	0,1%
Estoquista	1	0,1%
Inspetor de qualidade	1	0,1%
Montador de máquinas	1	0,1%
Total	**1.396**	**100,0%**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2023.

3.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Classificação Quintil	Indicadores do Perfil Socioeconômico – 8 Indicadores									CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	653,3	13,8%	3,7‰	3,8‰	49,8%	23,4%	12,5%	13,5%		
		<	>	>	>	>	>	>	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Renda nominal *per capita*	Renda *per capita* domiciliar de até 1/2 SM	Renda *per capita* domiciliar de até 1/8 SM	Adolescentes responsáveis pelo domicílio	Razão de dependência total	Unidades domésticas monoparentais femininas	Unidades domésticas monoparentais masculinas	Unidades domésticas estendidas ou compostas	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	2	835,0	8,4%	2,2	3,9	49,7%	23,4%	12,0%	13,1%	1	12,5%
	7	703,1	11,5%	1,4	-	47,6%	23,9%	10,3%	13,0%	1	12,5%
	6	879,0	6,8%	1,0	-	43,7%	25,4%	12,8%	13,0%	2	25,0%
	12	592,1	12,2%	3,3	-	48,8%	22,1%	13,6%	11,1%	2	25,0%
	1	1264,7	4,5%	0,5	-	52,4%	27,5%	14,0%	13,3%	3	37,5%
	10	530,0	10,1%	1,8	5,3	47,1%	24,0%	13,4%	10,4%	4	50,0%
	13	577,3	17,5%	3,0	2,9	61,7%	10,5%	13,5%	10,4%	4	50,0%
	4	929,8	7,2%	1,2	10,0	51,4%	24,6%	12,2%	13,7%	4	50,0%
	14	438,2	27,2%	8,8	1,5	62,6%	17,7%	12,4%	12,9%	4	50,0%
	8	478,6	19,3%	6,5	2,3	49,2%	24,4%	11,2%	14,0%	5	62,5%
	5	785,4	8,2%	1,8	5,8	50,0%	24,7%	13,6%	15,7%	5	62,5%
	3	551,1	16,7%	5,2	2,1	50,3%	24,5%	12,1%	14,8%	6	75,0%
	9	586,6	14,9%	4,8	7,7	46,1%	24,3%	12,9%	13,5%	6	75,0%
	11	551,0	15,9%	4,5	5,5	49,5%	23,4%	12,8%	14,1%	6	75,0%
	15	525,7	22,9%	7,4	7,9	58,9%	16,2%	15,1%	14,4%	7	87,5%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



4. PERFIL HABITACIONAL

O direito à habitação é um dos direitos humanos fundamentais, reconhecido em diversos instrumentos jurídicos internacionais e constituições nacionais. Este direito implica a garantia de um lar adequado para todos os indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica, e está intrinsecamente ligado à dignidade humana e ao bem-estar.

O conceito de habitação adequada abrange não apenas a disponibilidade de um teto sobre a cabeça, mas também a qualidade e as condições desse abrigo. Segundo os parâmetros internacionais, uma habitação adequada deve proporcionar segurança, paz e dignidade. Além disso, deve ser acessível, ter infraestrutura básica, ser localizada em um ambiente salubre e estar próxima a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte.

O direito à habitação é frequentemente destacado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 assegura esse direito no artigo 6º, que inclui a moradia como um dos direitos sociais fundamentais.

A concretização do direito à habitação enfrenta inúmeros desafios, especialmente em países em desenvolvimento. A urbanização rápida e desordenada, a especulação imobiliária e a falta de políticas públicas eficazes são alguns dos obstáculos que comprometem o acesso universal a moradias dignas. Em muitas regiões, a carência de habitação adequada resulta na proliferação de assentamentos informais e favelas, onde as condições de vida são precárias e os direitos básicos muitas vezes negligenciados.

Para mitigar esses problemas, é essencial que os governos implementem políticas públicas abrangentes e sustentáveis. Estas políticas devem incluir programas de habitação social, subsídios para moradia, regularização fundiária e incentivos à construção de habitações populares. Além disso, é crucial a participação ativa da sociedade civil e das organizações não governamentais na fiscalização e promoção de iniciativas que visem a garantia do direito à habitação.

Este capítulo analisa as condições habitacionais do município, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE. Serão apresentados indicadores que refletem a infraestrutura e a situação dos domicílios, incluindo a ausência de energia elétrica, a falta de abastecimento de água pela rede geral, a inexistência de coleta regular de lixo e a cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário. Além disso, será abordada a proporção de domicílios com cinco ou mais moradores, fator que pode indicar maior adensamento domiciliar. A partir desses indicadores, busca-se traçar um panorama das vulnerabilidades associadas às condições de moradia.

4.1. DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (IBGE, 2010)

A Região 15 e a Região 8 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios sem energia elétrica entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 775,0% e (-) 23,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem energia elétrica	Indicador (por mil dom.)
Região 7	3.466	-	-
Região 13	662	-	-
Região 6	1.951	-	-
Região 2	891	-	-
Região 10	1.104	-	-
Região 1	1.892	-	-
Região 3	2.133	-	-
Região 4	2.491	-	-
Região 8	3.841	2	0,52
Região 9	3.787	2	0,53
Região 11	7.388	4	0,54
Região 12	1.829	1	0,55
Região 5	1.673	2	1,20
Região 14	1.703	9	5,28
Região 15	672	4	5,95
Município	**35.483**	**24**	**0,68**

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios sem energia elétrica dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

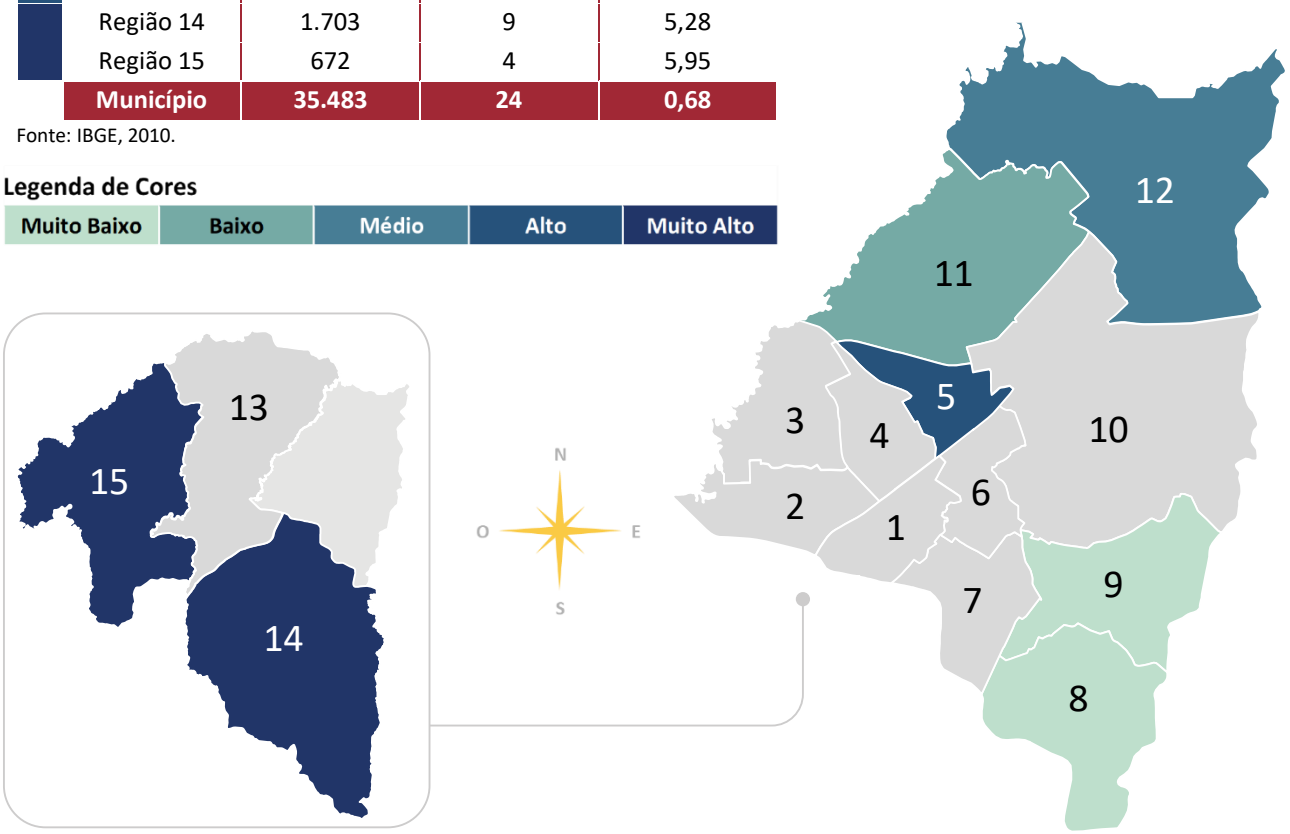
Menor Valor	Região 8	0,52
Média	**Araucária**	**0,68**
Maior Valor	Região 15	5,95

11,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

4.2. DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL

A Região 13 e a Região 7 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 872,2% e (-) 98,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem abastecimento de água	Indicador (%)
Região 5	2.071	-	-
Região 1	2.043	-	-
Região 4	2.809	-	-
Região 7	4.934	3	0,1%
Região 9	5.581	8	0,1%
Região 2	1.271	4	0,3%
Região 3	2.886	12	0,4%
Região 8	6.508	30	0,5%
Região 12	2.602	22	0,8%
Região 6	2.957	47	1,6%
Região 10	1.902	107	5,6%
Região 11	12.955	1.335	10,3%
Região 14	2.715	1.171	43,1%
Região 15	1.007	671	66,6%
Região 13	1.042	800	76,8%
Município	**53.283**	**4.210**	**7,9%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios sem abastecimento de água da rede geral dividido pelo total dos domicílios particulares ocupados, vezes 100

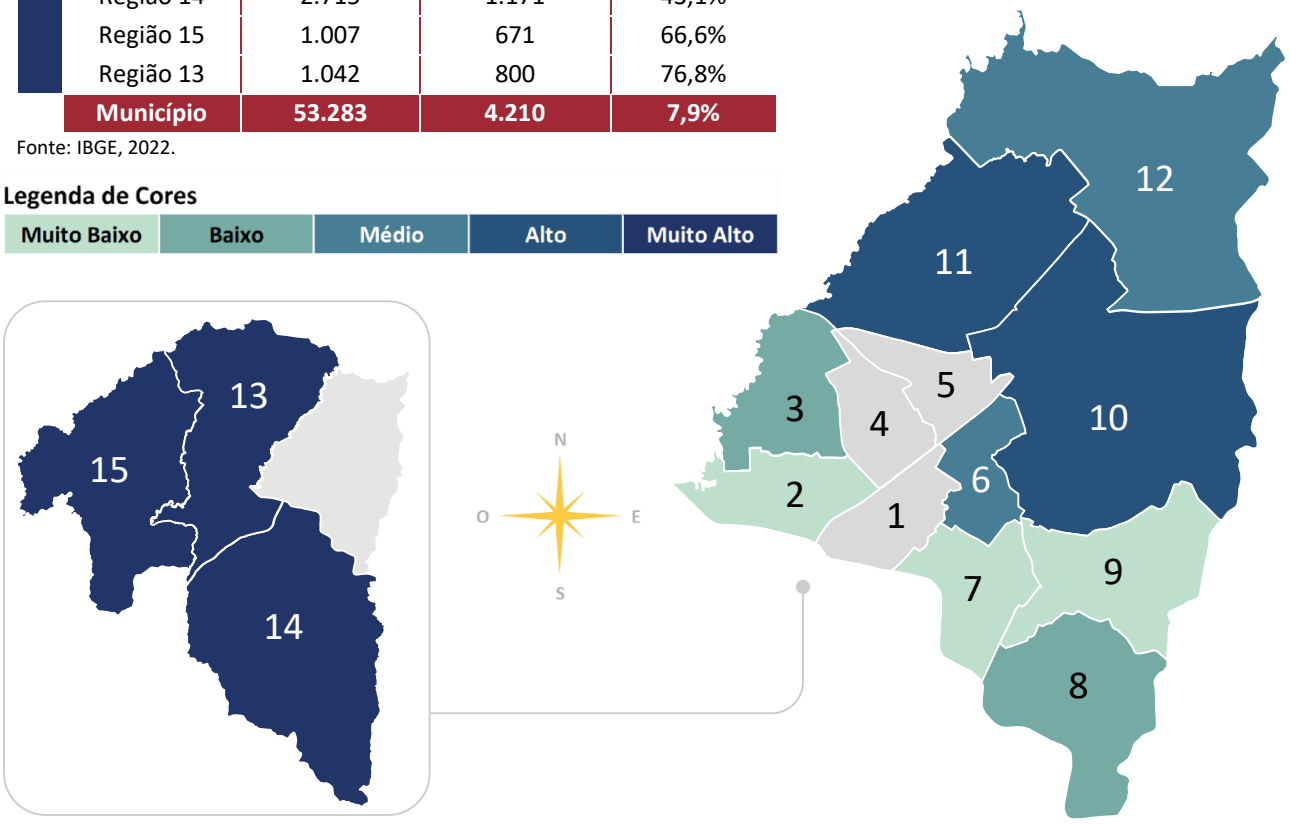
Menor Valor	Região 7	0,1%
Média	**Araucária**	**7,9%**
Maior Valor	Região 13	76,8%

768,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

4.3. DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO

A Região 14 e a Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios sem coleta de lixo, apresentando variações em torno da média geral de (+) 477,5% e (-) 95,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem coleta de lixo	Indicador (%)
Região 5	2.071	-	-
Região 2	1.271	5	0,4%
Região 8	6.508	75	1,2%
Região 7	4.934	69	1,4%
Região 4	2.809	49	1,7%
Região 12	2.602	46	1,8%
Região 9	5.581	180	3,2%
Região 3	2.886	222	7,7%
Região 10	1.902	148	7,8%
Região 6	2.957	249	8,4%
Região 1	2.043	182	8,9%
Região 11	12.955	1.642	12,7%
Região 13	1.042	241	23,1%
Região 15	1.007	239	23,7%
Região 14	2.715	1.396	51,4%
Município	**53.283**	**4.743**	**8,9%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios sem coleta de lixo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

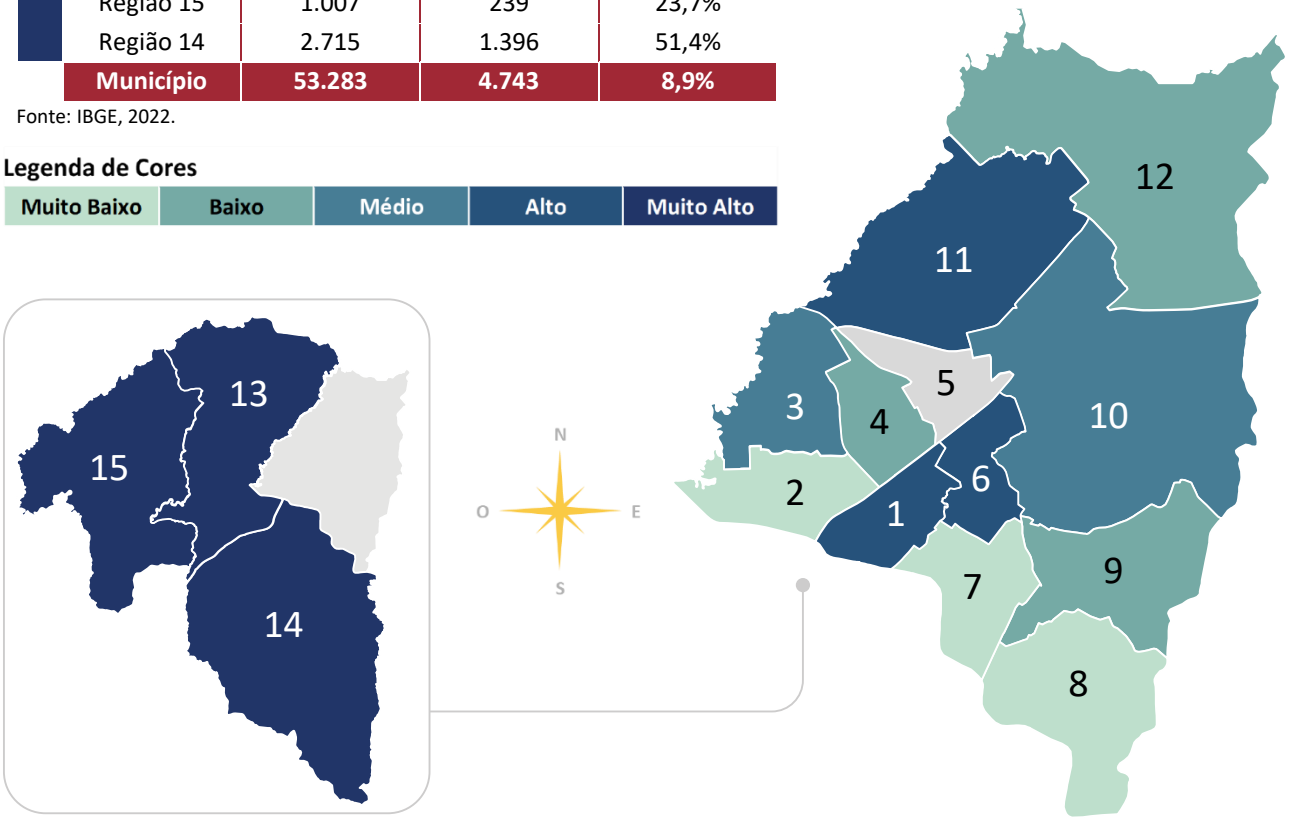
Menor Valor	Região 2	0,4%
Média	**Araucária**	**8,9%**
Maior Valor	Região 14	51,4%

128,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

4.4. COBERTURA DA REDE GERAL OU PLUVIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Região 6 e a Região 15 se destacam com a maior e menor cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 24,6% e (-) 98,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com rede de esgoto	Indicador (%)
Região 6	2.957	2.924	98,9%
Região 4	2.809	2.743	97,7%
Região 1	2.043	1.979	96,9%
Região 7	4.934	4.720	95,7%
Região 5	2.071	1.950	94,2%
Região 9	5.581	5.231	93,7%
Região 8	6.508	5.951	91,4%
Região 10	1.902	1.725	90,7%
Região 3	2.886	2.524	87,5%
Região 11	12.955	10.477	80,9%
Região 2	1.271	700	55,1%
Região 12	2.602	1.321	50,8%
Região 14	2.715	39	1,4%
Região 13	1.042	13	1,2%
Região 15	1.007	10	1,0%
Município	**53.283**	**42.307**	**79,4%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios com esgoto sanitário da rede geral ou pluvial dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

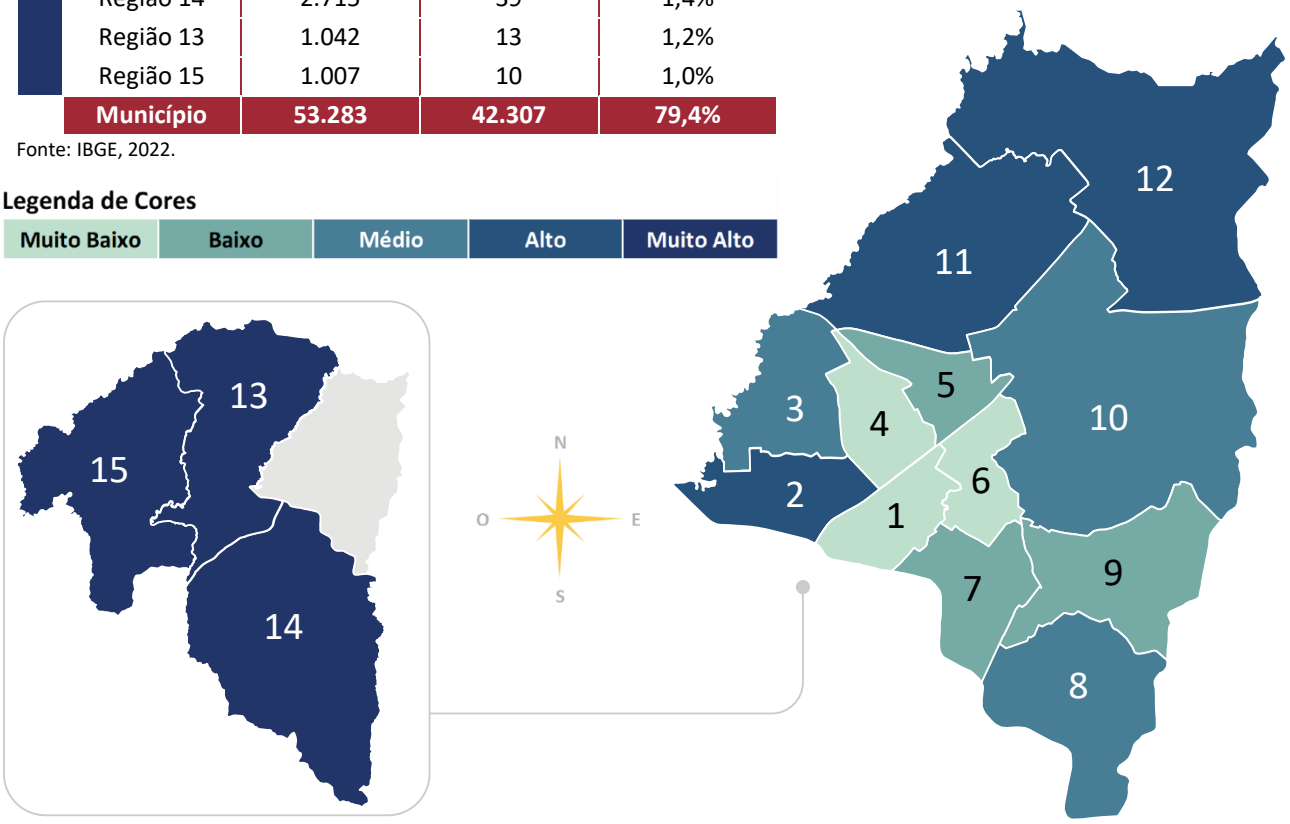
Menor Valor	Região 15	1,0%
Média	**Araucária**	**79,4%**
Maior Valor	Região 6	98,9%

98,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

4.5. DOMICÍLIOS COM 5 OU MAIS MORADORES

A Região 11 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com 5 ou mais moradores, apresentando variações em torno da média geral de (+) 17,8% e (-) 33,3%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com 5 ou mais moradores	Indicador (%)
Região 1	2.043	123	6,0%
Região 5	2.071	141	6,8%
Região 10	1.902	135	7,1%
Região 12	2.602	196	7,5%
Região 6	2.957	221	7,5%
Região 4	2.809	215	7,7%
Região 9	5.581	467	8,4%
Região 2	1.271	108	8,5%
Região 7	4.934	417	8,5%
Região 13	1.042	90	8,6%
Região 14	2.715	250	9,2%
Região 3	2.886	286	9,9%
Região 8	6.508	665	10,2%
Região 15	1.007	104	10,3%
Região 11	12.955	1.369	10,6%
Município	**53.283**	**4.787**	**9,0%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios com 5 ou mais moradores dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

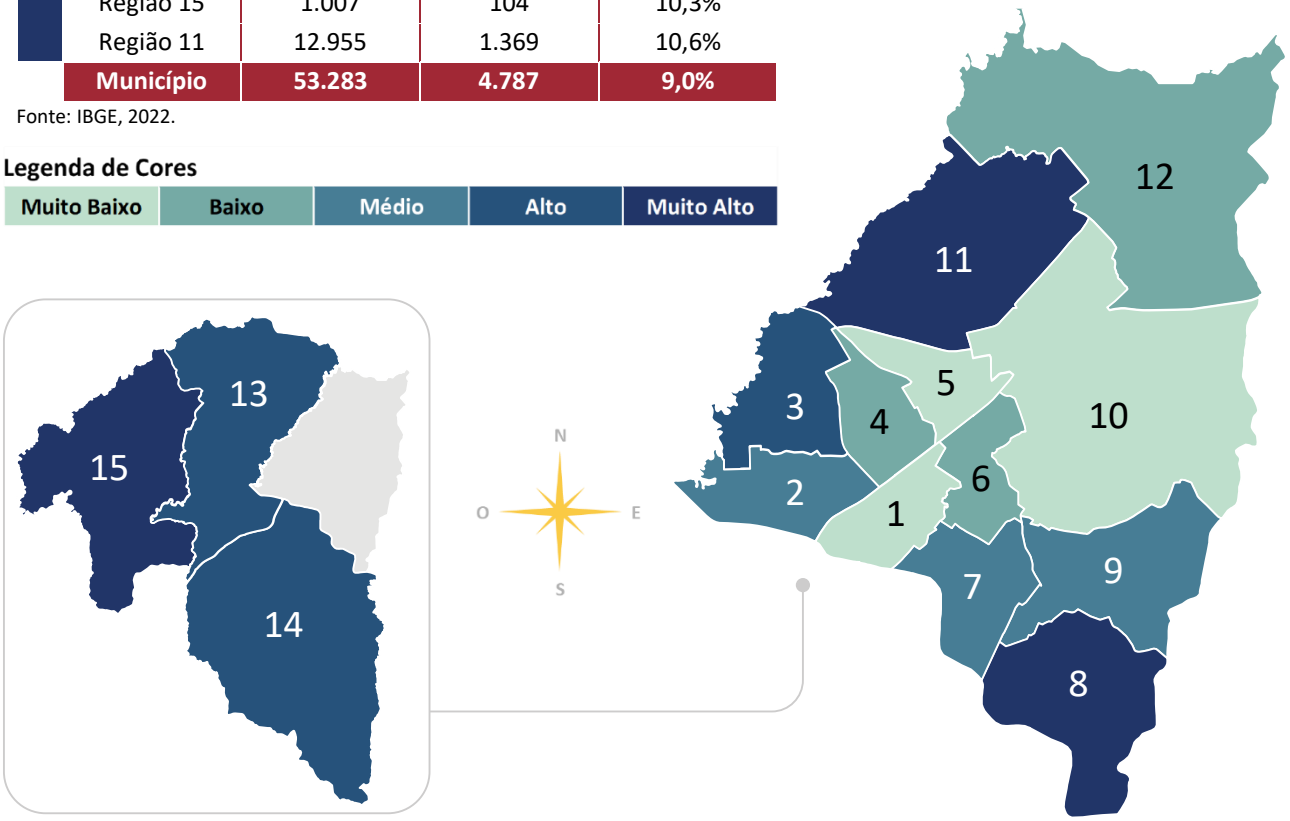
Menor Valor	Região 1	6,0%
Média	**Araucária**	**9,0%**
Maior Valor	Região 11	10,6%

1,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



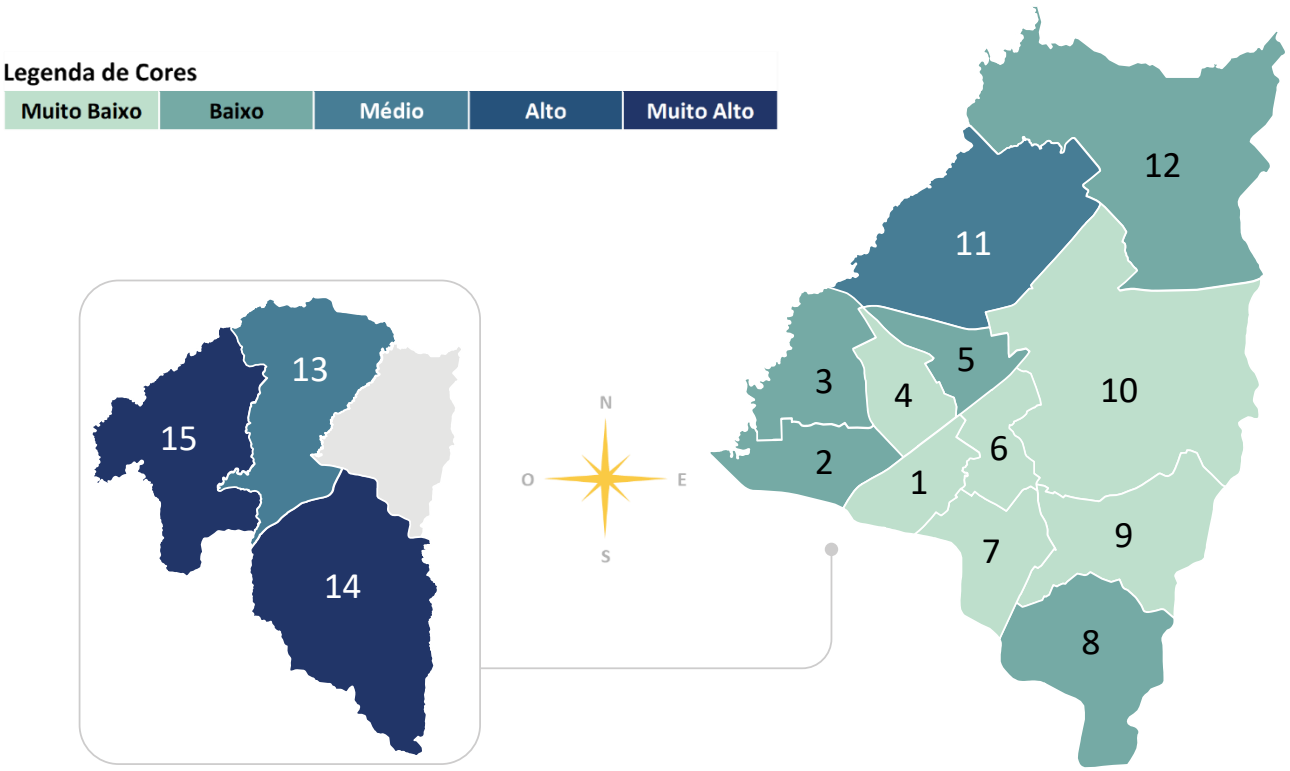
Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

4.6. MAPA SOCIAL DO PERFIL HABITACIONAL

Classificação Quintil	Indicadores do Perfil Habitacional – 5 Indicadores							
	Média Geral	0,68‰	7,9%	8,9%	79,4%	9,0%	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
		>	>	>	<	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Domicílios sem energia elétrica	Domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Domicílios sem coleta de lixo	Cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário	Domicílios com 5 ou mais moradores	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	1	-	-	8,9%	96,9%	6,0%	0	0,0%
	4	-	-	1,7%	97,7%	7,7%	0	0,0%
	6	-	1,6%	8,4%	98,9%	7,5%	0	0,0%
	7	-	0,1%	1,4%	95,7%	8,5%	0	0,0%
	9	0,53	0,1%	3,2%	93,7%	8,4%	0	0,0%
	10	-	5,6%	7,8%	90,7%	7,1%	0	0,0%
	2	-	0,3%	0,4%	55,1%	8,5%	1	20,0%
	3	-	0,4%	7,7%	87,5%	9,9%	1	20,0%
	5	1,20	-	-	94,2%	6,8%	1	20,0%
	8	0,52	0,5%	1,2%	91,4%	10,2%	1	20,0%
	12	0,55	0,8%	1,8%	50,8%	7,5%	1	20,0%
	11	0,54	10,3%	12,7%	80,9%	10,6%	3	60,0%
	13	-	76,8%	23,1%	1,2%	8,6%	3	60,0%
	14	5,28	43,1%	51,4%	1,4%	9,2%	5	100,0%
	15	5,95	66,6%	23,7%	1,0%	10,3%	5	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



5. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA)

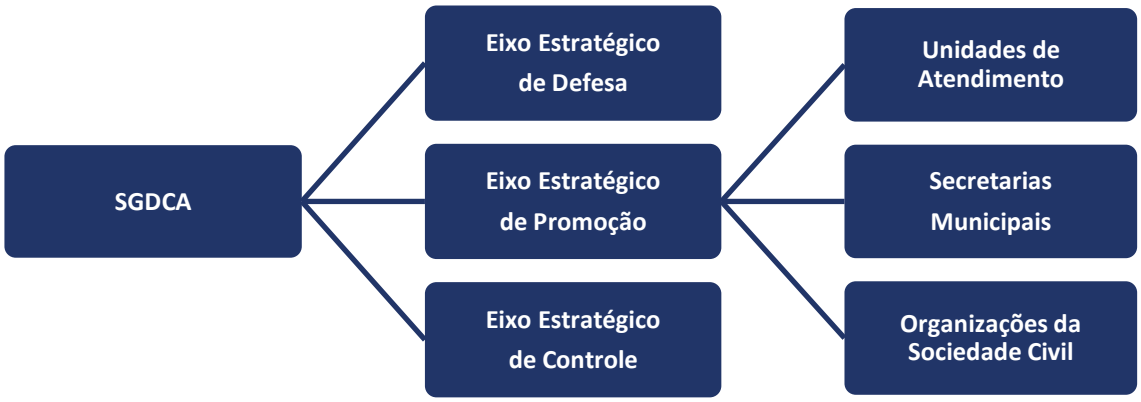
O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), concebido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui-se na articulação integrada e sistemática das instâncias públicas governamentais — em níveis federal, estadual/distrital e municipal — e da sociedade civil, voltada à aplicação de instrumentos normativos e à elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos da criança e do adolescente.[9]

Os dados apresentados foram obtidos a partir de cadastros e sites oficiais de diversas fontes, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura Municipal de Araucária e suas Secretarias Municipais, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado do Paraná. Consideraram-se, ainda, as instituições ativas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A organização e a classificação da Rede de Atendimento foram orientadas pela Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do SGDCA, delineando o papel dos atores na operacionalização das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no ECA.

Dessa forma, como fundamento normativo-legal, o mapeamento da Rede de Atendimento observou os preceitos definidos na referida Resolução quanto à sua classificação, considerando que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o SGDCA devem atuar de forma articulada, com base em três eixos estratégicos: Defesa, Promoção e Controle.

Figura 9: Classificação da rede de atendimento

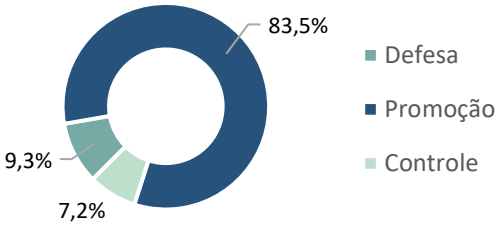


[9] Artigos 70-A e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em Araucária foram mapeadas 237 instituições que compõem a rede de atendimento do SGDCA, classificadas dentro dos eixos estratégicos de ação conforme tabela abaixo. Cada um dos eixos será detalhado nos capítulos seguintes.

Tabela 14: Instituições por eixo estratégico de ação

Eixos estratégico de ação	Quant.	(%)
Defesa	22	9,3%
Promoção	198	83,5%
Controle	17	7,2%
Total de instituições	**237**	**100,0%**



5.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Este eixo representa 9,3% do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pela garantia do acesso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, compostos pelos órgãos públicos judiciais; Ministério Público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; Advocacia Geral da União e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Quadro 4: Instituições do Eixo Estratégico de Defesa

Descrição	Quant.
Conselho Tutelar	**2**
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em Araucária	**7**
Vara Cível	2
Vara Criminal e de Execuções Criminais	1
Vara de Família e Sucessões	1
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)	1
Serviço Social, Psicologia e Comissário de menores	1
Juizados Especiais	1
Ministério Público de Araucária	**3**
Promotoria de Justiça	3
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em Araucária	**2**
Vara do Trabalho	2
Ministério do Trabalho	**1**
Secretaria Municipal de Segurança Pública	**3**
Defesa Civil	1
Patrulha Maria da Penha	1
Guarda Municipal	1
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em Araucária	**4**
Delegacia de Polícia	1
Delegacia da Mulher	1
6º BBM Araucária	1
17º Batalhão de Polícia Militar	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	**22**

5.2. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO

Este eixo representa 83,5% do total de instituições mapeadas, e é caracterizado pela promoção e efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, por meio da política de atendimento desenvolvida estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular todas as políticas públicas em favor da proteção integral. Assim, neste eixo são considerados os atores envolvidos na execução de serviços e programas em três frentes de atuação: voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Quadro 5: Instituições do Eixo Estratégico de Promoção

Descrição	Quant.
Unidades de atendimento	**165**
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	8
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1
Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (COMSE)	1
Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM)	1
Centro de Convivência do Idoso	1
Centro Pop	1
Centro de Referência em Capacitação	1
Unidade de Acolhimento Institucional Infantil	1
Unidade de Acolhimento Institucional Famílias	1
Casa de Passagem	1
Unidade Básica de Saúde (UBS)	4
Unidade de Estratégia de Saúde da Família (UESF)	13
Unidades de Apoio	4
Centro de Saúde da Mulher e do Idoso (CSMI)	1
Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEMO)	1
Centro de Testagem e Aconselhamento - HIV, Sífilis e Hepatites Virais (CTA/SAE/SOA)	1
Centro de Especialidades Terapêuticas (CET)	1
Serviço de Saúde Especial (SSE)	1
Hospital Geral	1
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	1
Pronto Atendimento Infantil (PAI)	1
Central de Ambulâncias	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS 2, CAPS AD e CAPS i)	3
Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador	1
Família Acolhedora	1
Unidades Educacionais*	112
Sistema Nacional de Emprego - SINE - Posto de Atendimento ao Trabalhador	1

Secretarias Municipais	**21**
Secretaria Municipal de Administração	1
Secretaria Municipal de Agricultura	1
Secretaria Municipal de Assistência Social	1
Secretaria Municipal de Comunicação Social	1
Secretaria Municipal de Controladoria	1
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1
Secretaria Municipal de Educação	1
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	1
Secretaria Municipal de Finanças	1
Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas	1
Secretaria Municipal de Governo	1
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	1
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1
Secretaria Municipal Obras e Transporte	1
Secretaria Municipal de Planejamento	1
Secretaria Municipal de Políticas Públicas	1
Secretaria Municipal de Procuradoria	1
Secretaria Municipal de Saúde	1
Secretaria Municipal de Segurança Pública	1
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego	1
Secretaria Municipal de Urbanismo	1
Organizações da Sociedade Civil	**12**
APPF do CMAEE-AI Joelma do Rocio Tulio	1
APPF da EM Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira	1
Associação Araucariense de Handebol (AAH)	1
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	1
Associação Esportiva Vencer	1
Centro de Integração Escola Empresa (CIEE)	1
Instituto Schnorr	1
Organização Nacional Pró-Comunidade (ONPC)	1
Projeto Garoto Cidadão - Fundação CSN	1
Reencontro - Apoio a Adoção Consciente	1
Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU)	1
Lions Clube Curitiba - Batel	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	**198**

Nota (*): Fonte: Censo Escolar. INEP, 2024. Foram consideradas todas as unidades educacionais em atividade, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública municipal, estadual ou federal).

5.3. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

Este eixo representa 7,2% do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pelo controle social no planejamento, acompanhamento, e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos fundamentais. Tal controle é realizado pelos conselhos de direito, conselhos setoriais e órgãos de controle interno e externo definidos pela Constituição Federal. Os Conselhos são instâncias públicas colegiadas, onde se assegura a paridade da participação de órgãos governamentais, de entidades sociais e da sociedade civil.

Quadro 6: Instituições do Eixo Estratégico de Controle

Descrição	Quant.
Conselho de Direito	**4**
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)	1
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)	1
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI)	1
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMUDE)	1
Conselhos Setoriais	**13**
Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	1
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	1
Conselho Municipal de Contribuintes (CMC)	1
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)	1
Conselho Municipal de Educação (CME)	1
Conselho do FUNDEB	1
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC)	1
Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)	1
Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR)	1
Conselho Municipal do Plano Diretor de Araucária (CMPD)	1
Conselho Municipal de Saúde de Araucária (COMUSAR)	1
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	1
Conselho Municipal de Turismo de Araucária (COMTUR)	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	**17**

6. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O direito à convivência familiar e comunitária é um dos fundamentos da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) e na Constituição Federal (artigo 227). De acordo com o ECA, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, condições que garantam a crianças e adolescentes o pleno desenvolvimento em um ambiente de afeto, respeito e segurança (artigo 4º).

Toda criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família, sendo a convivência familiar reconhecida como essencial para a formação emocional, moral, intelectual e social (artigo 19). Quando, por qualquer motivo, esse direito é ameaçado ou violado, o poder público deve adotar medidas para preservar os vínculos familiares, promover o fortalecimento das relações afetivas e, apenas em situações excepcionais, proceder ao acolhimento institucional ou familiar, sempre em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Nesse contexto, os serviços da Assistência Social desempenham um papel fundamental. Por meio da rede de proteção socioassistencial, especialmente dos serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, são desenvolvidas ações para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade, prevenir a ruptura de vínculos e fomentar a convivência comunitária.

Serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) atuam diretamente na escuta, orientação e acompanhamento das famílias, buscando prevenir situações de negligência, violência, abandono e outras formas de violação de direitos. Esses serviços oferecem apoio sociofamiliar, promovem o acesso a benefícios e políticas públicas e fortalecem a autonomia familiar para que os próprios responsáveis possam garantir a proteção de seus filhos.

Além disso, quando a manutenção da criança ou do adolescente em sua família de origem não é possível, a Assistência Social participa do processo de acolhimento, seja em instituição ou em programa de família acolhedora, sempre com a perspectiva prioritária da reintegração familiar ou, se inviável, da colocação em família substituta, conforme o disposto no ECA.

A garantia da convivência familiar e comunitária é, sobretudo, um caminho para fortalecer trajetórias de vida mais seguras e promissoras. Valorizar esse direito significa reconhecer que o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes depende de relações de afeto, pertencimento e apoio, que devem ser cultivadas, respeitadas e preservadas em todas as circunstâncias.

6.1. CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O CadÚnico é um instrumento de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, para seleção, cadastro e inclusão de famílias de baixa renda em programas socioassistenciais e de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) da Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros. Neste cadastro são registradas informações socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Com a implementação do SUAS, o CadÚnico foi integrado à política da assistência social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, e seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). A seguir serão apresentados os dados de pessoas e famílias residentes de Araucária inscritas no CadÚnico.

Em 2024, Araucária contava com 22.831 famílias inscritas no CadÚnico, representando 42,8% do total de domicílios particulares ocupados no município (IBGE 2022). Com relação à situação cadastral, 71,9% das famílias possuem cadastros atualizados, ou seja, aqueles que foram retificados em algum momento nos dois anos anteriores ao período de referência (2024 e 2023). É importante ressaltar que, apesar de apresentar o indicador de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado, toda a análise subsequente levará em consideração apenas os cadastros atualizados.

Figura 10: Total de famílias inscritas no CadÚnico



53.283
Domicílios particulares ocupados



22.831
Famílias inscritas no CadÚnico

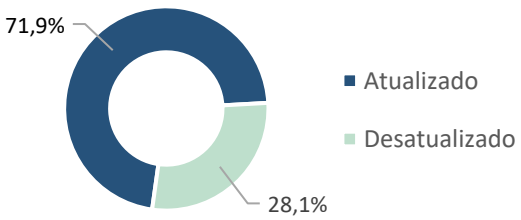
42,8%
Indicador (%)

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, 2024.

Tabela 15: Situação cadastral das famílias no CadÚnico

Situação	Quant.	(%)
Atualizado	16.415	71,9%
Desatualizado	6.416	28,1%
Total	**22.831**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.



6.1.1. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO

A Região 11 e a Região 10 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico, apresentando variações em torno da média geral de (+) 27,8% e (-) 42,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias inscritas no CadÚnico	Indicador (%)
Região 10	1.902	471	24,8%
Região 2	1.271	316	24,9%
Região 13	1.042	260	25,0%
Região 15	1.007	266	26,4%
Região 6	2.957	856	28,9%
Região 7	4.934	1.521	30,8%
Região 5	2.071	672	32,4%
Região 12	2.602	983	37,8%
Região 14	2.715	1.083	39,9%
Região 1	2.043	818	40,0%
Região 4	2.809	1.160	41,3%
Região 9	5.581	2.447	43,8%
Região 8	6.508	3.312	50,9%
Região 3	2.886	1.576	54,6%
Região 11	12.955	7.090	54,7%
Município	**53.283**	**22.831**	**42,8%**

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, 2024.

Definição: Famílias inscritas no CadÚnico dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

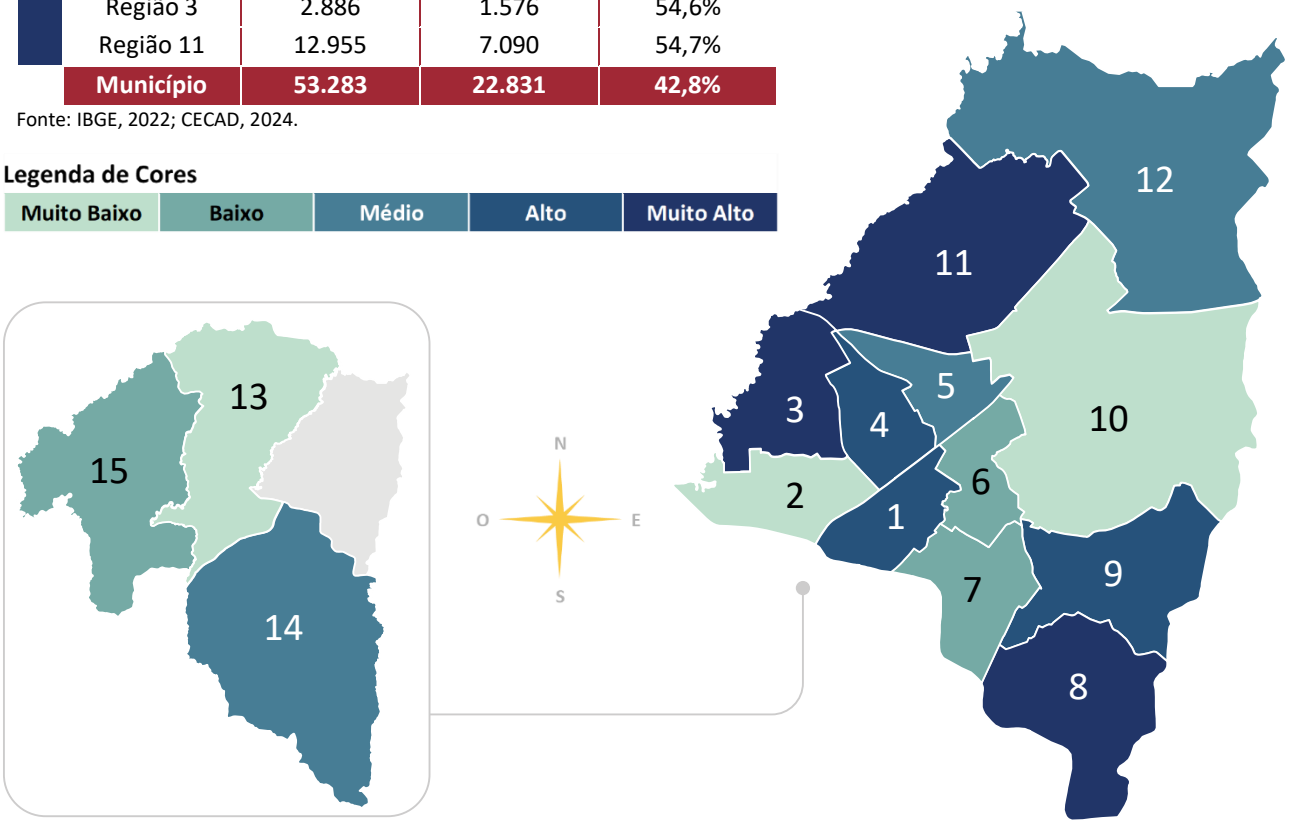
Menor Valor	Região 10	24,8%
Média	**Araucária**	**42,8%**
Maior Valor	Região 11	54,7%

2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

6.1.2. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO

A Região 11 e a Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 20,8% e (-) 45,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com cadastro desatualizado	Indicador (%)
Região 2	1.271	82	6,5%
Região 13	1.042	79	7,6%
Região 15	1.007	79	7,8%
Região 10	1.902	159	8,4%
Região 7	4.934	473	9,6%
Região 5	2.071	211	10,2%
Região 6	2.957	303	10,3%
Região 12	2.602	281	10,8%
Região 14	2.715	302	11,1%
Região 1	2.043	247	12,1%
Região 4	2.809	344	12,2%
Região 9	5.581	690	12,4%
Região 8	6.508	885	13,6%
Região 3	2.886	409	14,2%
Região 11	12.955	1.872	14,5%
Município	**53.283**	**6.416**	**12,0%**

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, 2024.

Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

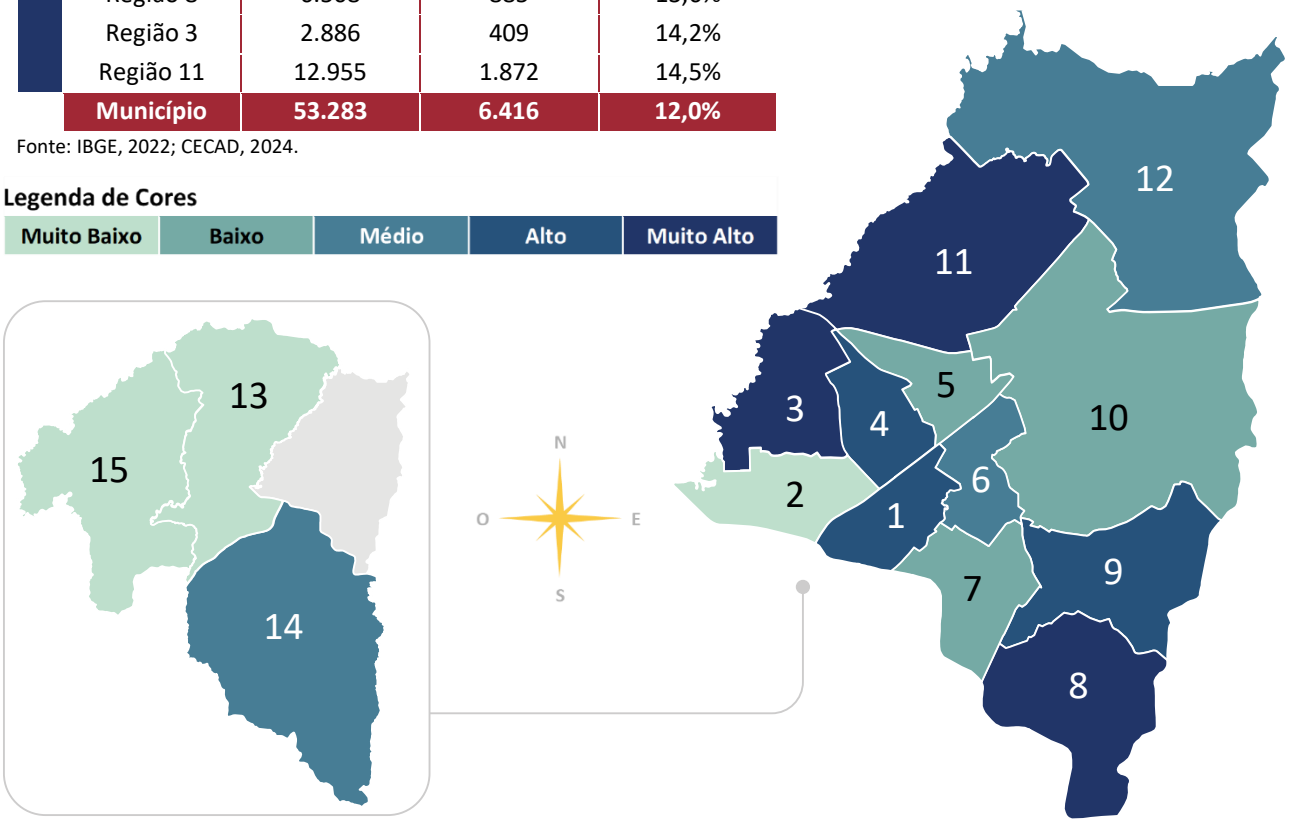
Menor Valor	Região 2	6,5%
Média	**Araucária**	**12,0%**
Maior Valor	Região 11	14,5%

2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

6.1.3. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO

A Região 3 e a Região 10 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 31,2% e (-) 46,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com cadastro atualizado	Indicador (%)
Região 10	1.902	312	16,4%
Região 13	1.042	181	17,4%
Região 2	1.271	234	18,4%
Região 15	1.007	187	18,6%
Região 6	2.957	553	18,7%
Região 7	4.934	1.048	21,2%
Região 5	2.071	461	22,3%
Região 12	2.602	702	27,0%
Região 1	2.043	571	27,9%
Região 14	2.715	781	28,8%
Região 4	2.809	816	29,0%
Região 9	5.581	1.757	31,5%
Região 8	6.508	2.427	37,3%
Região 11	12.955	5.218	40,3%
Região 3	2.886	1.167	40,4%
Município	**53.283**	**16.415**	**30,8%**

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, 2024.

Definição: Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

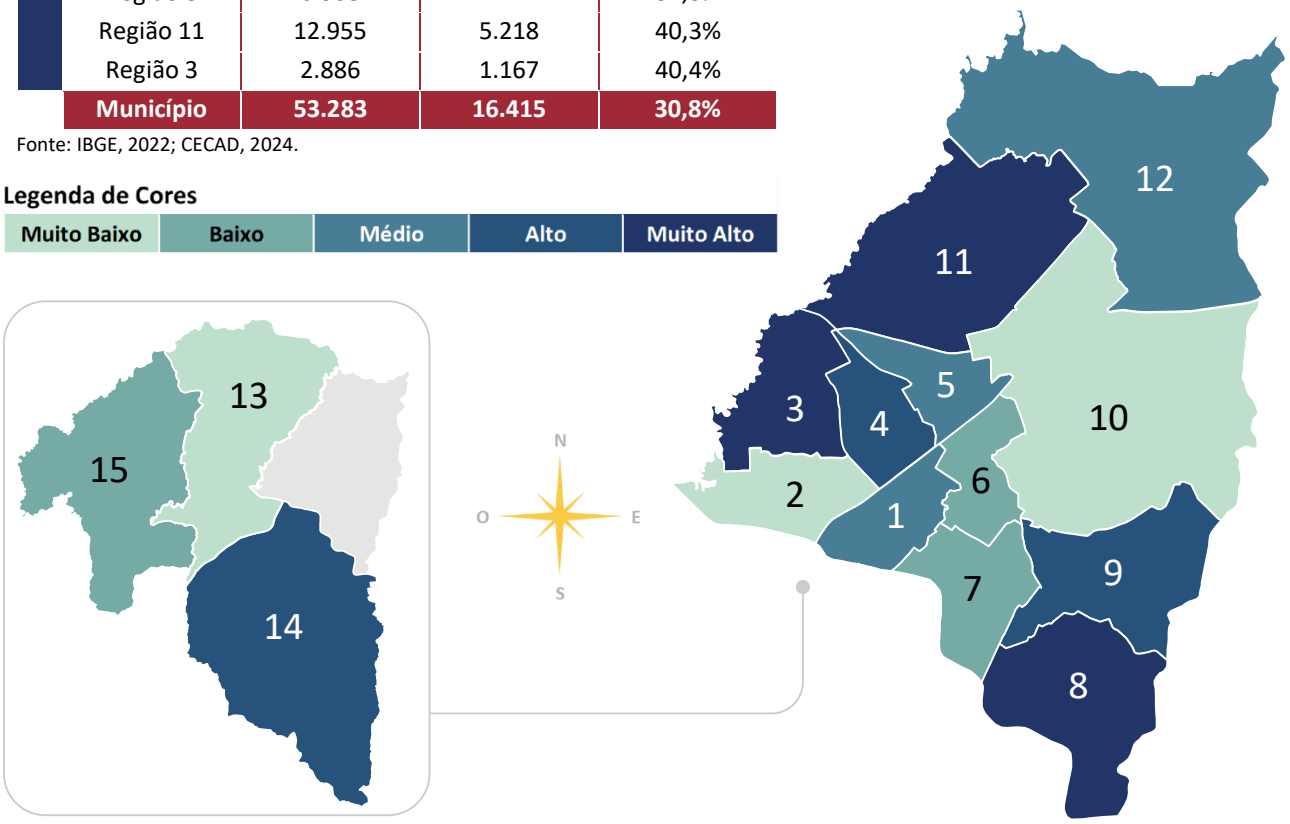
Menor Valor	Região 10	16,4%
Média	**Araucária**	**30,8%**
Maior Valor	Região 3	40,4%

2,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

A partir daqui serão exploradas algumas características das famílias inscritas no CadÚnico no município. Com relação à renda, 34,4% das famílias inscritas possuem renda *per capita* de até 1/8 de salário-mínimo. Para a análise da renda familiar foi adotado o valor de salário-mínimo vigorado em 2024, ano de referência do Diagnóstico, portanto as faixas de renda correspondem à R$ 176,50, R$ 353,00, R$ 706,00 e R$ 1.412,00, respectivamente. Além disso, 41,2% das famílias inscritas no CadÚnico são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Tabela 16: Faixa de renda *per capita* das famílias inscritas no CadÚnico

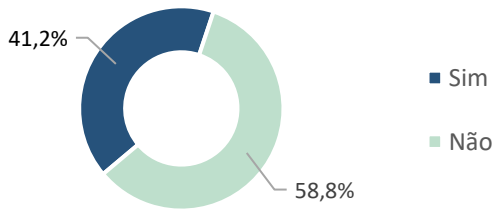
Faixa de renda *per capita*	Quant.	(%)
Até 1/8 de salário mínimo	5.663	34,4%
De 1/8 a 1/4 de salário mínimo	1.898	11,6%
De 1/4 a 1/2 salário mínimo	2.941	17,9%
De 1/2 a 1 salário mínimo	4.130	25,2%
Mais de 1 salário mínimo	1.783	10,9%
Total	**16.415**	**100,0%**



Fonte: CECAD, 2024.

Tabela 17: Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF

Recebe PBF?	Quant.	(%)
Sim	6.769	41,2%
Não	9.646	58,8%
Total	**16.415**	**100,0%**



Fonte: CECAD, 2024.

6.1.4. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

A Região 11 e a Região 6 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico que recebem auxílio do Programa Bolsa Família (PBF) entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 13,6% e (-) 24,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	Famílias no CadÚnico	Famílias que recebem PBF	Indicador (%)
Região 6	553	173	31,3%
Região 5	461	147	31,9%
Região 10	312	111	35,6%
Região 2	234	85	36,3%
Região 4	816	299	36,6%
Região 12	702	258	36,8%
Região 8	2.427	925	38,1%
Região 7	1.048	401	38,3%
Região 13	181	70	38,7%
Região 9	1.757	688	39,2%
Região 15	187	76	40,6%
Região 14	781	336	43,0%
Região 1	571	249	43,6%
Região 3	1.167	511	43,8%
Região 11	5.218	2.440	46,8%
Município	**16.415**	**6.769**	**41,2%**

Fonte: CECAD, 2024.

Definição: Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

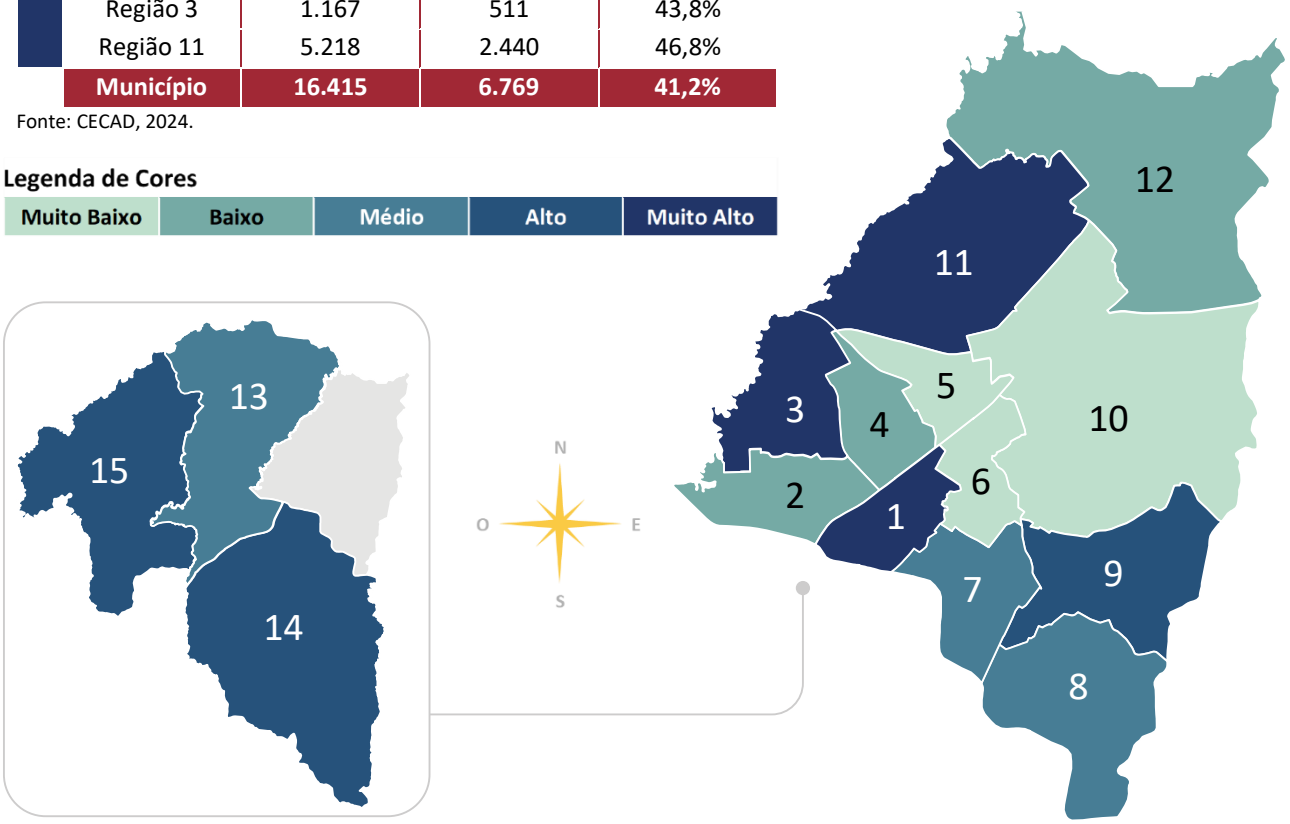
Menor Valor	Região 6	31,3%
Média	**Araucária**	**41,2%**
Maior Valor	Região 11	46,8%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

6.1.5. PESSOAS POR FAMÍLIA INSCRITAS NO CADÚNICO

A Região 15 e a Região 1 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas por família inscritas no CadÚnico entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 8,4% e (-) 25,9%.

Regiões geográficas	Famílias inscritas no CadÚnico	Pessoas inscritas no CadÚnico	Pessoas por família
Região 1	571	1.062	1,86
Região 5	461	1.070	2,32
Região 6	553	1.352	2,44
Região 13	181	446	2,46
Região 4	816	2.028	2,49
Região 11	5.218	13.058	2,50
Região 10	312	782	2,51
Região 9	1.757	4.412	2,51
Região 7	1.048	2.640	2,52
Região 2	234	593	2,53
Região 3	1.167	2.965	2,54
Região 14	781	2.004	2,57
Região 12	702	1.831	2,61
Região 8	2.427	6.368	2,62
Região 15	187	509	2,72
Município	**16.415**	**41.120**	**2,51**

Fonte: CECAD, 2024.

Definição: Pessoas inscritas no CadÚnico dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico

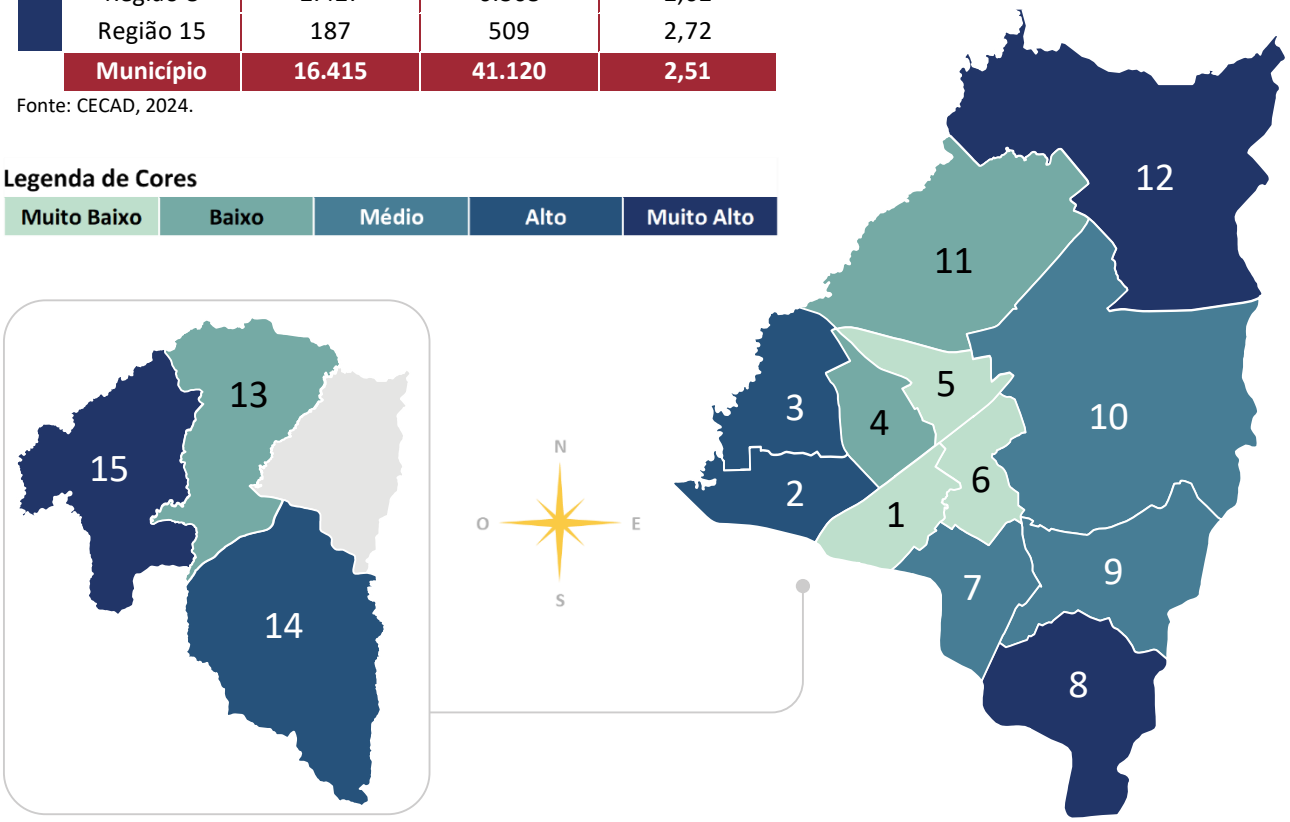
Menor Valor	Região 1	1,86
Média	**Araucária**	**2,51**
Maior Valor	Região 15	2,72

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



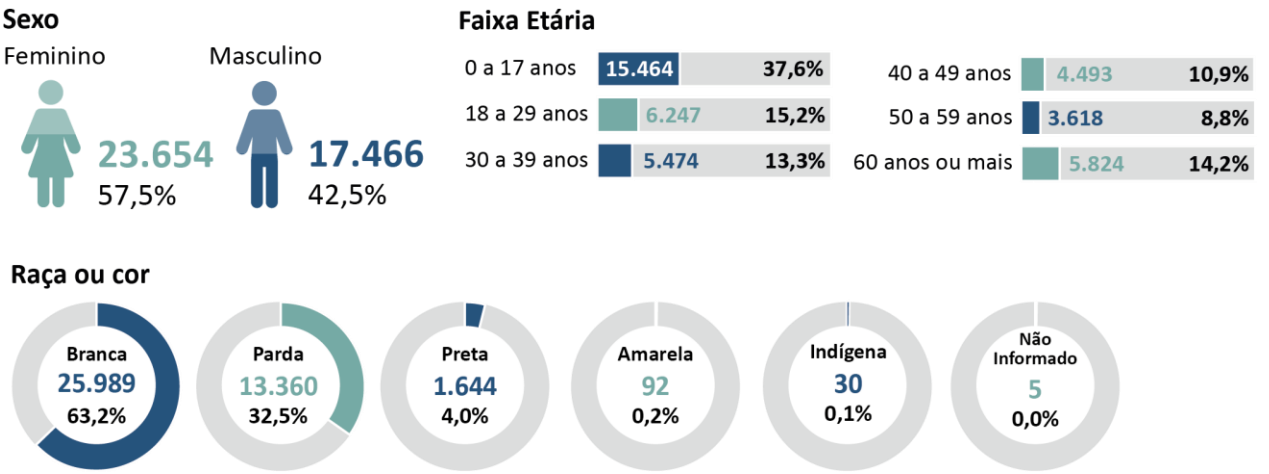
Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

6.1.5.1. Pessoas inscritas no CadÚnico em relação ao perfil

No perfil dos inscritos no CadÚnico, destaca-se o sexo feminino, representando 57,5% do total de pessoas, a faixa etária de 0 a 17 anos (crianças e adolescentes), com 37,6%, e a raça ou cor branca (63,2%).

Figura 11: Perfil das pessoas inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2024.

Cerca de 14 a cada 100 pessoas inscritas no CadÚnico possuem algum tipo deficiência ou transtorno, com relação aos tipos, destacam-se a deficiência física (39,3%), baixa visão (26,1%) e transtorno/doença mental (21,1%). É importante ressaltar que a mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência ou transtorno.

Tabela 18: Pessoas com deficiência ou transtorno no CadÚnico

Possui deficiência?	Quant.	(%)
Sim	5.704	13,9%
Não	35.416	86,1%
Total	**41.120**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.

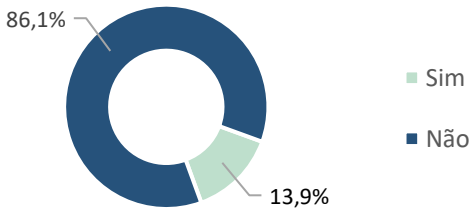


Tabela 19: Tipo de deficiência ou transtorno dos inscritos no CadÚnico

Tipo de deficiência ou transtorno	Quant.	(%)
Deficiência física	2.239	39,3%
Baixa visão	1.491	26,1%
Transtorno/doença mental	1.203	21,1%
Deficiência mental ou intelectual	912	16,0%
Surdez leve	323	5,7%
Surdez severa	244	4,3%
Cegueira	211	3,7%
Síndrome de down	73	1,3%
Total	**5.704**	*

Fonte: CECAD, 2024.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência ou transtorno.

6.1.5.2. Pessoas inscritas no CadÚnico em relação à educação

Com relação à educação, 62,4% das pessoas inscritas no CadÚnico relataram que não frequentam a escola atualmente, mas já frequentaram no passado. Já dos que estão frequentando a escola **(34,3%)** a maioria acessa a rede pública de ensino. 3,3% das pessoas não frequentaram a escola em nenhum momento da vida. É importante ressaltar que, para a análise dos dados referentes à educação, foram consideradas apenas as pessoas com 4 anos de idade ou mais (idade escolar obrigatória)[10].

Tabela 20: Pessoas no CadÚnico em relação à frequência escolar

Frequenta a escola?	Quant.	(%)
Sim, na rede pública	**12.525**	**33,1%**
Sim, na rede particular	**469**	**1,2%**
Não, mas já frequentou	23.575	62,4%
Nunca frequentou	1.240	3,3%
Total	**37.809**	**100,0%**

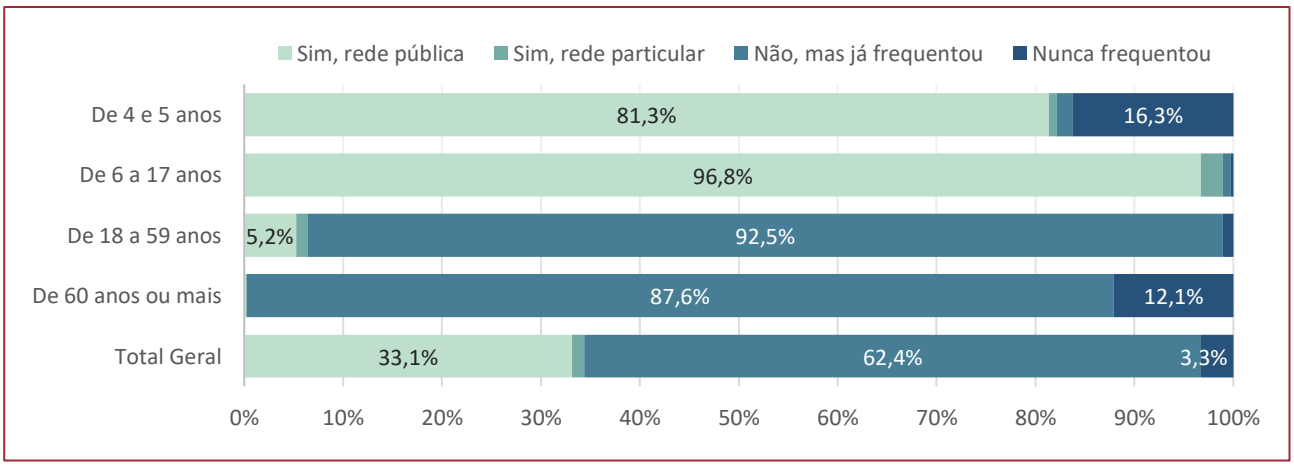
Fonte: CECAD, 2024.

Abrindo por faixa etária é possível observar que, dentre as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritos no CadÚnico, 24 nunca frequentaram a escola. Esse número é ainda maior entre as crianças de 4 e 5 anos, representando 16,3% do total de inscritos nessa faixa etária. As informações sobre as crianças e adolescentes que não frequentam ou nunca frequentaram a escola serão aprofundadas no capítulo dedicado ao Direito à Educação.

Tabela 22: Pessoas inscritas no CadÚnico em relação à frequência escolar, por faixa etária

Faixa etária	Sim, na rede pública		Sim, na rede particular		Não, mas já frequentou		Nunca frequentou		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 4 e 5 anos	1.496	81,3%	15	0,8%	**29**	**1,6%**	**299**	**16,3%**	1.839	4,9%
De 6 a 17 anos	9.979	96,8%	223	2,2%	**88**	**0,9%**	**24**	**0,2%**	10.314	27,3%
De 18 a 59 anos	1.039	5,2%	229	1,2%	18.354	92,5%	210	1,1%	19.832	52,5%
De 60 anos ou mais	11	0,2%	2	0,0%	5.104	87,6%	707	12,1%	5.824	15,4%
Total Geral	**12.525**	**33,1%**	**469**	**1,2%**	**23.575**	**62,4%**	**1.240**	**3,3%**	**37.809**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.



[10] Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

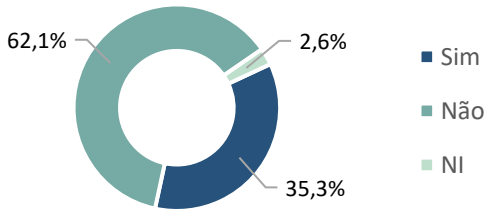
6.1.5.3. Pessoas inscritas no CadÚnico em relação ao trabalho

Por fim serão analisados os dados referentes ao trabalho. Nesta etapa serão consideradas apenas as pessoas inscritas no CadÚnico com 14 anos de idade ou mais (idade mínima de contratação formal, sendo, com 14 ou 15 anos, apenas na condição de aprendiz)[11]. Dos 28.662 inscritos nesta faixa etária, 35,3% afirmaram estar trabalhando.

Tabela 21: Pessoas no CadÚnico que estavam trabalhando

Está trabalhando?	Quant.	(%)
Sim	10.128	35,3%
Não	17.778	62,1%
Não informado	756	2,6%
Total	**28.662**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.

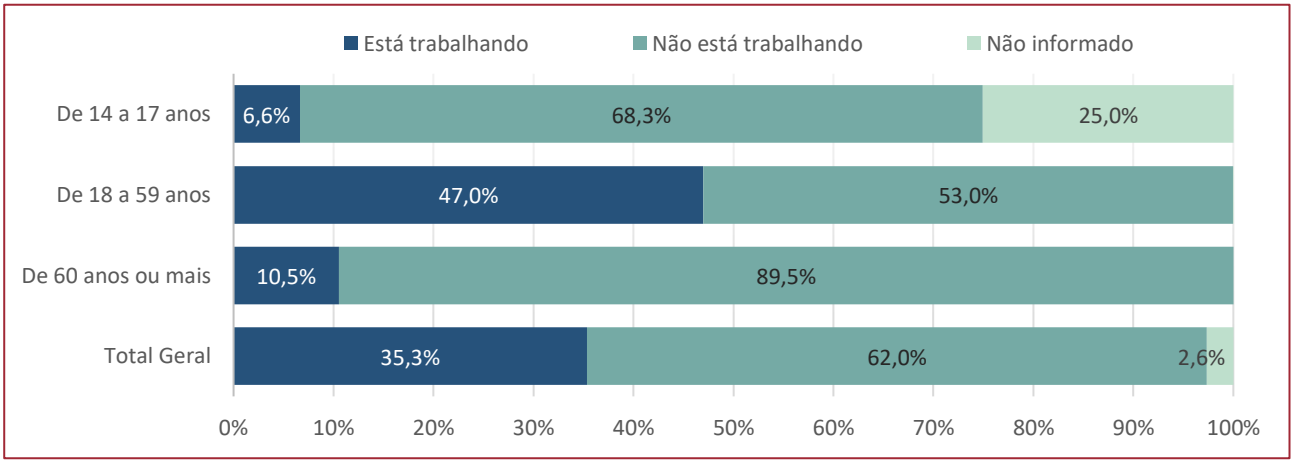


Abrindo as informações por faixa etária é possível observar que apenas 199 adolescentes afirmaram ter realizado atividade de trabalho (formal ou informal).

Tabela 22: Pessoas inscritas no CadÚnico que estavam trabalhando, por faixa etária

Faixa etária	Está trabalhando		Não está trabalhando		Não informado		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 14 a 17 anos	199	6,6%	2.054	68,4%	753	25,0%	3.006	10,5%
De 18 a 59 anos	9.316	47,0%	10.513	53,0%	3	0,0%	19.832	69,2%
De 60 anos ou mais	613	10,5%	5.211	89,5%	-	-	5.824	20,3%
Total Geral	**10.128**	**35,3%**	**17.778**	**62,1%**	**756**	**2,6%**	**28.662**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.



[11] Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

6.1.6. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSCRITOS NO CADÚNICO

A Região 11 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes inscritos no CadÚnico, apresentando variações em torno da média geral de (+) 6,6% e (-) 35,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Pessoas inscritas no CadÚnico	Crianças e adolescentes no CadÚnico	Indicador (%)
Região 1	1.062	258	24,3%
Região 5	1.070	335	31,3%
Região 14	2.004	693	34,6%
Região 6	1.352	468	34,7%
Região 12	1.831	644	35,2%
Região 4	2.028	715	35,3%
Região 7	2.640	962	36,4%
Região 13	446	163	36,5%
Região 2	593	217	36,6%
Região 10	782	291	37,2%
Região 9	4.412	1.652	37,4%
Região 15	509	191	37,5%
Região 8	6.368	2.486	39,0%
Região 3	2.965	1.159	39,1%
Região 11	13.058	5.230	40,1%
Município	**41.120**	**15.464**	**37,6%**

Fonte: CECAD, 2024.

Definição: Crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico dividido pelo total de pessoas inscritas no CadÚnico, vezes 100

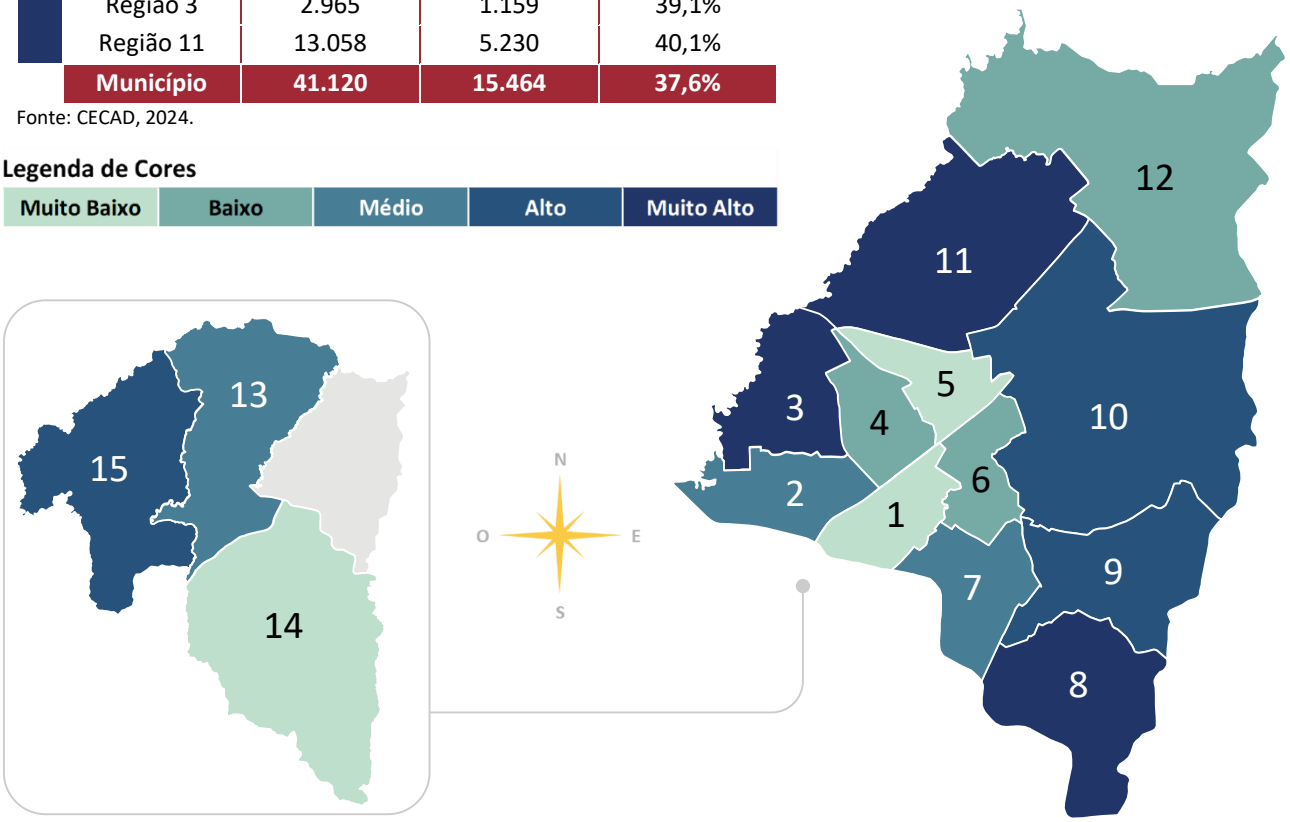
Menor Valor	Região 1	24,3%
Média	**Araucária**	**37,6%**
Maior Valor	Região 11	40,1%

1,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

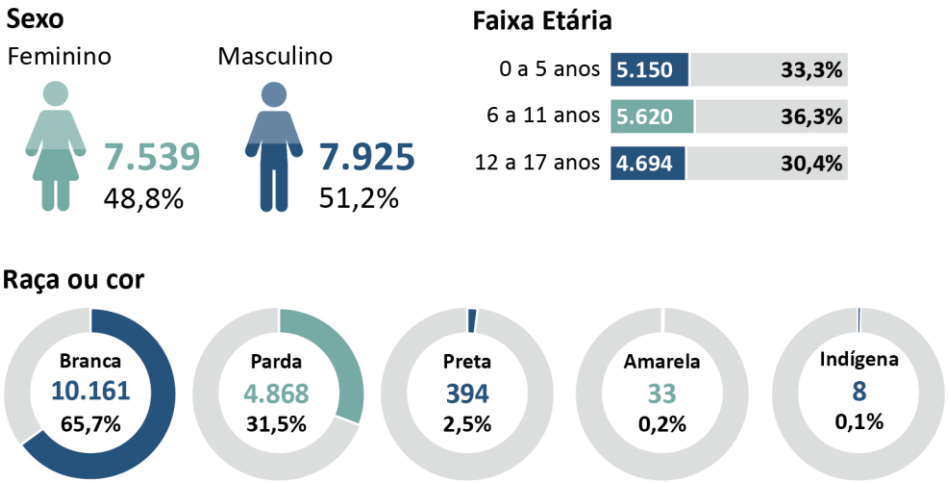


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico destacam-se o sexo masculino (51,2%), a faixa etária de 6 a 11 anos (36,3%) e a raça ou cor branca (65,7%).

Figura 12: Perfil das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, 2024.

7,8% das crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico possuem algum tipo de deficiência ou transtorno, com destaque para transtorno/doença mental (47,7%), deficiência mental ou intelectual (26,7%), deficiência física (17,9%) e baixa visão (14,2%).

Tabela 23: Possui alguma deficiência ou transtorno?

Possui deficiência?	Quant.	(%)
Sim	1.204	7,8%
Não	14.260	92,2%
Total	**15.464**	**100,0%**

Fonte: CECAD, 2024.

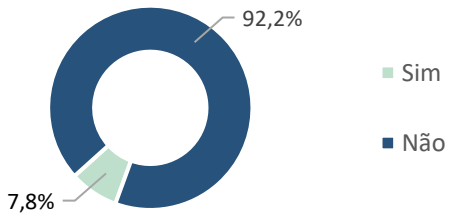


Tabela 24: Tipo de deficiência ou transtorno

Tipo de deficiência ou transtorno	Quant.	(%)
Transtorno/doença mental	574	47,7%
Deficiência mental ou intelectual	321	26,7%
Deficiência física	215	17,9%
Baixa visão	171	14,2%
Síndrome de down	39	3,2%
Surdez leve	28	2,3%
Surdez severa	26	2,2%
Cegueira	15	1,2%
Total	**1.204**	*

Fonte: CECAD, 2024.

Nota (*): A mesma pessoa pode possuir mais de um tipo de deficiência ou transtorno.

6.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política pública de assistência social, criada com o intuito de prover amparo financeiro a pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC representa um instrumento essencial na promoção da inclusão social e na garantia de condições mínimas de subsistência para indivíduos em situação de extrema pobreza.

O benefício é concedido a brasileiros e estrangeiros regularizados no país que possuam idade igual ou superior a 65 anos, bem como àqueles que apresentem incapacidade para a vida independente e para o trabalho, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação. A análise e concessão do BPC são realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante avaliação da renda per capita familiar, condição socioeconômica do requerente e perícia médica para os casos de deficiência.

A concessão do BPC implica no pagamento de um salário-mínimo mensal ao beneficiário, proporcionando-lhe recursos essenciais para a satisfação de suas necessidades básicas, tais como alimentação, habitação e cuidados com a saúde. Vale ressaltar que o benefício não configura um seguro previdenciário, uma vez que não exige contribuições prévias por parte do beneficiário, sendo uma prestação assistencial destinada a suprir carências de ordem social.

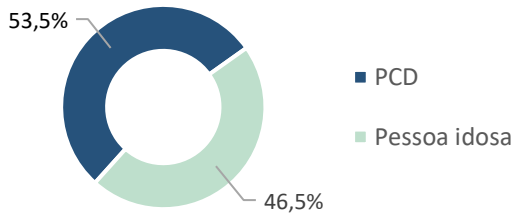
É relevante destacar que o BPC desempenha um papel crucial na mitigação da desigualdade e na promoção da dignidade humana, assegurando a inclusão e a proteção social para segmentos da população que enfrentam condições adversas. A sua continuidade e efetividade dependem não apenas da legislação vigente, mas também de políticas e ações governamentais que visem aprimorar as condições de vida dos beneficiários e fomentar o acesso a oportunidades que promovam a autonomia e o bem-estar.

No ano de 2024, o município de Araucária contava com 3.170 beneficiários do BPC com benefício ativo. Com relação à espécie do benefício são 53,5% beneficiários do BPC para pessoas com deficiência e 46,5% do BPC para pessoas idosas.

Tabela 25: Beneficiários do BPC por espécie

Benefício	Quant.	(%)
BPC - Pessoa com deficiência	1.696	53,5%
BPC - Pessoa idosa	1.474	46,5%
Total	**3.170**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.



6.2.1. BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A Região 14 e a Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de beneficiários do BPC entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 13,4% e (-) 52,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários do BPC	Indicador (por mil hab.)
Região 2	3.611	36	10,0
Região 10	5.158	57	11,1
Região 6	8.066	110	13,6
Região 13	3.033	42	13,8
Região 15	2.861	42	14,7
Região 12	7.167	111	15,5
Região 7	14.126	236	16,7
Região 1	5.329	96	18,0
Região 5	5.760	107	18,6
Região 4	7.923	169	21,3
Região 3	8.265	181	21,9
Região 9	15.830	355	22,4
Região 8	19.071	436	22,9
Região 11	37.621	886	23,6
Região 14	7.845	186	23,7
Não informado	-	120	-
Município	**151.666**	**3.170**	**20,9**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada dividido pelo total da população residente, vezes 1000

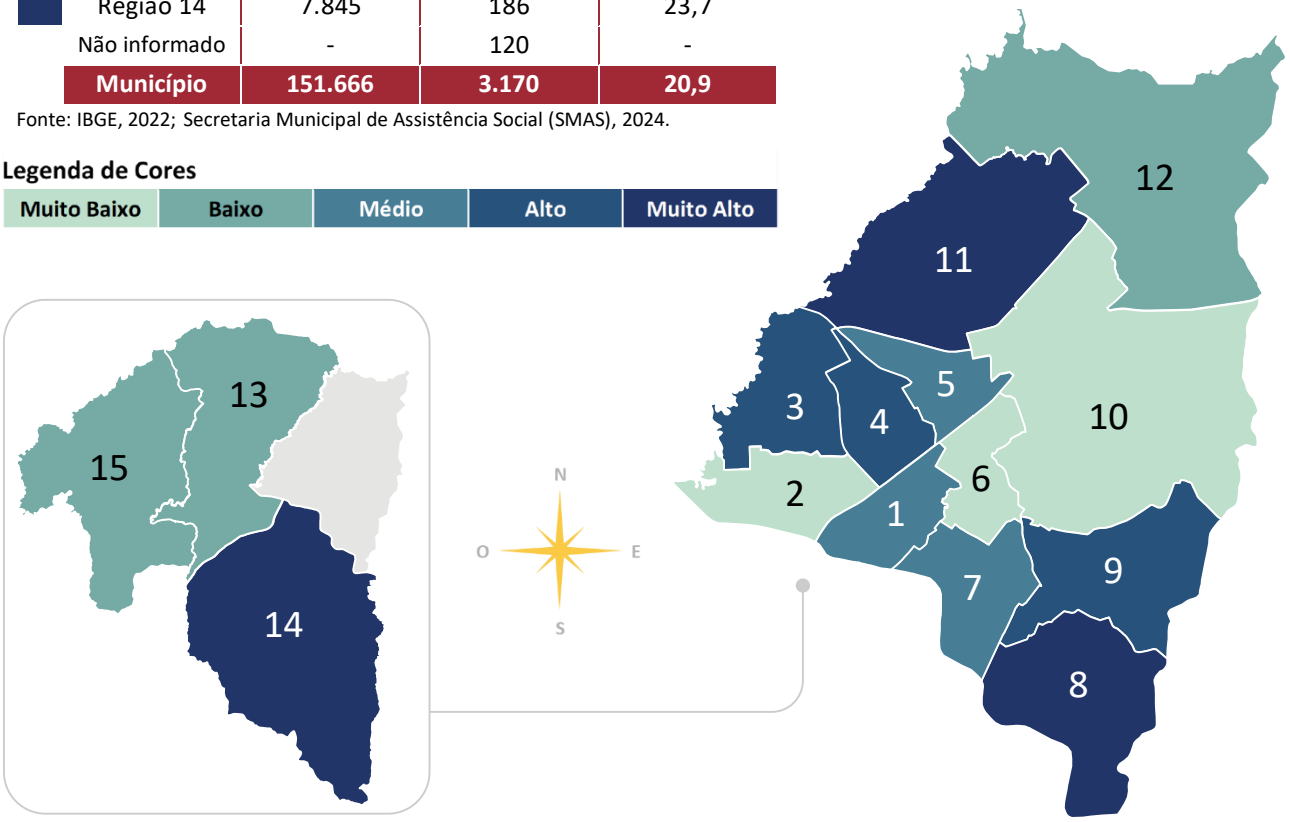
Menor Valor	Região 2	10,0
Média	**Araucária**	**20,9**
Maior Valor	Região 14	23,7

2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

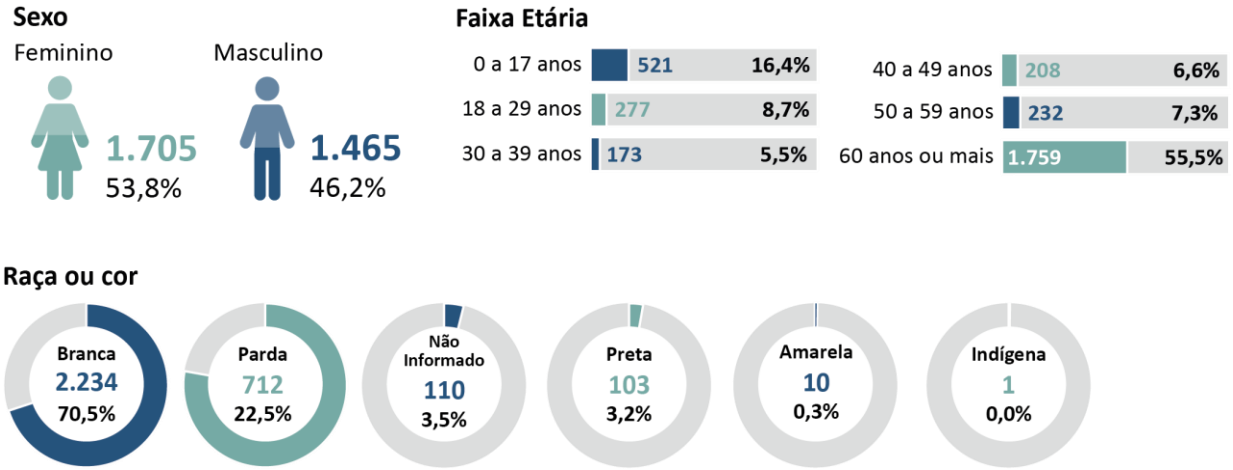


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, destacam-se o sexo feminino, que representa 53,8% do total de beneficiários, a faixa etária de 60 anos ou mais (55,5%) e a raça ou cor branca (70,5%).

Figura 13: Perfil dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.



6.2.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A Região 4 e a Região 10 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes beneficiários do BPC, apresentando variações em torno da média geral de (+) 47,1% e (-) 76,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Beneficiários do BPC	Indicador (por mil hab.)
Região 10	1.452	4	2,8
Região 2	1.014	3	3,0
Região 6	2.077	14	6,7
Região 12	1.944	14	7,2
Região 5	1.455	13	8,9
Região 13	747	7	9,4
Região 14	2.111	22	10,4
Região 7	3.855	40	10,4
Região 15	650	7	10,8
Região 1	1.176	13	11,1
Região 3	2.465	30	12,2
Região 8	5.978	75	12,5
Região 11	11.664	159	13,6
Região 9	4.528	62	13,7
Região 4	2.026	36	17,8
Não informado	-	22	-
Município	**43.156**	**521**	**12,1**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes beneficiários do BPC dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

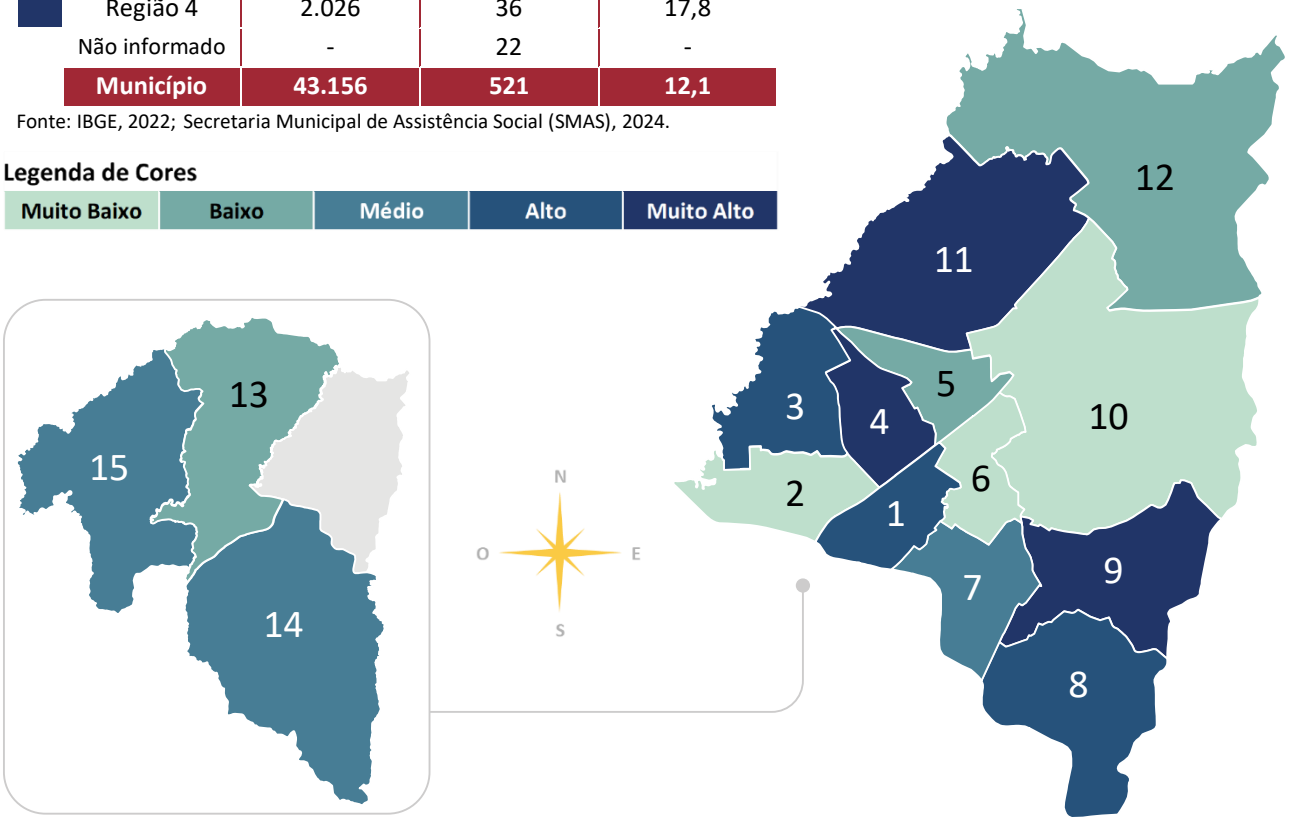
Menor Valor	Região 10	2,8
Média	**Araucária**	**12,1**
Maior Valor	Região 4	17,8

6,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

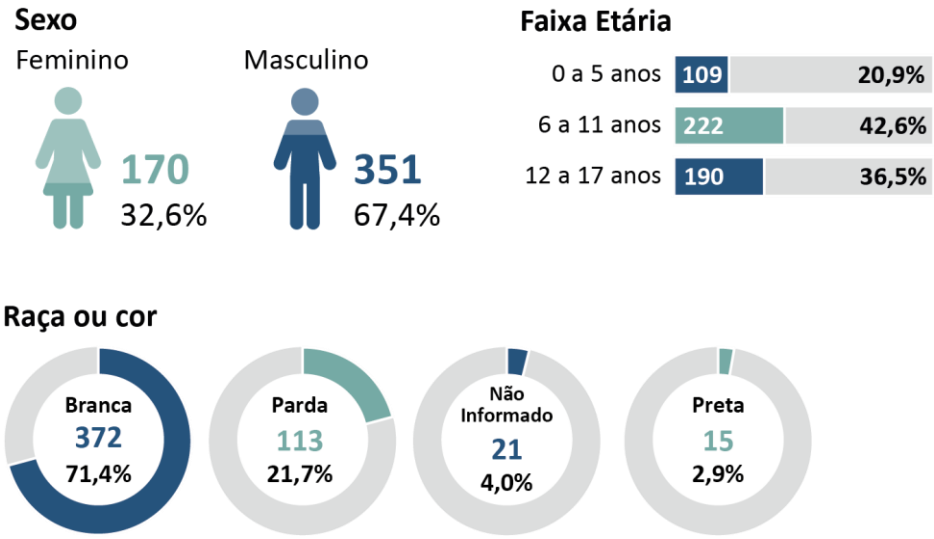


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, destacam-se o sexo masculino, que representa 67,4% dos beneficiários, a faixa etária de 6 a 11 anos (42,6%) e a raça ou cor branca (71,4%).

Figura 14: Perfil das crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.



6.3. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais são prestações temporárias da Política de Assistência Social, concedidas em situações que comprometam a subsistência de indivíduos e famílias, como nascimento, morte, calamidade pública ou outras emergências. Esses benefícios são instrumentos fundamentais para garantir a proteção social da população em situações inesperadas, funcionando como um apoio complementar às demais políticas públicas, como seguridade social, habitação e assistência alimentar.

Regulamentados pelo município, esses benefícios têm caráter suplementar e provisório, destinando-se a reduzir os impactos de situações adversas e garantir condições mínimas de dignidade às famílias afetadas. Sua concessão pode ocorrer na forma de auxílio financeiro, bens materiais, serviços ou provisões específicas, conforme as necessidades identificadas. Integrados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os Benefícios Eventuais devem estar articulados com a rede de serviços socioassistenciais, assegurando acompanhamento adequado às famílias atendidas e evitando a descontinuidade do apoio. Dessa forma, garantem não apenas um suporte pontual, mas também a possibilidade de inserção em programas e serviços de proteção social.

Além disso, os Benefícios Eventuais desempenham um papel essencial na prevenção da pobreza extrema, auxiliando indivíduos e famílias a superar crises sem comprometer sua segurança alimentar, moradia ou direitos de cidadania. Eles também se relacionam com outras políticas públicas, como a educação e a saúde, garantindo que crianças tenham acesso à documentação necessária para matrícula escolar e que famílias possam obter transporte para acessar serviços essenciais. Dessa forma, reafirma-se a importância da continuidade e ampliação desses benefícios, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável.

Em Araucária, a concessão dos Benefícios Eventuais está regulamentada pela Lei nº 3.709/2021 e pelo Decreto nº 38.679/2022. A seguir, são apresentados os principais benefícios oferecidos no município e suas especificidades:

1. **Auxílio Natalidade:** Concedido para atender às necessidades decorrentes do nascimento de um membro da família. É pago em três parcelas em pecúnia, com valor correspondente a pelo menos 25% do salário mínimo vigente. Pode ser concedido em casos de nascimentos múltiplos, óbito do recém-nascido ou natimorto e falecimento da puérpera, desde que cumpridos os critérios estabelecidos, como renda familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo e acompanhamento pré-natal.
2. **Auxílio Funeral:** Destinado a custear despesas com o sepultamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A concessão ocorre mediante a comprovação da necessidade e observação dos critérios definidos na legislação municipal.

3. **Benefícios por Vulnerabilidade Temporária:** Engloba diferentes modalidades de suporte a famílias que enfrentam dificuldades momentâneas para garantir necessidades básicas:
    - **Benefício para Alimentação:** Ofertado na forma de cesta básica ou cartão alimentação, conforme o número de membros da família e a avaliação da equipe técnica;
    - **Benefício para Moradia:** Destinado a custear temporariamente aluguel para indivíduos ou famílias que perderam a moradia por situações de risco social, como violência doméstica ou calamidade pública. O valor pode chegar a 50% do salário mínimo e é concedido por até três meses;
    - **Documentação Civil Básica:** Garante o acesso à segunda via de certidões de registro civil, Carteira de Identidade e Carteira de Nome Social, bem como custeio para obtenção de foto 3x4 impressa;
    - **Benefício para Acesso ao Serviço de Transporte:** Viabiliza deslocamentos necessários em casos específicos, mediante avaliação social;
    - **Benefício Eventual de Bens de Consumo:** Destinado a atender emergências relacionadas à falta de itens essenciais, como alimentos, roupas e produtos de higiene pessoal, em situações como calamidades ou outras crises familiares.

4. **Benefício para Situação de Emergência e/ou Calamidade Pública:** Destinado ao atendimento de famílias afetadas por eventos como enchentes, deslizamentos e incêndios. Inclui fornecimento de itens básicos como alimentos, roupas e materiais para restabelecimento das condições de vida, conforme necessidade constatada.

A concessão dos Benefícios Eventuais em Araucária segue critérios técnicos, considerando a situação socioeconômica dos solicitantes e a disponibilidade orçamentária. Dessa forma, busca-se garantir apoio emergencial às famílias e indivíduos que enfrentam dificuldades temporárias, contribuindo para a proteção social e a dignidade da população.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), durante o ano de 2024, o município de Araucária concedeu Benefícios Eventuais para 3.743 pessoas, correspondendo a uma taxa de 24,7 beneficiários a cada mil habitantes. No indicador a seguir, serão apresentadas a taxa de beneficiários por região geográfica, bem como o perfil dos beneficiários e o tipo de benefício concedido. Em seguida, os mesmos dados serão analisados considerando apenas as crianças e adolescentes beneficiários.

6.3.1. BENEFICIÁRIOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

A Região 4 e a Região 6 se destacam com a maior e menor taxa de beneficiários de Benefícios Eventuais, apresentando variações em torno da média geral de (+) 50,6% e (-) 66,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários	Indicador (por mil hab.)
Região 6	8.066	68	8,4
Região 13	3.033	32	10,6
Região 15	2.861	32	11,2
Região 10	5.158	58	11,2
Região 2	3.611	41	11,4
Região 7	14.126	178	12,6
Região 1	5.329	104	19,5
Região 8	19.071	404	21,2
Região 5	5.760	129	22,4
Região 14	7.845	183	23,3
Região 12	7.167	181	25,3
Região 9	15.830	460	29,1
Região 11	37.621	1.273	33,8
Região 3	8.265	295	35,7
Região 4	7.923	295	37,2
Não informado	-	10	-
Município	**151.666**	**3.743**	**24,7**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Beneficiários de Benefícios Eventuais dividido pelo total da população residente, vezes 1000

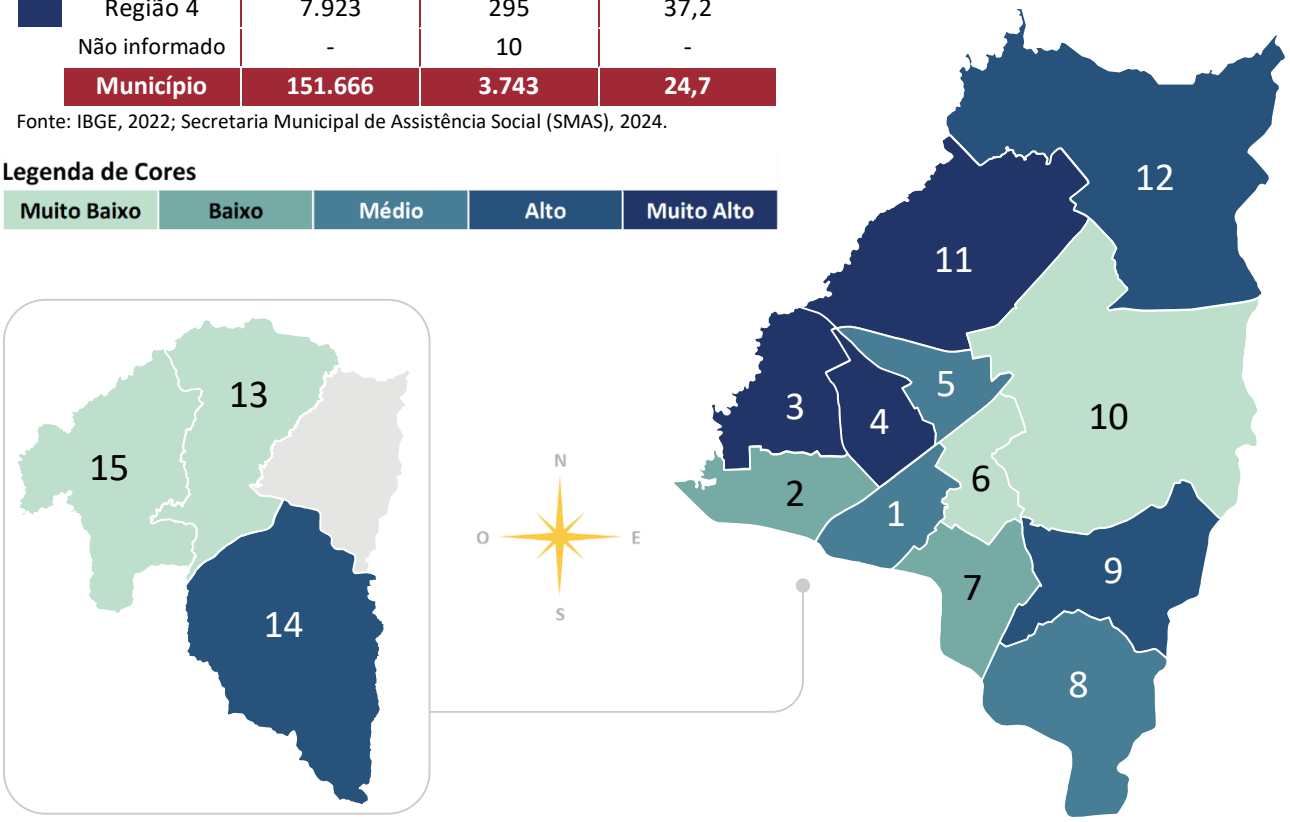
Menor Valor	Região 6	8,4
Média	**Araucária**	**24,7**
Maior Valor	Região 4	37,2

4,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

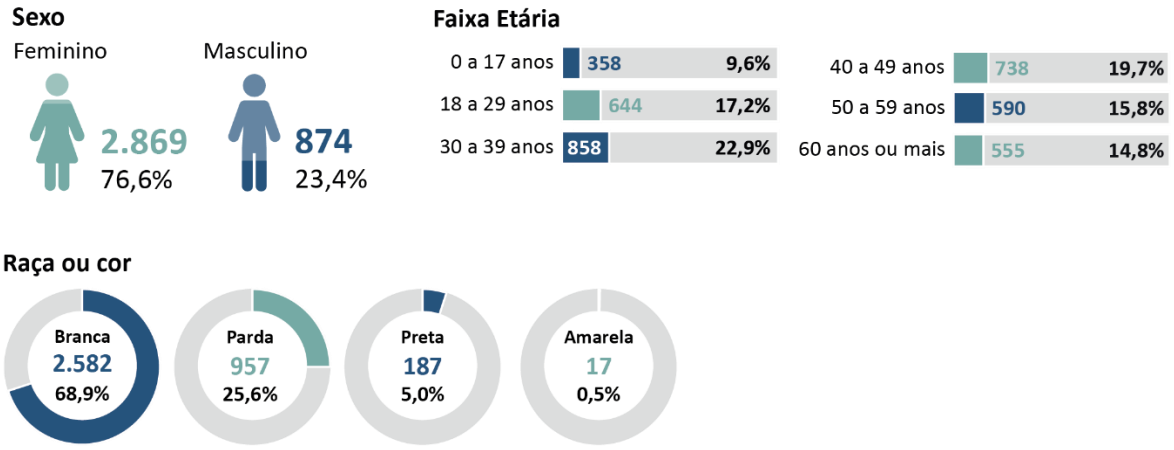


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil dos beneficiários de Benefícios Eventuais destacam-se o sexo feminino, representando 76,6% do total de beneficiários, a faixa etária de 30 a 39 anos (22,9%) e a raça ou cor branca (68,9%).

Figura 15: Perfil dos beneficiários de Benefícios Eventuais



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação ao tipo de Benefício Eventual recebido, destaca-se o benefício para alimentação (Cartão Prato Cheio), que representa 49,2% do total, seguido pelo acesso à documentação civil básica (27,3%) e pelo acesso ao serviço de transporte (19,0%).

Tabela 26: Tipo de Benefício Eventual recebido

Tipo de Benefício Eventual	Quant.	(%)
Alimentação / Cartão Prato Cheio	1.841	49,2%
Documentação civil básica	1.021	27,3%
Acesso ao serviço de transporte	713	19,0%
Auxílio natalidade	58	1,5%
Bens de consumo	53	1,4%
Programa Liberdade Íntima	52	1,4%
Moradia	30	0,8%
Auxílio funeral	26	0,7%
Total	**3.743**	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma pessoa pode receber múltiplos Benefícios Eventuais.

6.3.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIÁRIOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

A Região 4 e a Região 6 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes beneficiários de Benefícios Eventuais entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 197,6% e (-) 83,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Beneficiários	Indicador (por mil hab.)
Região 2	1.014	-	-
Região 15	650	-	-
Região 6	2.077	3	1,4
Região 10	1.452	3	2,1
Região 12	1.944	7	3,6
Região 13	747	3	4,0
Região 7	3.855	18	4,7
Região 3	2.465	14	5,7
Região 11	11.664	77	6,6
Região 1	1.176	8	6,8
Região 14	2.111	19	9,0
Região 5	1.455	14	9,6
Região 9	4.528	48	10,6
Região 8	5.978	94	15,7
Região 4	2.026	50	24,7
Município	**43.156**	**358**	**8,3**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes beneficiários de Benefícios Eventuais dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

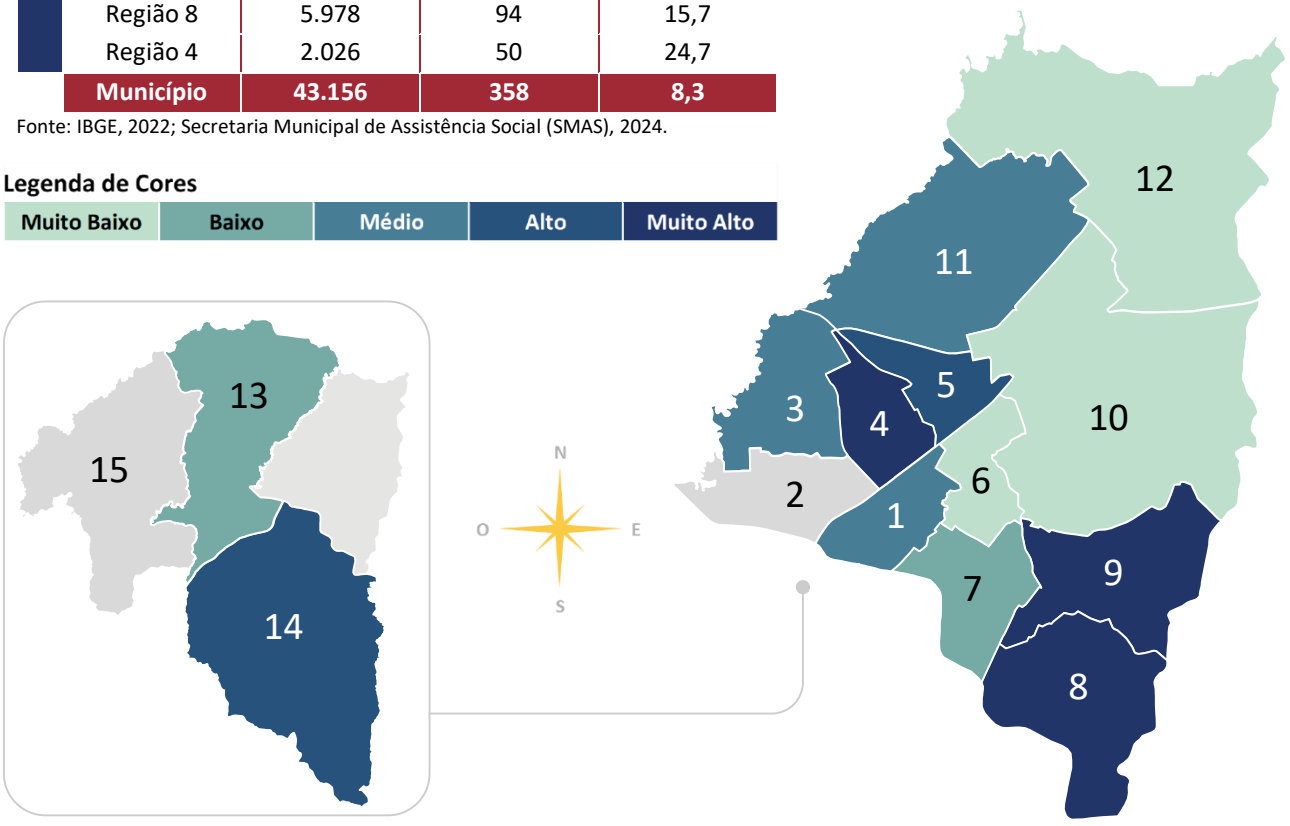
Menor Valor	Região 6	1,4
Média	**Araucária**	**8,3**
Maior Valor	Região 4	24,7

17,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

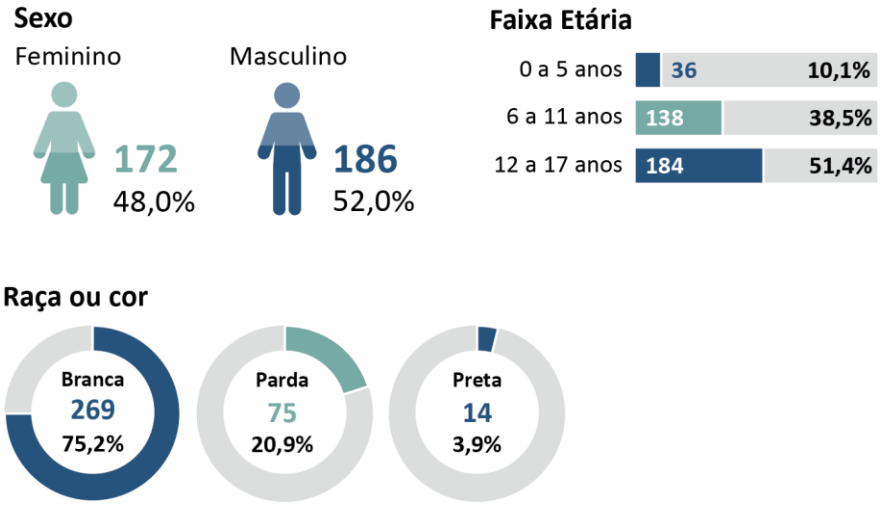


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes beneficiários de Benefícios Eventuais destacam-se o sexo masculino, representando 52,0% do total de beneficiários, a faixa etária de 12 a 17 anos (51,4%) e a raça ou cor branca (75,2%).

Figura 16: Perfil das crianças e adolescentes beneficiários de Benefícios Eventuais



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação ao tipo de Benefício Eventual recebido pelas crianças e adolescentes, destacam-se o acesso à documentação civil básica (48,9%) e o acesso ao serviço de transporte (46,6%).

Tabela 27: Tipo de Benefício Eventual recebido

Tipo de Benefício Eventual	Quant.	(%)
Documentação civil básica	175	48,9%
Acesso ao serviço de transporte	167	46,6%
Programa Liberdade Íntima	12	3,4%
Alimentação / Cartão Prato Cheio	4	1,1%
Auxílio natalidade	1	0,3%
Total	**358**	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma pessoa pode receber múltiplos Benefícios Eventuais.

6.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS (PAIF)

Dentro da Política de Assistência Social, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) desempenha um papel fundamental na proteção social básica. Ele envolve um trabalho social contínuo com famílias, visando fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura dos vínculos familiares, promover o acesso aos direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF é oferecido e executado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) , que são unidades responsáveis pela articulação de ações e serviços socioassistenciais no território. Esses centros têm como público-alvo a população que se encontra em situações de vulnerabilidade social, vivendo em condições de pobreza, privação ou precariedade de renda, além daqueles sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social.

Além do apoio às famílias, o PAIF busca promover ações de caráter preventivo, orientando e potencializando os indivíduos e grupos familiares para que possam exercer seus direitos de forma plena. Entre as atividades desenvolvidas pelos CRAS, destacam-se o acolhimento, o acompanhamento multiprofissional, o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a oferta de oficinas e palestras educativas, a promoção de acesso a benefícios sociais e a articulação com outros serviços da rede socioassistencial.

É importante ressaltar que o PAIF é uma estratégia essencial no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social. Ao fortalecer as famílias, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham oportunidades de desenvolvimento e bem-estar.

No ano de 2024, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) do município de Araucária acompanhou, ao todo, 841 famílias. Os CRAS com maior número de famílias acompanhadas pelo PAIF foram o CRAS Industrial (19,8%) e o CRAS Tupy (18,5%). A seguir, serão apresentados os indicadores por região geográfica, bem como algumas informações sobre o perfil das famílias acompanhadas.

Tabela 28: Famílias acompanhadas pelo PAIF, por CRAS

CRAS	Quant.	(%)
CRAS Industrial	167	19,8%
CRAS Tupy	156	18,5%
CRAS Centro	109	13,0%
CRAS Fazenda Velha	104	12,4%
CRAS Boqueirão	102	12,1%
CRAS Califórnia	88	10,5%
CRAS Costeira	67	8,0%
CRAS Thomaz Coelho	48	5,7%
Total	**841**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

6.4.1. FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF

A Região 4 e a Região 6 se destacam com a maior e menor taxa de famílias acompanhadas pelo PAIF entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 105,1% e (-) 72,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias acompanhadas pelo PAIF	Indicador (por mil hab.)
Região 6	2.957	13	4,4
Região 15	1.007	5	5,0
Região 7	4.934	26	5,3
Região 13	1.042	7	6,7
Região 10	1.902	14	7,4
Região 1	2.043	16	7,8
Região 2	1.271	10	7,9
Região 9	5.581	56	10,0
Região 5	2.071	23	11,1
Região 12	2.602	39	15,0
Região 14	2.715	43	15,8
Região 11	12.955	230	17,8
Região 8	6.508	158	24,3
Região 3	2.886	88	30,5
Região 4	2.809	91	32,4
Não informado	-	22	-
Município	**53.283**	**841**	**15,8**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Famílias acompanhadas pelo PAIF dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

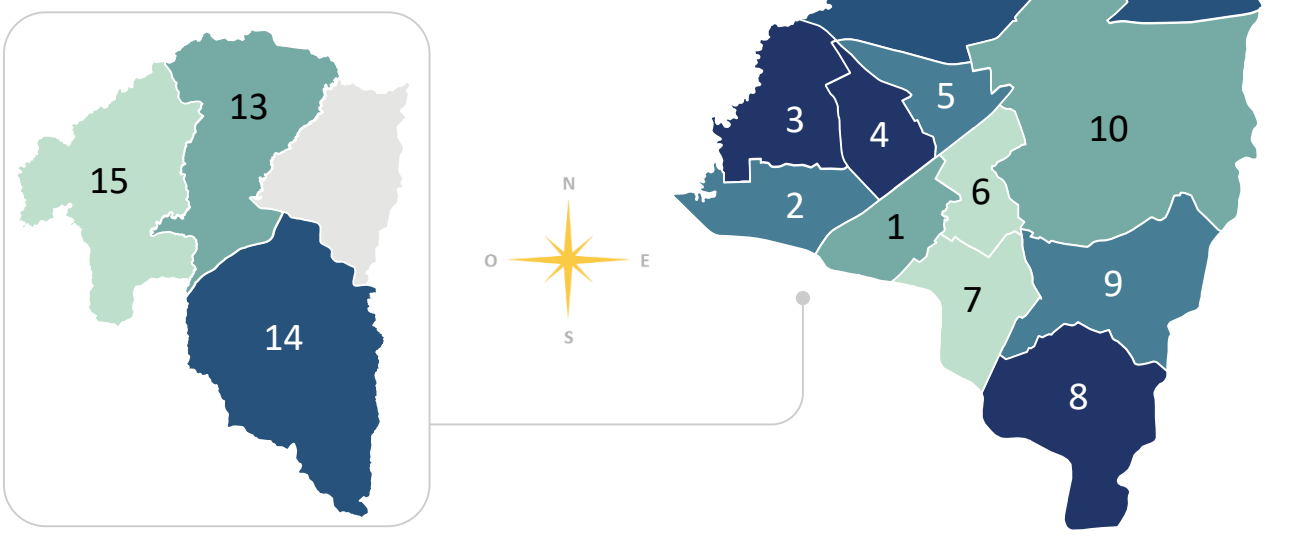
Menor Valor	Região 6	4,4
Média	**Araucária**	**15,8**
Maior Valor	Região 4	32,4

7,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

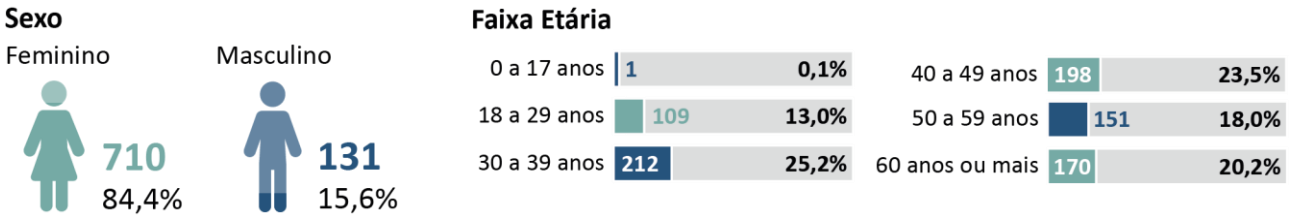


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil dos responsáveis pelas famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), destacam-se o sexo feminino, representando 84,4% do total de famílias, e a faixa etária de 30 a 39 anos (25,2%).

Figura 17: Perfil dos responsáveis pelas famílias acompanhadas pelo PAIF



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação à estrutura familiar, a maior parte das famílias é unipessoal, ou seja, composta por apenas uma pessoa, representando 26,9% do total.

Tabela 29: Quantidade de membros familiares das famílias acompanhadas

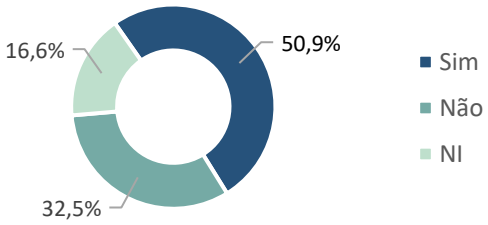
CRAS	Quant.	(%)
1 membro familiar	226	26,9%
2 membros familiares	167	19,9%
3 membros familiares	149	17,7%
4 membros familiares	144	17,1%
5 ou mais membros familiares	155	18,4%
Total	**841**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Além disso, mais da metade das famílias acompanhadas possuem crianças ou adolescentes.

Tabela 30: Famílias que possuem criança ou adolescente

Possui criança ou adolescente?	Quant.	(%)
Sim	428	50,9%
Não	273	32,5%
Não informado	140	16,6%
Total	**841**	**100,0%**



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

6.5. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma complementação ao trabalho social realizado com as famílias acompanhadas pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e PAEFI (Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), oferecendo uma variedade de atividades artísticas, lúdicas, culturais, esportivas e outras, de acordo com a faixa etária dos participantes.

O SCFV tem como diretriz fundamental o princípio estabelecido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que preconiza que 50% do público atendido pelo serviço seja composto por pessoas em situação prioritária. Essa situação prioritária é definida como: isolamento social, trabalho infantil, vivência de violência e/ou negligência, estar fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, situação de acolhimento, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, situação de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes em situação de rua, e vulnerabilidade relacionada a pessoas com deficiência.

O serviço pode ser prestado por unidades públicas ou privadas, podendo ser cofinanciadas ou não. O monitoramento e acompanhamento dessas unidades são realizados por meio do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). Esse sistema permite o registro e controle das informações relacionadas às atividades desenvolvidas, ao público atendido e aos resultados alcançados.

O SCFV desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento integral e na prevenção de situações de vulnerabilidade social. Por meio das atividades oferecidas, busca-se fortalecer os vínculos familiares e comunitários, estimular o protagonismo, a socialização, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos participantes. Além disso, o serviço contribui para a ampliação do acesso aos direitos sociais, culturais e esportivos, promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania.

No ano de 2024, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Araucária acompanhou, ao todo, 578 crianças e adolescentes, o que corresponde a uma taxa de 13,4 acompanhados para cada mil habitantes nesta faixa etária. A seguir, serão apresentados os indicadores por região geográfica, bem como algumas informações sobre o perfil das crianças e adolescentes acompanhados.

6.5.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOMPANHADOS PELO SCFV

A Região 8 e a Região 2 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes acompanhados pelo SCFV, apresentando variações em torno da média geral de (+) 261,9% e (-) 92,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Acompanhados pelo SCFV	Indicador (por mil hab.)
Região 15	650	-	-
Região 7	3.855	-	-
Região 10	1.452	-	-
Região 13	747	-	-
Região 2	1.014	1	1,0
Região 6	2.077	3	1,4
Região 9	4.528	13	2,9
Região 14	2.111	12	5,7
Região 1	1.176	7	6,0
Região 5	1.455	9	6,2
Região 3	2.465	17	6,9
Região 12	1.944	19	9,8
Região 4	2.026	29	14,3
Região 11	11.664	176	15,1
Região 8	5.978	290	48,5
Não informado	-	2	-
Município	**43.156**	**578**	**13,4**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes acompanhados pelo SCFV dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

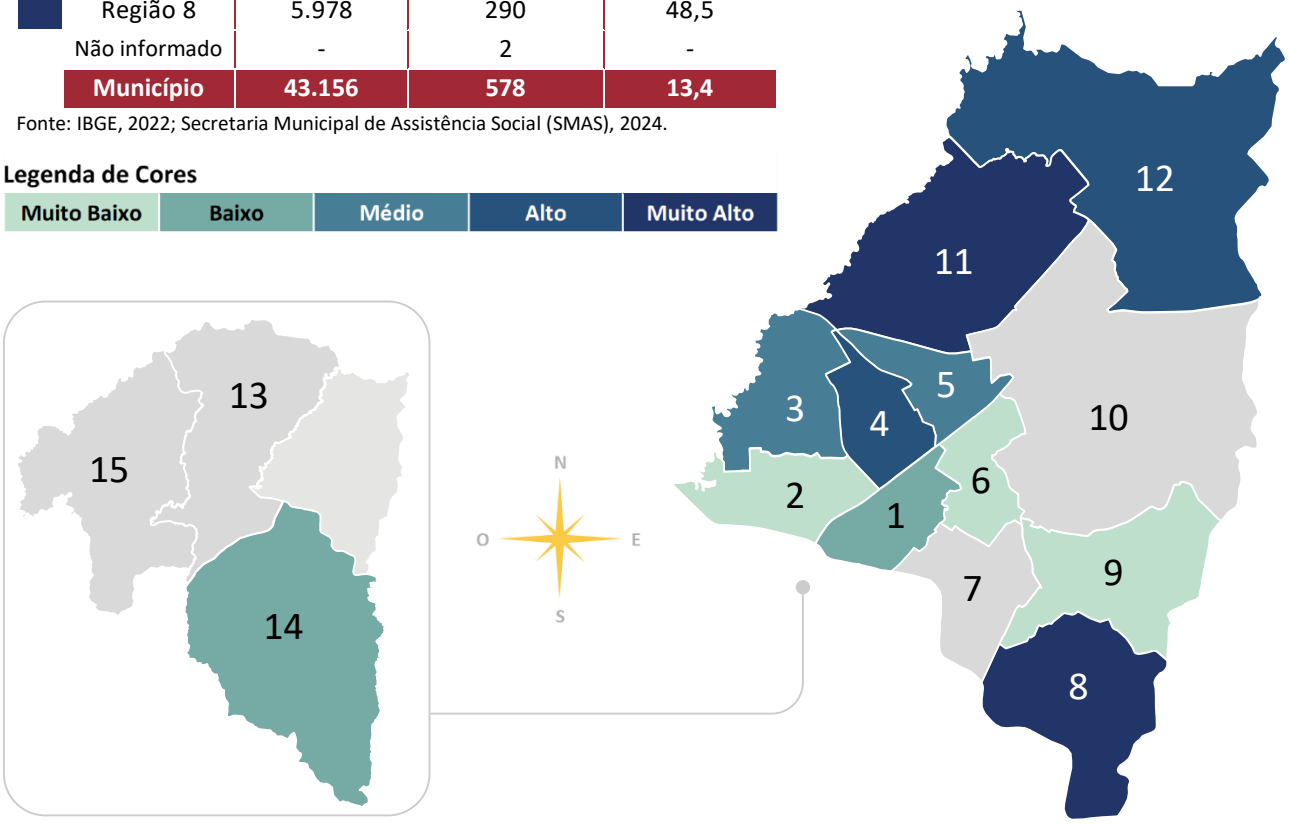
Menor Valor	Região 2	1,0
Média	**Araucária**	**13,4**
Maior Valor	Região 8	48,5

48,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

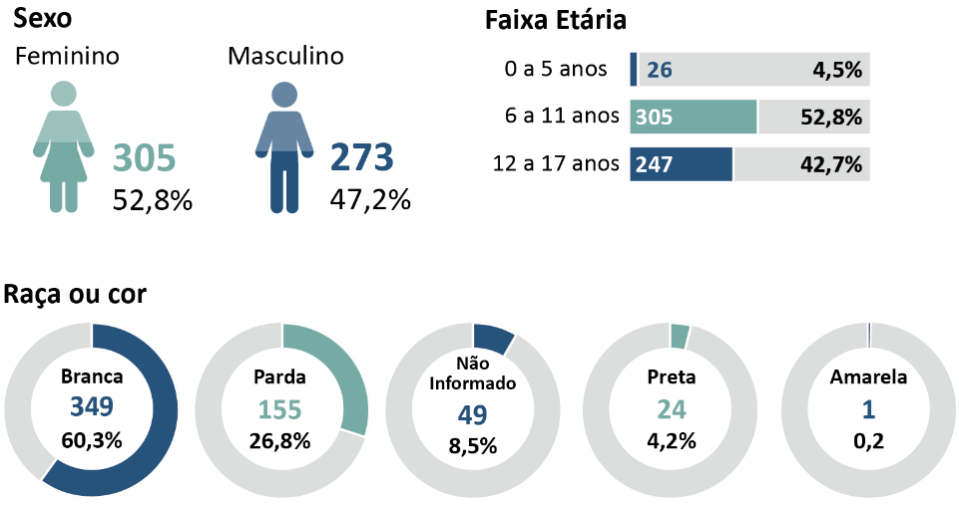


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes acompanhados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacam-se o sexo feminino, representando 52,8% do total de acompanhados, a faixa etária de 6 a 11 anos (52,8%) e a raça ou cor branca (60,3%).

Figura 18: Perfil das crianças e adolescentes acompanhados pelo SCFV

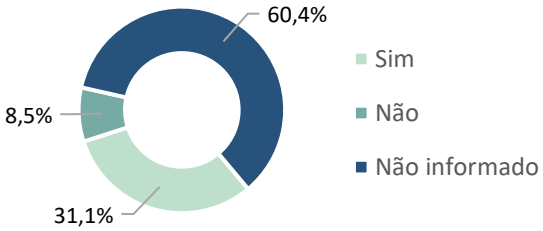


Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

31,1% destas crianças e adolescentes estão sendo acompanhadas em situação prioritária. Com relação ao tipo de situação prioritária destacam-se os casos de medida protetiva do ECA, presente em 72,2% dos casos, além de situações de vivência de violência e/ou negligência (51,7%).

Tabela 31: É atendido em situação prioritária?

Motivo do acompanhamento	Quant.	(%)
Sim	180	31,1%
Não	49	8,5%
Não informado	349	60,4%
Total	**578**	**100,0%**



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Tabela 32: Tipo de situação prioritária

Tipo	Quant.	(%)
Medida protetiva do ECA	130	72,2%
Vivência de violência/negligência	93	51,7%
Isolamento	17	9,4%
Abuso/exploração sexual	9	5,0%
Vulnerabilidade que diz respeito às PCDs	6	3,3%
Defasagem escolar	1	0,6%
Em cumprimento de MSE	1	0,6%
Em situação de acolhimento	1	0,6%
Total	**180**	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma criança ou adolescente pode apresentar mais de um tipo de situação prioritária.

6.6. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma parte importante da proteção social de média complexidade, ofertado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco, ameaça ou violação de direitos. Diferente do PAIF, o PAEFI atende casos que demandam um nível maior de atenção e intervenção.

O PAEFI, que é realizado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), oferece serviços de orientação e acompanhamento, com o objetivo principal de apoio a função protetiva das famílias, romper padrões violadores de direitos, contribuir para restaurar e preservar a integridade e autonomia e prevenir a reincidência de violações de direitos. Devido à complexidade das situações enfrentadas pelos indivíduos e famílias atendidas, esse serviço requer um acompanhamento sistemático e uma estrutura técnico-operacional especializada, que requer ações particularizadas e coletivas, conforme plano individualizado de acompanhamento.

Os profissionais que atuam no PAEFI possuem expertise em lidar com casos que envolvem violações de direitos, situações de violência intrafamiliar, abuso, negligência, abandono, entre outras problemáticas. Eles fornecem suporte, orientação e acompanhamento tanto para os indivíduos como para as famílias, visando restabelecer a proteção e promover o bem-estar dos envolvidos.

O trabalho desenvolvido pelo PAEFI envolve a articulação com outros serviços e órgãos do sistema de garantia de direitos, como a rede de proteção social, a saúde, a educação, a segurança pública, entre outros. Isso permite uma abordagem integrada e uma atuação conjunta para enfrentar as questões complexas enfrentadas pelas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

É importante ressaltar que o PAEFI desempenha um papel fundamental na garantia dos direitos e na promoção da proteção social. Ele busca intervir de forma efetiva nas situações de risco, visando não apenas mitigar os problemas existentes, mas também promover a autonomia, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas atendidas.

Em Araucária, a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ocorre em três Unidades Assistenciais vinculadas entre si que atendem públicos específicos:

- **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**: atende público de todas as faixas etárias e diversas situações de violência e violação de direitos;
- **Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (COMSE)**: atende as famílias de adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto nas modalidades Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e/ou Liberdade Assistida (LA);
- **Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM)**: oferta o PAEFI às famílias de mulheres que vivenciam situações de violência e/ou violações de direitos.

6.6.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOMPANHADOS PELO PAEFI

A Região 3 e a Região 15 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes acompanhados pelo PAEFI, apresentando variações em torno da média geral de (+) 66,9% e (-) 68,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Acompanhados pelo PAEFI	Indicador (por mil hab.)
Região 15	650	3	4,6
Região 2	1.014	9	8,9
Região 7	3.855	35	9,1
Região 13	747	7	9,4
Região 12	1.944	19	9,8
Região 5	1.455	15	10,3
Região 6	2.077	22	10,6
Região 10	1.452	16	11,0
Região 11	11.664	150	12,9
Região 14	2.111	28	13,3
Região 9	4.528	67	14,8
Região 8	5.978	112	18,7
Região 4	2.026	45	22,2
Região 1	1.176	28	23,8
Região 3	2.465	61	24,7
Não informado	-	21	-
Município	**43.156**	**638**	**14,8**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes acompanhados pelo PAEFI dividido pelo total da população residente com idade de 0 a 19 anos, vezes 1000

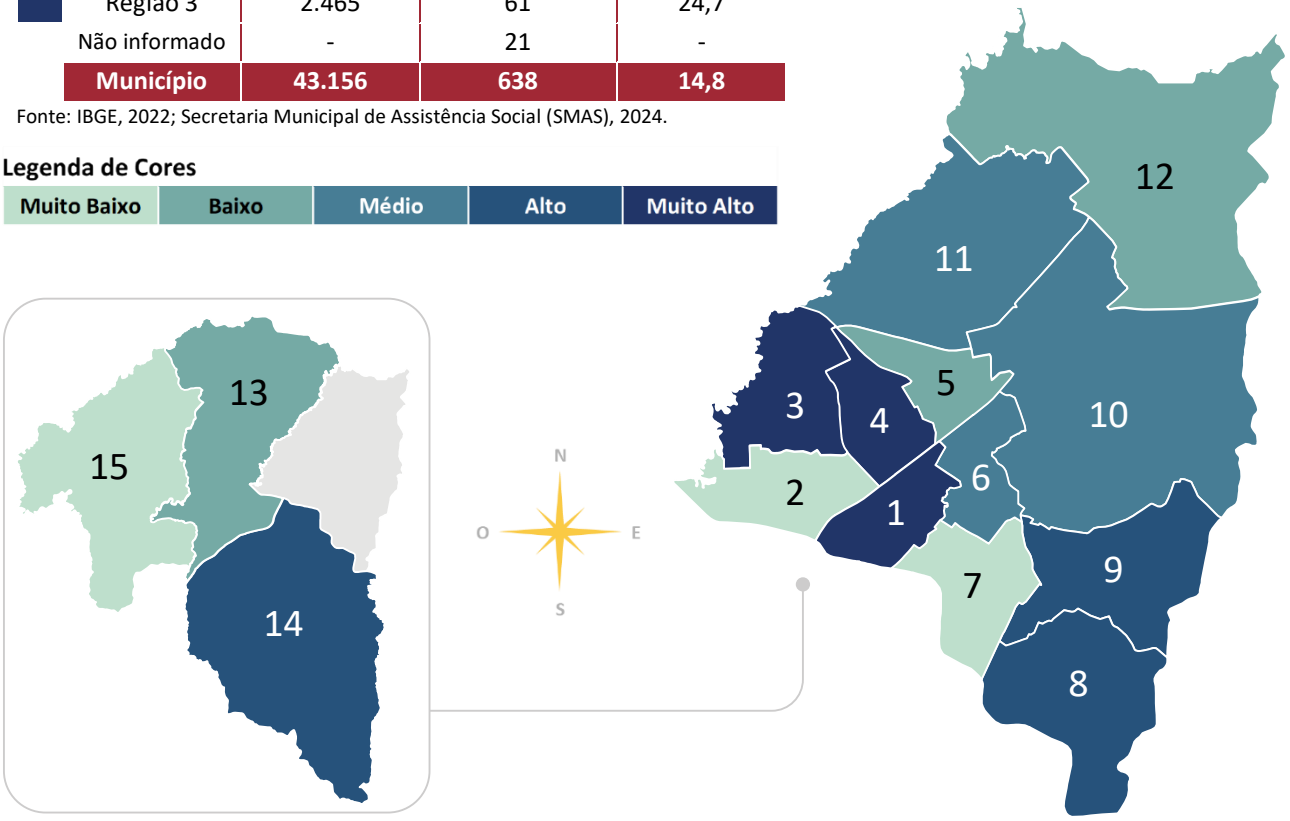
Menor Valor	Região 15	4,6
Média	**Araucária**	**14,8**
Maior Valor	Região 3	24,7

5,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

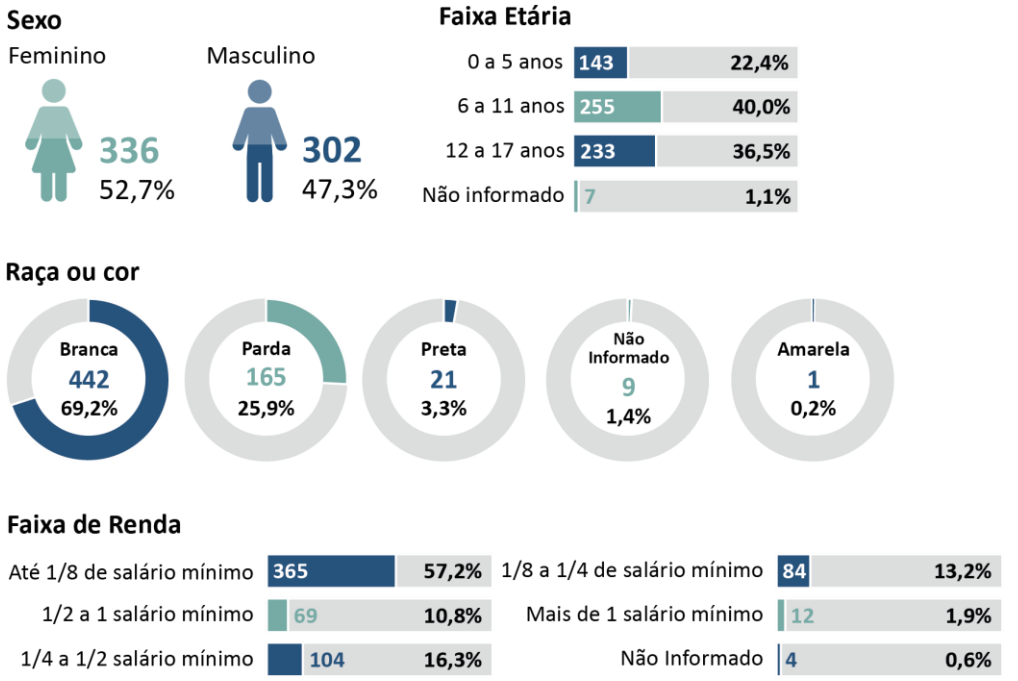


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), destacam-se o sexo feminino (52,7%), a faixa etária de 6 a 11 anos (40,0%) e a raça ou cor branca (69,2%). 57,2% destas crianças e adolescentes estão em famílias com renda familiar de até 1/8 de salário mínimo.

Figura 19: Perfil das crianças e adolescentes acompanhadas pelo PAEFI



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação ao motivo de acompanhamento, destacam-se os casos de violência psicológica, observados em 35,0% do total de crianças e adolescentes acompanhados.

Tabela 33: Motivo do acompanhamento

Motivo	Quant.	(%)
Violência psicológica	223	35,0%
Não informado	219	34,3%
Violência física	157	24,6%
Negligência	142	22,3%
Violência sexual	89	13,9%
Trabalho infantil	10	1,6%
Total	**638**	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma criança ou adolescente pode ser acompanhada por mais de um motivo.

6.7. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes constitui uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, negligência ou abandono. Essa medida é aplicada em caráter excepcional e provisório, sempre priorizando a reintegração familiar ou, quando não possível, a busca por uma família substituta, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

No âmbito da assistência social, o acolhimento institucional é um serviço ofertado pela Política de Assistência Social, articulado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele deve ser executado em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, assegurando que a permanência das crianças e adolescentes no acolhimento ocorra em um ambiente seguro, acolhedor e que favoreça o seu desenvolvimento integral. O serviço deve ser pautado na garantia dos direitos, na oferta de suporte psicossocial e na manutenção dos vínculos afetivos com família de origem, sempre que possível.

No município de Araucária, o acolhimento de crianças e adolescentes é ofertado em duas modalidades: a Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes, o Serviço de Acolhimento Familiar:

- **A Unidade de Acolhimento Institucional Crianças e Adolescentes (UAI CA)** proporciona um espaço estruturado para garantir o atendimento adequado às necessidades das crianças e adolescentes afastados de suas famílias por decisão judicial. O serviço busca oferecer acolhimento em um ambiente seguro e humanizado, com equipe técnica capacitada para garantir suporte psicossocial e acompanhamento socioeducativo, além de promover a convivência comunitária.
- **O Serviço de Acolhimento Família Acolhedora** consiste na inserção temporária de crianças e adolescentes, afastados de família de origem por determinação judicial, em famílias voluntárias previamente cadastradas e capacitadas para prestar o cuidado necessário enquanto se trabalha a possibilidade de reintegração familiar ou adoção. Esse modelo busca proporcionar um ambiente familiar e mais próximo de uma rotina cotidiana, favorecendo o desenvolvimento saudável dos acolhidos e promovendo um acolhimento mais individualizado.
- **A Unidade de Acolhimento Institucional Famílias (UAI Famílias)**, por sua vez, oferece acolhimento provisório para as crianças e adolescentes juntamente com seu responsável familiar. É previsto para famílias em situação de rua e desabrigo, mulheres vítimas de violência doméstica (com ou sem filhos), migração e ausência de residência.

6.7.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO (UAI CA E FAMÍLIA ACOLHEDORA)

A Região 4 e a Região 7 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, apresentando variações em torno da média geral de (+) 57,9% e (-) 84,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Acolhimento institucional	Indicador (por mil hab.)
Região 5	1.455	-	-
Região 2	1.014	-	-
Região 15	650	-	-
Região 13	747	-	-
Região 1	1.176	-	-
Região 7	3.855	1	0,3
Região 6	2.077	1	0,5
Região 3	2.465	2	0,8
Região 10	1.452	2	1,4
Região 14	2.111	3	1,4
Região 12	1.944	4	2,1
Região 11	11.664	29	2,5
Região 9	4.528	12	2,7
Região 8	5.978	16	2,7
Região 4	2.026	6	3,0
Não informado	-	4	-
Município	**43.156**	**80**	**1,9**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes em acolhimento institucional dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

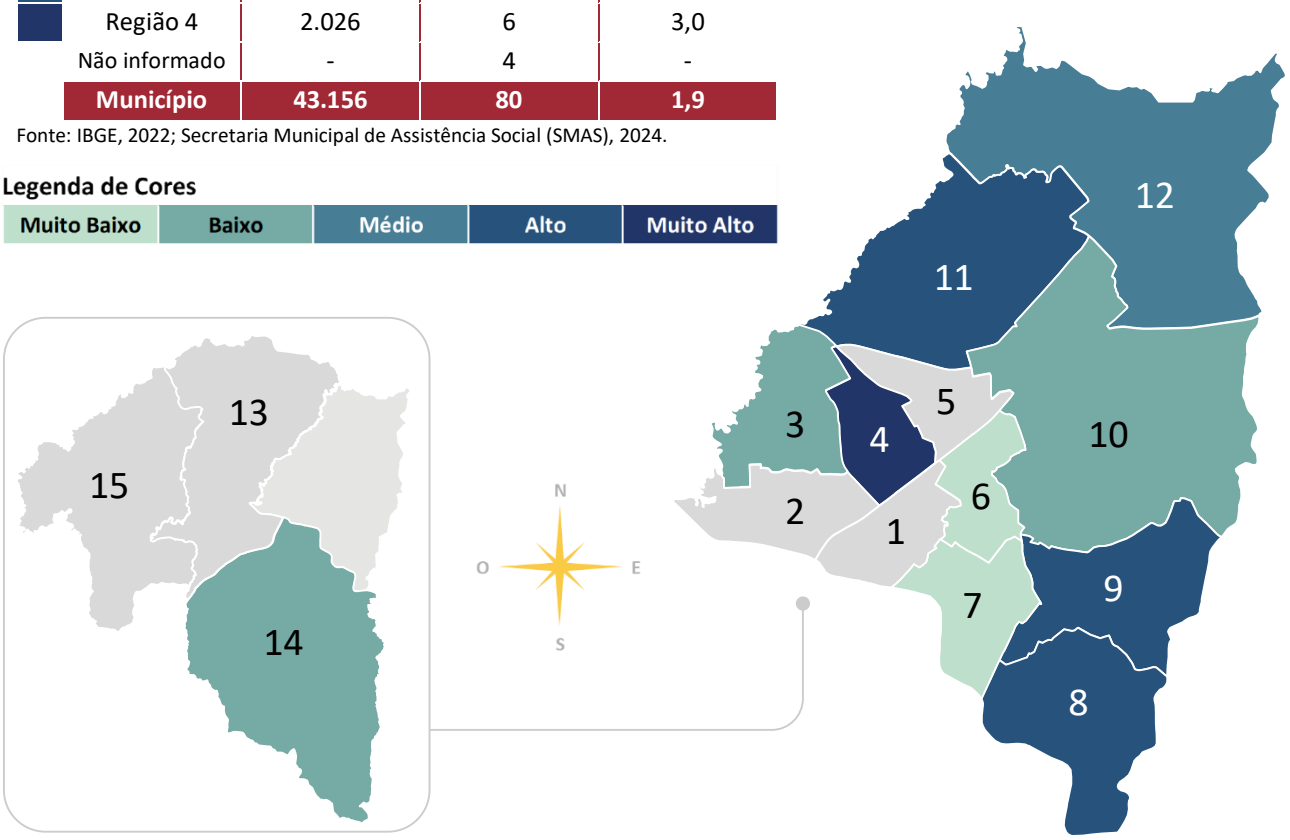
Menor Valor	Região 7	0,3
Média	**Araucária**	**1,9**
Maior Valor	Região 4	3,0

10,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

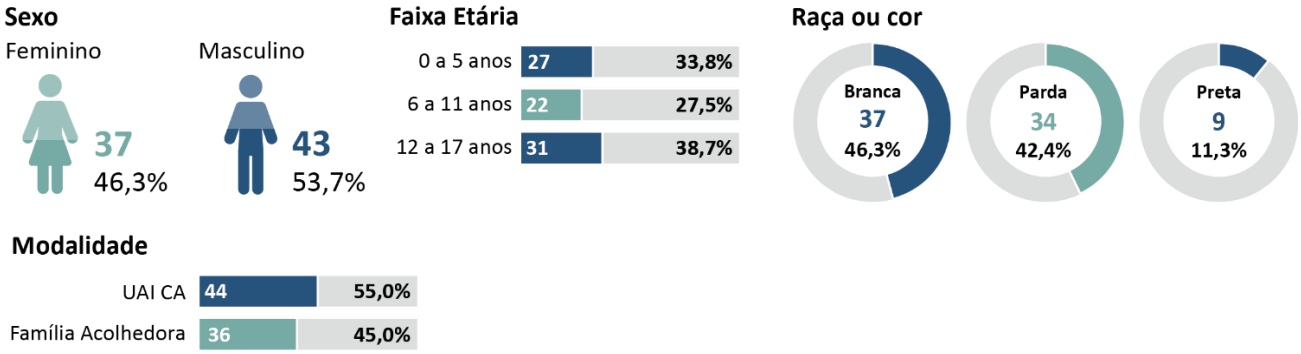


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Durante o ano de 2024, o município de Araucária acolheu 44 crianças e adolescentes na UAI CA e 36 na modalidade de Família Acolhedora. No perfil das crianças e adolescentes acolhidos, destacam-se o sexo masculino (53,7%), a faixa etária de 12 a 17 anos (38,7%) e a raça ou cor branca (46,8%).

Figura 20: Perfil das crianças e adolescentes em acolhimento institucional



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação ao motivo de acolhimento, mais da metade dos acolhidos estavam em situação de negligência (53,8%). Destacam-se também casos de uso abusivo de substância psicoativa pelos país ou responsáveis (30,0%), abandono de incapaz (27,8%) e violência física (17,5%).

Tabela 34: Motivo de acolhimento

Motivo de acolhimento	Quant.	(%)
Negligência	43	53,8%
Pais/responsáveis usuários abusivos de substâncias psicoativas	24	30,0%
Abandono de incapaz	22	27,5%
Violência física	14	17,5%
Violência psicológica	9	11,3%
Conflitos familiares	8	10,0%
Abuso sexual	6	7,5%
Trabalho infantil	5	6,3%
Mendicância	4	5,0%
Vínculos familiares fragilizados ou rompidos	4	5,0%
Evasão escolar	3	3,8%
Exposição a situações de riscos	3	3,8%
Violência sexual	3	3,8%
Ameaça de morte dos pais/responsáveis	2	2,5%
Ausência dos pais/responsáveis por prisão ou MSE de internação	2	2,5%
Exposição a situações de risco	2	2,5%
Genitora acolhida	2	2,5%
Pais/responsáveis com deficiência	2	2,5%
Adoção à brasileira	1	1,3%
Entrega voluntária	1	1,3%
Exploração sexual	1	1,3%
Orfandade	1	1,3%
Pais/responsáveis com transtorno mental/sofrimento psíquico	1	1,3%
Situação de rua	1	1,3%
Total	**80**	*

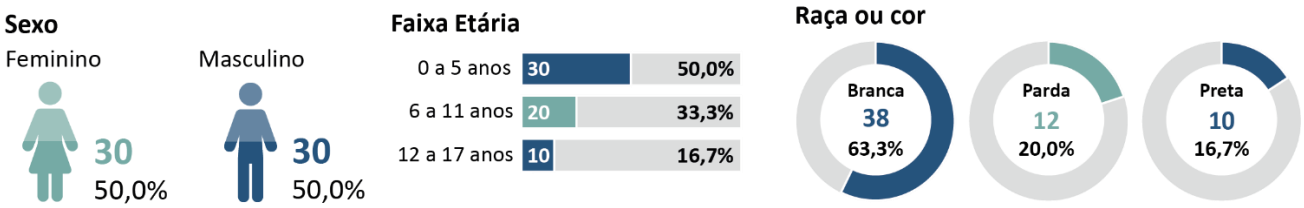
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma criança ou adolescente pode ter sido acolhida por mais de um motivo.

6.7.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (UAI FAMÍLIAS)

Além das crianças e adolescentes acolhidos na UAI CA e em famílias acolhedoras, o município de Araucária também atendeu 60 crianças e adolescentes juntamente com suas famílias na Unidade de Acolhimento Institucional Famílias. O perfil desse grupo revela uma distribuição equilibrada entre os sexos (50,0% feminino e 50,0% masculino). Observa-se ainda maior concentração na faixa etária de 0 a 5 anos, que representa metade do total (50,0%), e predominância da raça/cor branca, correspondente a 63,3%.

Figura 21: Perfil das crianças e adolescentes em acolhimento institucional



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Ainda que metade das famílias acolhidas seja oriunda de Araucária, observa-se uma presença significativa de famílias vindas de outros locais: 31,7% de outros municípios do Paraná, 10,0% de outros estados brasileiros e 5 famílias estrangeiras, sendo 3 da Venezuela e 2 da Colômbia. Com relação ao motivo de acolhimento, 86,7% dos casos são situações de mães vítimas de violência doméstica.

Tabela 35: Lugar de origem da família

Lugar de origem	Quant.	(%)
Araucária	30	50,0%
Outros municípios do Paraná	19	31,7%
Outros estados brasileiros	6	10,0%
Outros países	5	8,3%
Total	**60**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Tabela 36: Motivo de acolhimento

Motivo de acolhimento	Quant.	(%)
Violência doméstica	52	86,7%
Desabrigo	7	11,7%
Despejo	2	3,3%
Violência urbana	2	3,3%
Alagamento	1	1,7%
Determinação judicial	1	1,7%
Total	**60**	*

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Nota (*): A mesma criança ou adolescente pode ter sido acolhida por mais de um motivo.

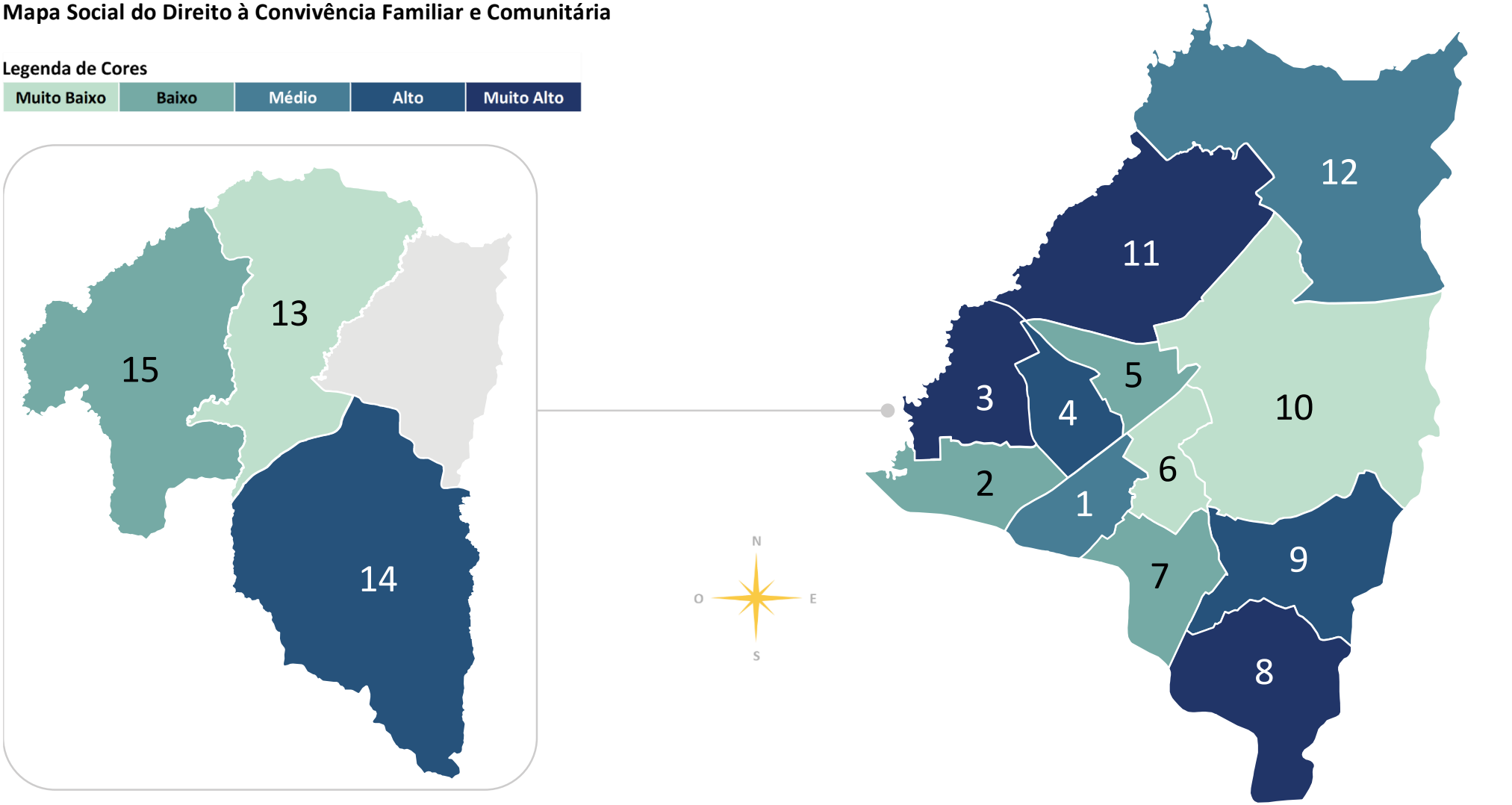
6.8. MAPA SOCIAL DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Classificação Quintil	Indicadores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – 14 Indicadores															
	Média Geral	42,8%	12,0%	30,8%	41,2%	2,51	37,6%	20,9‰	12,1‰	24,7‰	8,3‰	15,8‰	13,4‰	14,8‰	1,9‰	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
		>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Famílias inscritas no CadÚnico	Famílias no CadÚnico com cadastro desatualizado	Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado	Famílias inscritas no CadÚnico que recebem PBF	Pessoas por família inscritas no CadÚnico	Crianças e adolescentes inscritos no CadÚnico	Beneficiários do BPC	Crianças e adolescentes beneficiários do BPC	Beneficiários de Benefícios Eventuais	Crianças e adolescentes beneficiários de Benefícios Eventuais	Famílias acompanhadas pelo PAIF	Crianças e adolescentes acompanhados pelo SCFV	Crianças e adolescentes acompanhados pelo PAEFI	Crianças e adolescentes em acolhimento institucional	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	10	24,8%	8,4%	16,4%	35,6%	2,51	37,2%	11,1	2,8	11,2	2,1	7,4	-	11,0	1,4	**0**	**0,0%**
	13	25,0%	7,6%	17,4%	38,7%	2,46	36,5%	13,8	9,4	10,6	4,0	6,7	-	9,4	-	**0**	**0,0%**
	6	28,9%	10,3%	18,7%	31,3%	2,44	34,7%	13,6	6,7	8,4	1,4	4,4	1,4	10,6	0,5	**0**	**0,0%**
	2	24,9%	6,5%	18,4%	36,3%	2,53	36,6%	10,0	3,0	11,4	-	7,9	1,0	8,9	-	**1**	**7,1%**
	7	30,8%	9,6%	21,2%	38,3%	2,52	36,4%	16,7	10,4	12,6	4,7	5,3	-	9,1	0,3	**1**	**7,1%**
	5	32,4%	10,2%	22,3%	31,9%	2,32	31,3%	18,6	8,9	22,4	9,6	11,1	6,2	10,3	-	**1**	**7,1%**
	15	26,4%	7,8%	18,6%	40,6%	2,72	37,5%	14,7	10,8	11,2	-	5,0	-	4,6	-	**1**	**7,1%**
	12	37,8%	10,8%	27,0%	36,8%	2,61	35,2%	15,5	7,2	25,3	3,6	15,0	9,8	9,8	2,1	**3**	**21,4%**
	1	40,0%	12,1%	27,9%	43,6%	1,86	24,3%	18,0	11,1	19,5	6,8	7,8	6,0	23,8	-	**3**	**21,4%**
	14	39,9%	11,1%	28,8%	43,0%	2,57	34,6%	23,7	10,4	23,3	9,0	15,8	5,7	13,3	1,4	**4**	**28,6%**
	9	43,8%	12,4%	31,5%	39,2%	2,51	37,4%	22,4	13,7	29,1	10,6	10,0	2,9	14,8	2,7	**8**	**57,1%**
	4	41,3%	12,2%	29,0%	36,6%	2,49	35,3%	21,3	17,8	37,2	24,7	32,4	14,3	22,2	3,0	**9**	**64,3%**
	3	54,6%	14,2%	40,4%	43,8%	2,54	39,1%	21,9	12,2	35,7	5,7	30,5	6,9	24,7	0,8	**11**	**78,6%**
	11	54,7%	14,5%	40,3%	46,8%	2,50	40,1%	23,6	13,6	33,8	6,6	17,8	15,1	12,9	2,5	**11**	**78,6%**
	8	50,9%	13,6%	37,3%	38,1%	2,62	39,0%	22,9	12,5	21,2	15,7	24,3	48,5	18,7	2,7	**12**	**85,7%**

Mapa Social do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

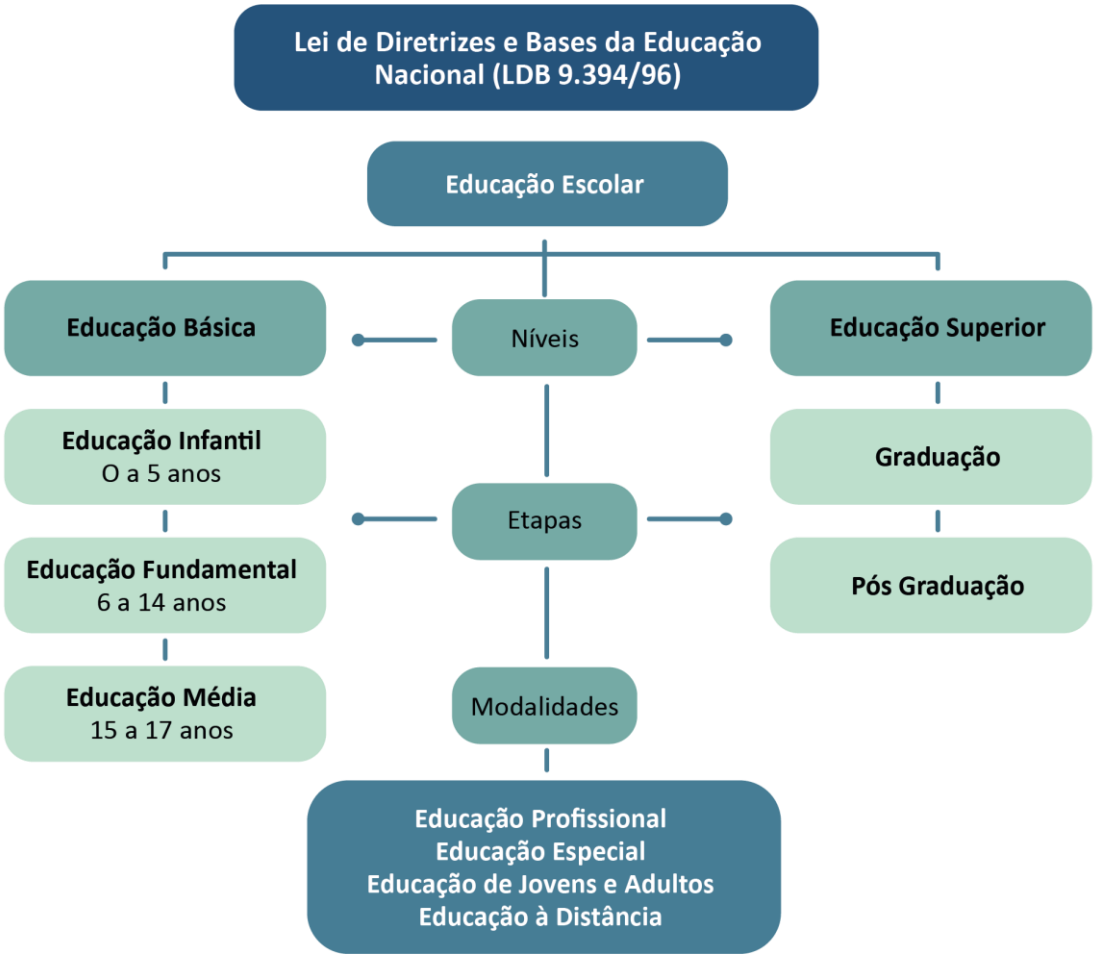
1	Centro.	**4**	Fazenda Velha; Vila Nova.	**7**	Iguaçu.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**5**	Estação.	**8**	Campina da Barra.	**11**	Capela Velha.	**14**	Lagoa Grande; Tietê...
3	Boqueirão; Passaúna.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**9**	Costeira.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7. DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é direito fundamental social previsto no Artigo 6° e 205 e seguintes da Constituição Federal - dever da União, dos Estados e dos Municípios – devendo ser assegurado de maneira ampla, irrestrita, obrigatória e gratuita a todas as crianças e adolescentes, incluindo os que estejam internados ou cumprindo medida socioeducativa, ou àqueles que não tiveram acesso em idade própria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente possui papel vital na reiteração da educação como eixo de direito fundamental, integrado ao acesso ao esporte, a cultura e ao lazer, para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

A educação enquanto direito fundamental e política pública - compreende a educação infantil, o ensino fundamental e médio - é competência nacional do Ministério da Educação (MEC), regulamentada através de instrumentos normativos, como a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) , do Plano Nacional de Educação (PNE), da Política Nacional de Educação Infantil, de portarias do MEC, dentre outros.



7.1. POPULAÇÃO RESIDENTE DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA

A Região 14 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual da população residente de 15 anos ou mais não alfabetizada entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 32,1% e (-) 75,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 15 anos ou mais	População de 15 anos ou mais não alfabetizada	Indicador (%)
Região 13	2.451	16	0,7%
Região 2	2.882	27	0,9%
Região 6	6.534	76	1,2%
Região 1	4.489	55	1,3%
Região 4	6.430	98	1,5%
Região 15	2.383	37	1,6%
Região 10	4.020	71	1,8%
Região 5	4.701	104	2,2%
Região 7	11.251	255	2,3%
Região 12	5.689	148	2,6%
Região 9	12.423	354	2,8%
Região 11	28.717	882	3,1%
Região 3	6.424	209	3,3%
Região 8	14.577	520	3,6%
Região 14	6.226	229	3,7%
Município	**119.259**	**3.376**	**2,8%**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População de 15 anos ou mais não alfabetizada dividido pelo total da população de 15 anos ou mais, vezes 100

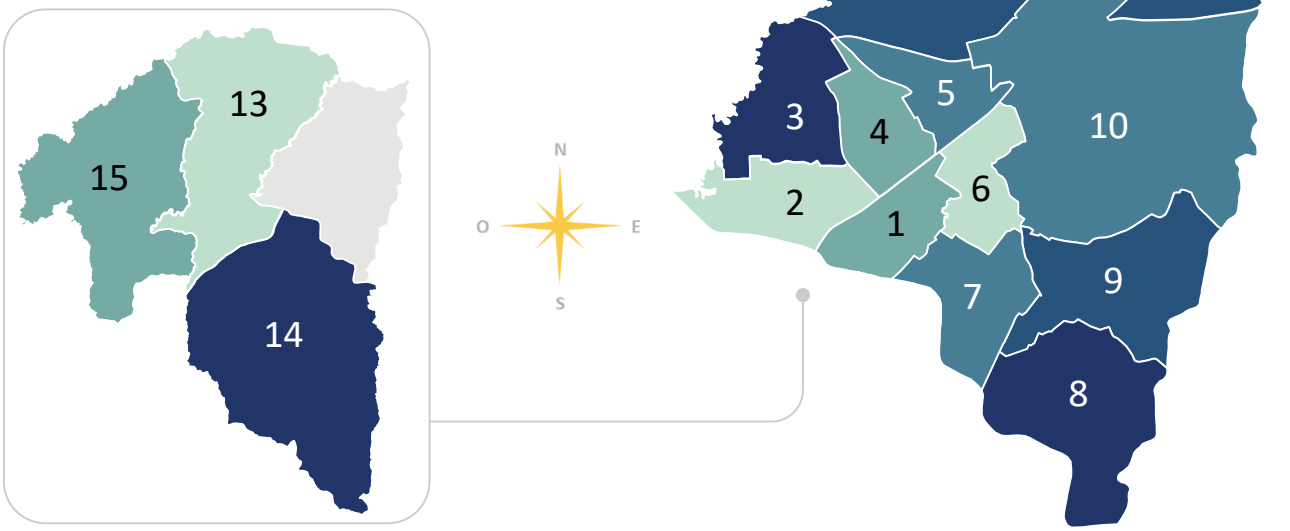
Menor Valor	Região 13	0,7%
Média	**Araucária**	**2,8%**
Maior Valor	Região 14	3,7%

5,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7.2. PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

A Região 3 e a Região 6 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio, apresentando variações em torno da média geral de (+) 52,5% e (-) 85,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Responsáveis não alfabetizados	Indicador (por mil dom.)
Região 13	1.042	-	-
Região 2	1.271	-	-
Região 6	2.957	6	2,0
Região 1	2.043	11	5,4
Região 4	2.809	16	5,7
Região 10	1.902	13	6,8
Região 15	1.007	10	9,9
Região 5	2.071	24	11,6
Região 11	12.955	190	14,7
Região 7	4.934	78	15,8
Região 12	2.602	45	17,3
Região 14	2.715	53	19,5
Região 9	5.581	112	20,1
Região 8	6.508	133	20,4
Região 3	2.886	62	21,5
Município	**53.283**	**753**	**14,1**

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

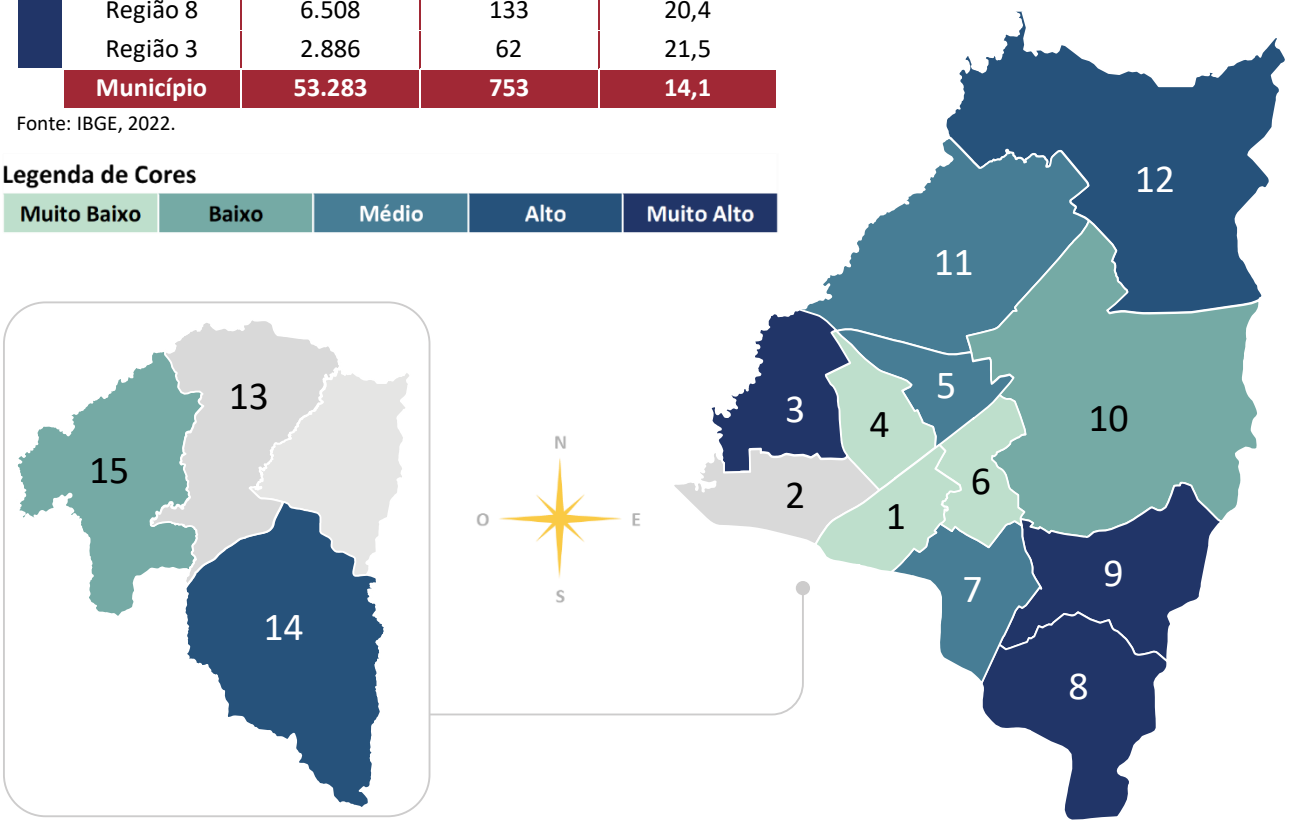
Menor Valor	Região 6	2,0
Média	**Araucária**	**14,1**
Maior Valor	Região 3	21,5

10,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

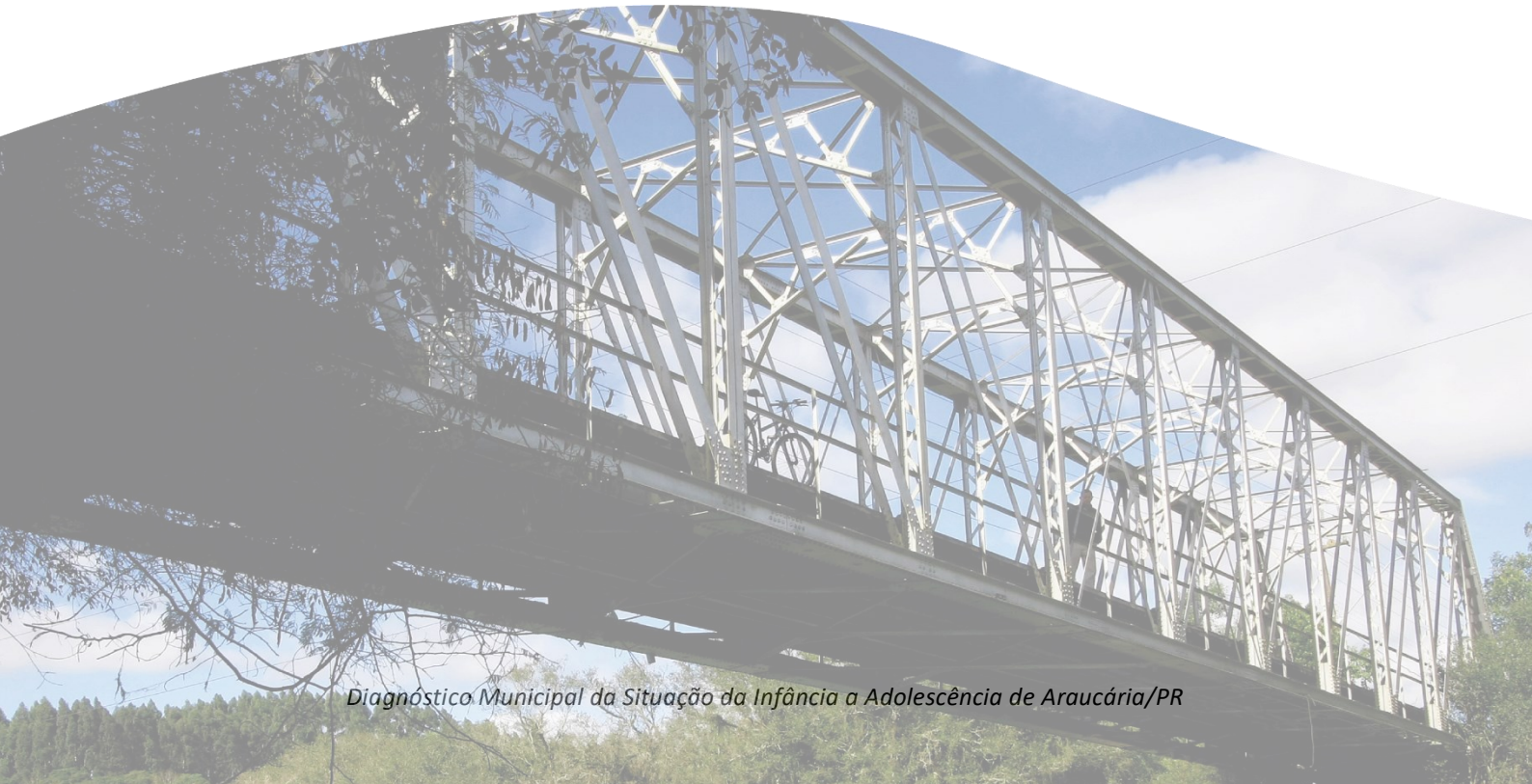
7.3. CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, é o principal instrumento de levantamento e fonte de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional. Além dos dados fornecidos pelas escolas públicas e privadas, abrange diferentes modalidades de ensino, como a educação básica regular, especial, de jovens e adultos, e profissional.

O Censo escolar desempenha um papel fundamental na obtenção de informações sobre a realidade educacional do país. Por meio desse levantamento, é possível obter um panorama abrangente da situação da educação, desde o número de matrículas até informações relacionadas ao rendimento escolar, ao espaço físico e à infraestrutura das escolas, ao transporte de alunos, à alimentação oferecida nas instituições e às funções desempenhadas pelos docentes, entre outros aspectos relevantes.

Os dados coletados durante o Censo Escolar são essenciais para embasar políticas públicas, planejamento educacional e tomada de decisões por parte das autoridades responsáveis pela educação no país. Com base nessas informações, é possível identificar desafios, necessidades e tendências no sistema educacional, permitindo a implementação de medidas efetivas para a melhoria da qualidade da educação.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, o Censo também pode fornecer dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas no sistema educacional, a oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos, a formação e qualificação dos professores, entre outros indicadores relevantes para compreender e promover avanços na educação brasileira.



7.3.1. ESCOLAS E INFRAESTRUTURA

De acordo com os dados do censo escolar, o município contava, em 2024, com 112 escolas em atividade, sendo 12 rurais (nove municipais e três estaduais) e 100 urbanas. Das escolas na região urbana, destaca-se a predominância da rede municipal. O município não conta com escolas da rede federal.

Tabela 37: Escolas do município por dependência administrativa e localização

Dependência Administrativa	Urbana		Rural		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Municipal	66	58,9%	9	8,0%	75	66,9%
Estadual	17	15,2%	3	2,7%	20	17,9%
Privada	17	15,2%	-	-	17	15,2%
Total	**100**	**89,3%**	**12**	**10,7%**	**112**	**100,0%**

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

A infraestrutura escolar apresenta boa cobertura de cozinhas, enquanto os espaços de lazer variam entre as redes. O parque infantil é comum nas escolas municipais (92,0%) e privadas (76,5%), mas está em apenas 20,0% das estaduais. Já as quadras esportivas são mais frequentes nas escolas privadas (82,4%) e estaduais (85,0%) do que nas municipais (42,7%). O auditório é o item menos presente, com apenas 6,3% de cobertura. Os dados indicam desafios na oferta de espaços para esporte e lazer, especialmente na rede municipal.

Tabela 38: Infraestrutura das escolas

Infraestrutura	Municipal		Estadual		Privada		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Cozinha	74	98,7%	20	100,0%	16	94,1%	110	98,2%
Água potável	75	100,0%	20	100,0%	17	100,0%	112	100,0%
Pátio descoberto	54	72,0%	16	80,0%	10	58,8%	80	71,4%
Parque infantil	69	92,0%	4	20,0%	13	76,5%	86	76,8%
Refeitório	59	78,7%	12	60,0%	14	82,4%	85	75,9%
Pátio coberto	38	50,7%	11	55,0%	14	82,4%	63	56,3%
Quadra esportiva	32	42,7%	17	85,0%	14	82,4%	63	56,3%
Área verde	44	58,7%	10	50,0%	7	41,2%	61	54,5%
Auditório	1	1,3%	3	15,0%	3	17,6%	7	6,3%
Total	**75**	**66,9%**	**20**	**17,9%**	**17**	**15,2%**	**112**	**100,0%**

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

7.3.2. ESTUDANTES MATRICULADOS

De acordo com os dados do Censo Escolar, referentes ao ano de 2024, o município de Araucária contava com 37.144 estudantes matriculados na educação básica, um percentual de 24,5% quando comparado com o total da população residente. A maior parte dos alunos está concentrado nas escolas municipais (48,3%).

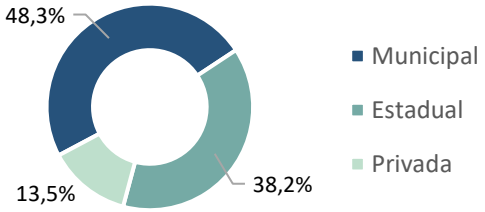
Figura 22: Percentual de estudantes matriculados



Fonte: IBGE, 2022; INEP - Censo Escolar, 2024.

Tabela 39: Matrículas por dependência administrativa

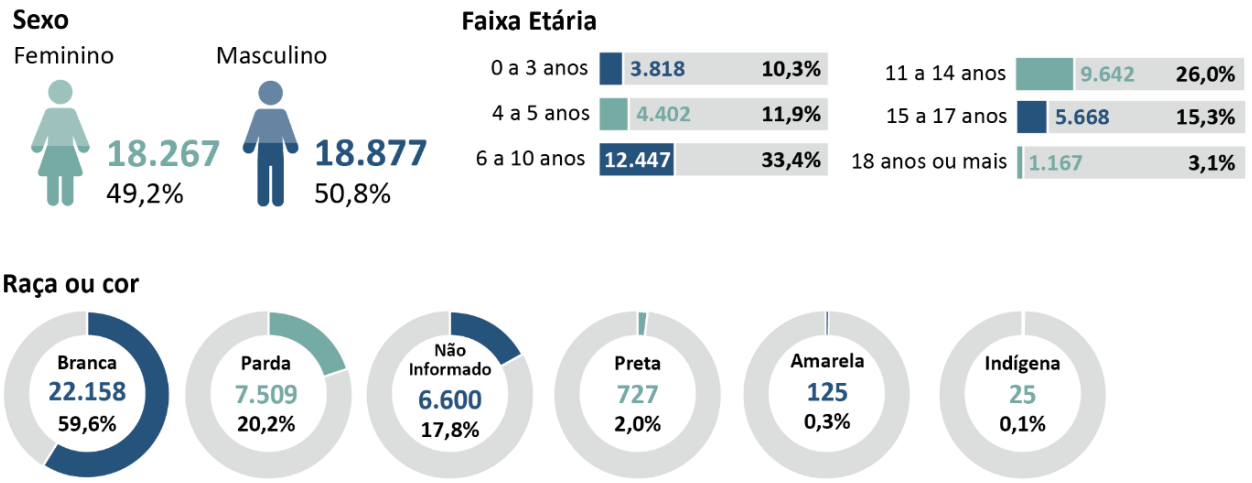
Dependência	Quant.	(%)
Municipal	17.939	48,3%
Estadual	14.197	38,2%
Privada	5.008	13,5%
Total	**37.144**	**100,0%**



Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

Quanto ao perfil dos estudantes matriculados na educação básica do município, destaca-se o sexo masculino (50,8%). Além disso, existe predominância da faixa etária de 6 a 10 anos (33,4%) e da raça ou cor branca (59,6%).

Figura 23: Perfil dos estudantes matriculados



Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

7.3.3. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

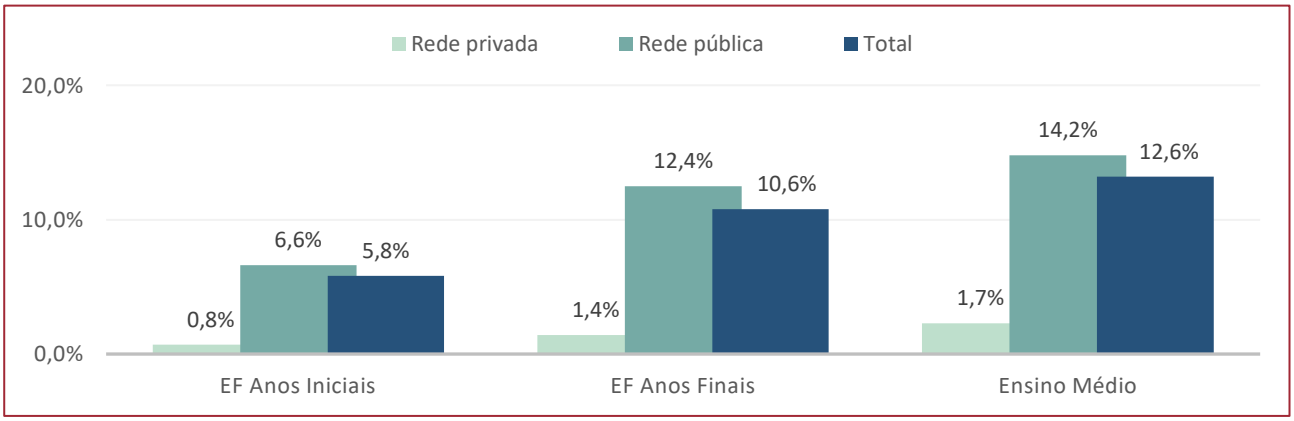
A distorção idade-série se refere à disparidade entre a idade de um aluno e a série em que ele está matriculado. Pode ocorrer por atraso escolar, adiantamento escolar ou alunos fora da faixa etária escolar. Isso pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, a motivação e a interação social do aluno, além de representar desafios para o sistema educacional em termos de gestão e eficácia das políticas educacionais. É importante enfrentar essa distorção com estratégias que promovam a inclusão, prevenção do abandono escolar e adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos.

Os dados referentes ao ano de 2024 indicam que o percentual de alunos com distorção idade-série é maior na rede pública do que na rede privada em todas as etapas de ensino. Além disso, de modo geral, essa distorção aumenta conforme a etapa de ensino, atingindo 5,8% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 10,6% nos anos finais e 12,6% no Ensino Médio.

Tabela 40: Distorção idade-série em 2024, por etapa de ensino

DISTORÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Rede privada	1,1%	0,8%	1,4%	1,7%
Rede pública	9,2%	6,6%	12,4%	14,2%
Total	8,0%	5,8%	10,6%	12,6%

Fonte: INEP - Censo Escolar: Distorção idade-série, 2024.



7.3.4. RENDIMENTO ESCOLAR[12]

Quanto ao rendimento escolar, as taxas de aprovação no município são superiores entre os estudantes da rede privada em relação aos da rede pública em todas as etapas de ensino. Chama a atenção que a taxa de aprovação em Araucária é menor nos anos iniciais do Ensino Fundamental (97,3%) do que nos anos finais (98,1%). A taxa de reprovação, por sua vez, segue o padrão inverso. Além disso, o município registrou menos de 0,5% de abandono escolar no período.

Tabela 41: Taxa de Aprovação em 2023, por etapa de ensino

APROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Rede privada	99,2%	99,2%	99,2%	98,2%
Rede pública	97,4%	96,9%	97,9%	97,3%
Total	97,6%	97,3%	98,1%	97,5%

Fonte: INEP – Censo Escolar: Rendimento Escolar, 2023.

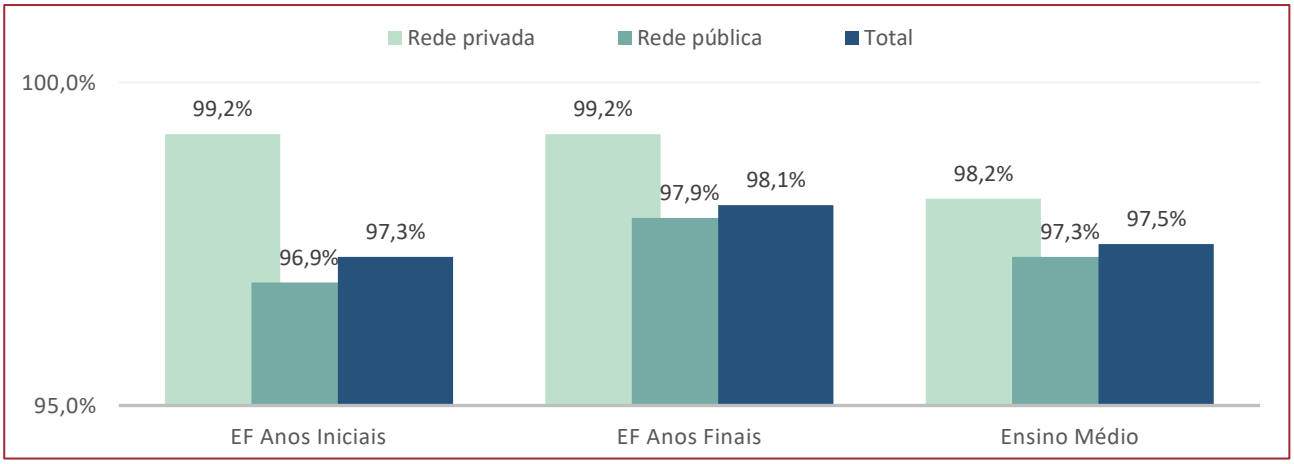
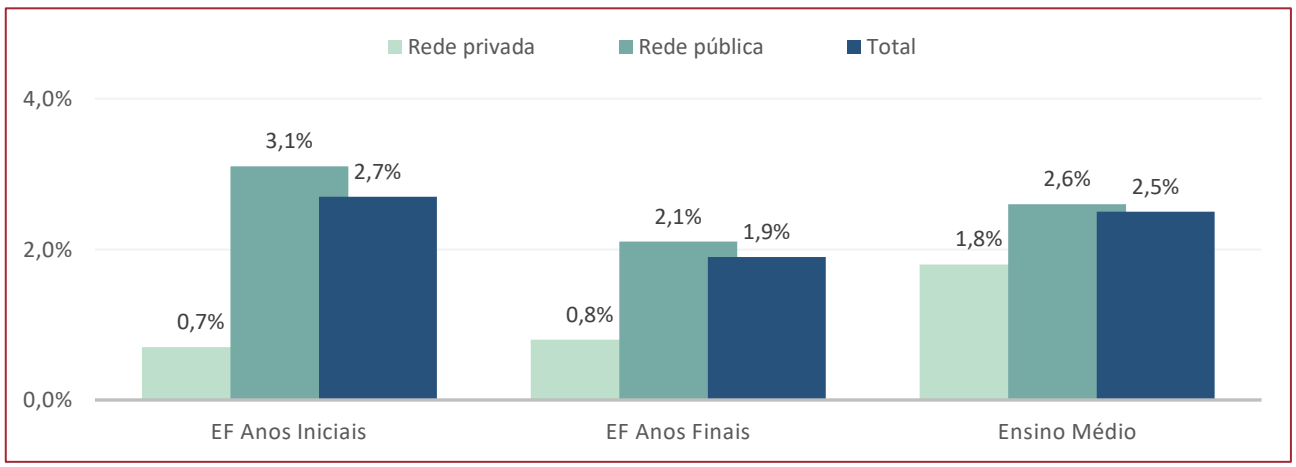


Tabela 42: Taxa de Reprovação em 2023, por etapa de ensino

REPROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Rede privada	0,8%	0,7%	0,8%	1,8%
Rede pública	2,6%	3,1%	2,1%	2,6%
Total	2,4%	2,7%	1,9%	2,5%

Fonte: INEP – Censo Escolar: Rendimento Escolar, 2023.



[12] Serão apresentados dados de rendimento escolar referentes ao ano de 2023, uma vez que os dados de 2024 ainda não foram divulgados.

7.3.5. DOMICÍLIOS POR ESCOLA NO MUNICÍPIO

A Região 6 e a Região 1 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios por escola no município entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 107,2% e (-) 77,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Escolas em atividade	Domicílios particulares ocupados	Domicílios por escola
Região 1	19	2.043	107,5
Região 13	4	1.042	260,5
Região 12	9	2.602	289,1
Região 14	9	2.715	301,7
Região 2	4	1.271	317,8
Região 15	3	1.007	335,7
Região 9	12	5.581	465,1
Região 7	10	4.934	493,4
Região 3	5	2.886	577,2
Região 5	3	2.071	690,3
Região 11	18	12.955	719,7
Região 8	8	6.508	813,5
Região 4	3	2.809	936,3
Região 10	2	1.902	951,0
Região 6	3	2.957	985,7
Município	**112**	**53.283**	**475,7**

Fonte: Censo Escolar, 2024; IBGE, 2022.

Definição: Domicílios particulares ocupados dividido pelo total de escolas em atividade no município

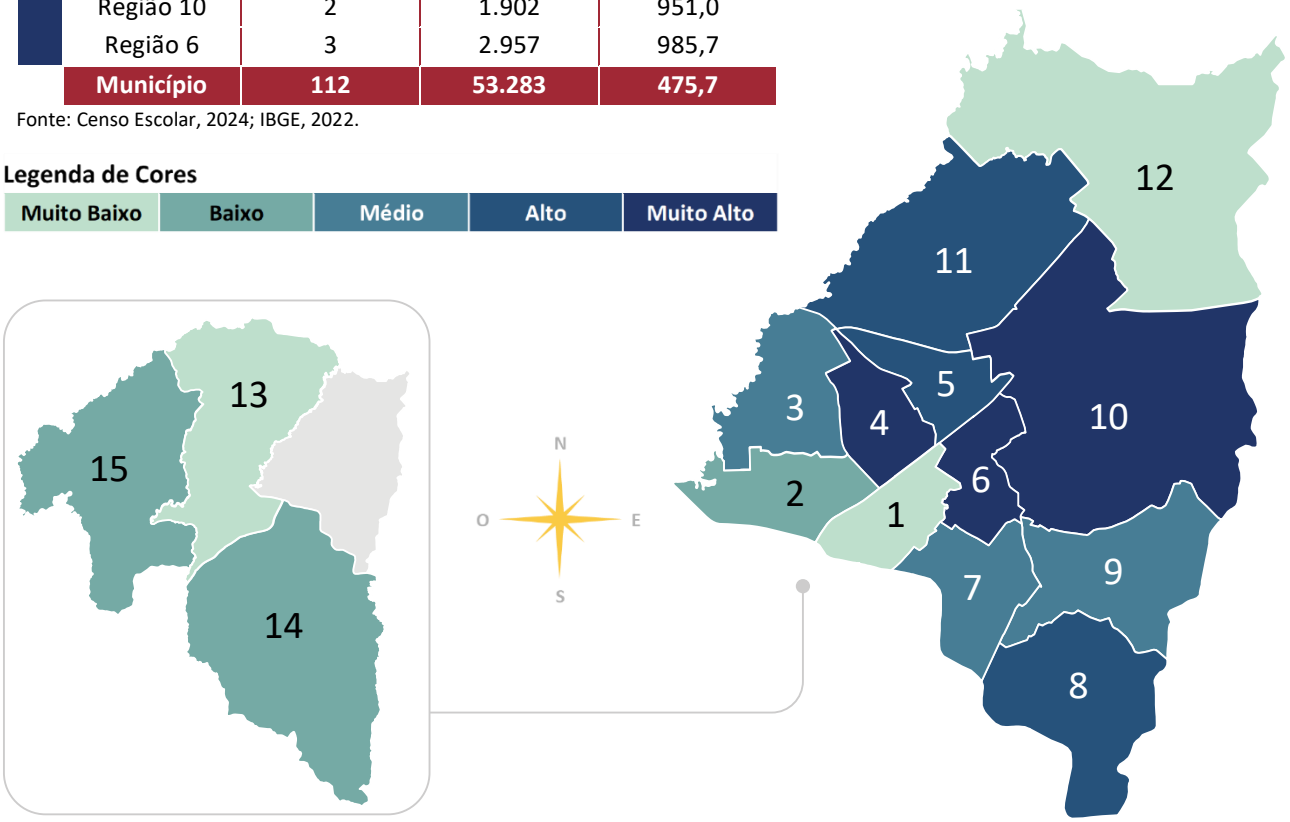
Menor Valor	Região 1	107,5
Média	**Araucária**	**475,7**
Maior Valor	Região 6	985,7

9,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7.4. CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS INSCRITAS NO CADÚNICO FORA DA ESCOLA

A Região 13 e a Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico fora da escola entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 104,5% e (-) 62,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 4 e 5 anos no CadÚnico	Fora da escola	Indicador (%)
Região 5	30	2	6,7%
Região 12	85	8	9,4%
Região 6	46	5	10,9%
Região 9	202	26	12,9%
Região 7	132	20	15,2%
Região 8	285	51	17,9%
Região 3	127	23	18,1%
Região 11	628	117	18,6%
Região 4	80	16	20,0%
Região 1	33	7	21,2%
Região 10	36	9	25,0%
Região 15	19	5	26,3%
Região 2	26	7	26,9%
Região 14	88	24	27,3%
Região 13	22	8	36,4%
Município	**1.839**	**328**	**17,8%**

Fonte: CECAD, 2024.

Definição: Crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico fora da escola dividido pelo total da população de 4 e 5 anos inscrita no CadÚnico, vezes 100

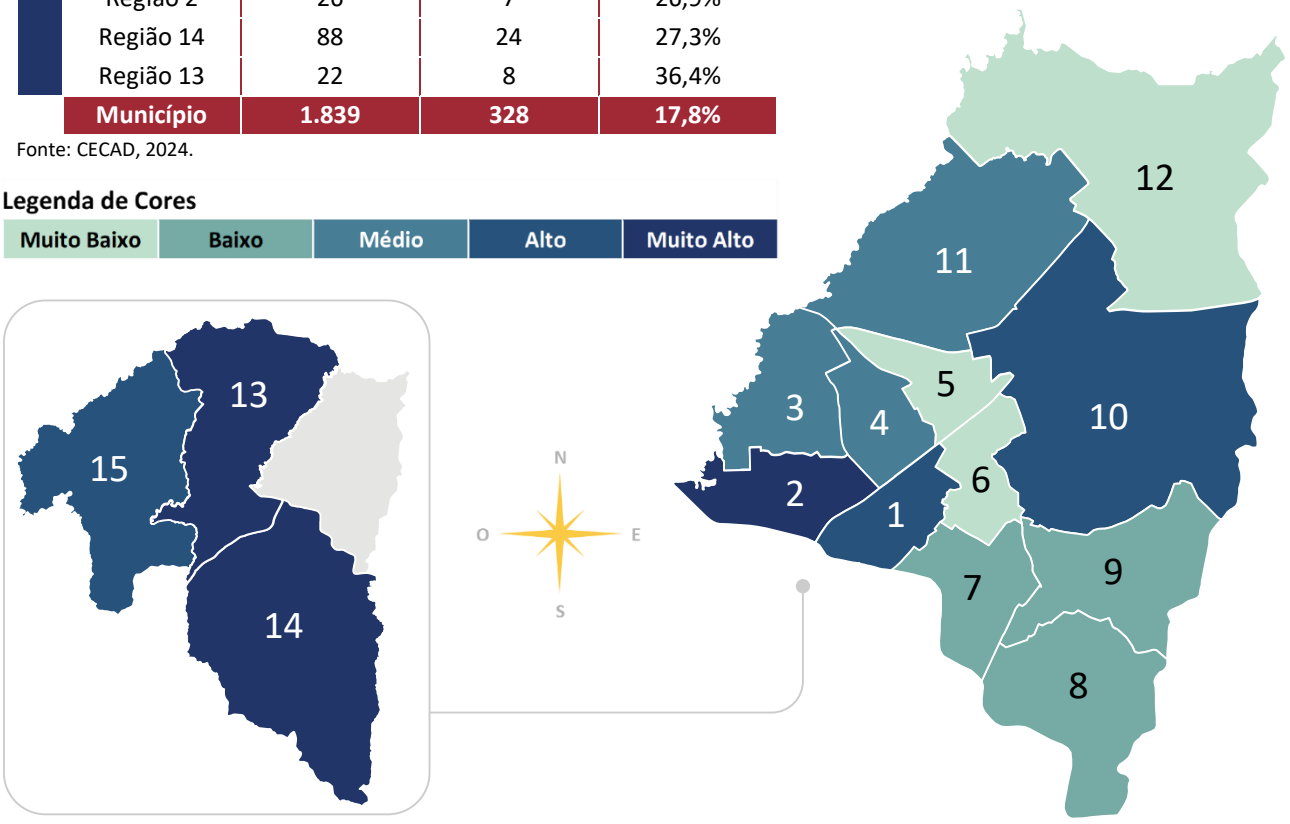
Menor Valor	Região 5	6,7%
Média	**Araucária**	**17,8%**
Maior Valor	Região 13	36,4%

5,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

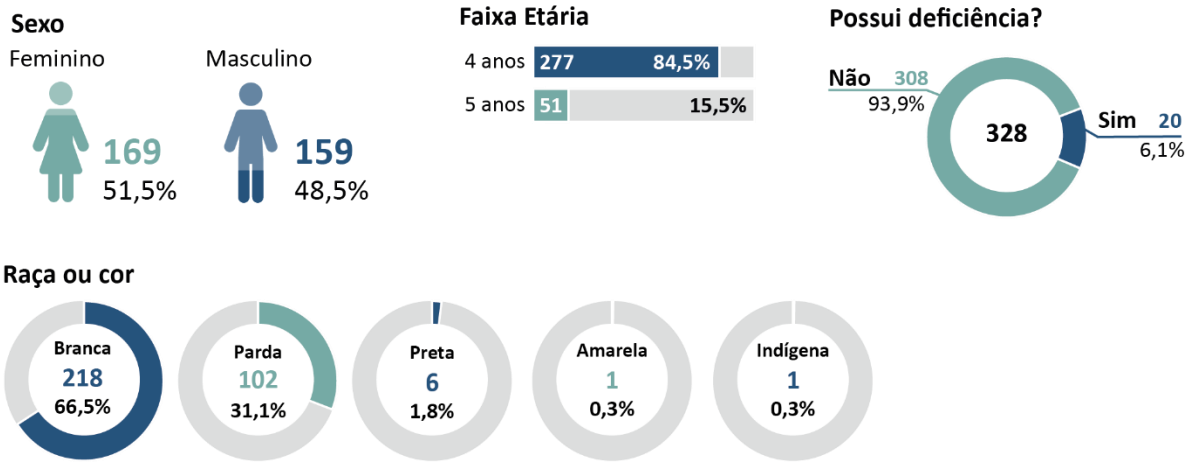


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico que não frequentam ou nunca frequentaram a escola, destacam-se o sexo feminino (51,5%), a idade de 4 anos (84,5%) e a raça ou cor branca (66,5%). 6,1% dessas crianças possuem algum tipo de deficiência.

Figura 24: Perfil das crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico fora da escola



Fonte: CECAD, 2024.



7.5. CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 17 ANOS INSCRITOS NO CADÚNICO FORA DA ESCOLA

A Região 2 e a Região 12 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritos no CadÚnico fora da escola entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 362,4% e (-) 78,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 6 a 17 anos no CadÚnico	Fora da escola	Indicador (por mil hab.)
Região 13	108	-	-
Região 12	425	1	2,4
Região 5	234	1	4,3
Região 3	763	4	5,2
Região 10	187	1	5,3
Região 1	173	1	5,8
Região 15	142	1	7,0
Região 9	1.111	9	8,1
Região 4	481	4	8,3
Região 6	318	3	9,4
Região 14	454	5	11,0
Região 7	629	7	11,1
Região 8	1.703	20	11,7
Região 11	3.447	48	13,9
Região 2	139	7	50,4
Município	**10.314**	**112**	**10,9**

Fonte: CECAD, 2024.

Definição: Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritos no CadÚnico fora da escola dividido pelo total da população de 6 a 17 anos inscrita no CadÚnico, vezes 1000

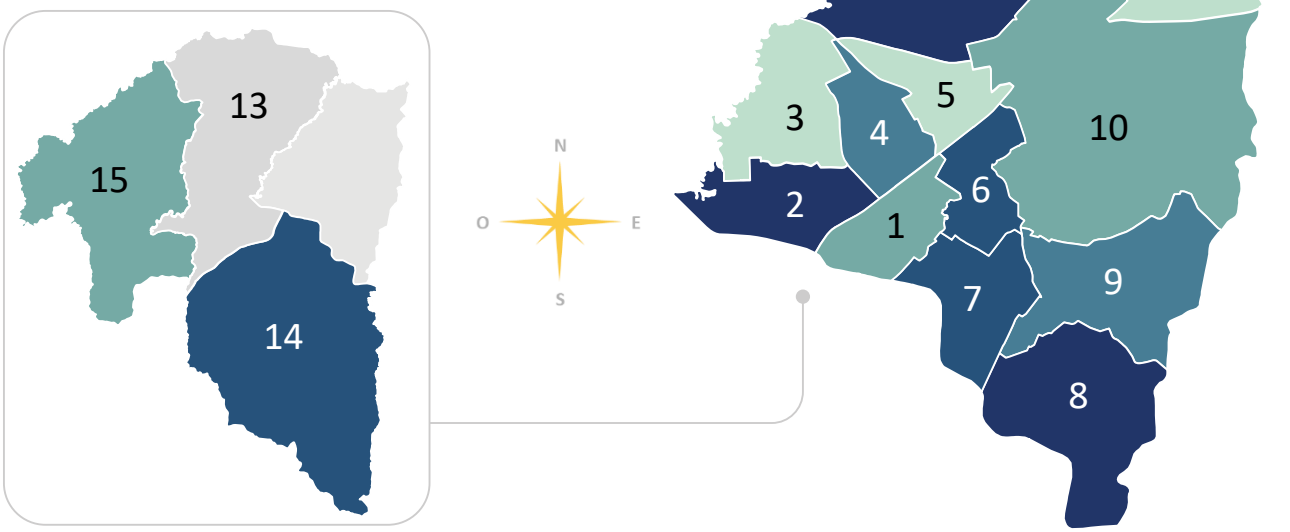
Menor Valor	Região 12	2,4
Média	**Araucária**	**10,9**
Maior Valor	Região 2	50,4

21,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

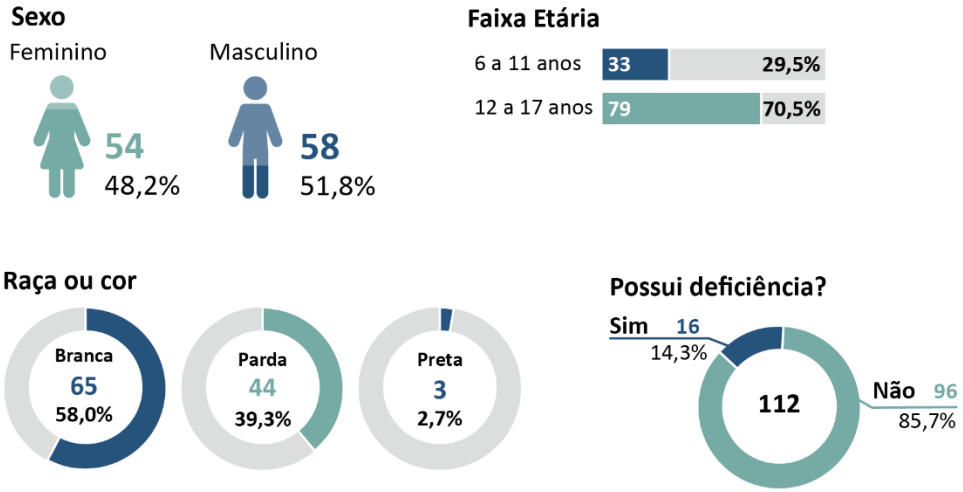


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritos no CadÚnico que não frequentam ou nunca frequentaram a escola, destacam-se o sexo masculino (51,8%), a faixa etária de 12 a 17 anos (70,5%) e a raça ou cor branca (58,0%). 14,3% dessas crianças e adolescentes possuem algum tipo de deficiência.

Figura 25: Perfil das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritos no CadÚnico fora da escola



Fonte: CECAD, 2024.

7.6. DEMANDA POR VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL[13]

A Região 15 e a Região 14 se destacam com a maior e menor demanda por vagas na educação infantil entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 111,9% e (-) 70,1%.

Regiões geográficas	População de 0 a 4 anos	Lista de espera	Indicador (por mil hab.)
Região 1	246	-	-
Região 6	463	-	-
Região 4	433	-	-
Região 13	166	-	-
Região 2	219	-	-
Região 14	512	1	2,0
Região 8	1.373	3	2,2
Região 5	326	1	3,1
Região 12	455	2	4,4
Região 10	370	2	5,4
Região 3	549	3	5,5
Região 9	1.050	6	5,7
Região 7	875	7	8,0
Região 11	2.896	40	13,8
Região 15	141	2	14,2
Município	**10.075**	**67**	**6,7**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Educação (SMED), 2024.

Definição: Crianças de 0 a 3 anos na lista de espera por vagas na educação infantil dividido pelo total da população de 0 a 4 anos, vezes 1000

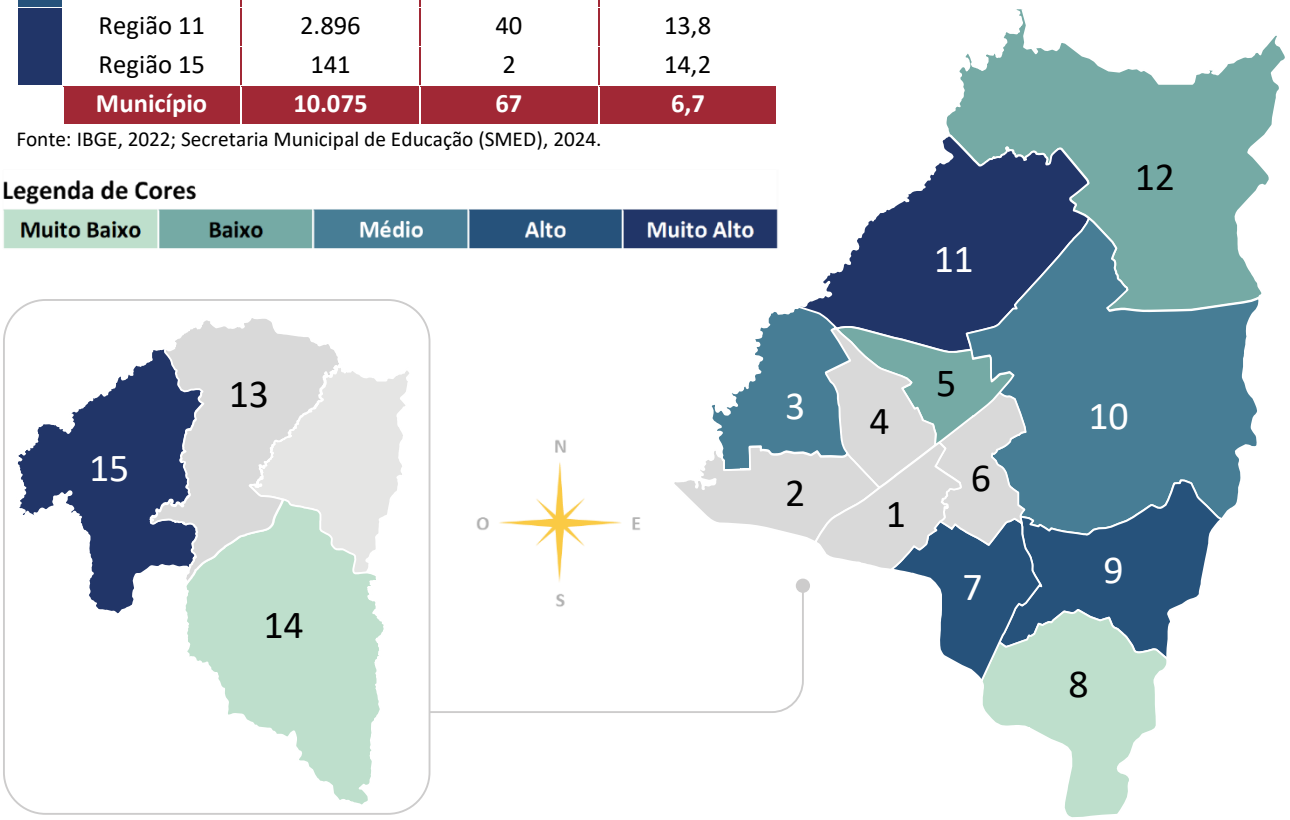
Menor Valor	Região 14	2,0
Média	**Araucária**	**6,7**
Maior Valor	Região 15	14,2

7,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

[13] De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), todas as crianças recebem oferta de vagas na região; contudo, em determinados casos, os responsáveis optaram por aguardar vagas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) específicos.

7.7. INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A infrequência escolar é um fator de risco que compromete o direito à educação e exige atenção das políticas públicas intersetoriais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), considera-se infrequência a ausência do estudante em número de dias letivos superior a 30% do total permitido por lei. Esse critério é utilizado como indicador para identificar situações que demandam intervenção do poder público, especialmente no caso de crianças e adolescentes, cuja proteção integral é assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A identificação precoce da infrequência escolar permite acionar mecanismos de apoio, como a atuação conjunta das redes de educação, assistência social, saúde e conselho tutelar, com o objetivo de garantir a permanência e o desenvolvimento escolar dos estudantes.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), as escolas municipais de Araucária, responsáveis pelos anos iniciais do Ensino Fundamental, registraram, em 2024, 15 crianças com infrequência escolar, o que representa uma taxa de 1,2 alunos com infrequência a cada mil alunos nessa etapa de ensino.

Figura 26: Taxa de alunos com registro de infrequência escolar na rede municipal de ensino



Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024; Secretaria Municipal de Educação (SMED), 2024.

Abrindo por unidade de ensino, a maior quantidade de registros de infrequência foi registrada na Escola Municipal Professora Eglé Cordeiro Machado Pinto.

Tabela 43: Registros de infrequência por unidade e etapa de ensino

Unidade de ensino	Ensino Fundamental – Anos Iniciais					Total	
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Quant.	(%)
EM Prof. Eglé Cordeiro Machado Pinto	3	2	-	-	-	5	33,3%
EM Sebastião Tavares da Silva	-	2	-	-	2	4	26,7%
EM Papa Paulo VI	-	-	-	-	2	2	13,3%
EM Prof. Terezinha Mariano Theobald	1	-	-	-	-	1	6,7%
EM Irmã Elizabeth Werka	1	-	-	-	-	1	6,7%
EM Elírio Alves Pinto	-	1	-	-	-	1	6,7%
EM Ibraim Antônio Mansur	-	-	-	1	-	1	6,7%
Total	**5**	**5**	**-**	**1**	**4**	**15**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SMED), 2024.

7.8. INFREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

A Região 1 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual de alunos com infrequência escolar na rede estadual de ensino entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 624,4% e (-) 89,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 10 a 19 anos	Registros de infrequência	Indicador (%)
Região 4	1.046	-	-
Região 2	549	-	-
Região 10	666	-	-
Região 13	368	3	0,8%
Região 8	2.987	83	2,8%
Região 15	343	10	2,9%
Região 11	5.692	177	3,1%
Região 7	1.995	83	4,2%
Região 3	1.223	63	5,2%
Região 14	1.034	69	6,7%
Região 6	1.077	88	8,2%
Região 9	2.299	348	15,1%
Região 12	958	207	21,6%
Região 5	761	202	26,5%
Região 1	623	352	56,5%
Município	**21.631**	**1.685**	**7,8%**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 2024.

Definição: Registros de infrequência escolar na rede estadual de ensino dividido pelo total da população de 10 a 19 anos, vezes 100

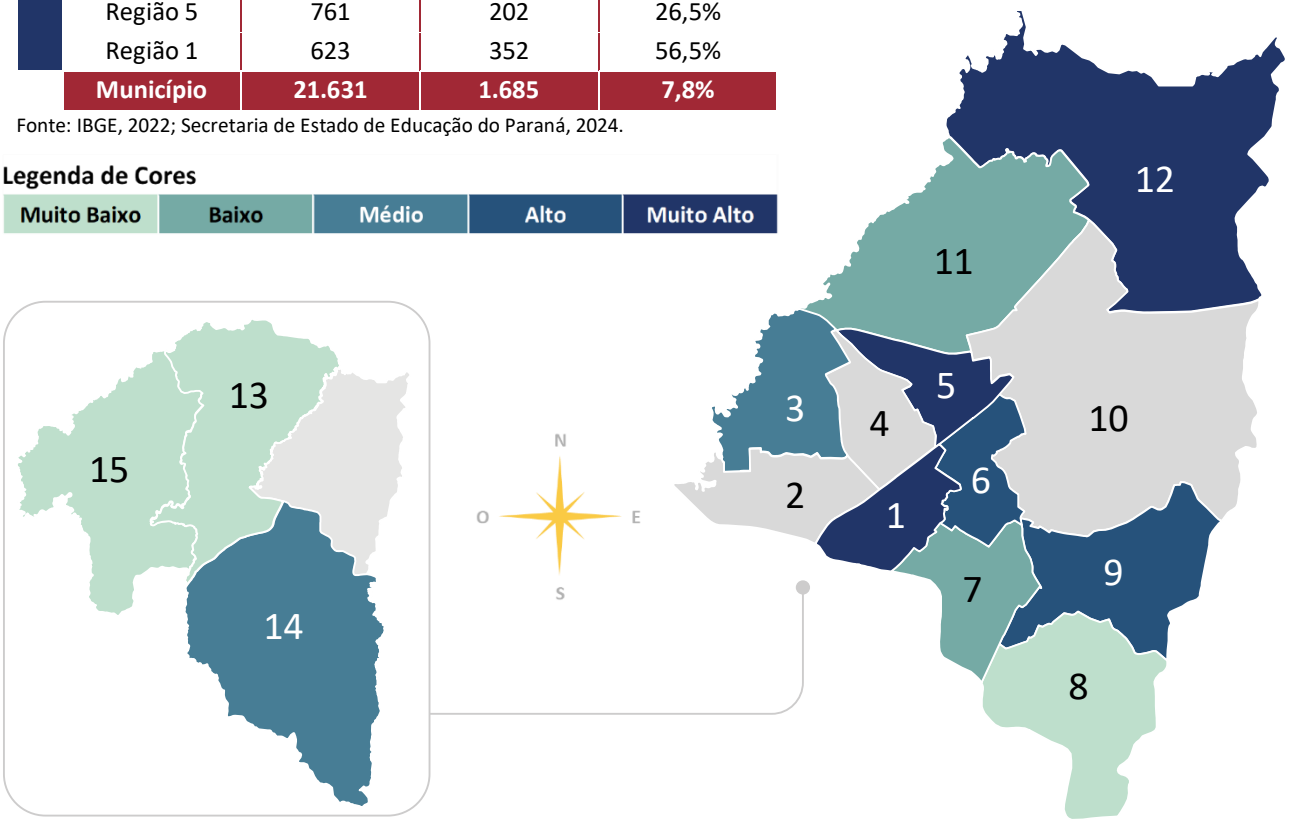
Menor Valor	Região 13	0,8%
Média	**Araucária**	**7,8%**
Maior Valor	Região 1	56,5%

70,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Já na rede estadual, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, no ano de 2024 foram registrados 1.685 casos de infrequência escolar[14], sendo 28,6% nos anos finais do Ensino Fundamental e 71,4% no Ensino Médio (lembrando que as escolas estaduais não oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, que são de responsabilidade da rede municipal de ensino). Abrindo por unidade de ensino, a maior quantidade de registros de infrequência foi registrada no Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski.

Tabela 44: Registros de infrequência por unidade e etapa de ensino

Unidade de ensino	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
CE Prof. Júlio Szymanski	36	2,1%	316	18,8%	352	20,9%
CE Prof. Helena Wysocki	54	3,2%	122	7,2%	176	10,4%
CE Prof. Maria da Graça Siqueira	53	3,1%	119	7,1%	172	10,2%
CE Cleide Leni Kurzawa	44	2,6%	113	6,7%	157	9,3%
CE Monteiro Lobato	21	1,2%	84	5,0%	105	6,2%
CE Prof. Agalvira de Bittencourt Pinto	29	1,7%	70	4,2%	99	5,9%
CE Fazenda Velha	26	1,5%	71	4,3%	97	5,8%
CE Cecília Meireles	40	2,4%	48	2,8%	88	5,2%
CE Prof. Elzeário Pitz	42	2,5%	41	2,4%	83	4,9%
CE Prof. Marilze da Luz Brand	38	2,3%	45	2,6%	83	4,9%
CE Lincoln Coimbra	41	2,4%	37	2,2%	78	4,6%
CE Prof. Joao Nerli Da Cruz	28	1,7%	35	2,1%	63	3,8%
CE Vespertino Ferreira Pimpao	9	0,5%	41	2,4%	50	2,9%
CE Araucária	10	0,6%	29	1,7%	39	2,3%
CE Ana Maria Kava	10	0,6%	20	1,2%	30	1,8%
CE Guajuvira	0	0,0%	10	0,6%	10	0,6%
CE Joana Gurski	1	0,1%	2	0,1%	3	0,2%
Total	**482**	**28,6%**	**1.203**	**71,4%**	**1.685**	**100,0%**

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 2024.

[14] Também foram notificados registros de infrequência escolar de estudantes do Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA – Araucária), os quais não foram considerados nesta análise por se referirem a um público que não se enquadra na faixa etária de crianças e adolescentes. As informações específicas sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos serão apresentadas no capítulo seguinte.

7.9. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino projetada para atender pessoas que não concluíram a educação básica na idade convencional. Ela tem como objetivo oferecer uma segunda oportunidade de aprendizado para aqueles que, por diversas razões, tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas. A EJA promove a inclusão social e educacional, garantindo que todos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua idade. Além disso, visa proporcionar qualificação profissional, ajudando os alunos a se prepararem para o mercado de trabalho, e fomentar o desenvolvimento pessoal e a cidadania, permitindo que os estudantes se tornem mais autônomos e participativos na sociedade.

A estrutura da EJA é dividida em duas etapas principais: o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Ensino Fundamental abrange os anos iniciais e finais, geralmente destinado a alunos com 15 anos ou mais, enquanto o Ensino Médio é voltado para estudantes com 18 anos ou mais. A metodologia de ensino na EJA é adaptada para ser mais flexível, levando em conta as necessidades específicas dos alunos. Isso inclui oferecer aulas em horários alternativos, como no período noturno, para acomodar aqueles que trabalham durante o dia.

No entanto, a EJA enfrenta diversos desafios, como a alta taxa de evasão escolar e a necessidade de maior investimento em infraestrutura e na formação de professores especializados. Mesmo assim, sua importância é indiscutível, pois combate a exclusão social e econômica, contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos alunos e das comunidades onde eles vivem. Além disso, promove a cidadania e o exercício de direitos, capacitando os indivíduos a participarem ativamente na sociedade.

O município de Araucária conta com duas instituições de ensino que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo uma Escola Municipal, que atende apenas o Ensino Fundamental, e uma Escola Estadual, que atende tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. A Escola Municipal Elizabeth Werka, localizada no Centro, oferece a EJA – Ensino Fundamental e, durante o ano de 2024, atendeu 6 alunos nesta modalidade. Já o Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA Araucária), também localizado no centro, oferece ambas as etapas de ensino e atendeu, em 2024, 371 alunos da EJA – Ensino Fundamental e 243 da EJA – Ensino Médio. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação não existe demanda reprimida e as turmas são solicitadas de acordo com a demanda.

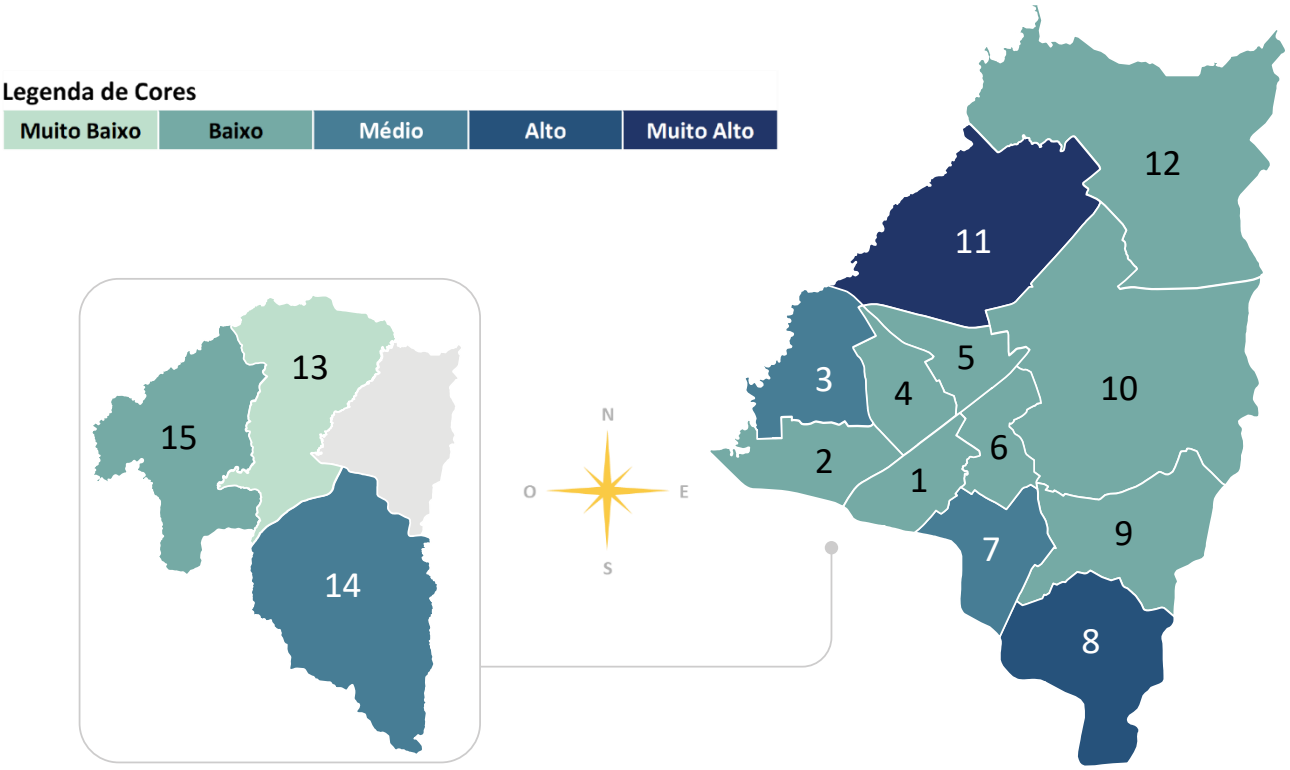
Tabela 45: Estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos, por escola e etapa de ensino

Unidade educacional	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
EM Elizabeth Werka	6	1,0%	-	-	6	1,0%
CEEBJA Araucária	371	59,8%	243	39,2%	614	99,0%
Total	**377**	**60,8%**	**243**	**39,2%**	**620**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SMED), 2024; Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 2024.

7.10. MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Classificação Quintil	Indicadores do Direito à Educação – 7 Indicadores								CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	2,8%	14,1‰	475,7	17,8%	10,9‰	6,7‰	7,8%		
		>	>	>	>	>	>	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	População residente de 15 anos ou mais não alfabetizada	Pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio	Domicílios por escola no município	Crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico fora da escola	Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos inscritas no CadÚnico fora da escola	Demanda por vagas na educação infantil	Infrequência escolar na rede estadual de ensino	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	13	0,7%	-	260,5	36,4%	-	-	0,8%	**1**	**14,3%**
	4	1,5%	5,7	936,3	20,0%	8,3	-	-	**2**	**28,6%**
	5	2,2%	11,6	690,3	6,7%	4,3	3,1	26,5%	**2**	**28,6%**
	9	2,8%	20,1	465,1	12,9%	8,1	5,7	15,1%	**2**	**28,6%**
	10	1,8%	6,8	951,0	25,0%	5,3	5,4	-	**2**	**28,6%**
	12	2,6%	17,3	289,1	9,4%	2,4	4,4	21,6%	**2**	**28,6%**
	1	1,3%	5,4	107,5	21,2%	5,8	-	56,5%	**2**	**28,6%**
	2	0,9%	-	317,8	26,9%	50,4	-	-	**2**	**28,6%**
	6	1,2%	2,0	985,7	10,9%	9,4	-	8,2%	**2**	**28,6%**
	15	1,6%	9,9	335,7	26,3%	7,0	14,2	2,9%	**2**	**28,6%**
	7	2,3%	15,8	493,4	15,2%	11,1	8,0	4,2%	**4**	**57,1%**
	3	3,3%	21,5	577,2	18,1%	5,2	5,5	5,2%	**4**	**57,1%**
	14	3,7%	19,5	301,7	27,3%	11,0	2,0	6,7%	**4**	**57,1%**
	8	3,6%	20,4	813,5	17,9%	11,7	2,2	2,8%	**5**	**71,4%**
	11	3,1%	14,7	719,7	18,6%	13,9	13,8	3,1%	**6**	**85,7%**



8. DIREITO À VIDA E SAÚDE

O direito à vida e à saúde é consagrado como um princípio fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA, instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece a prioridade absoluta na garantia desses direitos para crianças e adolescentes, determinando que o poder público, a família e a sociedade assegurem condições dignas de existência e desenvolvimento.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura a todos os cidadãos o direito à vida, reconhecendo-o como inviolável, e estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. O ECA reforça essa previsão ao dispor que é dever do Estado garantir atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), com a oferta de serviços preventivos e curativos.

A garantia do direito à vida e à saúde implica não apenas a ausência de intervenções arbitrárias, mas também a implementação de políticas públicas efetivas para a promoção da qualidade de vida, especialmente para crianças e adolescentes. O SUS, criado pela Constituição, é a materialização desse compromisso estatal, promovendo ações preventivas, curativas e de reabilitação. O ECA amplia essa responsabilidade ao prever a necessidade de programas específicos voltados à saúde infantil e juvenil, incluindo atenção pré-natal, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, imunização e prevenção de doenças.

Além disso, o Brasil é signatário de tratados internacionais que reforçam a importância do direito à vida e à saúde, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU. Esses documentos destacam a necessidade de medidas progressivas para assegurar o pleno exercício desses direitos.

Contudo, apesar dos avanços normativos, o efetivo acesso à saúde ainda é um desafio no Brasil, especialmente em regiões mais carentes. Crianças e adolescentes estão entre os mais impactados pelas desigualdades sociais, enfrentando dificuldades no acesso a serviços de saúde de qualidade, contrariando o princípio da prioridade absoluta previsto no ECA. Assim, a constante vigilância e aprimoramento das políticas públicas são essenciais para garantir a concretização do direito à vida e à saúde.

Neste capítulo, serão apresentados os dados referentes aos diversos sistemas que registram e sistematizam as informações sobre os atendimentos realizados no município dentro das atenções que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS), com especial atenção aos serviços prestados à população infantojuvenil, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

8.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS NASCIDOS VIVOS (SINASC)

O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) foi implementado no Brasil a partir de 1990 com o objetivo de sistematizar dados abrangentes sobre os nascimentos ocorridos em todo o território nacional. Esse sistema abrange uma ampla gama de variáveis importantes relacionadas aos nascimentos, fornecendo informações valiosas para análise e planejamento em saúde pública.

O SINASC coleta dados essenciais, como a duração da gestação, o peso do recém-nascido, a idade da mãe, o local de ocorrência do parto e o tipo de parto realizado. Essas informações são vitais para compreender o perfil dos nascidos vivos no país, além de identificar situações de risco e subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para a melhoria do atendimento a gestantes e recém-nascidos.

Desde a sua criação, o SINASC tem desempenhado um papel fundamental na obtenção de estatísticas confiáveis e atualizadas sobre os nascimentos no Brasil. Esses dados são essenciais para o cálculo de indicadores relevantes, tais como o percentual de partos cesáreos, o percentual de prematuridade e o percentual de recém-nascidos com baixo peso. Essas informações permitem o monitoramento de tendências, a identificação de áreas de atenção prioritária e a formulação de políticas direcionadas para melhorar a saúde materno-infantil.

8.1.1. TAXA DE NATALIDADE

No município de Araucária, no ano de 2023, foram registrados 2.008 nascimentos de bebês que sobreviveram ao parto, o que corresponde a uma taxa de natalidade de 13,2 nascidos vivos a cada mil habitantes. A seguir, serão apresentadas informações detalhadas sobre o sexo dos nascidos e o perfil das mães, juntamente com os principais fatores de risco registrados.

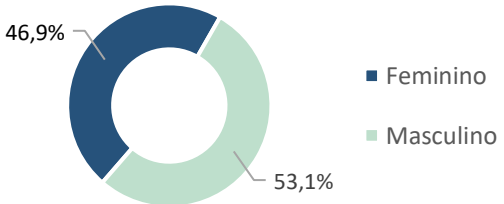
Figura 27: Taxa de natalidade



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

Tabela 46: Sexo dos nascidos vivos

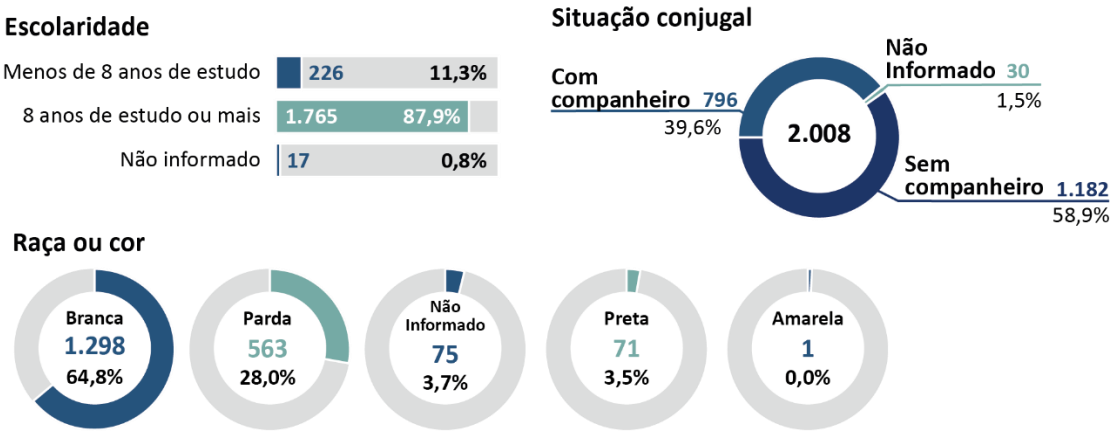
Sexo	Quant.	(%)
Feminino	942	46,9%
Masculino	1.066	53,1%
Total	**2.008**	**100,0%**



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

Com relação ao perfil das mães de nascidos vivos, a raça ou cor predominante é a branca (64,8%), seguida da parda (28,0%). 11,3% delas possuem menos de 8 anos de estudo e 58,9% não tem companheiro.

Figura 28: Perfil das mães de nascidos vivos



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

8.1.2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS)

Para a análise do perfil das mães de nascidos vivos é importante ressaltar que, no Brasil, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), a classificação da gestação de acordo com a idade da mãe segue as seguintes categorias:

- **Gestante adolescente:** Refere-se a mulheres grávidas com idade entre 10 e 19 anos. O SUS dá uma atenção especial às gestantes adolescentes devido aos riscos sociais e de saúde associados a essa faixa etária.
- **Gestante adulta:** Inclui mulheres grávidas com idade entre 20 e 34 anos. Essa faixa etária é considerada como a idade reprodutiva ideal em termos de saúde materna e infantil.
- **Gestante com idade materna avançada:** Refere-se a mulheres grávidas com idade a partir de 35 anos. Gestantes com idade materna avançada estão mais propensas a complicações durante a gravidez e o parto, e podem necessitar de cuidados adicionais.

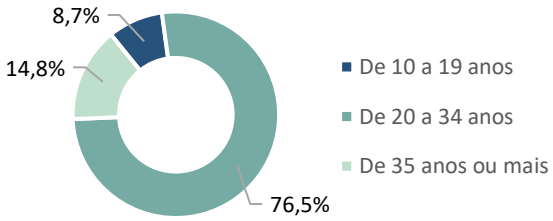
É importante ressaltar que essas categorias são utilizadas para monitorar a saúde materno-infantil e adaptar as políticas e programas de saúde de acordo com as necessidades específicas de cada faixa etária. O objetivo é garantir uma assistência adequada e individualizada a todas as gestantes, independentemente da idade, para promover uma gravidez saudável e um parto seguro.

No perfil das mães de nascidos vivos de Araucária em 2024 destaca-se a faixa etária de 20 a 34 anos (gestante adulta), representando 76,5% do total de gestações. Ainda assim, foram registrados 174 casos de gravidez na adolescência, 8,7% do total.

Tabela 47: Faixa etária das mães de nascidos vivos

Faixa etária	Quant.	(%)
De 10 a 19 anos	174	8,7%
De 20 a 34 anos	1.536	76,5%
De 35 anos ou mais	298	14,8%
Total	**2.008**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.



A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a gravidez na adolescência como a ocorrência de uma gestação em uma mulher com idade entre 10 e 19 anos. Este é um fenômeno global que afeta diversos países e culturas. A OMS reconhece que a gravidez nessa fase da vida pode ter implicações significativas para a saúde física, emocional e social das adolescentes, assim como para seus filhos. A prevenção da gravidez na adolescência e o apoio às adolescentes grávidas são aspectos importantes para promover a saúde e o bem-estar dessas jovens, garantindo que elas tenham oportunidades adequadas de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional.

Figura 29: Gravidez na adolescência



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

8.1.3. NASCIDOS VIVOS PREMATUROS

O Sistema Único de Saúde considera o nascimento prematuro quando ocorre antes das 37 semanas completas de gestação. Essa classificação é importante porque o nascimento prematuro está associado a riscos e complicações tanto para o recém-nascido quanto para a mãe. Os principais riscos envolvidos no nascimento prematuro incluem: complicações respiratórias, problemas de desenvolvimento, complicações neurológicas, baixo peso ao nascer, infecções e complicações metabólicas. Os nascidos vivos prematuros são classificados de acordo com a idade gestacional em três categorias: prematuro extremo, prematuro moderado e prematuro leve. Essas categorias são definidas da seguinte forma:

- **Prematuro extremo:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional menor que 27 semanas. Esses bebês apresentam maior fragilidade e necessitam de cuidados intensivos especializados devido à sua imaturidade em vários sistemas do corpo.
- **Prematuro moderado:** Inclui bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 28 e 31 semanas. Esses bebês também são considerados prematuros e requerem atenção e cuidados específicos para lidar com as possíveis complicações decorrentes da prematuridade.
- **Prematuro leve:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 32 e 36 semanas. Embora sejam menos prematuros em comparação com os grupos anteriores, esses bebês ainda têm um risco aumentado de complicações e podem precisar de cuidados especiais, dependendo das circunstâncias individuais.

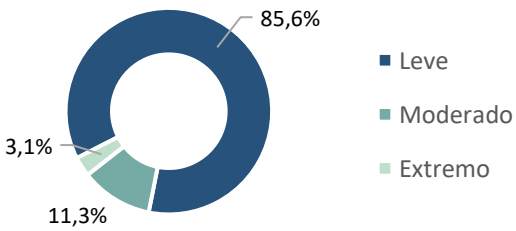
A classificação por idade gestacional auxilia na avaliação dos riscos associados ao nascimento prematuro e na adequação dos cuidados e intervenções necessários para cada caso. É importante ressaltar que cada bebê é único e pode apresentar necessidades específicas, independentemente da categoria de prematuridade à qual pertença. Assim, o acompanhamento médico adequado é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar desses bebês.

No ano de 2023, foram registrados 195 nascimentos de bebês prematuros, o que corresponde a 9,7% do total de nascidos vivos. Entre esses bebês prematuros, 85,6% apresentaram idade gestacional de 32 a 36 semanas, sendo classificados como prematuros leves. Os prematuros moderados, com idade gestacional de 28 a 31 semanas, representaram 11,3% do total. Já os prematuros extremos, com idade gestacional de 27 semanas ou menos, correspondem a 3,1% dos casos.

Tabela 48: Tempo de gestação dos bebês prematuros

Tempo de gestação	Quant.	(%)
De 32 a 36 semanas	167	85,6%
De 28 a 31 semanas	22	11,3%
Menos de 27 semanas	6	3,1%
Total	**195**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.



8.1.4. NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO

Outro importante fator de risco que afeta o desenvolvimento saudável dos recém-nascidos é o baixo peso ao nascer. Considera-se que um bebê tem baixo peso ao nascer quando seu peso é inferior a 2.500 gramas. Esse fator de risco está associado a uma série de complicações de saúde, tanto a curto prazo quanto a longo prazo. Bebês com baixo peso ao nascer têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades respiratórias, problemas de crescimento e desenvolvimento, além de apresentarem maior risco de desenvolver doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, na idade adulta.

Diversos fatores podem contribuir para o baixo peso ao nascer, incluindo fatores maternos, como desnutrição, tabagismo, consumo de álcool e uso de drogas, bem como fatores socioeconômicos, acesso limitado aos cuidados pré-natais adequados, mencionados anteriormente, e condições de vida desfavoráveis. O acompanhamento pré-natal adequado, o acesso a uma dieta balanceada, o controle de doenças maternas e a conscientização sobre hábitos saudáveis durante a gestação desempenham um papel fundamental na prevenção e no manejo do baixo peso ao nascer, buscando garantir um começo de vida mais saudável para os bebês.

Dentre os 2.008 nascidos vivos do município no ano de referência, 193 nasceram com baixo peso, um percentual de 9,6% do total de nascimentos.

Figura 30: Nascidos vivos com baixo peso



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

8.1.5. NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE

As consultas de pré-natal são um componente fundamental da assistência à gestante, garantindo uma gravidez saudável e o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. Seguindo as orientações do Sistema Único de Saúde, é recomendado que as mulheres realizem, no mínimo, sete consultas de pré-natal ao longo da gestação. Dos 2.008 bebês nascidos vivos no município em 2023, 253 deles receberam menos de 7 consultas de pré-natal durante a gestação, o que representa um percentual de 12,6% das gestações com pré-natal insuficiente.

Figura 31: Nascidos vivos com pré-natal insuficiente



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

8.1.6. NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA

Anomalias congênitas são condições médicas presentes desde o nascimento, resultantes de perturbações no desenvolvimento embrionário. Podem afetar órgãos, sistemas ou partes do corpo, variando em gravidade. Exemplos incluem malformações estruturais e anomalias genéticas. As causas são diversas, como fatores genéticos, exposição a substâncias teratogênicas e problemas durante o desenvolvimento embrionário. O diagnóstico é realizado durante a gravidez ou após o nascimento, por meio de exames e testes específicos. O tratamento varia conforme a condição e pode envolver cirurgia, medicamentos e terapias. No ano de 2023, em Araucária, ocorreram 15 casos de nascidos vivos com anomalia congênita, uma taxa de 0,7% do total de nascidos vivos.

Figura 32: Nascidos vivos com anomalia congênita

2.008	15	0,7%
Nascidos vivos	Anomalia congênita	Indicador (%)

Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.



8.2. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISVAN)

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é uma ferramenta crucial no contexto da saúde pública, destinada a monitorar e avaliar a situação nutricional da população. O SISVAN opera como um instrumento de coleta, processamento e análise de dados relacionados à alimentação e nutrição, permitindo uma visão abrangente do estado nutricional dos indivíduos.

Essa plataforma visa subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e o combate à desnutrição, obesidade e outras questões relacionadas à alimentação. O SISVAN atua em diversas frentes, coletando informações sobre consumo alimentar, antropometria, morbidade relacionada à nutrição, aleitamento materno, entre outros indicadores relevantes.

Um dos pilares do SISVAN é a coleta de dados antropométricos, que incluem medidas como peso, altura e perímetro cefálico, permitindo a avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil. Essas informações são fundamentais para identificar grupos populacionais em situação de vulnerabilidade nutricional, subsidiando ações direcionadas para essas comunidades.

A alimentação balanceada é essencial para o desenvolvimento e funcionamento adequado do organismo em todas as fases da vida, desde a infância até a idade adulta e idosa. Uma nutrição adequada fornece os nutrientes essenciais, como vitaminas, minerais, proteínas, carboidratos e gorduras, necessários para o crescimento, reparação celular, manutenção do sistema imunológico e funcionamento adequado dos órgãos

O sistema também busca promover a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, permitindo uma abordagem mais efetiva e coordenada no enfrentamento de problemas nutricionais. Além disso, a disponibilidade de dados confiáveis e atualizados contribui para a elaboração de estratégias preventivas e corretivas, consolidando o papel do SISVAN como uma ferramenta valiosa na promoção da saúde e na prevenção de agravos nutricionais na população brasileira.

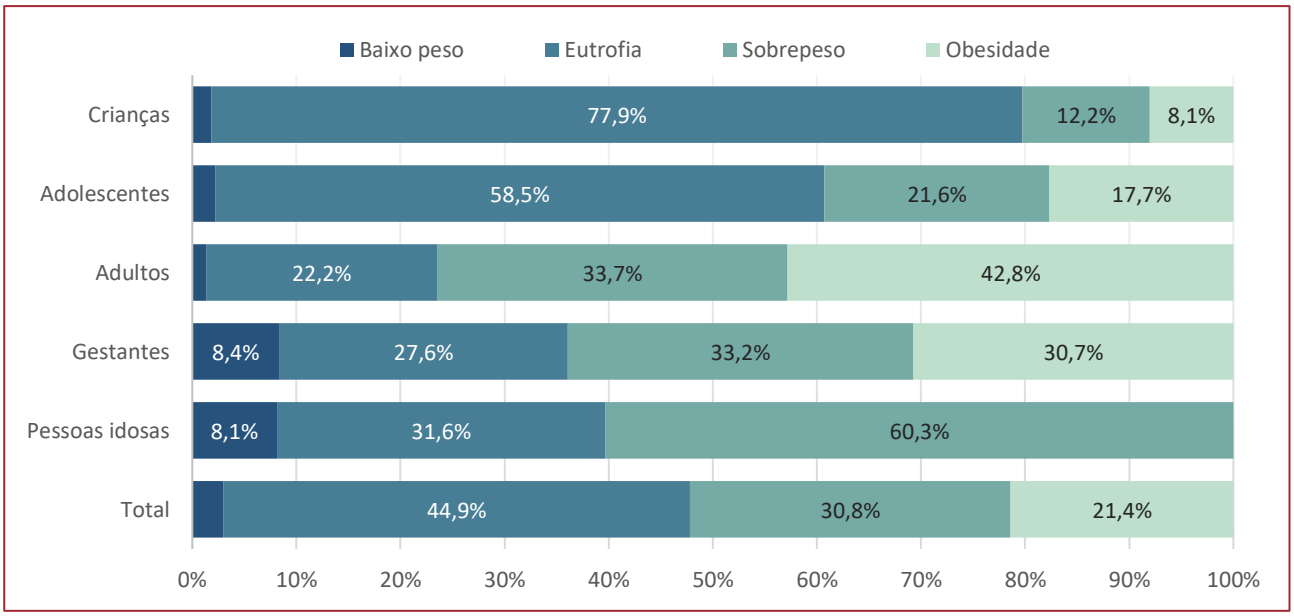
A seguir serão apresentadas as informações sobre o estado nutricional, de acordo com as classificações de Índice de Massa Corporal (IMC), das pessoas acompanhadas nos equipamentos de saúde, durante o ano de 2024, por fase de vida (crianças, adolescentes, adultos, gestantes e pessoas idosas).

De maneira geral, considerando todas as pessoas acompanhadas, 3,0% possuem baixo peso, 44,9% eutrofia (estado nutricional adequado), 30,8% sobrepeso e 21,4% obesidade. Abrindo por fase da vida é possível observar que, apesar de 77,9% das crianças possuírem estado nutricional adequado, 1,8% estão em situação de baixo peso e 8,1% com obesidade. O menor percentual de eutrofia ocorre entre os adultos (22,2%), bem como o maior percentual de obesidade (42,8%).

Tabela 49: Estado nutricional das pessoas acompanhadas por IMC e fase da vida

IMC X Fase da vida	Baixo peso		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Crianças	247	1,8%	10.418	77,9%	1.634	12,2%	1.077	8,1%	13.376	29,9%
Adolescentes	115	2,2%	3.035	58,5%	1.120	21,6%	917	17,7%	5.187	11,6%
Adultos	232	1,4%	3.803	22,2%	5.785	33,7%	7.347	42,8%	17.167	38,4%
Gestantes	65	8,4%	214	27,6%	257	33,2%	238	30,7%	774	1,7%
Pessoas idosas	670	8,1%	2.602	31,6%	4.974	60,3%	-	-	8.246	18,4%
Total	**1.329**	**3,0%**	**20.072**	**44,9%**	**13.770**	**30,8%**	**9.579**	**21,4%**	**44.750**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), 2024.



8.3. SISTEMA DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES (SIH)

O Sistema de Internações Hospitalares (SIH) é um instrumento utilizado para o registro e processamento das informações relacionadas às internações realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é gerenciado pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), que faz parte do Ministério da Saúde.

O SIH desempenha um papel crucial na coleta de dados sobre as internações hospitalares, permitindo o acompanhamento e a análise de diversos indicadores de saúde. Além disso, o SIH contribui para a formulação de políticas de saúde e a distribuição de recursos, pois fornece informações essenciais para a avaliação do desempenho do SUS e a identificação de áreas que necessitam de melhorias.

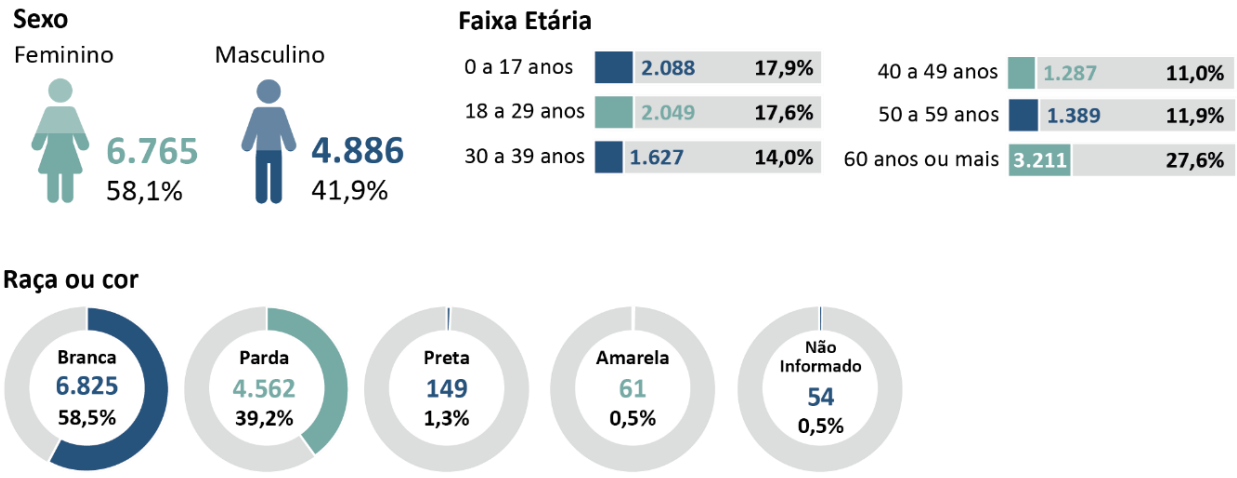
Durante o ano de 2023 foram registradas 11.651 internações hospitalares no município de Araucária, uma taxa de 7,7% da população residente. No perfil das pessoas que passaram por internação hospitalar destacam-se o sexo feminino (58,1%), a faixa etária de 60 anos ou mais (27,6%) e a raça ou cor branca (58,5%).

Figura 33: Residentes que passaram por internação hospitalar



Fonte: IBGE, 2022; Ministério da Saúde - SIH, 2023.

Figura 34: Perfil dos residentes que passaram por internação hospitalar



Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2023.

Com relação à causa das internações hospitalares, destacam-se as doenças do aparelho circulatório (21,2%), gravidez, parto e puerpério (15,5%), doenças do aparelho digestivo (14,4%) e lesões, envenenamentos, e outras consequências de causas externas (10,6%).

Tabela 50: Causa das internações hospitalares

Causa	Quant.	(%)
Doenças do aparelho circulatório	2.467	21,2%
Gravidez, parto e puerpério	1.808	15,5%
Doenças do aparelho digestivo	1.673	14,4%
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas	1.237	10,6%
Neoplasias (tumores)	866	7,4%
Doenças do aparelho geniturinário	635	5,5%
Doenças infecciosas e parasitárias	430	3,7%
Transtornos mentais e comportamentais	382	3,3%
Afecções originadas no período perinatal	357	3,1%
Fatores que influenciam o contato com os serviços de saúde	306	2,6%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	265	2,3%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	244	2,1%
Doenças do sistema nervoso	231	2,0%
Doenças do olho e anexos	180	1,5%
Causas mal definidas	179	1,5%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	161	1,4%
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	105	0,9%
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	88	0,8%
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	37	0,3%
Total	**11.651**	**100,0%**

Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2023.

Ao analisar a descrição das causas de internação, destacam-se o parto único, tanto espontâneo (5,7%) quanto por cesariana (3,5%), além de colelitíase (2,3%) e pneumonia por microrganismos (2,2%).

Tabela 51: Descrição das internações hospitalares

Descrição	Quant.	(%)
Parto único espontâneo	667	5,7%
Parto único por cesariana	404	3,5%
Colelitíase	269	2,3%
Pneumonia por microrganismo, não especificada	260	2,2%
Angina pectoris	225	1,9%
Anticoncepção	224	1,9%
Acidente vascular cerebral, não especificado	218	1,9%
Outras doenças do aparelho digestivo	208	1,8%
Hérnia inguinal	169	1,5%
Insuficiência cardíaca	168	1,4%
Asma	163	1,4%
Pneumonia bacteriana não classificada em outra parte	157	1,3%
Outras septicemias	153	1,3%
Outras doenças do intestino	146	1,3%
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de SPA	137	1,2%
Apendicite aguda	128	1,1%
Fratura da perna, incluindo tornozelo	119	1,0%
Fratura do antebraço	112	1,0%
Bronquiolite aguda	111	1,0%
Doenças crônicas das amígdalas e das adenoides	101	0,9%
Outras doenças da mãe que complicam a gravidez, parto e puerpério	99	0,8%
Outras afecções da pele e do tecido subcutâneo não classificadas	98	0,8%
Neoplasia de comportamento incerto ou desconhecido	96	0,8%
Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	96	0,8%
Psicose não-orgânica não especificada	96	0,8%
Corpo estranho no trato respiratório	93	0,8%
Infarto agudo do miocárdio	93	0,8%
Outros transtornos do trato urinário	93	0,8%
Hérnia umbilical	92	0,8%
Icterícia neonatal devida a outras causas e às não especificadas	91	0,8%
Outros produtos anormais da concepção	90	0,8%
Traumatismo intracraniano	90	0,8%
Catarata senil	89	0,8%
Total	**5.355**	**46,0%**

Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2023.

Nota (*): As 6.296 internações restantes (54,0%) estão agrupadas em 702 descrições diferentes que representam, cada uma, menos de 0,8% do total geral.

8.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM)

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) é uma ferramenta essencial para a coleta, processamento e análise dos dados relativos aos óbitos ocorridos no Brasil. Desenvolvido e gerido pelo Ministério da Saúde, o SIM desempenha um papel fundamental no monitoramento da saúde pública e na formulação de políticas de saúde, proporcionando uma base de dados confiável e abrangente sobre as causas de morte no país.

O sistema foi instituído com o objetivo de registrar todas as mortes, independentemente de sua causa, idade ou local de ocorrência. As informações coletadas incluem dados demográficos dos falecidos, como idade, sexo, raça ou cor e local de residência, bem como detalhes sobre a causa básica do óbito, conforme estabelecido pela Classificação Internacional de Doenças (CID).

A implantação do SIM permitiu a padronização dos registros de mortalidade, o que é crucial para a obtenção de estatísticas precisas e comparáveis ao longo do tempo e entre diferentes regiões do Brasil. Além disso, a sistematização dos dados contribui para a identificação de padrões e tendências de mortalidade, facilitando a detecção de surtos epidêmicos, o planejamento de intervenções de saúde e a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Os dados do SIM são coletados a partir das Declarações de Óbito (DO), preenchidas por profissionais de saúde e registradas nos cartórios de registro civil. Estes documentos são posteriormente encaminhados às secretarias municipais e estaduais de saúde, que os inserem no sistema. A qualidade e a precisão das informações dependem, portanto, da correta elaboração das DOs e do rigor no processo de entrada de dados.

8.4.1. TAXA DE MORTALIDADE

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), foram registrados 894 óbitos de residentes do município de Araucária durante o ano de 2023, uma taxa de 5,9 óbitos a cada mil habitantes. A seguir, serão apresentadas informações detalhadas sobre o perfil das pessoas que vieram a óbito no município, bem como as principais causas de mortalidade.

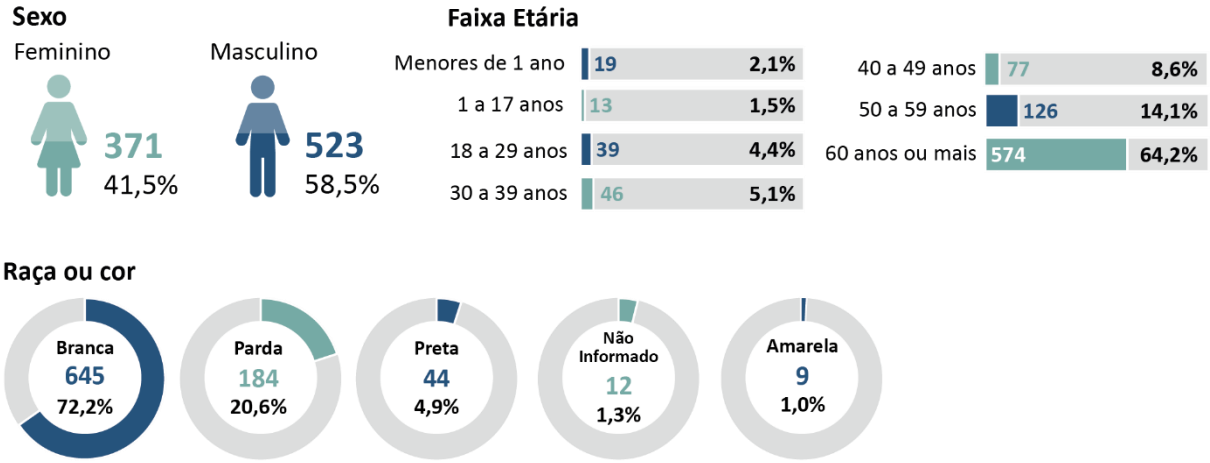
Figura 35: Taxa de mortalidade



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

No perfil dos residentes de Araucária que vieram a óbito durante o ano de 2023, destacam-se o sexo masculino (58,5%), a faixa etária de 60 anos ou mais (64,2%) e a raça ou cor branca (72,2%). Foram registrados 32 óbitos de crianças e adolescentes, dos quais 19 eram menores de 1 ano.

Figura 36: Perfil dos óbitos registrados



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

Com relação às causas dos óbitos, destacam-se as doenças do aparelho circulatório (36,0%) e as neoplasias (18,5%). Os 108 óbitos decorrentes de causas externas serão abordados no capítulo dedicado ao Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade.

Tabela 52: Causa dos óbitos registrados

Causa	Quant.	(%)
Doenças do aparelho circulatório	322	36,0%
Neoplasias (tumores)	165	18,5%
Causas externas de morbidade e de mortalidade	108	12,1%
Doenças do sistema nervoso	70	7,8%
Doenças do aparelho digestivo	69	7,7%
Doenças infecciosas e parasitárias	45	5,0%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	33	3,7%
Doenças do aparelho geniturinário	22	2,5%
Transtornos mentais e comportamentais	21	2,3%
Afecções originadas no período perinatal	11	1,2%
Causas mal definidas	7	0,8%
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	7	0,8%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5	0,6%
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	4	0,4%
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	0,3%
Gravidez, parto e puerpério	2	0,2%
Total	**894**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

8.4.2. MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é um indicador demográfico e epidemiológico que mede a frequência de óbitos de crianças menores de um ano em relação ao total de nascidos vivos, geralmente expressa por mil nascimentos. Esse índice não apenas reflete a qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, mas também aspectos como a educação materna, o nível de renda das famílias, a disponibilidade de água potável e saneamento, e as condições habitacionais.

As principais causas de mortalidade infantil incluem complicações no parto, prematuridade, infecções respiratórias agudas, diarreia e desnutrição, muitas das quais podem ser prevenidas com intervenções eficazes, como cuidados pré-natais, imunizações e amamentação. Assim, a análise da mortalidade infantil permite a formulação de políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Durante o ano de 2023, foram registrados 19 óbitos de menores de 1 ano residentes em Araucária, que, quando comparados com os 2.008 nascimentos registrados, resultam em uma taxa de mortalidade infantil de 9,5 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Figura 37: Taxa de mortalidade infantil



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023; Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2023.

8.4.3. MORTALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 1 A 17 ANOS

A análise da mortalidade de crianças e adolescentes de 1 a 17 anos revela importantes aspectos das condições de vida, da proteção social e do acesso à saúde dessa população. Diferente da mortalidade infantil, que está mais associada a fatores biológicos e cuidados no início da vida, os óbitos nessa faixa etária refletem, em grande parte, a influência de determinantes sociais, como o nível de escolaridade, a renda familiar, a qualidade dos ambientes urbanos e a efetividade de políticas públicas de proteção e segurança.

As principais causas de morte entre crianças e adolescentes incluem as causas externas — como acidentes, violências e homicídios —, além de doenças crônicas e infecções evitáveis. Muitos desses eventos poderiam ser prevenidos por meio de estratégias intersetoriais, que envolvam a promoção da saúde, a garantia de ambientes seguros e o fortalecimento das redes de proteção social.

Compreender os padrões de mortalidade entre crianças e adolescentes é essencial para orientar ações que reduzam desigualdades, protejam a infância e adolescência e promovam o desenvolvimento social sustentável.

Ainda de acordo com o Sistema de Informação sobre Mortalidade, foram registrados 13 óbitos de crianças e adolescentes de 1 a 17 anos, o que corresponde a 1,5% do total de 894 óbitos registrados no período e a 0,4 óbito para cada mil habitantes dessa faixa etária.

Figura 38: Taxa de mortalidade



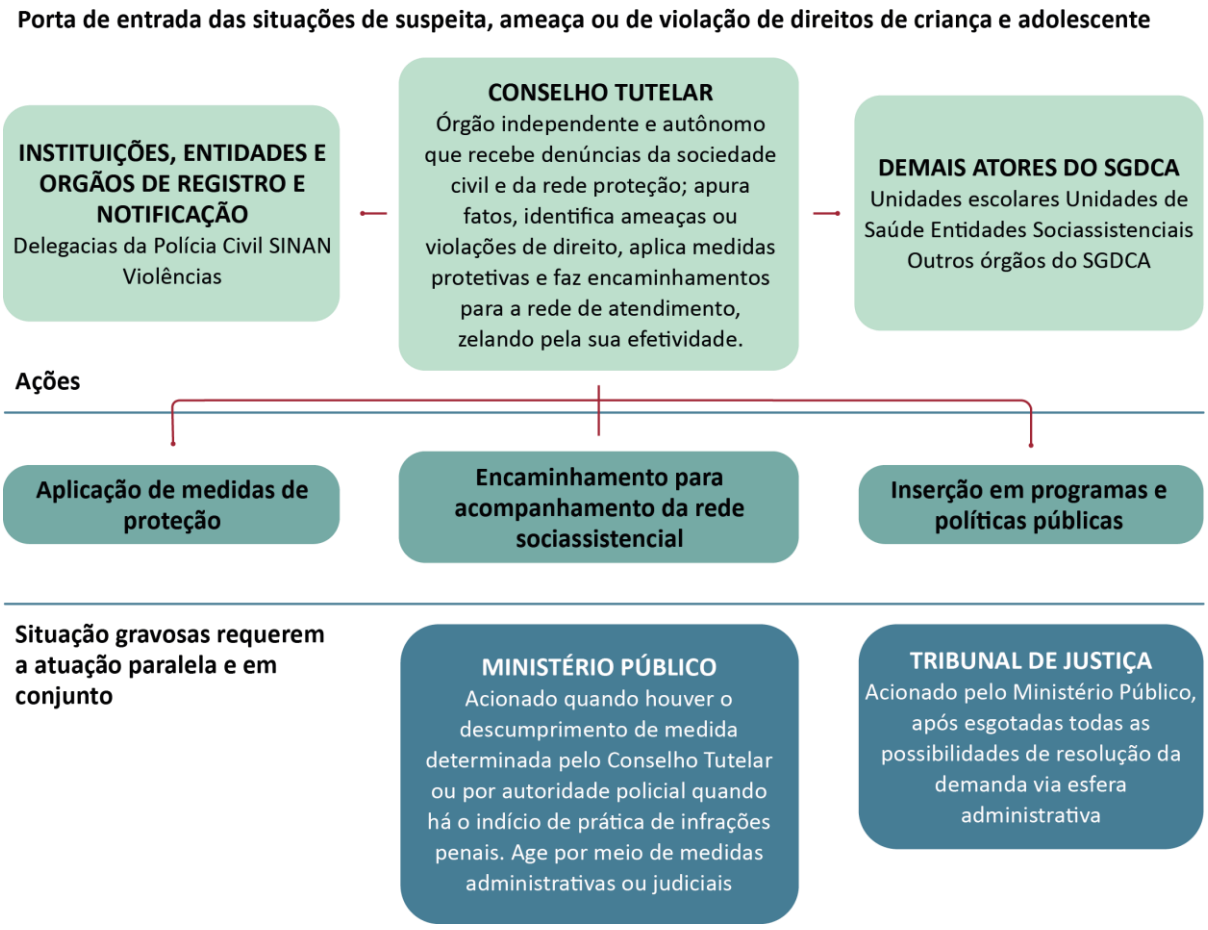
Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

9. DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição e demais leis infraconstitucionais, com destaque para o ECA. A garantia do exercício da liberdade é fundamental para o seu desenvolvimento sadio e pleno, bem como para o processo de formação da cidadania. O direito ao respeito as protege contra qualquer ofensa ilícita ou que ameace sua integridade física ou moral, sendo dever de todos – família, Estado e sociedade – zelar pela dignidade das crianças, pondo-as a salvo de quaisquer tratamentos desumanos, violentos, aterrorizantes ou constrangedores.

Configuram violações as situações de abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e drogas, trabalho infantil, falta de vagas em políticas socioassistenciais, educacionais e de saúde etc., incluindo toda e qualquer forma de violência.

A principal fonte de dados deste eixo é o Conselho Tutelar, órgão não jurisdicional, criado e disciplinado pelo ECA, com o objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo acionado sempre que for identificada uma situação de abuso, ameaça ou violação desses direitos, conforme o ECA. Foram utilizadas ainda como fontes a Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), o Centro Operacional de Medidas Socioeducativas (COMSE), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).



9.1. CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar desempenha um papel essencial na tutela e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Este órgão, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atua como um agente diligente, intervindo em casos nos quais os direitos desses indivíduos possam encontrar-se sob ameaça ou violação.

Composto por membros eleitos pela comunidade, o Conselho Tutelar opera de maneira autônoma e independente, servindo como fiscalizador das políticas públicas destinadas à infância e adolescência. Sua competência abrange não apenas a esfera jurídica, mas também aspectos sociais, educacionais e de saúde.

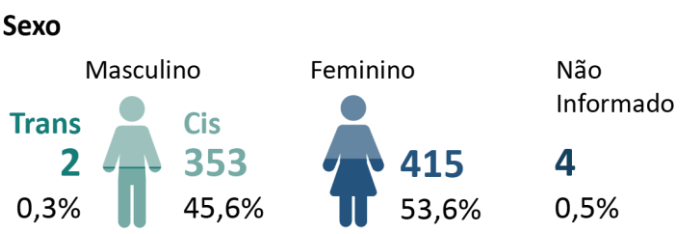
Dentre as incumbências do Conselho Tutelar, destaca-se o atendimento e aconselhamento a crianças, adolescentes e suas famílias, visando encontrar soluções para situações de vulnerabilidade e risco. Adicionalmente, o órgão possui a prerrogativa de aplicar medidas protetivas, como encaminhar casos ao Ministério Público, requisitar serviços públicos e, em casos mais extremos, solicitar o acolhimento institucional.

A proximidade do Conselho Tutelar com a comunidade é um elemento crucial para o êxito de sua atuação. Tal proximidade propicia uma compreensão mais aprofundada das realidades locais, facilitando a identificação de problemáticas e a implementação de ações preventivas. A interação entre o Conselho Tutelar e outros setores da sociedade, como instituições educacionais, unidades de saúde e organizações não governamentais, fortalece ainda mais a eficácia do trabalho em prol dos direitos infantojuvenis.

Apesar da importância do Conselho Tutelar, é imperativo salientar os desafios enfrentados por este órgão, tais como a escassez de recursos e a sobrecarga de demandas. A conscientização da sociedade acerca da relevância da atuação do Conselho Tutelar e o respaldo efetivo por parte das instâncias governamentais são fundamentais para assegurar sua efetividade e eficiência.

No ano de 2024, o Conselho Tutelar de Araucária atendeu 774 crianças e adolescentes. No perfil dos atendidos, destaca-se o sexo feminino (53,6%). Com relação ao motivo de atendimento, destacam-se os casos de infrequência escolar, violência psicológica, violência física e abuso sexual.

Figura 39: Sexo das crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho Tutelar



Fonte: Conselho Tutelar de Araucária, 2024.

9.1.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR

A Região 3 e a Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 49,7% e (-) 84,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Atendidos pelo Conselho Tutelar	Indicador (por mil hab.)
Região 15	650	-	-
Região 13	747	-	-
Região 14	2.111	6	2,8
Região 7	3.855	29	7,5
Região 10	1.452	16	11,0
Região 6	2.077	26	12,5
Região 12	1.944	27	13,9
Região 2	1.014	15	14,8
Região 4	2.026	31	15,3
Região 5	1.455	24	16,5
Região 9	4.528	77	17,0
Região 11	11.664	243	20,8
Região 8	5.978	131	21,9
Região 1	1.176	27	23,0
Região 3	2.465	66	26,8
Não informado	-	56	-
Município	**43.156**	**774**	**17,9**

Fonte: IBGE, 2022; Conselho Tutelar de Araucária, 2024.

Definição: Crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

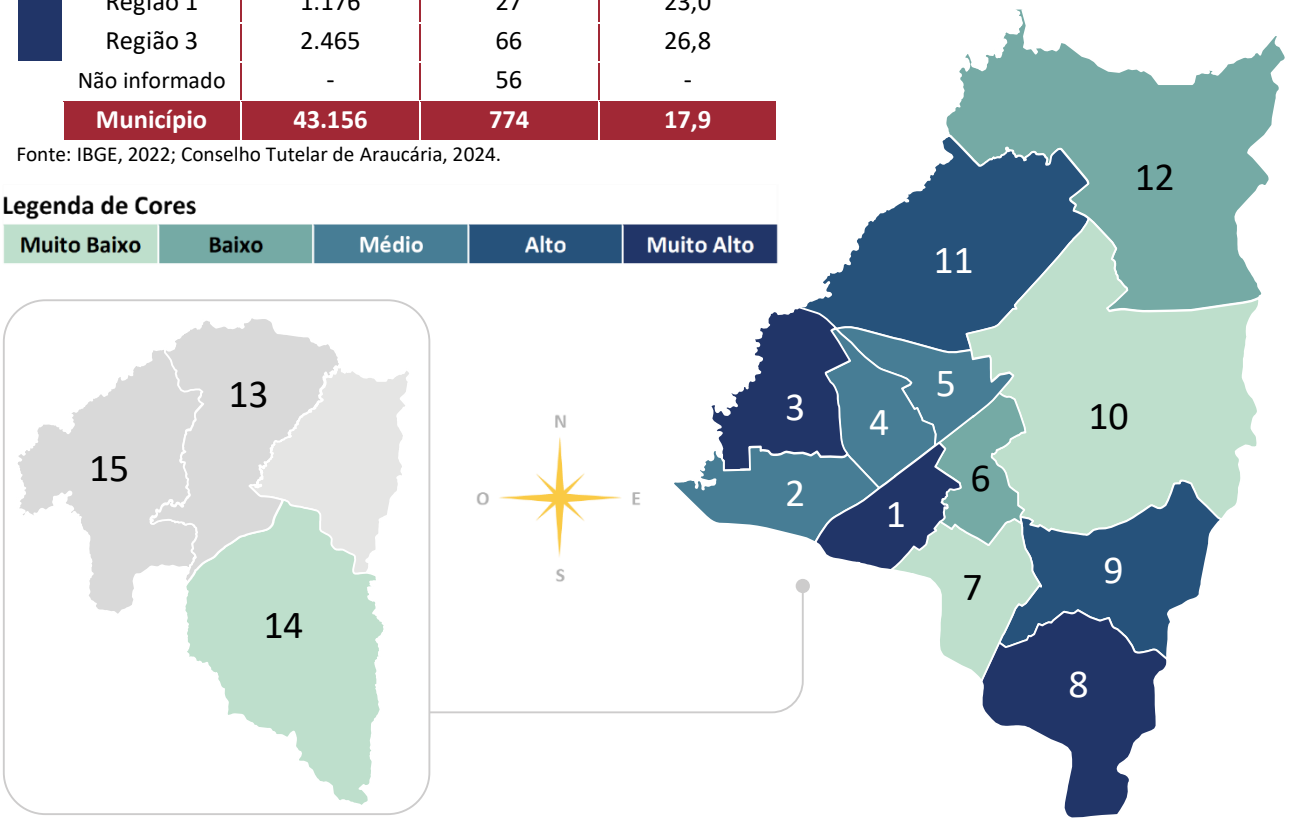
Menor Valor	Região 14	2,8
Média	**Araucária**	**17,9**
Maior Valor	Região 3	26,8

9,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

9.2. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SESP/PR)

A Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) é o órgão da administração direta do Governo do Estado encarregado da formulação, coordenação e execução da política estadual de segurança pública. Tem como finalidade promover ações integradas de prevenção e repressão à criminalidade, assegurar a ordem pública, garantir os direitos dos cidadãos e contribuir para a construção de uma sociedade mais segura. Para isso, articula e orienta a atuação dos órgãos operacionais vinculados, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Científica e o Departamento de Inteligência do Paraná.

A atuação da SESP/PR pauta-se nos princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da proteção aos direitos humanos e da valorização dos profissionais de segurança. Com base nesses fundamentos, busca modernizar a estrutura da segurança pública, investir em tecnologias e promover a capacitação continuada de seus agentes. A secretaria também desempenha papel central na coleta, análise e disseminação de dados estatísticos sobre criminalidade e segurança, subsidiando políticas públicas mais eficazes e orientadas por evidências.

Além de suas atribuições operacionais, a SESP/PR desenvolve políticas de segurança em cooperação com outras esferas de governo, com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a sociedade civil. Essa articulação interinstitucional é fundamental para o enfrentamento dos fatores estruturais que contribuem para a violência e para o fortalecimento da cultura de paz. A secretaria também participa ativamente de ações de defesa civil, planejamento de resposta a desastres e proteção da população em situações de risco.

Nos últimos anos, a SESP/PR tem ampliado seu foco em estratégias de policiamento orientado para resultados, fortalecimento da inteligência policial, ações de policiamento comunitário e programas de aproximação com a população. Com isso, busca construir uma relação de confiança entre o Estado e os cidadãos, fundamental para o êxito das políticas públicas de segurança. Por meio dessas iniciativas, a secretaria reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente seguro, justo e democrático para todos os paranaenses.

No ano de 2024, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) registrou 3.326 vítimas em ocorrências envolvendo violências ou violações de direito no município de Araucária, o que corresponde a uma taxa de aproximadamente 22 vítimas a cada mil habitantes. Nos indicadores a seguir, apresentam-se as taxas por região geográfica, bem como o perfil das vítimas e os tipos de fatos comunicados.

9.2.1. VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR

A Região 1 e a Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, apresentam variações em torno da média geral de (+) 46,6% e (-) 66,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	7.845	57	7,3
Região 13	3.033	27	8,9
Região 15	2.861	27	9,4
Região 12	7.167	101	14,1
Região 6	8.066	123	15,2
Região 2	3.611	56	15,5
Região 10	5.158	85	16,5
Região 7	14.126	235	16,6
Região 5	5.760	98	17,0
Região 11	37.621	785	20,9
Região 4	7.923	169	21,3
Região 8	19.071	429	22,5
Região 9	15.830	376	23,8
Região 3	8.265	203	24,6
Região 1	5.329	171	32,1
Não informado	-	123	-
Outro município	-	261	-
Município	**151.666**	**3.326**	**21,9**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Definição: Vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR dividido pelo total da população residente, vezes 1000

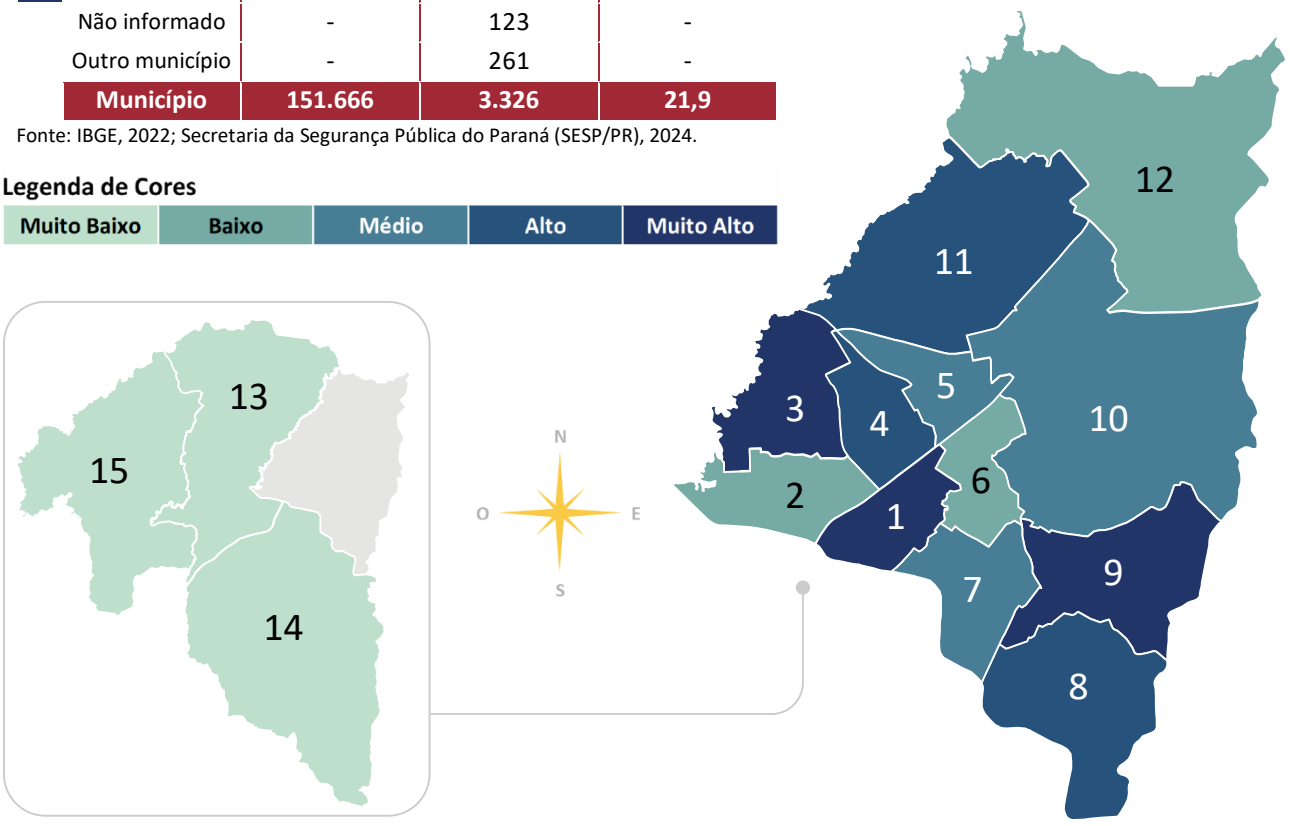
Menor Valor	Região 14	7,3
Média	**Araucária**	**21,9**
Maior Valor	Região 1	32,1

4,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

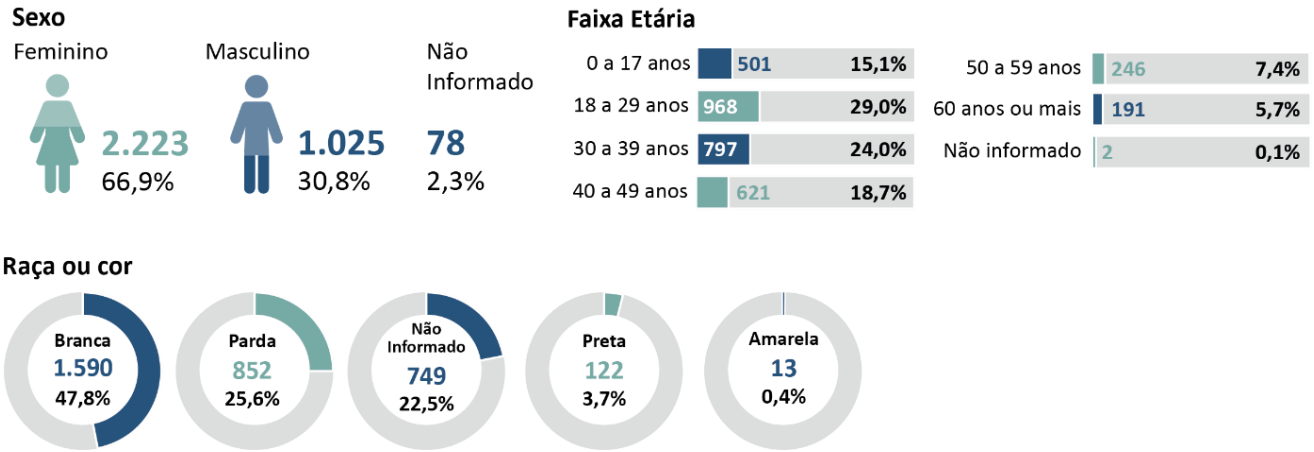


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, destacam-se o sexo feminino (66,9%), a faixa etária de 18 a 29 anos (29,0%) e a raça ou cor branca (47,8%).

Figura 40: Perfil das vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.



Com relação ao fato comunicado nas ocorrências, destacam-se os casos de ameaça (60,8%) e lesão corporal (38,4%). É importante destacar que o mesmo boletim de ocorrência pode conter múltiplos fatos comunicados.

Tabela 53: Fatos comunicados nas ocorrências

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça - Art. 147	2.023	60,8%
Lesão corporal - Art. 129	1.276	38,4%
Injúria - Art. 140	357	10,7%
Lesão corporal (violência doméstica) - Art. 129, § 9º	242	7,3%
Roubo - Art. 157	241	7,2%
Crimes contra a dignidade sexual - Arts. 213 a 218-C	240	7,2%
Violência psicológica contra a mulher - Art. 147-B	229	6,9%
Descumprimento de medida protetiva - Art. 24-A (Lei Maria da Penha)	133	4,0%
Vias de fato - Art. 21 (LCP)	118	3,5%
Dano - Art. 163	72	2,2%
Maus-tratos - Art. 136	68	2,0%
Perseguição (*stalking*) - Art. 147-A	67	2,0%
Ameaça (com qualificadora da Lei Maria da Penha) - Art. 147	61	1,8%
Difamação - Art. 139	53	1,6%
Racismo - Lei 7.716/89	49	1,5%
Violação de domicílio - Art. 150	30	0,9%
Calúnia - Art. 138	29	0,9%
Tentativa de homicídio - Art. 121 c/c Art. 14, II	18	0,5%
Importunação sexual - Art. 215-A	16	0,5%
Suicídio	16	0,5%
Homicídio doloso - Art. 121	15	0,5%
Estupro - Art. 213 (antes da revogação do 214)	11	0,3%
Tráfico de drogas - Art. 33 (Lei de Drogas)	10	0,3%
Vias de fato (violência doméstica) - Art. 21 (LCP)	9	0,3%
Estupro de vulnerável - Art. 217-A	9	0,3%
Abandono de incapaz - Art. 133	8	0,2%
Invasão de dispositivo informático - Art. 154-A	7	0,2%
Registro não autorizado de intimidade sexual - Art. 216-B	7	0,2%
Sequestro e cárcere privado - Art. 148	6	0,2%
Estelionato contra idoso ou vulnerável - Art. 171, § 4º	6	0,2%
Dano qualificado - Art. 163, parágrafo único	5	0,2%
Apropriação indébita - Art. 168	5	0,2%
Estelionato - Art. 171	5	0,2%
Perturbação do trabalho ou do sossego alheio - Art. 42 (LCP)	5	0,2%
Fatos comunicados	**5.446***	**
Vítimas	**3.326**	

Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Nota (*): Ao todo foram registrados 5.489 fatos, agrupados em 56 categorias diferentes; os que não estão apresentados na tabela representam, cada um, menos de 0,2% do total geral.

Nota (**): Um mesmo boletim de ocorrência pode conter múltiplos fatos comunicados.

9.2.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR

A Região 4 e a Região 15 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 36,2% e (-) 60,3%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 15	650	3	4,6
Região 12	1.944	11	5,7
Região 13	747	5	6,7
Região 14	2.111	15	7,1
Região 7	3.855	28	7,3
Região 5	1.455	11	7,6
Região 6	2.077	19	9,1
Região 2	1.014	10	9,9
Região 8	5.978	61	10,2
Região 9	4.528	49	10,8
Região 10	1.452	17	11,7
Região 11	11.664	139	11,9
Região 1	1.176	17	14,5
Região 3	2.465	36	14,6
Região 4	2.026	32	15,8
Não informado	-	16	-
Outro município	-	32	-
Município	**43.156**	**501**	**11,6**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Definição: Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR dividido pelo total da população residente de 0 a 19 anos, vezes 1000

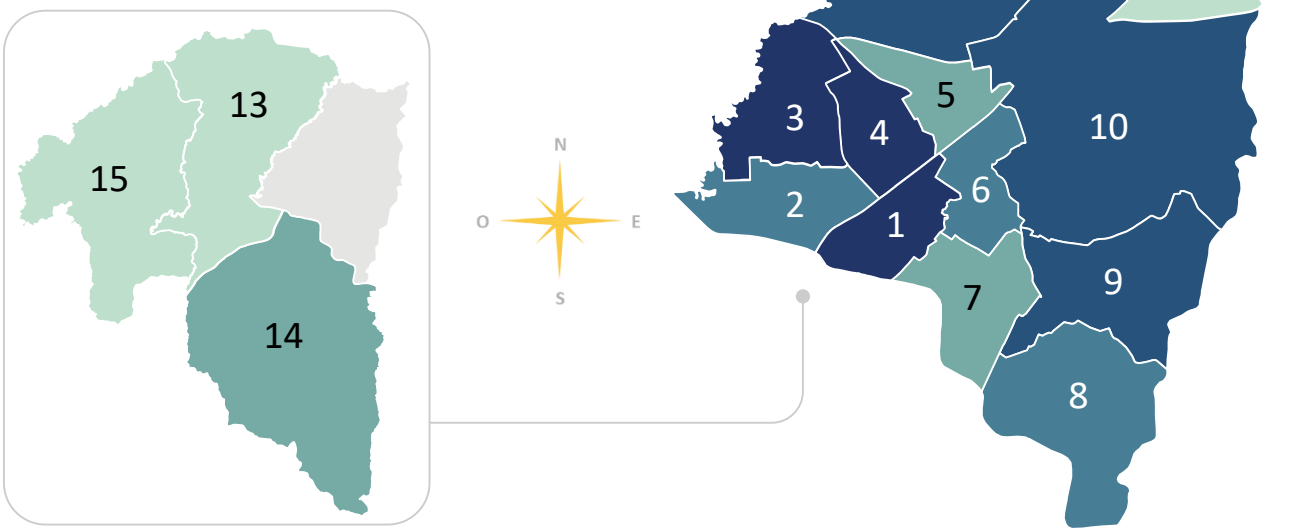
Menor Valor	Região 15	4,6
Média	**Araucária**	**11,6**
Maior Valor	Região 4	15,8

3,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

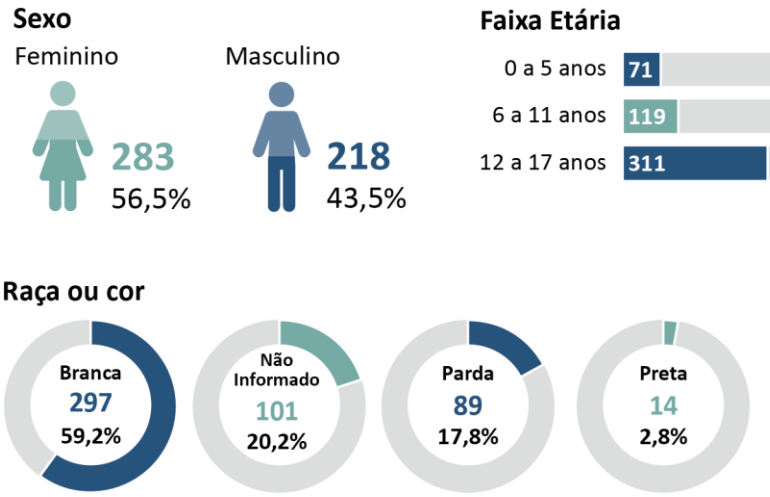


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, destacam-se o sexo feminino (56,5%), a faixa etária de 12 a 17 anos (62,0%) e a raça ou cor branca (59,2%).

Figura 41: Perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências, destacam-se os casos de ameaça (42,9%), lesão corporal (42,1%), crimes contra a dignidade sexual (29,9%) e maus-tratos (11,8%).

Tabela 54: Fatos comunicados nas ocorrências

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça - Art. 147	215	42,9%
Lesão corporal - Art. 129	211	42,1%
Crimes contra a dignidade sexual - Arts. 213 a 218-C	150	29,9%
Maus-tratos - Art. 136	59	11,8%
Injúria - Art. 140	17	3,4%
Violência psicológica - Art. 147-B	15	3,0%
Vias de fato - Art. 21 (LCP)	14	2,8%
Racismo - Lei 7.716/89	12	2,4%
Roubo - Art. 157	12	2,4%
Estupro de vulnerável - Art. 217-A	9	1,8%
Abandono de incapaz - Art. 133	7	1,4%
Descumprimento de medida protetiva - Art. 24-A (Lei Maria da Penha)	4	0,8%
Omissão de socorro - Art. 135	4	0,8%
Dano - Art. 163	3	0,6%
Perseguição (*stalking*) - Art. 147-A	3	0,6%
Importunação sexual - Art. 215-A	2	0,4%
Sequestro e cárcere privado - Art. 148	2	0,4%
Tráfico de drogas - Art. 33 (Lei de Drogas)	2	0,4%
Suicídio	1	0,2%
Fatos comunicados	**742**	*
Vítimas	**501**	

Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Nota (*): Um mesmo boletim de ocorrência pode conter múltiplos fatos comunicados.

9.2.3. MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR

A Região 1 e a Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de mulheres vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 26,7% e (-) 71,3%, respectivamente.

Regiões geográficas	População feminina	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	2.827	28	9,9
Região 13	1.097	13	11,9
Região 15	1.079	14	13,0
Região 2	1.359	29	21,3
Região 6	3.171	71	22,4
Região 12	2.669	65	24,4
Região 5	2.253	57	25,3
Região 7	5.395	138	25,6
Região 10	1.906	49	25,7
Região 4	3.093	98	31,7
Região 11	13.462	479	35,6
Região 8	6.815	260	38,2
Região 3	3.020	118	39,1
Região 9	5.881	238	40,5
Região 1	2.199	96	43,7
Não informado	-	69	-
Outro município	-	118	-
Município	**56.303**	**1.940**	**34,5**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Definição: Mulheres vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR dividido pelo total da população feminina adulta, vezes 1000

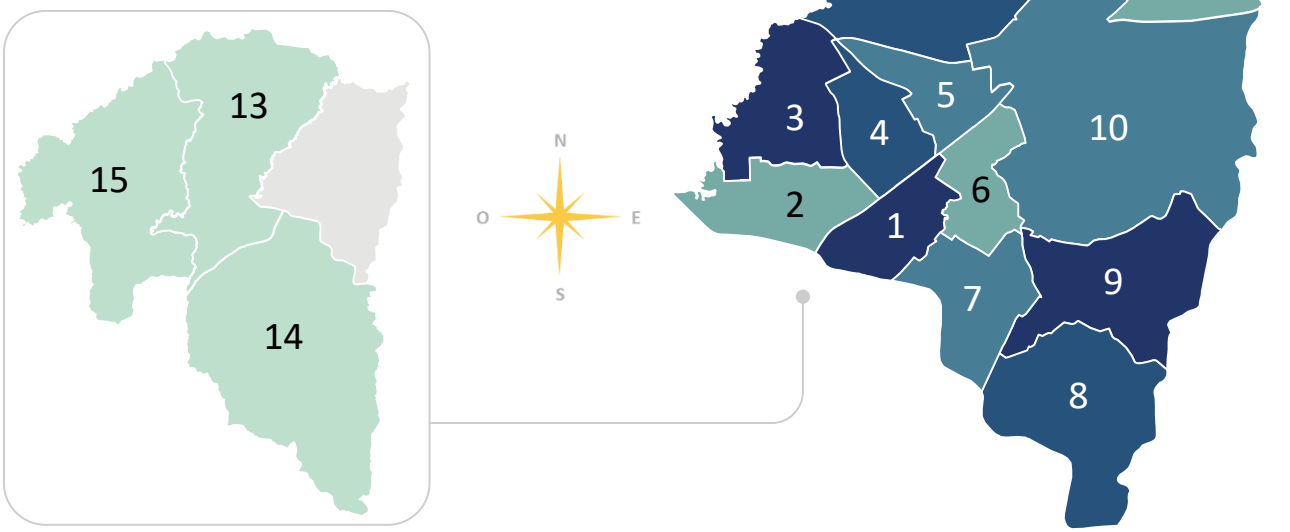
Menor Valor	Região 14	9,9
Média	**Araucária**	**34,5**
Maior Valor	Região 1	43,7

4,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

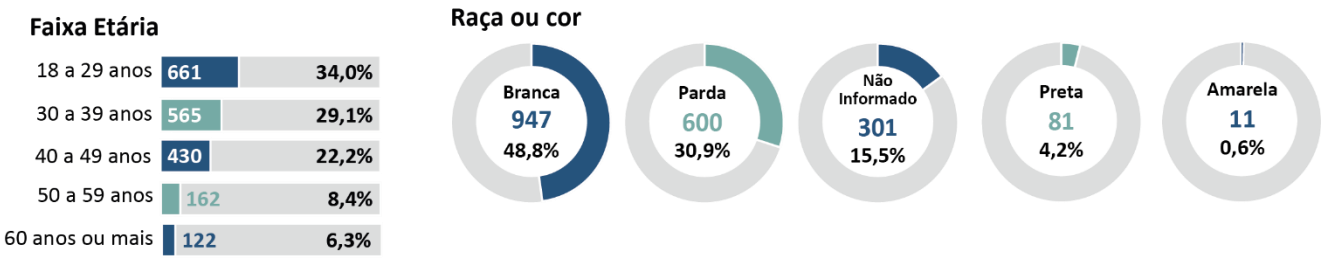


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das mulheres vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, destacam-se a faixa etária de 18 a 29 anos (34,0%) e a raça ou cor branca (48,8%).

Figura 42: Perfil das mulheres vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências, destacam-se os casos de ameaça (63,6%), lesão corporal (41,2%), injúria (16,0%) e violência doméstica (12,5%).

Tabela 55: Fatos comunicados nas ocorrências

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça - Art. 147	1.233	63,6%
Lesão corporal - Art. 129	799	41,2%
Injúria - Art. 140	311	16,0%
Lesão corporal (violência doméstica) - Art. 129, § 9º	242	12,5%
Violência psicológica contra a mulher - Art. 147-B	175	9,0%
Descumprimento de medida protetiva - Art. 24-A (Lei Maria da Penha)	126	6,5%
Vias de fato - Art. 21 (LCP)	96	4,9%
Roubo - Art. 157	91	4,7%
Crimes contra a dignidade sexual - Arts. 213 a 218-C	84	4,3%
Dano - Art. 163	64	3,3%
Perseguição (*stalking*) - Art. 147-A	63	3,2%
Ameaça (com qualificadora da Lei Maria da Penha) - Art. 147	52	2,7%
Violação de domicílio - Art. 150	30	1,5%
Difamação - Art. 139	23	1,2%
Racismo - Lei 7.716/89	23	1,2%
Importunação sexual - Art. 215-A	14	0,7%
Estupro - Art. 213 (antes da revogação do 214)	11	0,6%
Calúnia - Art. 138	9	0,5%
Invasão de dispositivo informático - Art. 154-A	7	0,4%
Vias de fato (violência doméstica) - Art. 21 (LCP)	7	0,4%
Estelionato contra idoso ou vulnerável - Art. 171, § 4º	6	0,3%
Registro não autorizado de intimidade sexual - Art. 216-B	6	0,3%
Tentativa de homicídio - Art. 121 c/c Art. 14, II	6	0,3%
Fatos comunicados	**3.478***	**
Vítimas	**1.940**	

Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Nota (*): Ao todo foram registrados 3.546 fatos, agrupados em 52 categorias diferentes; os que não estão apresentados na tabela representam, cada um, menos de 0,3% do total geral.

Nota (**): Um mesmo boletim de ocorrência pode conter múltiplos fatos comunicados.

9.2.4. PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA SESP/PR

A Região 3 e a Região 14 se destacam com a maior e menor taxa de pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, apresentando variações em torno da média geral de (+) 42,5% e (-) 80,2%.

Regiões geográficas	População de 60 anos ou mais	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
Região 14	1.402	3	2,1
Região 2	477	3	6,3
Região 13	575	4	6,9
Região 5	861	6	7,0
Região 4	1.196	9	7,5
Região 10	515	4	7,8
Região 15	582	5	8,6
Região 11	3.549	32	9,0
Região 1	993	9	9,1
Região 12	896	9	10,0
Região 9	1.593	16	10,0
Região 7	1.682	17	10,1
Região 8	1.795	23	12,8
Região 6	920	12	13,0
Região 3	926	14	15,1
Não informado	-	11	-
Outro município	-	14	-
Município	**18.006**	**191**	**10,6**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Definição: Pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR dividido pelo total da população de 60 anos ou mais, vezes 1000

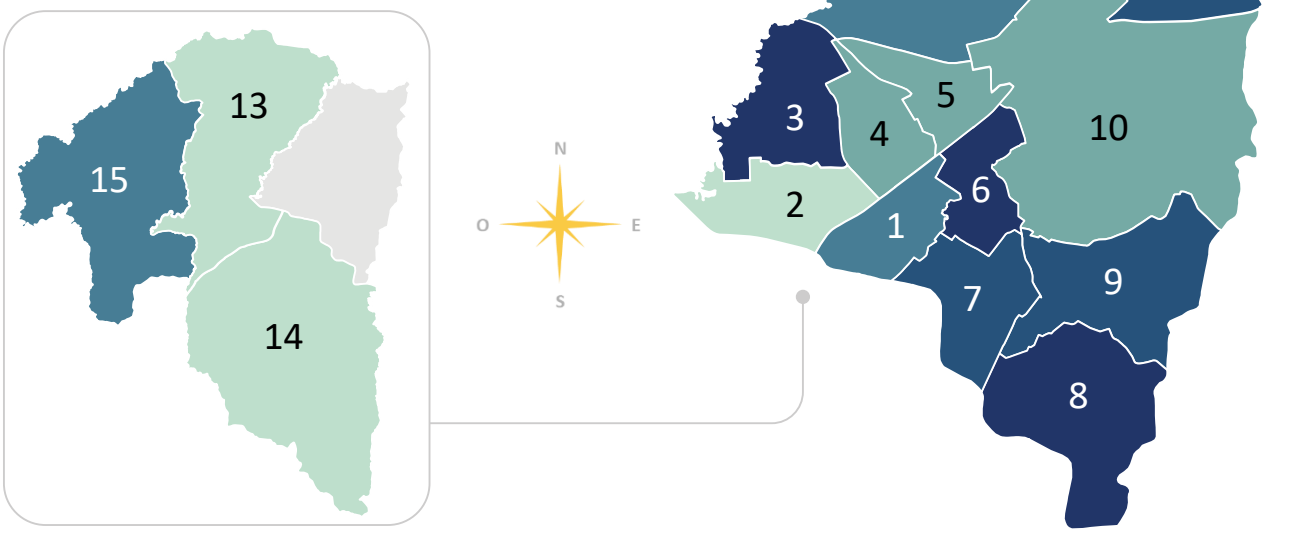
Menor Valor	Região 14	2,1
Média	**Araucária**	**10,6**
Maior Valor	Região 3	15,1

7,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

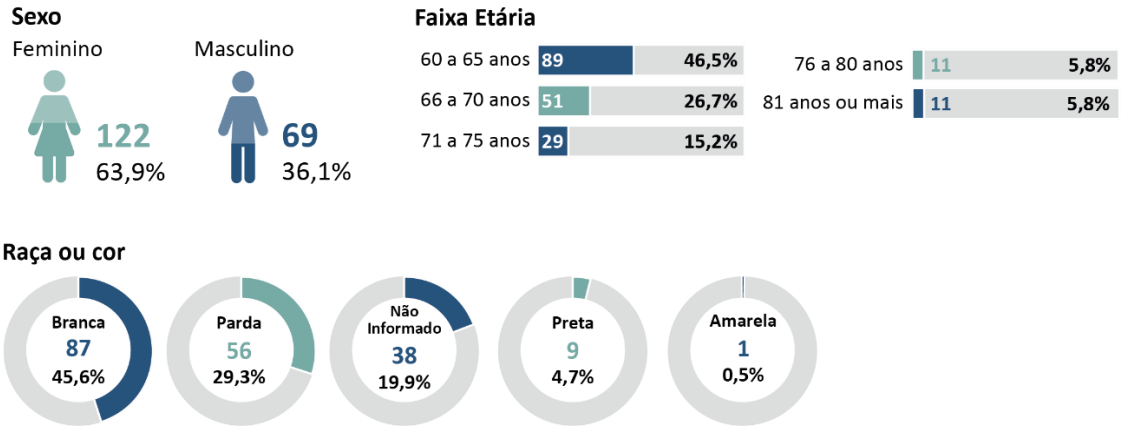


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR, destacam-se o sexo feminino (63,9%), a faixa etária de 60 a 65 anos (46,5%) e a raça ou cor branca (45,6%).

Figura 43: Perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Com relação ao fato comunicado nas ocorrências, destacam-se os casos de ameaça (63,4%), lesão corporal (27,7%) e injúria (14,1%).

Tabela 56: Fatos comunicados nas ocorrências

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça - Art. 147	121	63,4%
Lesão corporal - Art. 129	53	27,7%
Injúria - Art. 140	27	14,1%
Descumprimento de medida protetiva - Art. 24-A (Lei Maria da Penha)	14	7,3%
Roubo - Art. 157	12	6,3%
Estelionato contra idoso ou vulnerável - Art. 171, § 4º	6	3,1%
Maus-tratos - Art. 136	6	3,1%
Vias de fato - Art. 21 (LCP)	6	3,1%
Difamação - Art. 139	5	2,6%
Lesão corporal (violência doméstica) - Art. 129, § 9º	5	2,6%
Violência psicológica contra a mulher - Art. 147-B	4	2,1%
Dano - Art. 163	3	1,6%
Violação de domicílio - Art. 150	3	1,6%
Ameaça (com qualificadora da Lei Maria da Penha) - Art. 147	2	1,0%
Apropriação ou desvio de bens do idoso - Art. 102 (Estatuto do Idoso)	2	1,0%
Crimes contra a dignidade sexual - Arts. 213 a 218-C	2	1,0%
Perseguição (*stalking*) - Art. 147-A	2	1,0%
Expor a perigo a integridade do idoso - Art. 99 (Estatuto do Idoso)	1	0,5%
Homicídio doloso - Art. 121	1	0,5%
Homicídio qualificado (feminicídio) - Art. 121, § 2º, VI	1	0,5%
Perturbação do trabalho ou do sossego alheio - Art. 42 (LCP)	1	0,5%
Violação de correspondência - Art. 151	1	0,5%
Fatos comunicados	**278**	*
Vítimas	**191**	

Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), 2024.

Nota (*): Um mesmo boletim de ocorrência pode conter múltiplos fatos comunicados.

9.3. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (MSE)

As Medidas Socioeducativas, instituídas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são diretrizes destinadas a adolescentes e jovens, até 21 anos, autores de atos infracionais. Estas medidas visam a responsabilização dos jovens, ao mesmo tempo em que buscam sua reintegração social e a prevenção da reincidência de comportamentos delituosos.

A aplicação das Medidas Socioeducativas é pautada pelo princípio da proteção integral e pelo reconhecimento de que os adolescentes, devido à sua condição peculiar de desenvolvimento, necessitam de um tratamento diferenciado em relação aos adultos. O ECA prevê seis tipos de medidas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

A advertência é a medida menos gravosa, consistindo em uma admoestação verbal feita pela autoridade competente. A obrigação de reparar o dano busca a responsabilização direta do adolescente pelo prejuízo causado à vítima, promovendo a consciência sobre os efeitos de seus atos. A prestação de serviços à comunidade implica na realização de tarefas gratuitas em benefício de entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos similares.

A liberdade assistida é uma medida de caráter educativo e de acompanhamento, onde o adolescente é submetido a uma orientação e supervisão constante, visando sua integração familiar e social. Já a semiliberdade permite que o adolescente frequente atividades externas, como escola ou trabalho, retornando à unidade de semiliberdade no período noturno e nos finais de semana.

Por fim, a medida de internação é reservada aos casos mais graves, onde se faz necessário o afastamento temporário do adolescente do convívio social. Esta medida deve ser aplicada por um período máximo de três anos e em estabelecimento exclusivo para menores, devendo ser reavaliada periodicamente, a cada seis meses, com vistas à progressão para medidas menos severas.

Todas essas medidas são acompanhadas por um conjunto de garantias processuais, como o direito ao contraditório e à ampla defesa, assegurando que o adolescente seja ouvido e representado adequadamente. A atuação intersetorial e a articulação entre o sistema de justiça, as políticas de assistência social, saúde e educação são fundamentais para a eficácia das Medidas Socioeducativas, promovendo um ambiente propício para a reabilitação e reintegração dos jovens.

Em Araucária o COMSE- Centro Operacional de Medidas Socioeducativas é a Unidade da Política de Assistência Social que realiza o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, determinadas judicialmente.

9.3.1. ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A Região 5 e a Região 6 se destacam com a maior e menor taxa de adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 109,5% e (-) 81,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 15 a 24 anos	Cumprindo MSE	Indicador (por mil hab.)
Região 2	524	-	-
Região 10	752	-	-
Região 13	317	-	-
Região 6	1.215	1	0,8
Região 12	1.024	1	1,0
Região 7	2.079	4	1,9
Região 3	1.312	4	3,0
Região 9	2.501	9	3,6
Região 14	993	4	4,0
Região 1	684	3	4,4
Região 4	1.133	6	5,3
Região 15	367	2	5,4
Região 11	5.805	32	5,5
Região 8	3.167	18	5,7
Região 5	791	7	8,8
Não informado	-	5	-
Município	**22.664**	**96**	**4,2**

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Definição: Adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa dividido pelo total da população residente de 15 a 24 anos, vezes 1000

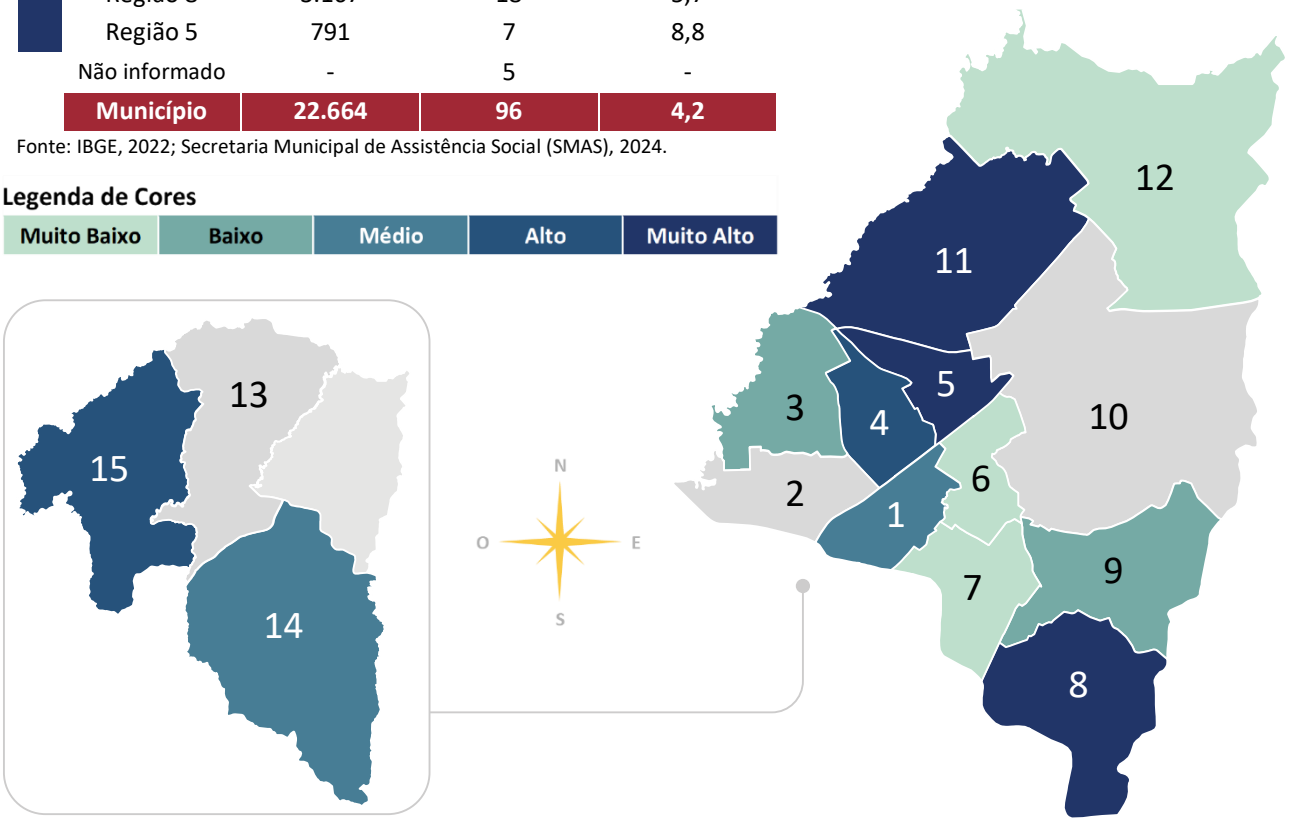
Menor Valor	Região 6	0,8
Média	**Araucária**	**4,2**
Maior Valor	Região 5	8,8

11,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

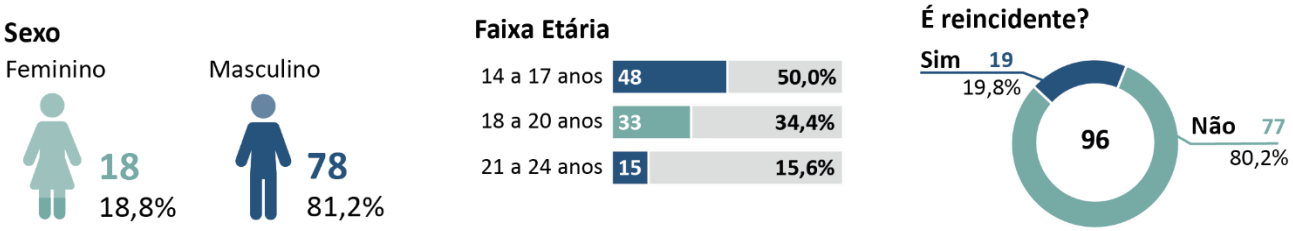


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil dos adolescentes e jovens que cumpriram Medida Socioeducativa em 2024, destacam-se o sexo masculino (81,2%) e a faixa etária de 14 a 17 anos (50,0%). Além disso, 19,8% são reincidentes.

Figura 44: Perfil dos adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Com relação ao ato infracional cometido, destacam-se os casos de lesão corporal ou vias de fato, que representam 35,4% do total. Em 34,4% dos casos, a informação sobre o ato infracional não foi registrada.

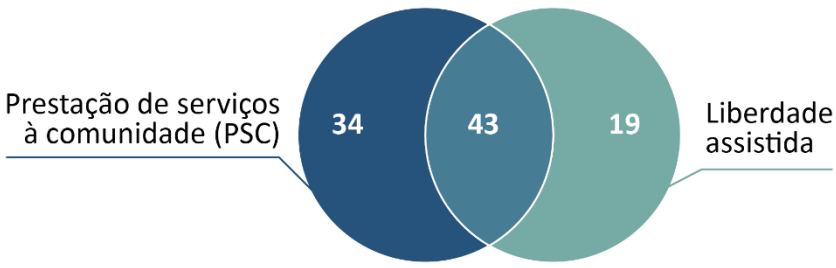
Tabela 57: Ato infracional cometido

Ato infracional	Quant.	(%)
Lesão corporal / Vias de fato	34	35,4%
Não informado	33	34,4%
Estupro	8	8,3%
Roubo	7	7,3%
Tráfico de drogas	7	7,3%
Furto	3	3,1%
Dirigir sem habilitação	2	2,1%
Porte ou uso de drogas	2	2,1%
Total	**96**	**100,0%**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

Do total de 96 adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, a prestação de serviços à comunidade (PSC) foi aplicada a 34 deles, correspondendo a 35,4% do total. Outros 19 adolescentes (19,8%) cumpriram a medida de liberdade assistida, enquanto 43 (44,8%) foram submetidos simultaneamente às duas medidas.

Figura 45: Tipo de Medida Socioeducativa aplicada



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), 2024.

9.4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é uma ferramenta fundamental no contexto da vigilância em saúde pública no Brasil. Implementado pelo Ministério da Saúde, o SINAN coleta, transmite e dissemina dados relativos às doenças e agravos de notificação compulsória, contribuindo para a análise e tomada de decisões estratégicas no campo da saúde.

Com relação às notificações de violências, o SINAN desempenha um papel crucial. A violência é um problema complexo e multifacetado, que impacta diretamente a saúde e o bem-estar da população. Para abordar essa questão, o SINAN incorpora a notificação de diversos tipos de violência, incluindo física, psicológica, sexual e outras formas de maus-tratos, tanto em ambientes domésticos quanto em contextos públicos.

A coleta de dados sobre violências por meio do SINAN permite a identificação de padrões, a compreensão das circunstâncias e a detecção de grupos mais vulneráveis. Essas informações são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, a alocação de recursos e a implementação de ações preventivas e de assistência às vítimas. A notificação compulsória dessas ocorrências visa garantir que os casos de violência sejam devidamente registrados e monitorados, possibilitando uma resposta mais rápida e adequada por parte dos serviços de saúde e de proteção social.

O processo de notificação de violências no SINAN envolve diversos atores, incluindo profissionais de saúde, instituições de segurança pública e órgãos de proteção social. Cada notificação registrada contribui para um banco de dados que subsidia análises epidemiológicas, monitoramento de tendências e avaliação de intervenções.

Ademais, o SINAN permite a integração de dados com outras bases de informações em saúde, promovendo uma abordagem mais abrangente e coordenada na gestão de agravos de violência. A qualidade e a precisão das notificações são essenciais para que as análises resultantes sejam confiáveis e possam orientar de maneira efetiva as ações de controle e prevenção.

9.4.1. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN

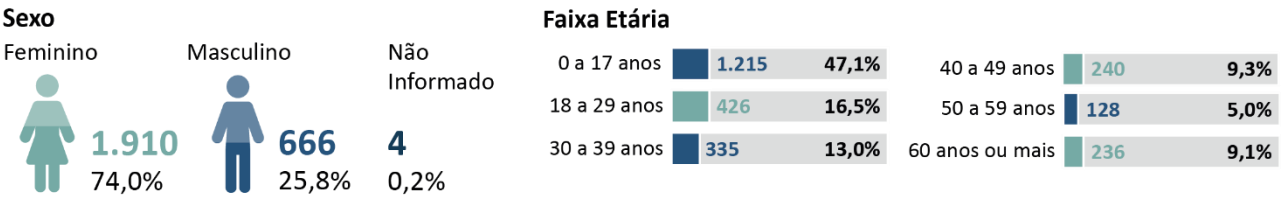
Durante o ano de 2023 o SINAN registrou 2.580 agravos de notificações de violência com vítimas residentes de Araucária, uma taxa de 1,7 vítimas de violência a cada cem habitantes do município. No perfil das vítimas de violência destacam-se o sexo feminino (74,0%) e a faixa etária de 0 a 17 anos (47,1%).

Figura 46: Vítimas de violência registrada no SINAN



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

Figura 47: Perfil das vítimas de violência



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

Com relação ao tipo de violência sofrida, destacam-se os casos de violência psicológica ou moral, presentes em 48,7% das notificações, violência física (41,7%) e negligência ou abandono (32,9%). Além disso, em 50,6% dos casos a violência já havia ocorrido outras vezes.

Tabela 58: Tipo de violência

Tipo de violência	Quant.	(%)
Violência psicológica ou moral	1256	48,7%
Violência física	1075	41,7%
Negligência ou abandono	848	32,9%
Violência sexual	266	10,3%
Autoagressão	256	9,9%
Violência financeira	152	5,9%
Trabalho infantil	46	1,8%
Tortura	37	1,4%
Intervenção legal	10	0,4%
Tráfico de seres humanos	1	0,0%
Total	**2.580**	*

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

Nota (*): A mesma notificação pode envolver mais de um tipo de violência.

9.4.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN

Ainda de acordo com o SINAN, foram registrados 1.215 agravos relacionados a notificações de violência contra crianças e adolescentes, o que corresponde a 47,1% do total de 2.580 notificações registradas no período e a 3,1% dos 38.903 habitantes dessa faixa etária.

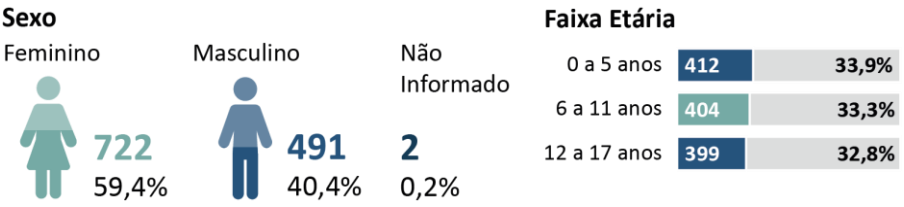
Figura 48: Crianças e adolescentes vítimas de violência registrada no SINAN



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

No perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência, destaca-se o sexo feminino (59,4%). Quanto à faixa etária, observa-se uma distribuição homogênea: 33,9% de 0 a 5 anos, 33,3% de 6 a 11 anos e 32,8% de 12 a 17 anos.

Figura 49: Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

Com relação ao tipo de violência sofrida, destacam-se os casos de negligência ou abandono, presentes em 52,1% das notificações, violência psicológica ou moral (38,3%) e violência física (28,6%). Além disso, em 51,9% dos casos a violência já havia ocorrido outras vezes.

Tabela 59: Tipo de violência

Tipo de violência	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	633	52,1%
Violência psicológica ou moral	465	38,3%
Violência física	348	28,6%
Violência sexual	190	15,6%
Autoagressão	99	8,1%
Trabalho infantil	46	3,8%
Tortura	22	1,8%
Violência financeira	19	1,6%
Intervenção legal	3	0,2%
Total	**2.580**	*

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2023.

Nota (*): A mesma notificação pode envolver mais de um tipo de violência.

9.5. ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS

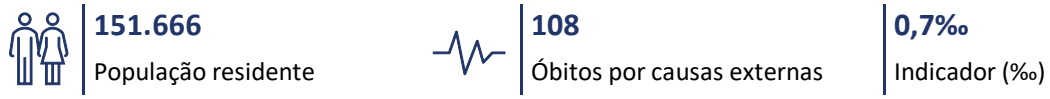
Os óbitos por causas externas correspondem às mortes resultantes de fatores não naturais, ou seja, eventos que não decorrem de doenças ou condições internas do organismo, mas de circunstâncias como acidentes, violências e outros tipos de eventos traumáticos. Essas causas são classificadas de forma específica para melhor análise e formulação de políticas públicas.

As causas externas de mortalidade podem ser classificadas como:

- **Acidentes:** incluem ocorrências imprevistas e não intencionais, como acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, intoxicações acidentais, entre outros;
- **Homicídio:** refere-se à morte causada intencionalmente por outra pessoa, podendo ocorrer em diferentes contextos de violência interpessoal;
- **Suicídio:** abrange as mortes resultantes de ações intencionais da própria pessoa contra si mesma;
- **Intervenção legal:** envolve óbitos causados por ações de agentes do Estado no exercício de suas funções legais, como intervenções policiais, em situações em que o uso da força resulta em morte;
- **Outros fatores:** como sequelas ou reações anormais a procedimentos médicos, causas externas não especificados etc.

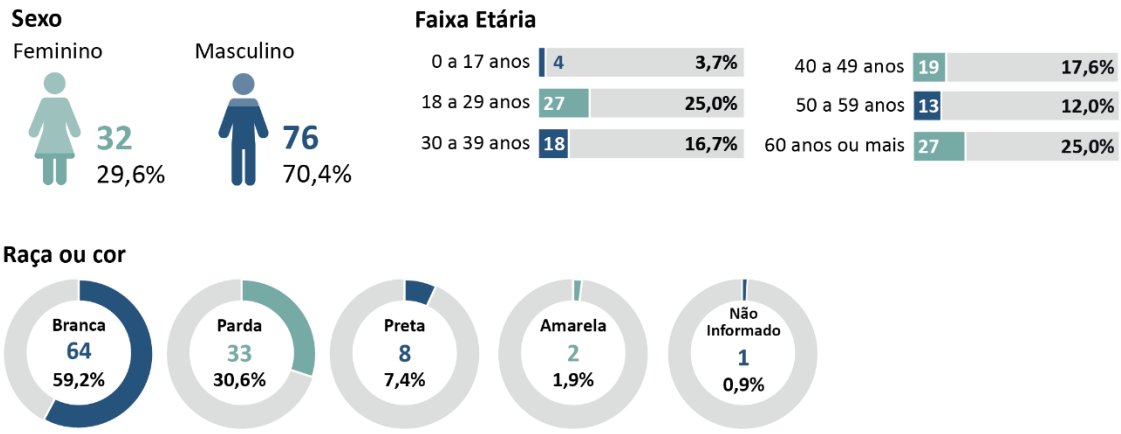
Durante o ano de 2023, foram registrados 108 óbitos de residentes de Araucária decorrentes de causas externas. No perfil desses óbitos, destacam-se o sexo masculino (70,4%), as faixas etárias de 18 a 29 anos e de 60 anos ou mais, ambas representando 25,0% do total, e a raça ou cor branca (59,2%).

Figura 50: Óbitos por causas externas



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

Figura 51: Perfil dos óbitos registrados



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

Com relação ao tipo de causa externa, 46,3% dos óbitos foram classificados como acidentes. Ao explorar a descrição dos óbitos, destacam-se os casos de acidente de trânsito (22,2%), lesão autoprovocada por enforcamento, estrangulamento e sufocação (11,1%) e agressão por disparo de arma de fogo (10,2%).

Tabela 60: Tipo de causa externa

Causa externa	Quant.	(%)
Acidente	50	46,3%
Outros fatores / Não determinados	19	17,6%
Homicídio	18	16,7%
Lesão autoprovocada	16	14,8%
Intervenção legal	5	4,6%
Total	**108**	**100,0%**

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

Tabela 61: Descrição dos óbitos por causas externas

Descrição	Quant.	(%)
Acidente de trânsito	24	22,2%
Lesão autoprovocada por enforcamento, estrangulamento e sufocação	12	11,1%
Agressão por disparo de arma de fogo	11	10,2%
Inalação e ingestão de alimentos causando obstrução do trato respiratório	8	7,4%
Queda	8	7,4%
Afogamento e submersão	6	5,6%
Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante	6	5,6%
Enforcamento, estrangulamento e sufocação, intenção não determinada	5	4,6%
Fatos ou eventos não especificados, intenção não determinada	5	4,6%
Intervenção legal envolvendo o uso de armas de fogo	5	4,6%
Autointoxicação por medicamentos	2	1,9%
Envenenamento por exposição a outros produtos químicos e substâncias nocivas	2	1,9%
Impacto causado por objeto lançado, projetado ou em queda	2	1,9%
Inalação do conteúdo gástrico	2	1,9%
Agressão por meio de força corporal	1	0,9%
Agressão por meio de objeto contundente	1	0,9%
Autointoxicação intencional por outros gases e vapores	1	0,9%
Contato com objeto contundente, intenção não determinada	1	0,9%
Contato com objeto cortante ou penetrante, intenção não determinada	1	0,9%
Efeitos adversos de droga e medicamento não especificado	1	0,9%
Efeitos adversos de insulina e hipoglicêmicos orais (antidiabéticos)	1	0,9%
Exposição a fumaça, fogo ou chamas	1	0,9%
Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto cortante ou penetrante	1	0,9%
Traumatismo por fator não determinado	1	0,9%
Total	**108**	**100,0%**

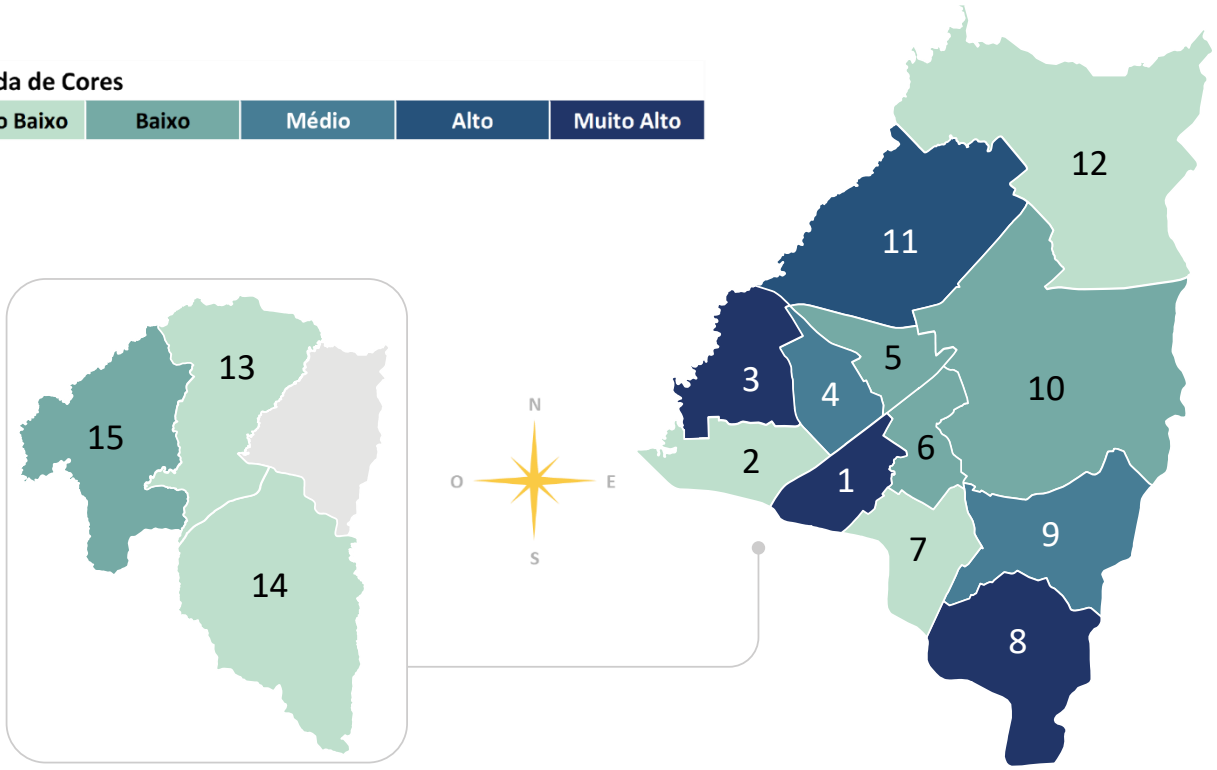
Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2023.

9.6. MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Classificação Quintil	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Indicadores do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade – 6 Indicadores						CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	17,9‰	21,9‰	11,6‰	34,5‰	10,6‰	4,2‰		
		>	>	>	>	>	>		
		Crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar	Vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR	Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR	Mulheres vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR	Pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas na SESP/PR	Adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	2	14,8	15,5	9,9	21,3	6,3	-	**0**	**0,0%**
	7	7,5	16,6	7,3	25,6	10,1	1,9	**0**	**0,0%**
	12	13,9	14,1	5,7	24,4	10,0	1,0	**0**	**0,0%**
	13	-	8,9	6,7	11,9	6,9	-	**0**	**0,0%**
	14	2,8	7,3	7,1	9,9	2,1	4,0	**0**	**0,0%**
	6	12,5	15,2	9,1	22,4	13,0	0,8	**1**	**16,7%**
	10	11,0	16,5	11,7	25,7	7,8	-	**1**	**16,7%**
	15	-	9,4	4,6	13,0	8,6	5,4	**1**	**16,7%**
	5	16,5	17,0	7,6	25,3	7,0	8,8	**1**	**16,7%**
	9	17,0	23,8	10,8	40,5	10,0	3,6	**2**	**33,3%**
	4	15,3	21,3	15,8	31,7	7,5	5,3	**2**	**33,3%**
	11	20,8	20,9	11,9	35,6	9,0	5,5	**4**	**66,7%**
	8	21,9	22,5	10,2	38,2	12,8	5,7	**5**	**83,3%**
	3	26,8	24,6	14,6	39,1	15,1	3,0	**5**	**83,3%**
	1	23,0	32,1	14,5	43,7	9,1	4,4	**5**	**83,3%**

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



10. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs)

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são entidades privadas, sem fins lucrativos, e com personalidade jurídica própria, constituídas na forma de associações ou fundações. Atuam em atividades de interesse público e de cunho social, nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, direitos humanos, entre outras de interesse público.

O objetivo principal das OSCs é promover mudanças e melhorias na sociedade, geralmente atuando em áreas onde o Estado ou o setor privado não conseguem atender plenamente as necessidades da população. Essas organizações buscam mobilizar recursos e pessoas para enfrentar problemas, desenvolver projetos e programas, e influenciar políticas públicas.

As OSCs funcionam de forma independente do Estado, não sendo governamentais, mas também não visam o lucro como as empresas privadas. Elas são financiadas por meio de doações, parcerias com empresas, convênios com órgãos públicos, captação de recursos junto a fundações nacionais e internacionais, entre outras fontes.

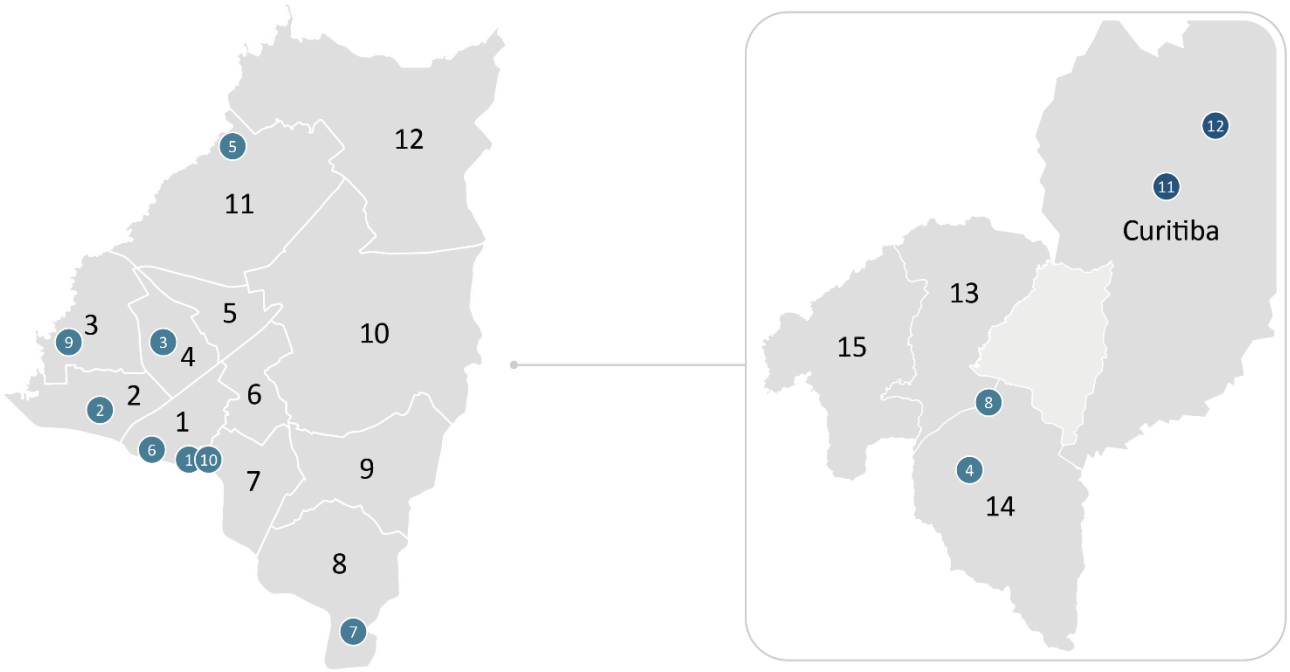
Essas organizações possuem uma estrutura interna que varia de acordo com seu tamanho e objetivos. Elas são gerenciadas por uma equipe de colaboradores remunerados e/ou voluntários, que podem incluir diretores, coordenadores, especialistas técnicos, administradores, entre outros. Além disso, as OSCs podem contar com a participação de voluntários que contribuem com seu tempo, conhecimento e habilidades para realizar as atividades propostas. As OSCs desempenham diversas funções, tais como:

- **Advocacia e defesa de direitos:** atuam como vozes da sociedade civil, defendendo causas específicas e lutando por mudanças políticas e sociais;
- **Prestação de serviços:** oferecem assistência e serviços diretos às comunidades, como educação, saúde, alimentação, moradia, capacitação profissional, entre outros;
- **Desenvolvimento comunitário:** promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades, realizando projetos de infraestrutura, empoderamento social, geração de renda, preservação ambiental, entre outros;
- **Monitoramento e controle social:** fiscalizam a atuação do Estado e das empresas, garantindo a transparência, a participação popular e a responsabilidade social;
- **Mobilização e engajamento social:** promovem a conscientização e a mobilização da sociedade em torno de causas relevantes, envolvendo a população nas questões sociais e estimulando a participação cidadã.

Em Araucária, foram mapeadas 12 Organizações da Sociedade Civil inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo 10 sediadas no município e 2 sediadas em Curitiba (UNILEHU e Lions Clube), que desenvolvem projetos em Araucária. De acordo com o CMDCA, as OSCs APPF do CMAEE-AI Joelma do Rocio Tulio e UNILEHU estão em processo de renovação de inscrição.

Mapa 2: Organizações da Sociedade Civil inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

1	APPF do CMAEE-AI Joelma do Rocio Tulio	7	Instituto Schnorr
2	APPF da EM Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira	8	Organização Nacional Pró-Comunidade (ONPC)
3	Associação Araucariense de Handebol (AAH)	9	Projeto Garoto Cidadão - Fundação CSN
4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	10	Reencontro - Apoio a Adoção Consciente
5	Associação Esportiva Vencer	11	Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU)
6	Centro de Integração Escola Empresa (CIEE)	12	Lions Clube Curitiba - Batel



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	5	Estação.	9	Costeira.	13	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	6	Cachoeira; Sabiá.	10	Chapada; Tindiquera.	14	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	7	Iguaçu.	11	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	8	Campina da Barra.	12	Barigui; Thomaz Coelho...	15	Distrito de Guajuvira.

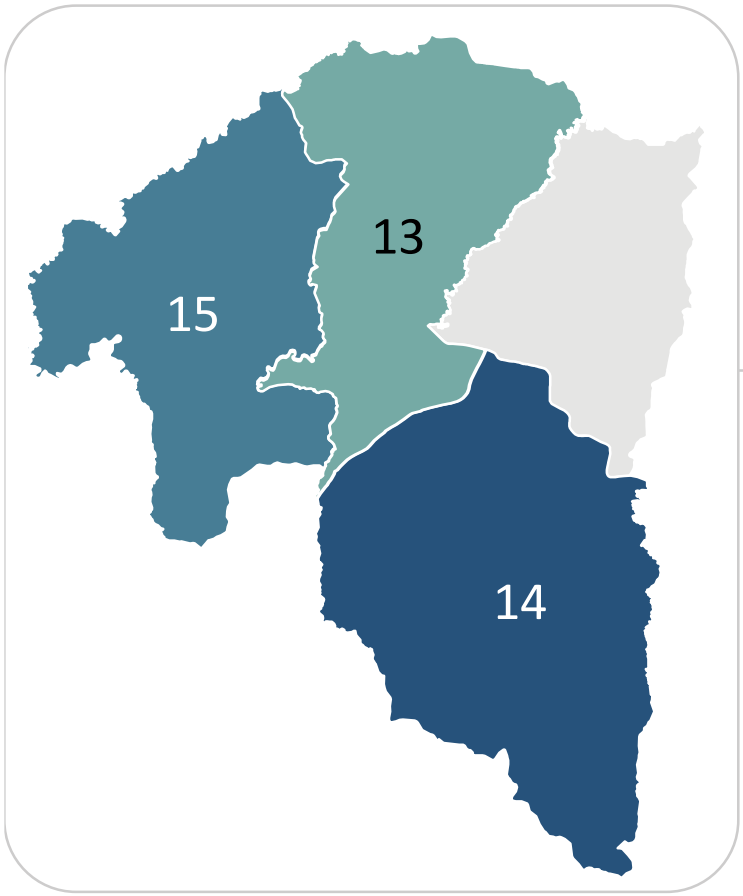
11. RANKING GERAL DE INDICADORES DA PESQUISA DOCUMENTAL

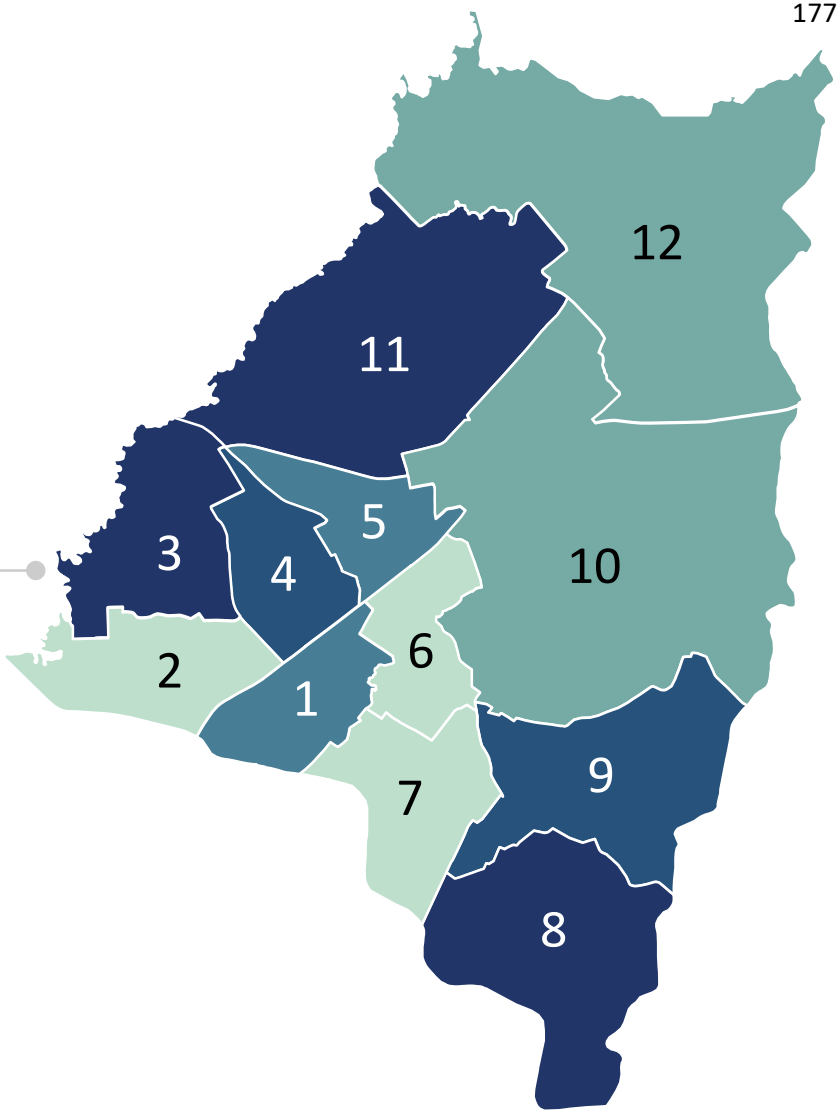
O quadro a seguir sintetiza todos os resultados apresentados até aqui, mostrando o total de indicadores acima da média municipal em cada região geográfica por eixo temático.

Classificação Quintil	Indicadores acima da média do município, por eixo – 47 Indicadores									
	TOTAL	7	8	5	14	7	6	CLASSIFICAÇÃO TOTAL		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Indicadores do Perfil Demográfico	Indicadores do Perfil Socioeconômico	Indicadores do Perfil Habitacional	Indicadores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária	Indicadores do Direito à Educação	Indicadores do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade	TOTAL DE INDICADORES ACIMA DA MÉDIA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)	RANKING GERAL DE VULNERABILIDADE
	Região 11	4	6	3	11	6	4	**34**	**72,3%**	**1º**
	Região 8	4	5	1	12	5	5	**32**	**68,1%**	**2º**
	Região 3	4	6	1	11	4	5	**31**	**66,0%**	**3º**
	Região 9	3	6	-	8	2	2	**21**	**44,7%**	**4º**
	Região 4	3	4	-	9	2	2	**20**	**42,6%**	**5º**
	Região 14	3	4	5	4	4	-	**20**	**42,6%**	**6º**
	Região 15	3	7	5	1	2	1	**19**	**40,4%**	**7º**
	Região 1	3	3	-	3	2	5	**16**	**34,0%**	**8º**
	Região 5	3	5	1	1	2	1	**13**	**27,7%**	**9º**
	Região 13	4	4	3	-	1	-	**12**	**25,5%**	**10º**
	Região 12	3	2	1	3	2	-	**11**	**23,4%**	**11º**
	Região 10	3	4	-	-	2	1	**10**	**21,3%**	**12º**
	Região 2	4	1	1	1	2	-	**9**	**19,1%**	**13º**
	Região 7	3	1	-	1	4	-	**9**	**19,1%**	**14º**
	Região 6	3	2	-	-	2	1	**8**	**17,0%**	**15º**

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto







Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**4**	Fazenda Velha; Vila Nova.	**7**	Iguaçu.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**5**	Estação.	**8**	Campina da Barra.	**11**	Capela Velha.	**14**	Lagoa Grande; Tietê...
3	Boqueirão; Passaúna.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**9**	Costeira.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

PARTE 2
PESQUISA QUANTITATIVA

1. METODOLOGIA DA PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa de campo, de caráter quantitativo, foi conduzida pela equipe da Painel Pesquisas e Consultoria e compreende dados coletados em abordagem direta com o objetivo de identificar o perfil e as percepções de vida das crianças e dos adolescentes de Araucária, com base nos direitos fundamentais do ECA, além de investigar situações de trabalho regular ou irregular, de acordo com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a Lista TIP (Decreto nº 6.481).

A metodologia adotada seguiu rigorosos critérios de sigilo e neutralidade, evitando interferências de familiares, amigos ou conhecidos. Essa estratégia metodológica possibilitou que as crianças e os adolescentes respondentes se sentissem à vontade para expressar suas opiniões de forma autodeclaratória acerca dos seguintes temas: perfil do respondente, atividades realizadas no contraturno, aprendizagem profissional, atividades relacionadas a trabalho (com aprofundamento por tipo de atividade e condição), violações de direito e uso de substâncias psicoativas.

A pesquisa foi realizada nas escolas da rede municipal do município, com consentimento dos diretores e presença dos professores em sala de aula durante a abordagem. O Questionário semiestruturado foi elaborado pela Painel Pesquisas e Consultoria em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, considerando as diretrizes do termo de referência e do edital convocatório.

A coleta dos dados em campo foi realizada no período de 26 de maio a 13 de junho de 2025, utilizando um total de 40 tablets, por meio de abordagem presencial de acordo com os estratos da amostra de cada região geográfica. Os pesquisadores responsáveis pela coleta no campo foram capacitados e orientados para que mantivessem postura acolhedora, imparcial e sigilosa para proporcionar um ambiente seguro e confiável de modo que os respondentes pudessem sentir-se confortáveis para responder as perguntas do questionário.

Com base na metodologia utilizada, a pesquisa resultou em uma amostra de 2.725 crianças e adolescentes pesquisados, com um nível de confiança de 99,0% e uma margem de erro amostral de 2,2%.

Quadro 7: Resumo metodológico da pesquisa quantitativa

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Crianças e adolescentes de 11 a 17 anos (15.137)
Amostragem	Aleatória estratificada
Estratificação	Região geográfica e faixa etária
Amostra	2.725
Erro amostral	2,2%
Confiança	99,0%

A pesquisa quantitativa investigou uma amostra de 2.725 crianças e adolescentes de 11 a 17 anos residentes de Araucária, representando 18,0% do total de 15.137 residentes nesta faixa etária (IBGE, 2022). A amostra foi calculada com estratificação por região geográfica, respeitando, sempre que possível, a proporção em cada um dos estratos, ou seja, quanto maior a população de crianças e adolescentes da região, maior sua amostra.

Tabela 62: Amostra por região geográfica

Região geográfica	Amostra
Região 1	63
Região 2	38
Região 3	162
Região 4	127
Região 5	57
Região 6	75
Região 7	214
Região 8	435
Região 9	246
Região 10	67
Região 11	715
Região 12	121
Região 13	108
Região 14	141
Região 15	156
Total da amostra	**2.725**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Vale ressaltar que, apesar do rigor metodológico empregado na definição dos estratos e metas amostrais, a coleta de dados da pesquisa com crianças e adolescentes, conduzida exclusivamente em escolas públicas municipais, encontrou um desafio particular nas Regiões 1 e 2 (área central do município), em que a amostra foi um pouco menor do que o esperado.

A provável causa para essa inconsistência reside no perfil socioeconômico das regiões em questão (como apresentado no capítulo 3 da pesquisa documental). Caracterizadas por menor vulnerabilidade social e alta concentração de estabelecimentos de ensino privados, é razoável inferir que uma parcela significativa das crianças e adolescentes residentes ali esteja matriculada na rede particular, fora do escopo do presente estudo. Isso implica que o universo de alunos elegíveis em escolas públicas municipais nesta localidade é consideravelmente menor do que a sua proporção populacional geral sugeriria.

Ainda assim, os dados coletados nestes estratos alinham-se ao objetivo principal da pesquisa. Como um diagnóstico voltado para o subsídio de políticas públicas, o enfoque nos alunos da rede municipal é diretamente relevante, pois são eles o público prioritário das intervenções governamentais na área da educação.

2. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

Conforme a legislação vigente e o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, o trabalho infantil é definido como a execução de atividades de natureza econômica ou de sobrevivência, remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro, realizadas por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos. Ressalva-se, contudo, a condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Tal conceituação abrange as atividades que, independentemente da condição ocupacional do indivíduo, revelem-se incompatíveis com seu desenvolvimento e cujos horários e locais de realização impeçam sua frequência escolar.

Quadro 8: Situações de trabalho por faixa etária, conforme a legislação vigente

0 a 13 anos - Proibição de qualquer forma de trabalho infantil (Art. 60 do ECA);

14 a 16 anos - Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 403 da CLT);

16 a 18 anos - Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h e 5h na região urbana e entre 20h e 4h na rural), perigosas, insalubres, penosas, realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, ou ainda a critério do juízo competente (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 402 e 404 da CLT).

A inserção do adolescente no mercado de trabalho é considerada positiva quando realizada dentro dos parâmetros etários e regulatórios estabelecidos. Tal experiência configura-se como uma valiosa ferramenta para o amadurecimento pessoal e para o desenvolvimento de competências essenciais, como responsabilidade, respeito, educação financeira, entre outras.

No entanto, situações de trabalho irregular tendem a comprometer o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, em função dos diversos riscos aos quais estão expostos. Dentre esses riscos, destacam-se:

- **Prejuízos à saúde:** A exposição a condições como sol forte, ambientes com pouca ou nenhuma higiene, e a falta de proteção adequada, assim como a realização de atividades incompatíveis com sua idade, podem comprometer seriamente sua saúde e formação física;
- **Infrequência e evasão escolar:** O desempenho educacional pode ser prejudicado pelo cansaço decorrente de jornadas de trabalho que levam ao afastamento ou abandono escolar. Além disso, as crianças e adolescentes podem passar a enxergar a atividade laboral como o principal meio de subsistência, em detrimento da educação formal;
- **Exposição a outros riscos:** Por estarem desprotegidos, crianças e adolescentes ficam mais vulneráveis a acidentes e a outras violações de direitos, como abuso psicológico e sexual, e podem até ser envolvidos em atividades ilícitas.

2.1. PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Para coibir e combater o trabalho infantil no Brasil, o Governo Federal lançou, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esta iniciativa, que contou com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e foi inicialmente gerida pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), destinava-se, em sua fase inicial, a famílias com filhos de 7 a 14 anos submetidos a trabalhos insalubres, degradantes, penosos ou exploratórios na zona rural, começando pela região de Três Lagoas, MS.

Nos anos subsequentes, o PETI expandiu progressivamente sua abrangência para outros estados e ampliou seu público-alvo, passando a incluir adolescentes de 15 anos e famílias de áreas urbanas. O programa fundamentava-se, inicialmente, em ações que visavam à educação e escolarização, ao apoio e orientação familiar, à retirada de crianças e adolescentes de situações de trabalho que pusessem em risco sua saúde e segurança, e à implementação de projetos de geração de trabalho e renda para essas famílias. Sua operacionalização era viabilizada pela concessão de um auxílio financeiro, a "Bolsa Criança Cidadã", destinado a cada criança afastada do trabalho. Como contrapartida, exigia-se a matrícula e frequência escolar regular, complementadas pela participação em atividades educacionais, esportivas, culturais, artísticas e de lazer no turno oposto.

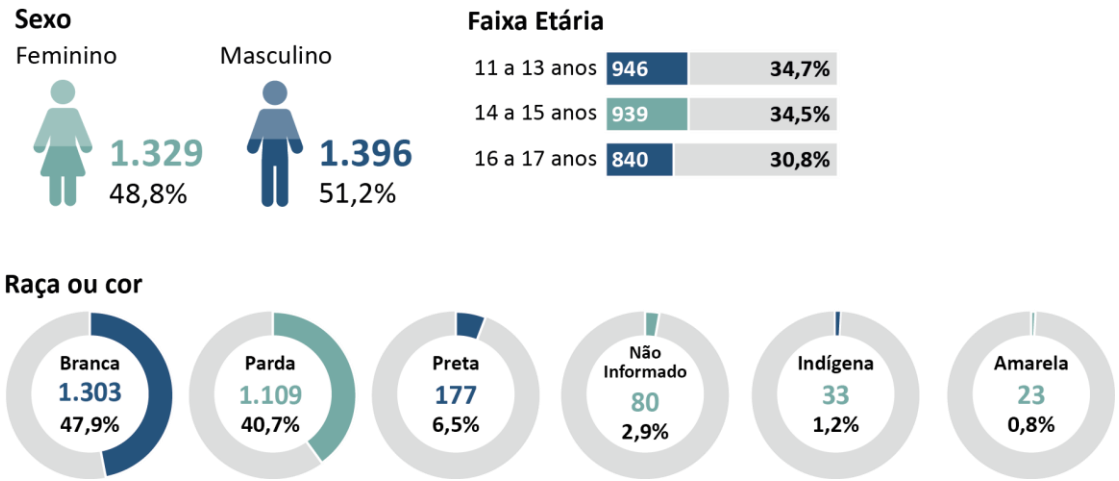
Atualmente, o PETI está integrado à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, configurando-se como um componente intersetorial da política pública de assistência social. Essa integração foi intensificada a partir de 2005, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse período, o PETI foi integrado ao Programa Bolsa Família e passou a incluir o registro e atendimento de famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no CadÚnico, além de direcioná-las a serviços como o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), entre outros.

Em 2014, o programa foi redesenhado em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011-2015), processo acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Nessa nova configuração, denominado PETI - AEPETI, o programa prioriza a execução de ações estratégicas para o enfrentamento das novas modalidades de trabalho infantil no Brasil. Busca, ainda, fortalecer o próprio programa, qualificar a atuação da rede de proteção social do SUAS, potencializar os serviços socioassistenciais existentes e articular-se com outras políticas públicas por meio de uma agenda intersetorial para a erradicação do trabalho infantil.

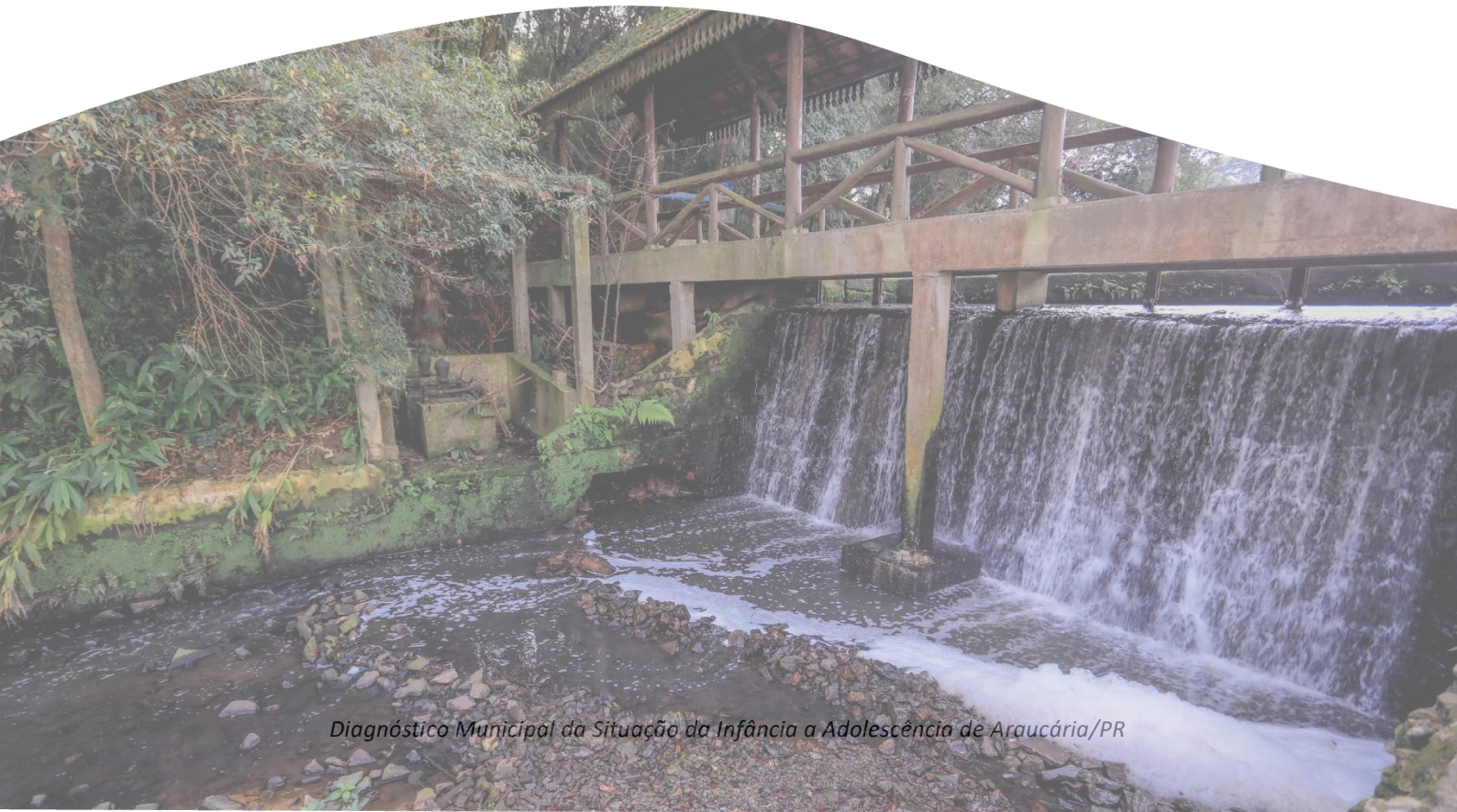
3. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PESQUISADOS

O perfil das 2.725 crianças e adolescentes que responderam à pesquisa quantitativa apresentam distribuição homogênea em relação ao sexo, sendo 48,8% do sexo feminino e 51,2% do sexo masculino. Quanto à faixa etária, 34,7% têm entre 11 e 13 anos, 34,5% entre 14 e 15 anos e 30,8% entre 16 e 17 anos. Em relação à raça ou cor, 47,9% declararam-se brancos, 40,7% pardos, 6,5% pretos, 1,2% indígenas (pessoas pertencentes a povos indígenas ou que se reconhecem como tais, ainda que não residam em terras indígenas) e 0,8% amarelos (pessoas de origem oriental, como chineses, japoneses, coreanos ou seus descendentes), além de 2,9% que optaram por não responder a essa questão.

Figura 52: Perfil das crianças e adolescentes pesquisados



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



4. ATIVIDADES DE CONTRATURNO ESCOLAR

A pesquisa inicia-se pela investigação acerca da realização de atividades de contraturno escolar, como cursos e escolinhas. Verificou-se que 41,8% dos respondentes afirmaram participar desse tipo de atividade, enquanto 58,2% relataram não participar.

Entre os que realizam atividades de contraturno, destacam-se as práticas esportivas, mencionadas por 56,0% dos respondentes, seguidas de cursos de capacitação/profissionalizantes (34,8%).

Tabela 63: Realiza atividades de contraturno escolar?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	1.140	41,8%
Não	1.585	58,2%
Respondentes	**2.725**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

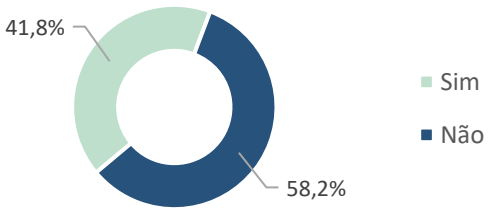


Tabela 64: Que tipo de atividade realiza?

Tipo	Quant.	(%)
Atividades esportivas	638	56,0%
Curso de capacitação/profissionalizantes	397	34,8%
Curso de idiomas/línguas estrangeiras	181	15,9%
Atividades culturais	171	15,0%
Projetos sociais	14	1,2%
Atividades religiosas	11	1,0%
Guarda Mirim	7	0,6%
Respostas	**1.419**	*
Respondentes	**1.140**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Quando questionados sobre o interesse em realizar alguma atividade desse tipo, independentemente de já participarem ou não, 78,8% manifestaram interesse. Quanto ao tipo de atividade desejada, destacam-se as esportivas, mencionadas por 63,8% dos respondentes, seguidas por cursos de idioma (29,1%), cursos profissionalizantes (24,2%) e atividades culturais (9,6%).

Tabela 65: Gostaria de realizar alguma atividade?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	2.147	78,8%
Não	578	21,2%
Respondentes	**2.725**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

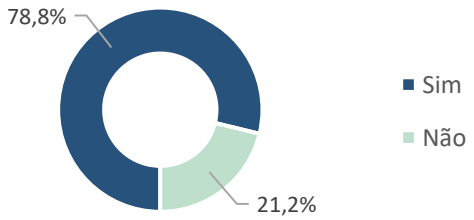


Tabela 66: Que tipo de atividade gostaria de realizar?

Tipo	Quant.	(%)
Atividades esportivas	1.370	63,8%
Cursos de idioma	625	29,1%
Cursos profissionalizantes	519	24,2%
Atividades culturais	206	9,6%
Respostas	**2.720**	*
Respondentes	**2.147**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Embora a maioria das crianças e adolescentes pesquisados tenha relatado que, quando não está na escola, permanece a maior parte do tempo em casa (81,6%) ou em escolinhas, cursos ou projetos sociais (13,9%), 12,1% informaram ficar no trabalho e 11,2% na rua.

Tabela 67: Onde passa a maior parte do tempo?

Resposta	Quant.	(%)
Em casa	2.224	81,6%
Escolinha, curso ou projeto social	380	13,9%
No seu trabalho	329	12,1%
Na rua	304	11,2%
Parques, praças ou quadras	292	10,7%
Na casa de parentes	245	9,0%
Na casa de amigos ou conhecidos	180	6,6%
Na academia	72	2,6%
No trabalho dos pais ou responsáveis	63	2,3%
Na igreja	25	0,9%
Respostas	**4.114**	*
Respondentes	**2.725**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Além disso, grande parte dos respondentes relatou permanecer a maior parte do tempo com o pai, a mãe ou responsável, ou ainda com outros familiares. Por outro lado, 19,9% informaram permanecer com amigos e 19,2% declararam ficar sozinhos.

Tabela 68: Com quem passa a maior parte do tempo?

Resposta	Quant.	(%)
Com o pai, a mãe ou responsável	1.646	60,4%
Com o irmão / irmã	694	25,5%
Com amigos	542	19,9%
Sozinho	524	19,2%
Com o avô / avó	250	9,2%
Com outros parentes	26	1,0%
Com vizinhos / conhecidos	18	0,7%
Colegas de trabalho	14	0,5%
Com a babá	7	0,3%
Respostas	**3.721**	*
Respondentes	**2.725**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

A seguir, apresentam-se os principais destaques deste capítulo, organizados por região geográfica, bem como o perfil das crianças e adolescentes respondentes.



4.1. PESQUISADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADES DE CONTRATURNO ESCOLAR

A Região 10 e a Região 4 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que não realizam atividades de contraturno escolar, apresentando variações em torno da média geral de (+) 10,3% e (-) 12,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 4	127	65	51,2%
Região 3	162	83	51,2%
Região 6	75	39	52,0%
Região 12	121	63	52,1%
Região 5	57	30	52,6%
Região 7	214	120	56,1%
Região 9	246	141	57,3%
Região 15	156	90	57,7%
Região 1	63	37	58,7%
Região 11	715	430	60,1%
Região 2	38	23	60,5%
Região 13	108	66	61,1%
Região 8	435	266	61,1%
Região 14	141	89	63,1%
Região 10	67	43	64,2%
Município	**2.725**	**1.585**	**58,2%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que não realizam atividades de contraturno dividido pelo total da amostra, vezes 100

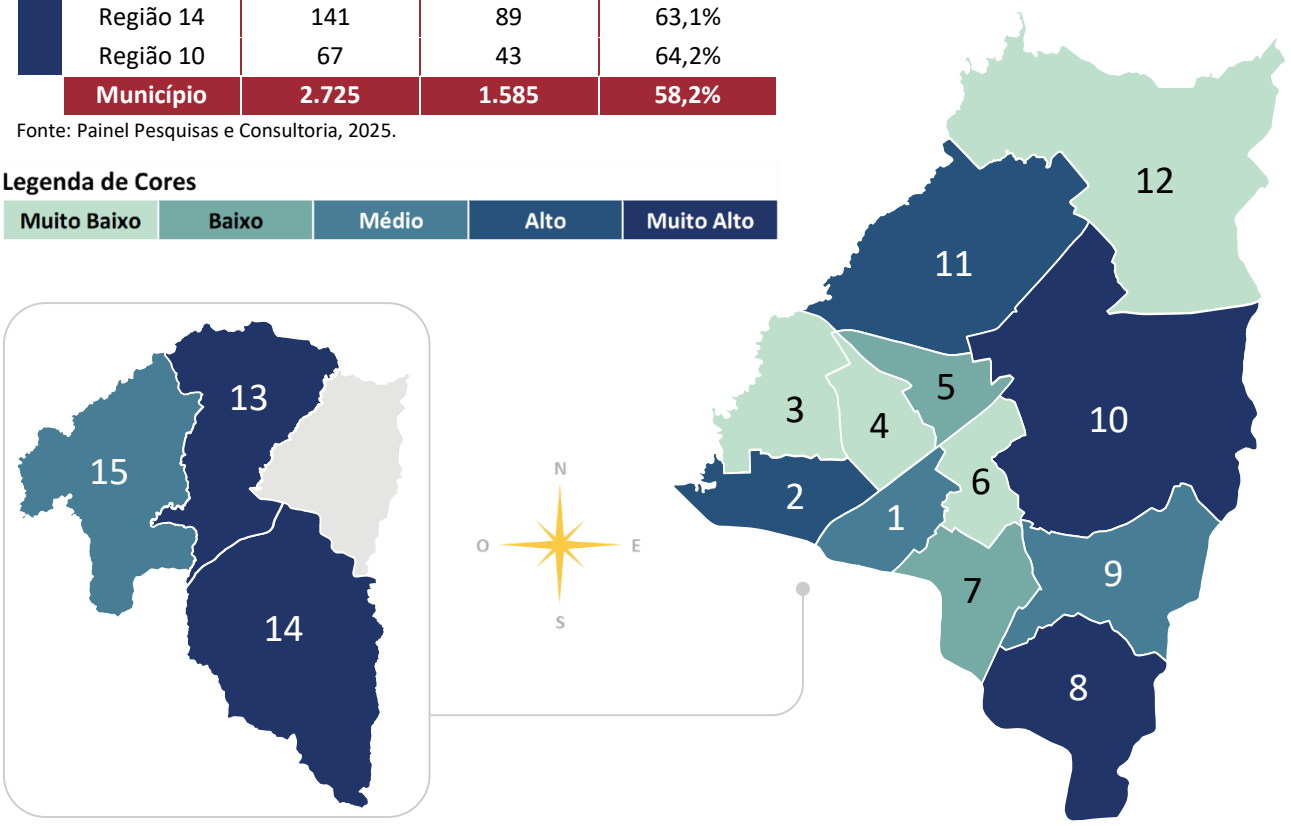
Menor Valor	Região 4	51,2%
Média	**Araucária**	**58,2%**
Maior Valor	Região 10	64,2%

1,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

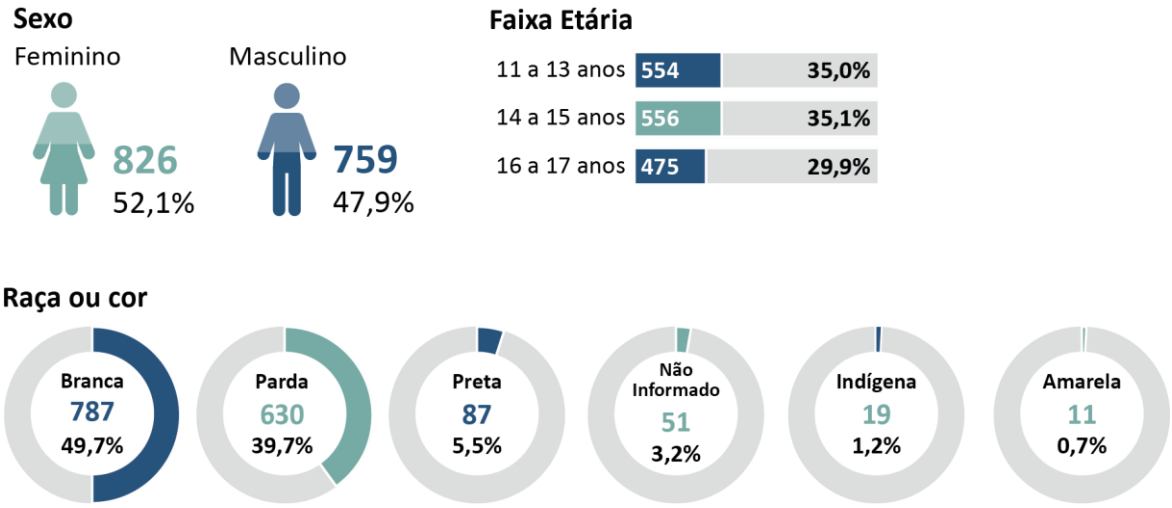


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que não realizam atividades de contraturno escolar, observa-se uma distribuição equilibrada tanto em relação ao sexo — 52,1% do sexo feminino e 47,9% do sexo masculino — quanto à faixa etária: 35,0% têm entre 11 e 13 anos, 35,1% entre 14 e 15 anos e 29,9% entre 16 e 17 anos.

Figura 53: Perfil dos pesquisados que não realizam atividades de contraturno escolar



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Com relação ao motivo, 26,6% dessas crianças e adolescentes relataram não saber onde encontrar tais atividades. Por outro lado, 25,9% afirmaram que não gostam ou não têm interesse. Respostas como “não tenho tempo” (19,9%) e “porque preciso trabalhar” (5,7%) são preocupantes, pois podem indicar a participação em atividades irregulares.

Tabela 69: Por qual motivo não realiza atividades de contraturno???

Motivo	Quant.	(%)
Não sei onde encontrar essas atividades	422	26,6%
Não gosto ou não tenho interesse	411	25,9%
Não tenho tempo	315	19,9%
Não tem na escola ou perto da minha casa	216	13,6%
Não tenho condições financeiras	199	12,6%
Não tem vaga	185	11,7%
Porque preciso trabalhar	90	5,7%
Meus pais não deixam/não me apoiam	76	4,8%
Já participei	20	1,3%
Pretendo me inscrever futuramente	13	0,8%
Motivos pessoais	12	0,8%
Não tenho meio de transporte	5	0,3%
Preciso ajudar nas tarefas de casa	5	0,3%
Faltam atividades inclusivas	1	0,1%
Respostas	**1.970**	*
Respondentes	**1.585**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

4.2. PESQUISADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO NA RUA

A Região 6 e a Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo na rua, apresentando variações em torno da média geral de (+) 54,5% e (-) 52,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	38	2	5,3%
Região 15	156	10	6,4%
Região 3	162	11	6,8%
Região 5	57	4	7,0%
Região 14	141	10	7,1%
Região 12	121	10	8,3%
Região 13	108	9	8,3%
Região 11	715	83	11,6%
Região 10	67	8	11,9%
Região 9	246	30	12,2%
Região 1	63	8	12,7%
Região 7	214	28	13,1%
Região 8	435	57	13,1%
Região 4	127	21	16,5%
Região 6	75	13	17,3%
Município	**2.725**	**304**	**11,2%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo na rua dividido pelo total da amostra, vezes 100

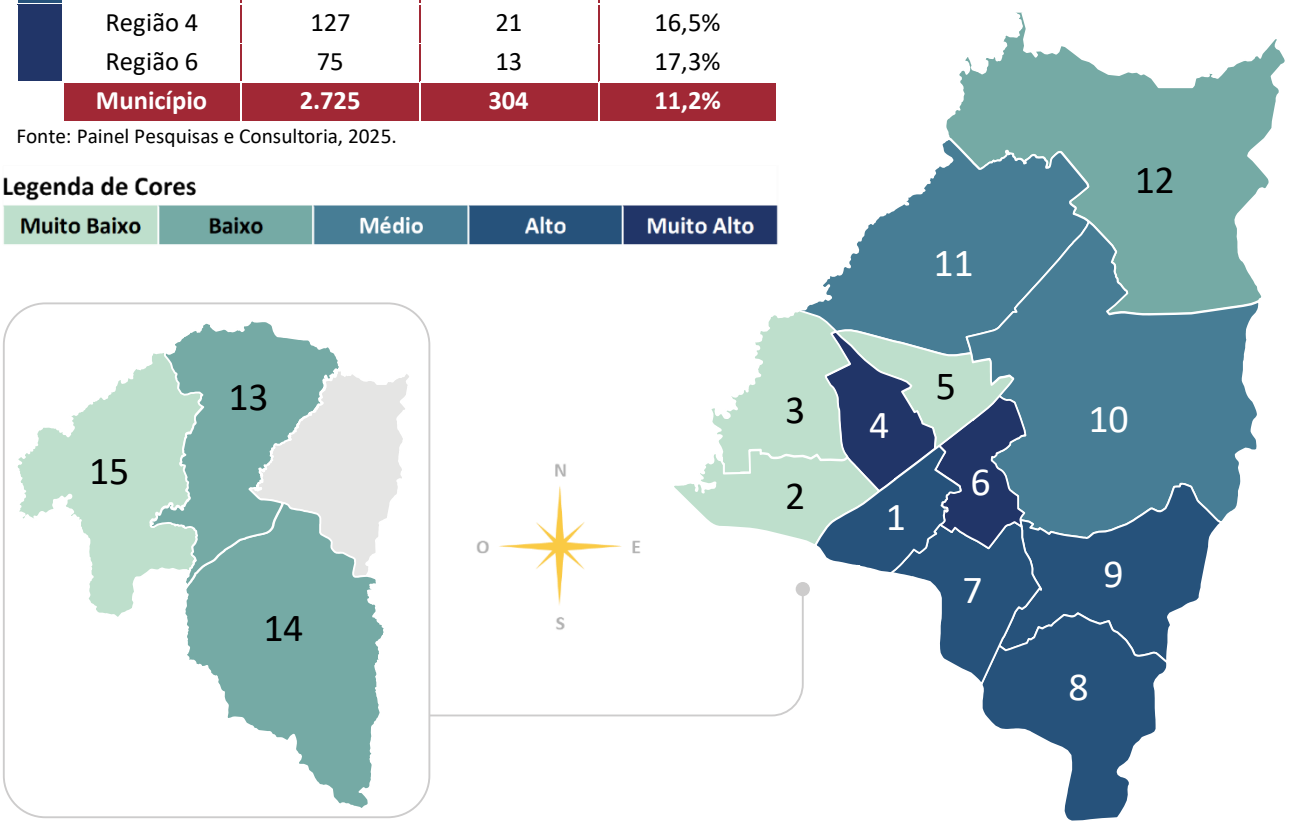
Menor Valor	Região 2	5,3%
Média	**Araucária**	**11,2%**
Maior Valor	Região 6	17,3%

3,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

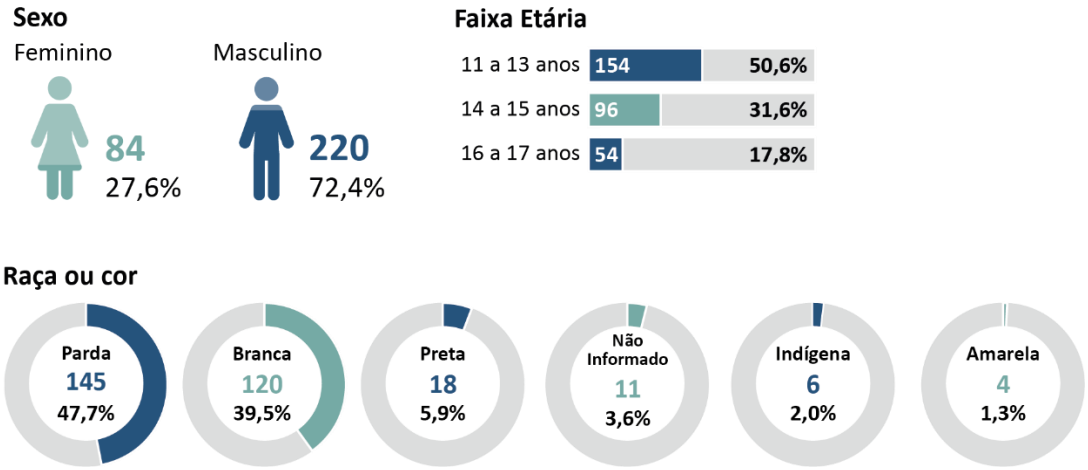


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que relataram passar a maior parte do tempo na rua, é possível observar a predominância do sexo masculino, representando 72,4% do total, e da faixa etária de 11 a 13 anos (50,6%).

Figura 54: Perfil dos pesquisados que passam a maior parte do tempo na rua



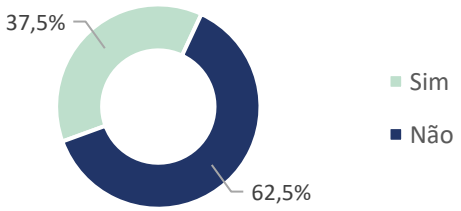
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Além disso, 62,5% das crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo na rua afirmaram não realizar atividades de contraturno escolar.

Tabela 70: Realiza atividades de contraturno escolar?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	114	37,5%
Não	190	62,5%
Respondentes	**304**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



4.3. PESQUISADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO SOZINHOS

A Região 2 e a Região 15 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo sozinhos, apresentando variações em torno da média geral de (+) 37,0% e (-) 50,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	156	15	9,6%
Região 14	141	16	11,3%
Região 13	108	18	16,7%
Região 8	435	79	18,2%
Região 3	162	30	18,5%
Região 9	246	49	19,9%
Região 4	127	26	20,5%
Região 11	715	147	20,6%
Região 7	214	44	20,6%
Região 10	67	15	22,4%
Região 5	57	13	22,8%
Região 1	63	15	23,8%
Região 12	121	29	24,0%
Região 6	75	18	24,0%
Região 2	38	10	26,3%
Município	**2.725**	**524**	**19,2%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo sozinhos dividido pelo total da amostra, vezes 100

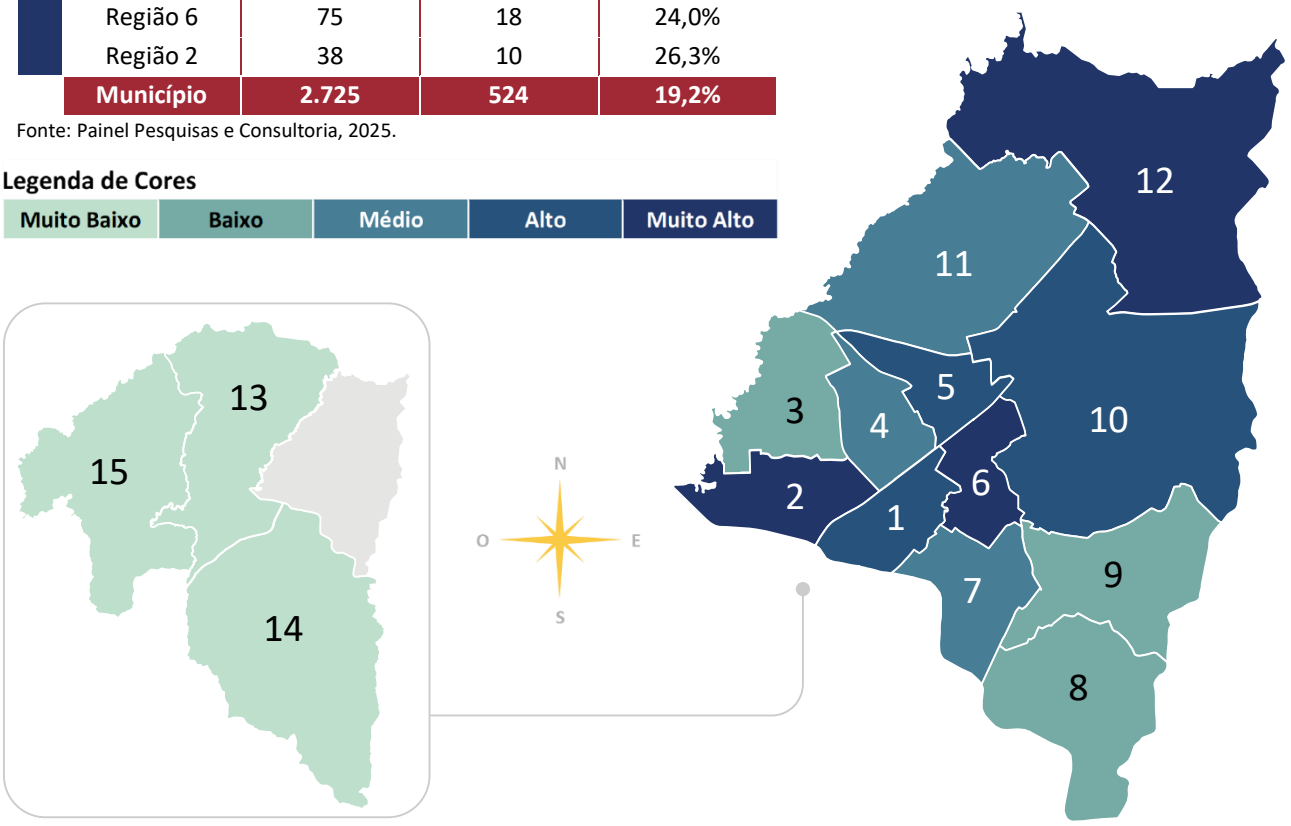
Menor Valor	Região 15	9,6%
Média	**Araucária**	**19,2%**
Maior Valor	Região 2	26,3%

2,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

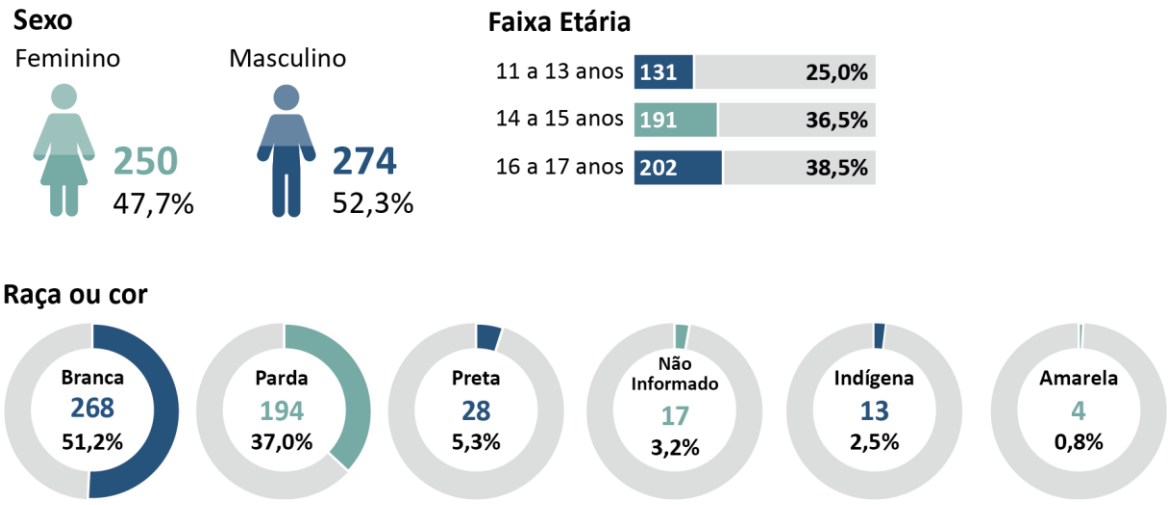


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que relataram passar a maior parte do tempo sozinhos, observa-se uma distribuição equilibrada entre os sexos — 47,7% do sexo feminino e 52,3% do sexo masculino — e maior predominância de adolescentes de 14 a 15 anos (36,5%) e de 16 a 17 anos (38,5%).

Figura 55: Perfil dos pesquisados que passam a maior parte do tempo sozinhos

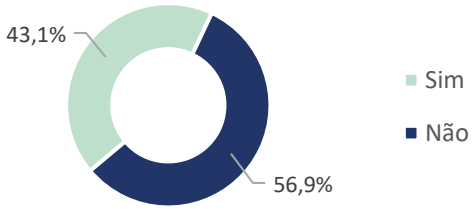


Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Além disso, 56,9% das crianças e adolescentes pesquisados que passam a maior parte do tempo sozinhos afirmaram não realizar atividades de contraturno escolar.

Tabela 71: Realiza atividades de contraturno escolar?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	226	43,1%
Não	298	56,9%
Respondentes	**524**	**100,0%**



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

4.4. PESQUISADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS

A Região 6 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades esportivas, apresentando variações em torno da média geral de (+) 13,9% e (-) 21,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 14	141	56	39,7%
Região 3	162	69	42,6%
Região 13	108	47	43,5%
Região 12	121	57	47,1%
Região 5	57	27	47,4%
Região 1	63	31	49,2%
Região 10	67	33	49,3%
Região 11	715	353	49,4%
Região 9	246	126	51,2%
Região 15	156	80	51,3%
Região 7	214	111	51,9%
Região 4	127	70	55,1%
Região 2	38	21	55,3%
Região 8	435	246	56,6%
Região 6	75	43	57,3%
Município	**2.725**	**1.370**	**50,3%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades esportivas dividido pelo total da amostra, vezes 100

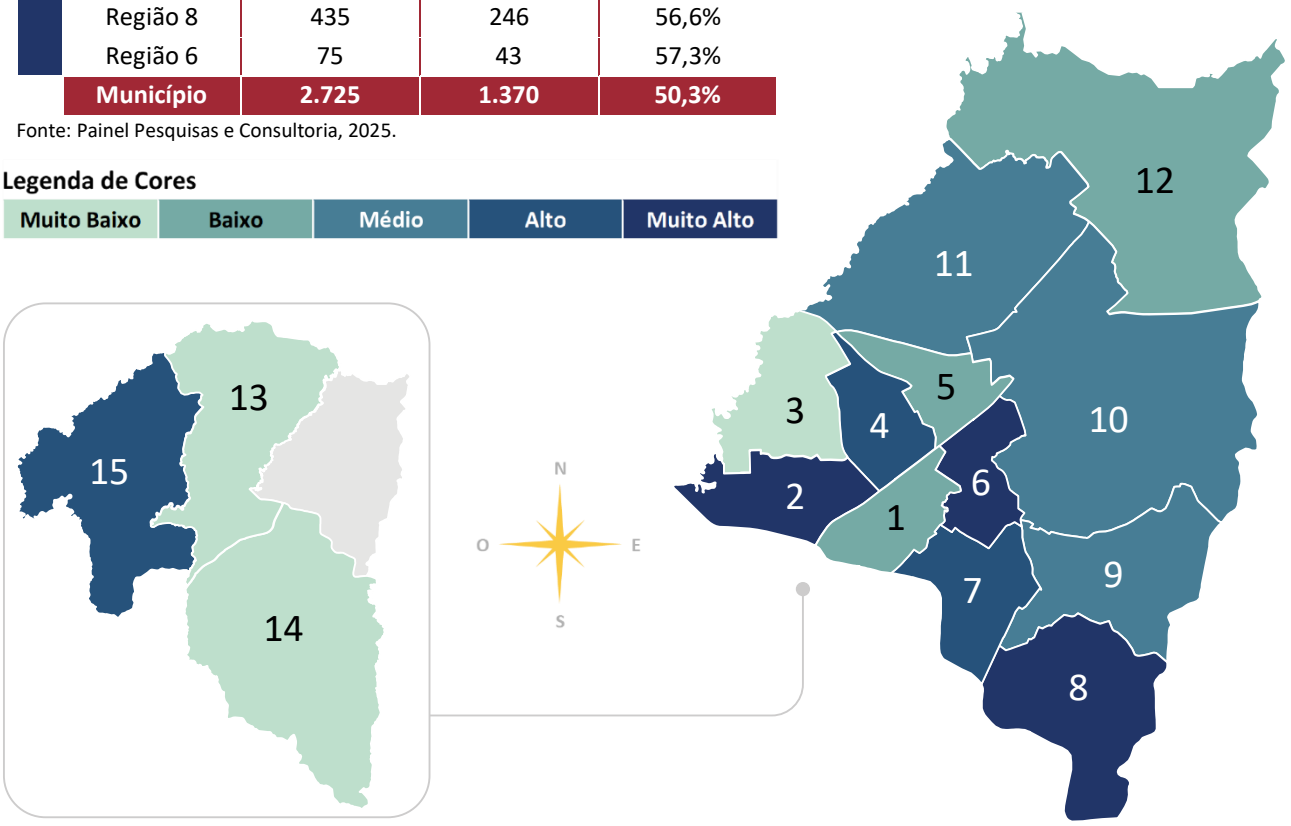
Menor Valor	Região 14	39,7%
Média	**Araucária**	**50,3%**
Maior Valor	Região 6	57,3%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

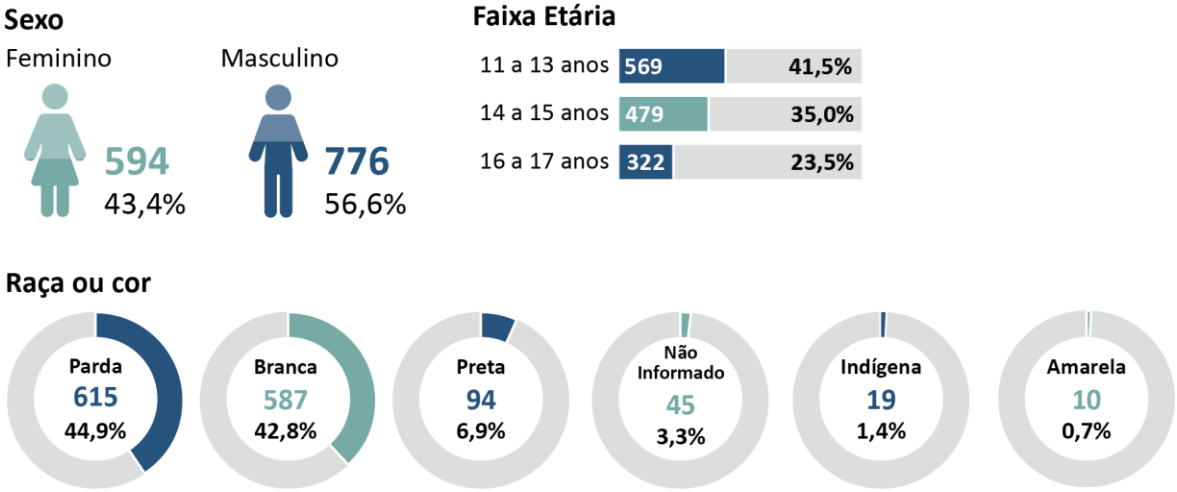


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades esportivas, destaca-se o sexo masculino, representando 56,6% do total, e a faixa etária de 11 a 13 anos (41,5%).

Figura 56: Perfil dos pesquisados interessados em atividades esportivas



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Quanto ao tipo de atividade esportiva de interesse, as modalidades mais citadas foram futebol (37,3%) e voleibol (37,2%), seguidas por basquete (7,1%) e futsal (7,0%).

Tabela 72: Qual atividade esportiva?

Atividade	Quant.	(%)	Atividade	Quant.	(%)
Futebol	511	37,3%	Judô	13	0,9%
Voleibol	509	37,2%	Kart	7	0,5%
Basquete	97	7,1%	Hipismo	5	0,4%
Futsal	96	7,0%	Futevôlei	5	0,4%
Musculação	67	4,9%	Capoeira	4	0,3%
Artes marciais	45	3,3%	Xadrez	4	0,3%
Natação	41	3,0%	Badminton	3	0,2%
Muay thai	39	2,8%	Beisebol	3	0,2%
Handebol	35	2,6%	Esgrima	3	0,2%
Ginástica	27	2,0%	Taekwondo	3	0,2%
Ciclismo	25	1,8%	Tênis	3	0,2%
Atletismo	23	1,7%	Atletismo	2	0,1%
Boxe	22	1,6%	Esportes	2	0,1%
Jiu-jitsu	21	1,5%	Patinação	2	0,1%
Skate	17	1,2%	Escalada	1	0,1%
Karatê	15	1,1%	Kung fu	1	0,1%
Tênis de mesa	15	1,1%	Surfe	1	0,1%
Queimada	14	1,0%	**Respostas**	**1.694**	*
Capoeira	13	0,9%	**Respondentes**	**1.370**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

4.5. PESQUISADOS INTERESSADOS EM CURSOS DE IDIOMA

A Região 2 e a Região 15 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos de idioma, apresentando variações em torno da média geral de (+) 49,3% e (-) 30,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	156	25	16,0%
Região 14	141	25	17,7%
Região 9	246	47	19,1%
Região 13	108	21	19,4%
Região 10	67	14	20,9%
Região 4	127	27	21,3%
Região 8	435	93	21,4%
Região 12	121	27	22,3%
Região 3	162	40	24,7%
Região 11	715	178	24,9%
Região 7	214	57	26,6%
Região 6	75	22	29,3%
Região 5	57	17	29,8%
Região 1	63	19	30,2%
Região 2	38	13	34,2%
Município	**2.725**	**625**	**22,9%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos de idioma dividido pelo total da amostra, vezes 100

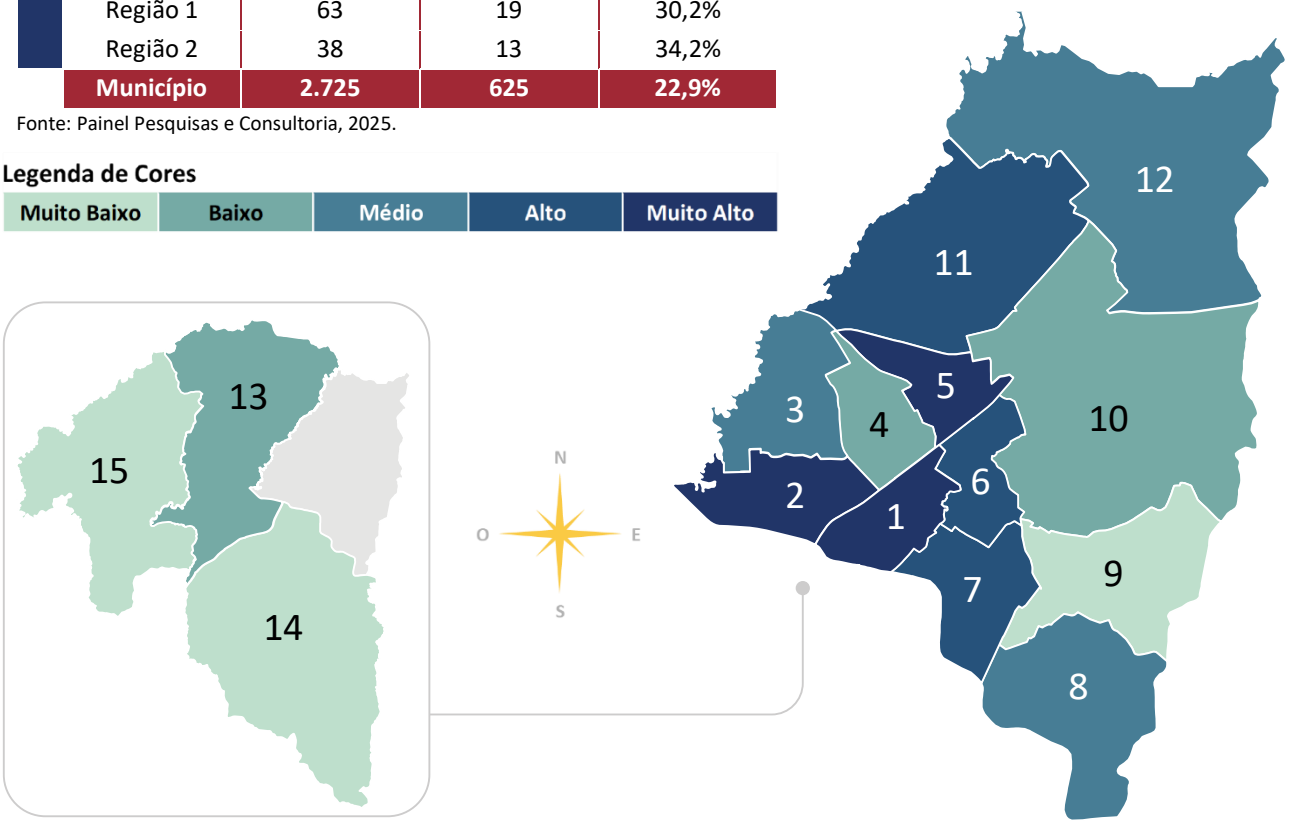
Menor Valor	Região 15	16,0%
Média	**Araucária**	**22,9%**
Maior Valor	Região 2	34,2%

2,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

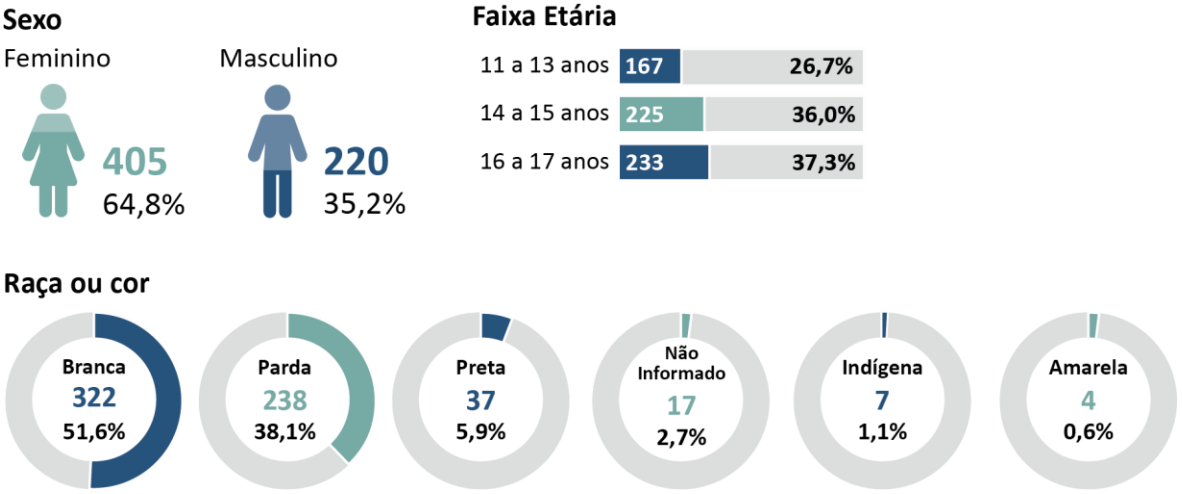


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos de idioma, destaca-se o sexo feminino, representando 64,8% do total, e a faixa etária de 16 a 17 anos (37,3%).

Figura 57: Perfil dos pesquisados interessados em cursos de idioma



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Quanto ao idioma de interesse, destaca-se o inglês, mencionado por 77,1% das crianças e adolescentes pesquisados, seguido pelo espanhol (40,8%).

Tabela 73: Qual idioma?

Idioma	Quant.	(%)
Inglês	482	77,1%
Espanhol	255	40,8%
Francês	59	9,4%
Italiano	48	7,7%
Japonês	41	6,6%
Alemão	25	4,0%
Russo	25	4,0%
Coreano	21	3,4%
Mandarim	15	2,4%
Polonês	6	1,0%
Libras	4	0,6%
Latim	3	0,5%
Português	2	0,3%
Coreano	1	0,2%
Tailandês	1	0,2%
Respostas	**988**	*
Respondentes	**625**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

4.6. PESQUISADOS INTERESSADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES

A Região 12 e a Região 10 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos profissionalizantes, apresentando variações em torno da média geral de (+) 61,1% e (-) 37,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 10	67	8	11,9%
Região 2	38	5	13,2%
Região 4	127	18	14,2%
Região 8	435	62	14,3%
Região 5	57	9	15,8%
Região 9	246	44	17,9%
Região 7	214	40	18,7%
Região 15	156	31	19,9%
Região 11	715	143	20,0%
Região 3	162	33	20,4%
Região 1	63	13	20,6%
Região 14	141	30	21,3%
Região 13	108	27	25,0%
Região 6	75	19	25,3%
Região 12	121	37	30,6%
Município	**2.725**	**519**	**19,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos profissionalizantes dividido pelo total da amostra, vezes 100

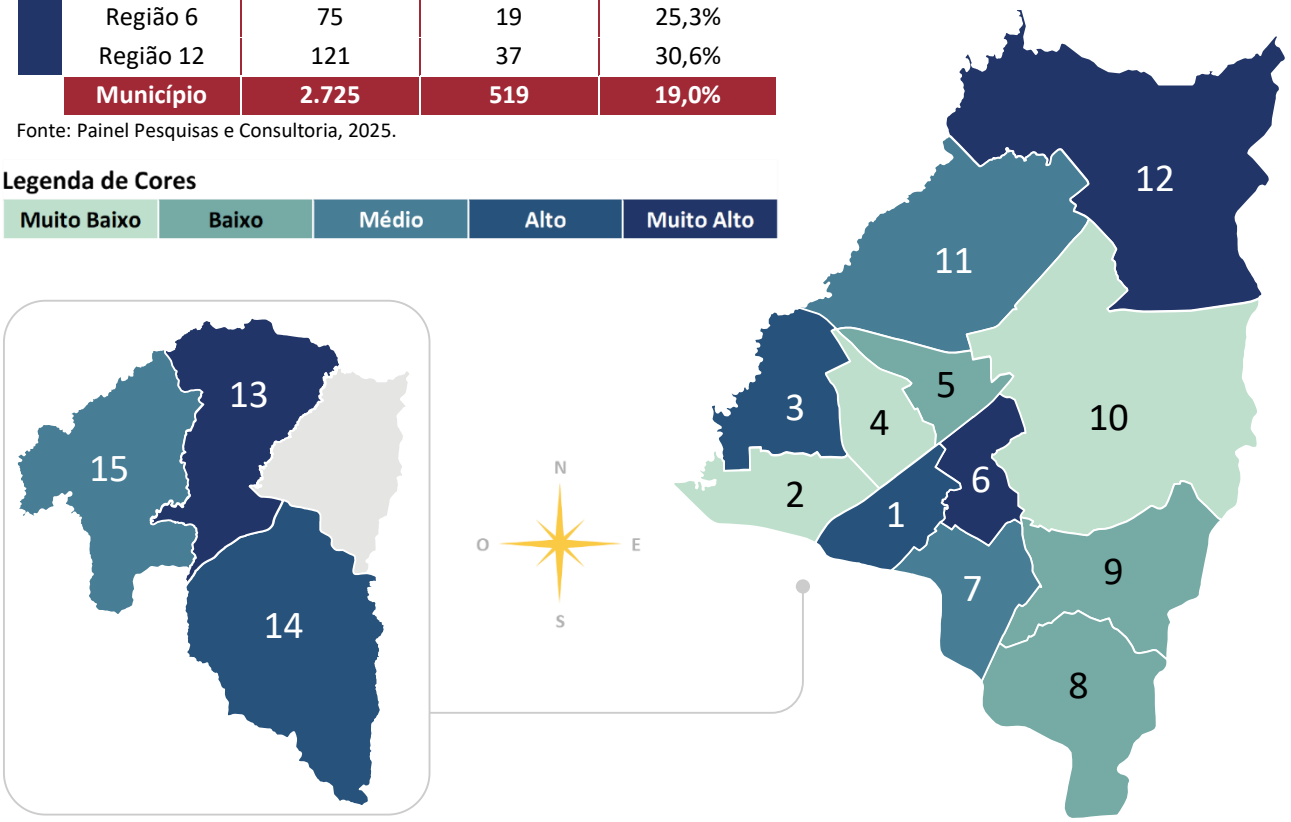
Menor Valor	Região 10	11,9%
Média	**Araucária**	**19,0%**
Maior Valor	Região 12	30,6%

2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

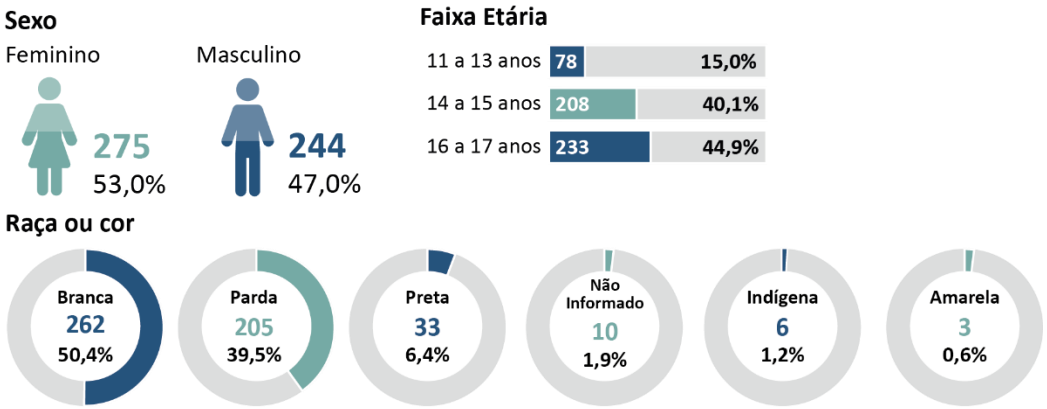


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados interessados em cursos profissionalizantes, destaca-se o sexo feminino, representando 53,0% do total, e a faixa etária de 16 a 17 anos (44,9%).

Figura 58: Perfil dos pesquisados interessados em cursos profissionalizantes



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Quanto ao tipo de curso profissionalizante, destacam-se informática, mencionado por 29,5% dos respondentes, e administração (21,2%).

Tabela 74: Qual curso profissionalizante?

Curso	Quant.	(%)
Informática	153	29,5%
Administração	110	21,2%
Não soube informar	55	10,6%
Mecânica	53	10,2%
Programação	30	5,8%
Estética	27	5,2%
Engenharia	20	3,9%
Nail design	19	3,7%
Finanças	12	2,3%
Veterinária	12	2,3%
Design	12	2,3%
Gastronomia	11	2,1%
Robótica	11	2,1%
Agronomia	9	1,7%
Marketing	8	1,5%
Ciências	7	1,3%
Curso preparatório	7	1,3%
Logística	7	1,3%
Direito	5	1,0%
Enfermagem	5	1,0%
Pedagogia	5	1,0%
Arquitetura	4	0,8%
Eletroeletrônica	4	0,8%
Medicina	4	0,8%

Atividade	Quant.	(%)
Química	4	0,8%
Soldagem	4	0,8%
Astronomia	3	0,6%
Psicologia	3	0,6%
Vendas	3	0,6%
Dublagem	3	0,6%
Farmácia	2	0,4%
Fisioterapia	2	0,4%
Fotografia	2	0,4%
Matemática	2	0,4%
Moda	2	0,4%
Oratória	2	0,4%
Antropologia	1	0,2%
Biomedicina	1	0,2%
Bombeiro	1	0,2%
Educação Física	1	0,2%
Geografia	1	0,2%
História	1	0,2%
Jornalismo	1	0,2%
Nutrição	1	0,2%
Odontologia	1	0,2%
Relações Internacionais	1	0,2%
Respostas	**632**	*
Respondentes	**519**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

4.7. PESQUISADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES CULTURAIS

A Região 1 e a Região 6 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades culturais, apresentando variações em torno da média geral de (+) 88,2% e (-) 47,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 6	75	3	4,0%
Região 9	246	11	4,5%
Região 10	67	3	4,5%
Região 2	38	2	5,3%
Região 4	127	8	6,3%
Região 13	108	7	6,5%
Região 8	435	29	6,7%
Região 11	715	50	7,0%
Região 14	141	10	7,1%
Região 12	121	10	8,3%
Região 15	156	15	9,6%
Região 3	162	18	11,1%
Região 7	214	24	11,2%
Região 5	57	7	12,3%
Região 1	63	9	14,3%
Município	**2.725**	**206**	**7,6%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades culturais dividido pelo total da amostra, vezes 100

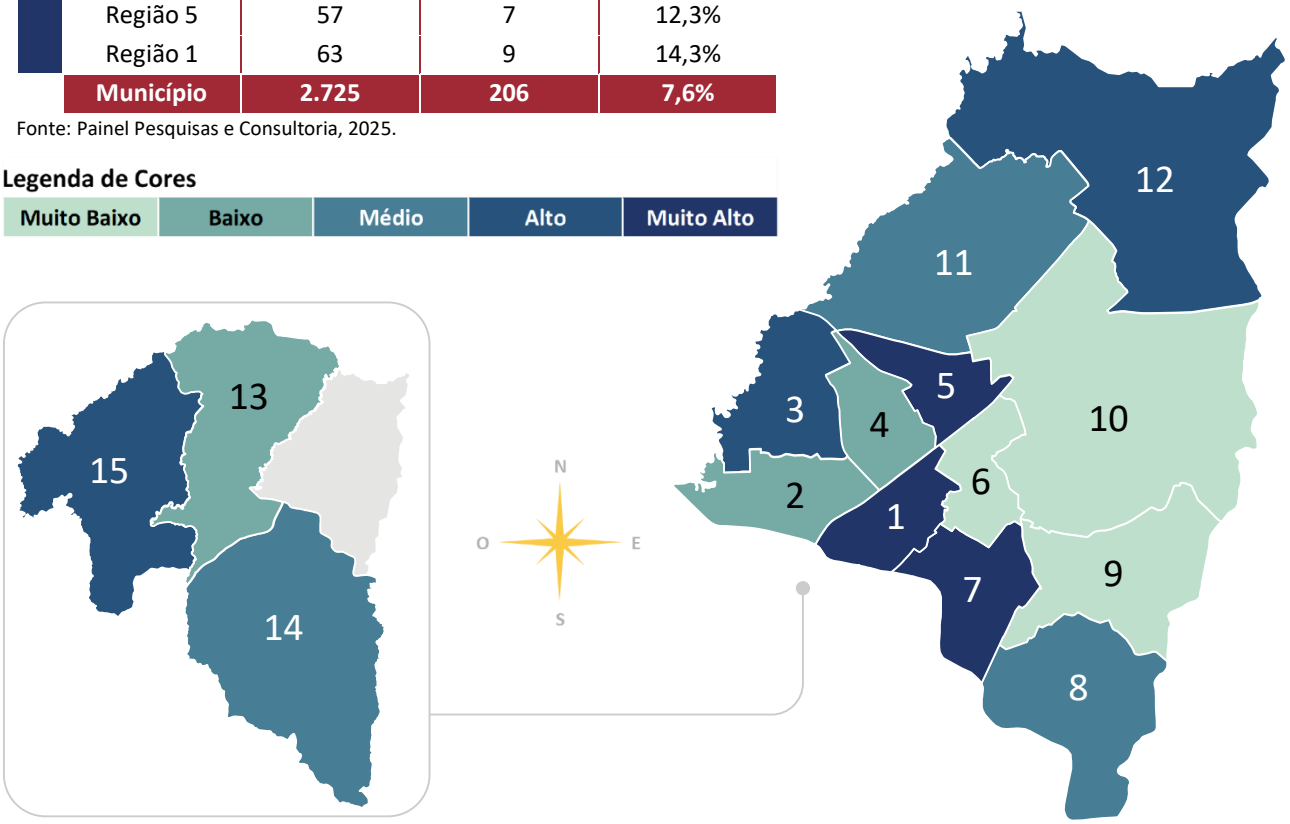
Menor Valor	Região 6	4,0%
Média	**Araucária**	**7,6%**
Maior Valor	Região 1	14,3%

3,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

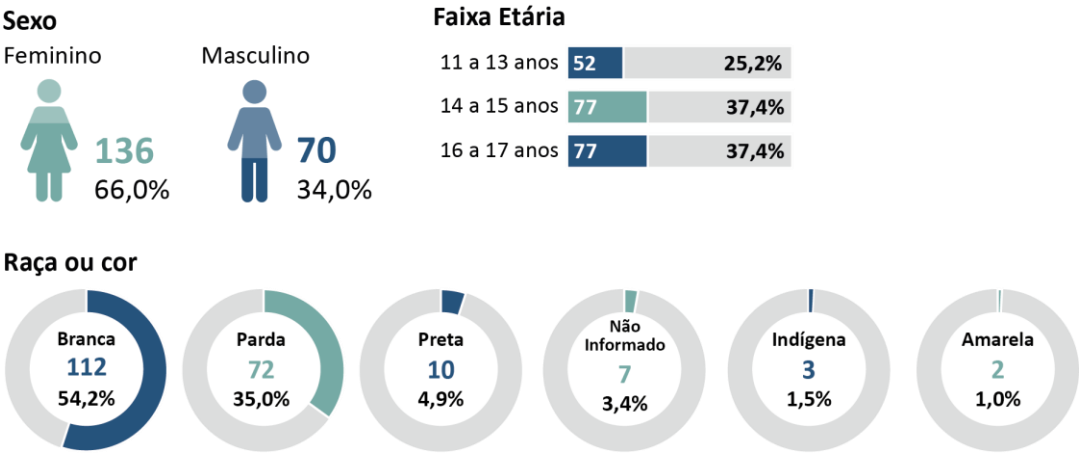


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados interessados em atividades culturais, destaca-se o sexo feminino, representando 66,0% do total, e as faixas etárias de 14 a 15 anos e de 16 a 17 anos, ambas com 37,4%.

Figura 59: Perfil dos pesquisados interessados em atividades culturais



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Quanto ao tipo de atividade cultural, destacam-se teatro, mencionado por 29,1% dos respondentes, e música (24,3%).

Tabela 75: Qual atividade cultural?

Atividade	Quant.	(%)
Teatro	60	29,1%
Música	50	24,3%
Danças	30	14,6%
Artes	27	13,1%
Desenho	24	11,7%
Pintura	20	9,7%
Canto / coral	14	6,8%
Não soube informar	13	6,3%
Violão	12	5,8%
Piano	9	4,4%
Ballet	6	2,9%
Corte e costura	5	2,4%
Artesanato	4	1,9%
Guitarra	4	1,9%
Cinema	3	1,5%

Atividade	Quant.	(%)
Grafitti	3	1,5%
Violino	3	1,5%
Bateria	2	1,0%
Escrita	2	1,0%
Violoncelo	2	1,0%
Atividades Inclusivas	1	0,5%
Cerâmica	1	0,5%
Flauta	1	0,5%
Gaita	1	0,5%
Pandeiro	1	0,5%
Percussão	1	0,5%
Sanfone	1	0,5%
Respostas	**632**	*
Respondentes	**206**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

5. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Para os 1.779 adolescentes de 14 a 17 anos que participaram da pesquisa quantitativa, foi abordado o tema da aprendizagem profissional por meio do Programa Jovem Aprendiz, política pública nacional que busca promover a inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho de forma protegida, garantindo o equilíbrio entre a prática profissional e a continuidade dos estudos. Entre os respondentes, 92,6% afirmaram já ter ouvido falar do programa; no entanto, apenas 16,5% relataram participar ou já ter participado dele.

Tabela 76: Já ouviu falar do Programa Jovem Aprendiz?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	1.648	92,6%
Não	131	7,4%
Respondentes	**1.779**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

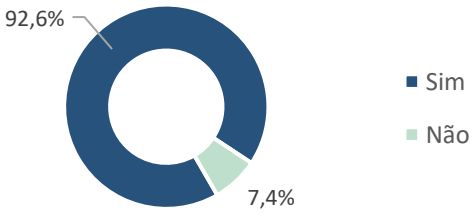


Tabela 77: Você participa ou já participou do Programa Jovem Aprendiz?

Resposta	Quant.	(%)
Nunca fui Jovem Aprendiz	1.376	83,5%
Sim, atualmente sou Jovem Aprendiz	163	9,9%
Já fui Jovem Aprendiz, atualmente não sou mais	109	6,6%
Respondentes	**1.648**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



Para os adolescentes que nunca participaram do Programa Jovem Aprendiz, foi investigado o motivo. Entre os respondentes, 47,4% afirmaram já ter tentado, mas não conseguir uma vaga, sendo este o principal impedimento. Outros 19,5% relataram conhecer o programa, mas não ter interesse em participar, enquanto 16,1% mencionaram a necessidade de ajudar nas tarefas de casa. Ademais, 9,2% consideram que a remuneração oferecida é baixa e 4,4% apontaram a falta de meio de transporte como obstáculo. Percentuais menores incluem adolescentes que pretendem participar futuramente (3,0%), que já trabalham de outras formas (2,4%), que acreditam que a idade não é compatível (2,0%), que não recebem apoio dos pais (1,8%), que desconhecem onde encontrar ou como participar do programa (1,8%), que não têm tempo (1,8%), que dão prioridade aos estudos (1,6%), que apresentam motivos pessoais (1,2%) e que não possuem os documentos necessários (0,9%).

Tabela 78: Por que nunca participou do Programa Jovem Aprendiz?

Resposta	Quant.	(%)
Já tentei, mas não consigo vaga	652	47,4%
Conheço o programa, mas não tenho interesse	269	19,5%
Preciso ajudar nas tarefas de casa	222	16,1%
Acho que paga pouco	127	9,2%
Não tenho meio de transporte	60	4,4%
Pretendo participar futuramente	41	3,0%
Já trabalho de outras formas	33	2,4%
Acho que minha idade não é compatível	28	2,0%
Meus pais não deixam/não me apoiam	25	1,8%
Não sei onde encontrar/como participar	25	1,8%
Não tenho tempo	25	1,8%
Dou prioridade aos estudos	22	1,6%
Motivos pessoais	17	1,2%
Não tenho os documentos necessários	12	0,9%
Respostas	**3.721**	*
Respondentes	**1.376**	



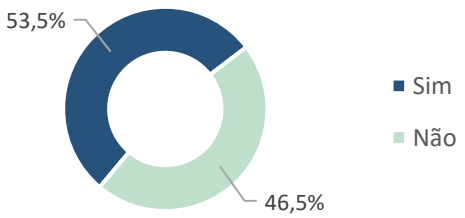
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Quando questionados sobre a procura de trabalho, 53,5% dos adolescentes afirmaram estar atualmente em busca de uma ocupação, enquanto 46,5% relataram não estar procurando trabalho.

Tabela 79: Está procurando um trabalho atualmente?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	952	53,5%
Não	827	46,5%
Respondentes	**1.779**	**100,0%**



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

5.1. PESQUISADOS QUE NÃO CONHECEM O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Região 13 e a Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que não conhecem o Programa Jovem Aprendiz entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 59,5% e (-) 67,6%, respectivamente.

Regiões geográficas	Amostra de 14 a 17	Citações	Indicador (%)
Região 5	42	1	2,4%
Região 8	259	10	3,9%
Região 6	47	2	4,3%
Região 1	44	2	4,5%
Região 10	35	2	5,7%
Região 7	133	8	6,0%
Região 11	489	31	6,3%
Região 9	166	13	7,8%
Região 4	62	6	9,7%
Região 12	110	11	10,0%
Região 2	18	2	11,1%
Região 14	97	11	11,3%
Região 3	123	14	11,4%
Região 15	86	10	11,6%
Região 13	68	8	11,8%
Município	**1.779**	**131**	**7,4%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que não conhecem o Programa Jovem Aprendiz dividido pelo total da amostra de 14 a 17 anos, vezes 100

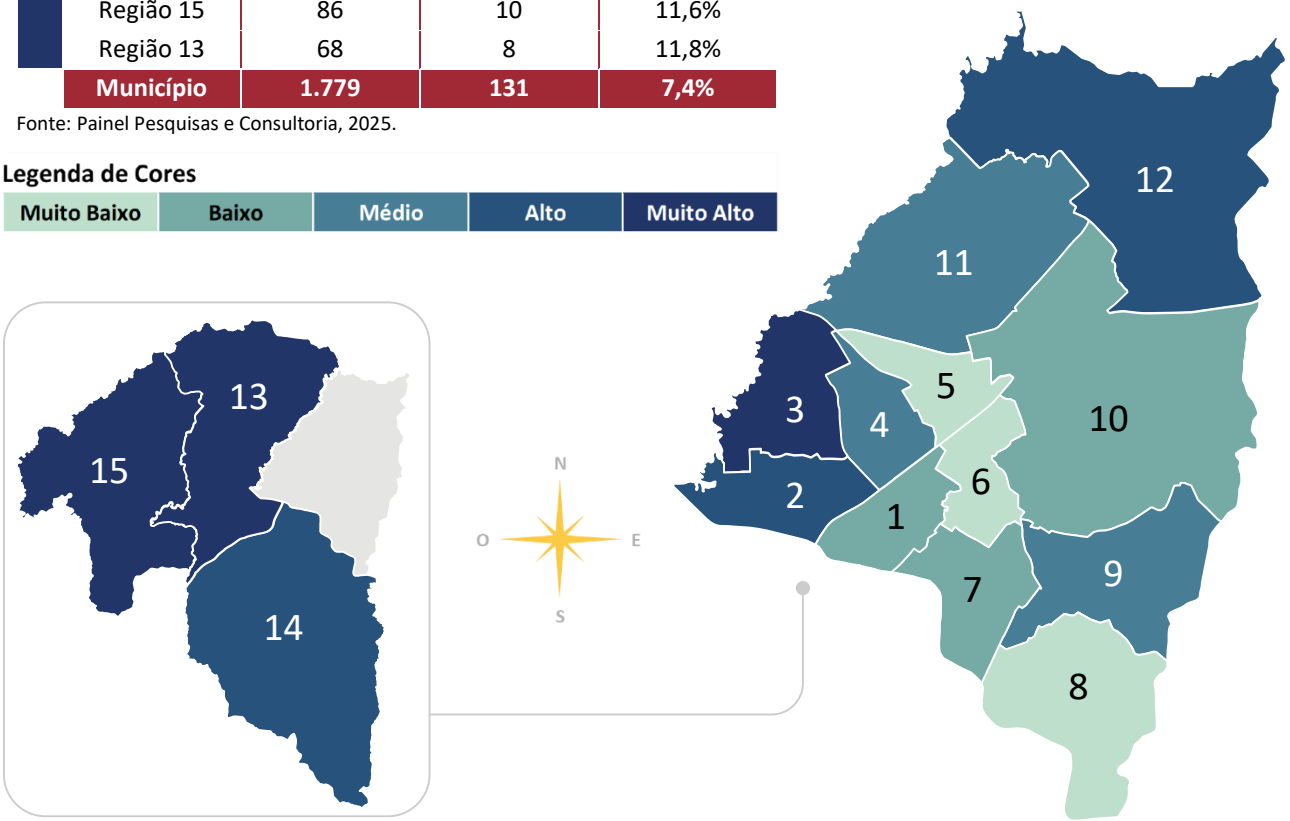
Menor Valor	Região 5	2,4%
Média	**Araucária**	**7,4%**
Maior Valor	Região 13	11,8%

4,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

5.2. PESQUISADOS QUE NÃO CONSEGUIRAM VAGA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Região 2 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que não conseguiram vaga no Programa Jovem Aprendiz entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 36,6% e (-) 55,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Amostra de 14 a 17 anos	Citações	Indicador (%)
Região 13	68	11	16,2%
Região 14	97	16	16,5%
Região 1	44	9	20,5%
Região 15	86	22	25,6%
Região 6	47	16	34,0%
Região 8	259	92	35,5%
Região 9	166	59	35,5%
Região 3	123	44	35,8%
Região 10	35	13	37,1%
Região 4	62	24	38,7%
Região 7	133	54	40,6%
Região 12	110	46	41,8%
Região 11	489	218	44,6%
Região 5	42	19	45,2%
Região 2	18	9	50,0%
Município	**1.779**	**652**	**36,6%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Adolescentes pesquisados que não conseguiram vaga dividido pelo total da amostra de 14 a 17 anos, vezes 100

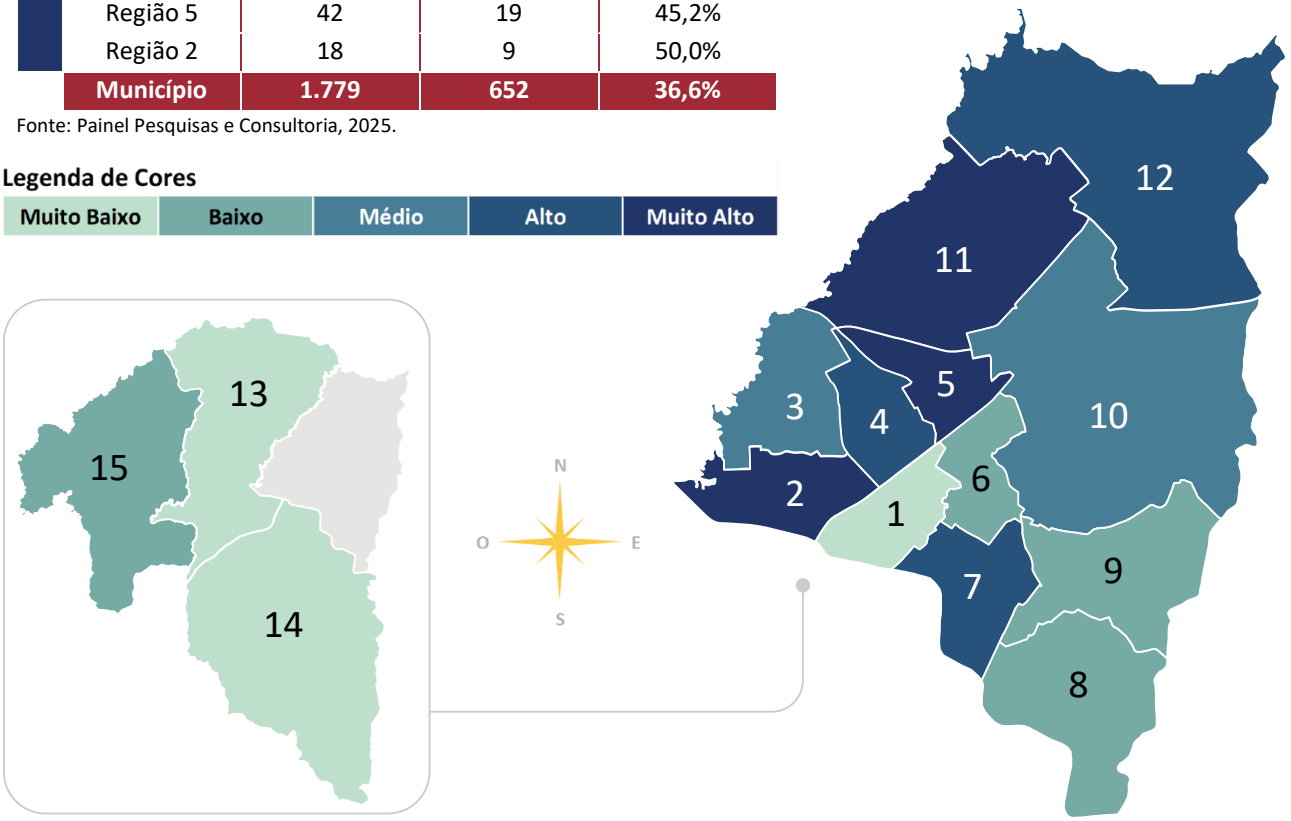
Menor Valor	Região 13	16,2%
Média	**Araucária**	**36,6%**
Maior Valor	Região 2	50,0%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

5.3. PESQUISADOS QUE ESTÃO PROCURANDO EMPREGO

A Região 12 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de adolescentes pesquisados que estão procurando emprego, apresentando variações em torno da média geral de (+) 7,1% e (-) 26,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Amostra de 14 a 17 anos	Citações	Indicador (%)
Região 14	97	38	39,2%
Região 13	68	30	44,1%
Região 15	86	41	47,7%
Região 1	44	21	47,7%
Região 4	62	31	50,0%
Região 10	35	18	51,4%
Região 5	42	22	52,4%
Região 7	133	71	53,4%
Região 8	259	141	54,4%
Região 6	47	26	55,3%
Região 2	18	10	55,6%
Região 3	123	69	56,1%
Região 9	166	94	56,6%
Região 11	489	277	56,6%
Região 12	110	63	57,3%
Município	**1.779**	**952**	**53,5%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Adolescentes pesquisados que estão procurando emprego dividido pelo total da amostra de 14 a 17 anos, vezes 100

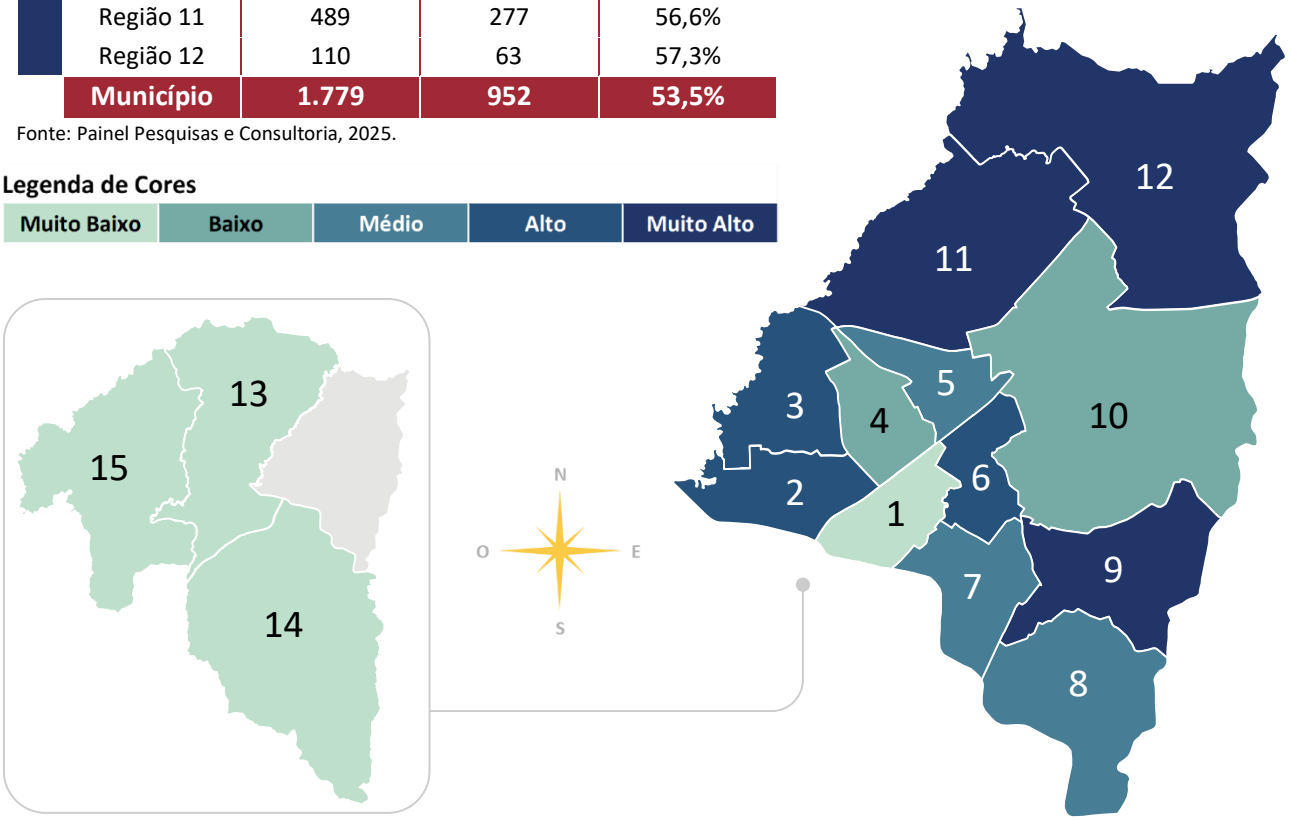
Menor Valor	Região 14	39,2%
Média	**Araucária**	**53,5%**
Maior Valor	Região 12	57,3%

1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

6. VULNERABILIDADES E RISCOS PSICOSSOCIAIS

Além das questões relacionadas às atividades de contraturno escolar e à aprendizagem profissional, a pesquisa quantitativa também investigou aspectos ligados a vulnerabilidades e riscos psicossociais.

Quando questionados se já haviam se machucado de propósito — como se cortar, se queimar ou se ferir — em momentos de tristeza, raiva ou angústia, 17,8% das crianças e adolescentes pesquisados responderam afirmativamente, enquanto 10,6% optaram por não responder e 71,6% afirmaram que não.

Tabela 80: Já se feriu de propósito?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	484	17,8%
Prefiro não responder	290	10,6%
Não	1.951	71,6%
Respondentes	**2.725**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Os respondentes também foram questionados sobre a experiência de preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*. Nesse contexto, 26,9% das crianças e adolescentes pesquisados afirmaram que passam ou já passaram por essas situações, 7,4% optaram por não responder e 65,7% declararam não ter vivenciado tais experiências.

Tabela 81: Já sofreu preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	734	26,9%
Prefiro não responder	201	7,4%
Não	1.790	65,7%
Respondentes	**2.725**	**100,0%**

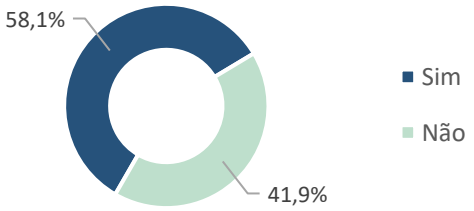
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Quando questionados sobre o uso de substâncias psicoativas, 58,1% dos adolescentes afirmaram já ter feito uso, enquanto 41,9% relataram nunca ter utilizado.

Tabela 82: Já usou alguma substância psicoativa?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	1.582	58,1%
Não	1.143	41,9%
Respondentes	**2.725**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



Esses dados serão detalhados, por região geográfica e perfil, nos indicadores a seguir.

6.1. PESQUISADOS QUE COMETERAM AUTOLESÃO INTENCIONAL

A Região 6 e a Região 15 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que cometeram autolesão intencional, apresentando variações em torno da média geral de (+) 64,6% e (-) 46,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 15	156	15	9,6%
Região 10	67	7	10,4%
Região 14	141	16	11,3%
Região 13	108	13	12,0%
Região 12	121	15	12,4%
Região 2	38	5	13,2%
Região 9	246	40	16,3%
Região 5	57	10	17,5%
Região 4	127	23	18,1%
Região 11	715	132	18,5%
Região 7	214	42	19,6%
Região 1	63	13	20,6%
Região 3	162	34	21,0%
Região 8	435	97	22,3%
Região 6	75	22	29,3%
Município	**2.725**	**484**	**17,8%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que cometeram autolesão intencional dividido pelo total da amostra, vezes 100

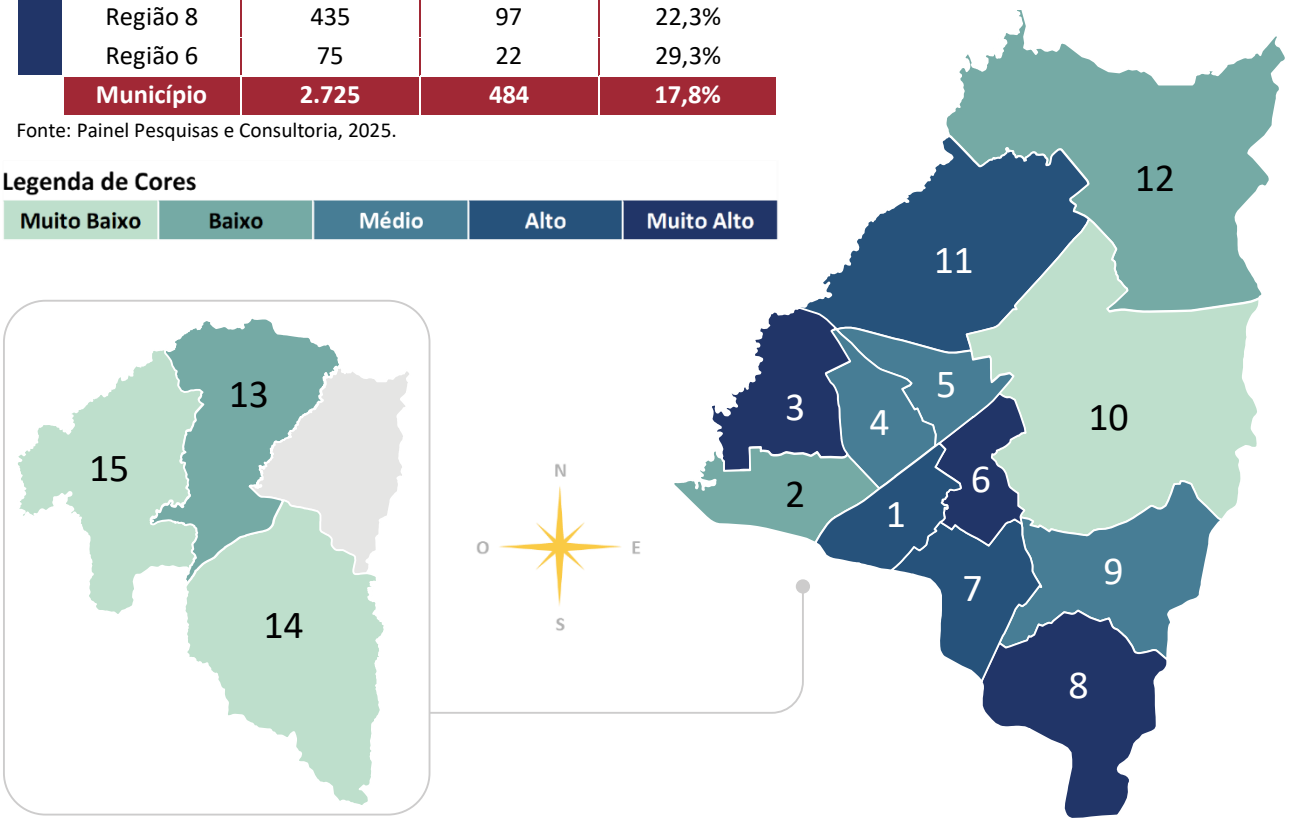
Menor Valor	Região 15	9,6%
Média	**Araucária**	**17,8%**
Maior Valor	Região 6	29,3%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

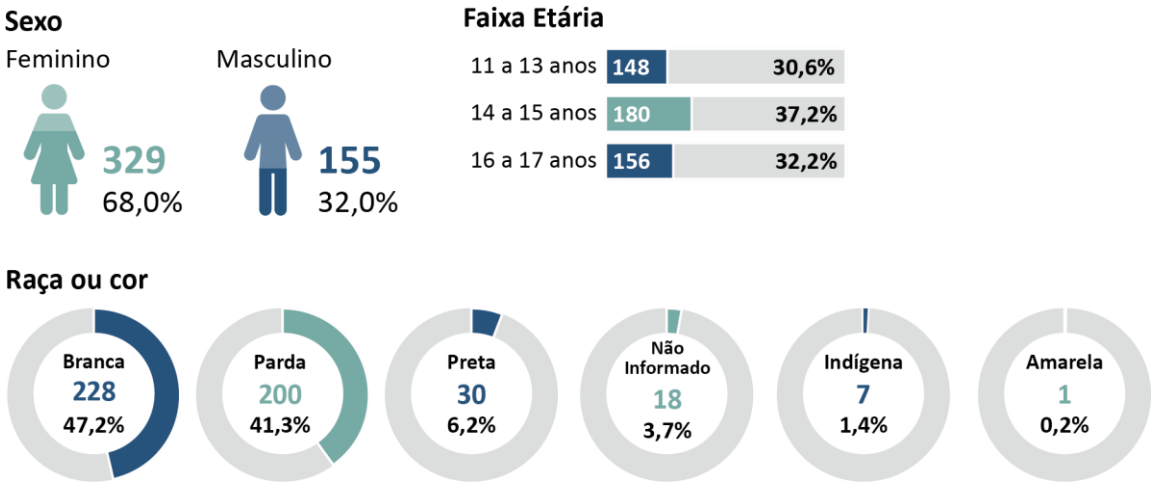


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que afirmaram ter cometido autolesão intencional, destacam-se o sexo feminino, correspondente à 68,0% dos casos, e a faixa etária de 14 a 15 anos (37,2%).

Figura 60: Perfil dos pesquisados que cometeram autolesão intencional



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Mais da metade destas crianças e adolescentes relataram já ter sofrido preconceito, *bullying* ou *cyberbullying* (52,9%) e 78,3% já utilizaram algum tipo de substância psicoativa.

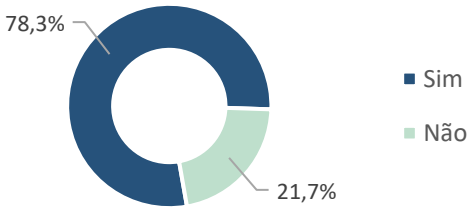
Tabela 83: Já sofreu preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	256	52,9%
Prefiro não responder	46	9,5%
Não	182	37,6%
Respondentes	**484**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Tabela 84: Já fez uso de algum tipo de substância psicoativa?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	379	78,3%
Não	105	21,7%
Respondentes	**484**	**100,0%**



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

6.2. PESQUISADOS QUE SOFRERAM PRECONCEITO, *BULLYING* OU *CYBERBULLYING*

A Região 10 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que sofreram preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*, apresentando variações em torno da média geral de (+) 49,8% e (-) 39,4%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 14	141	23	16,3%
Região 15	156	30	19,2%
Região 13	108	22	20,4%
Região 1	63	15	23,8%
Região 5	57	14	24,6%
Região 4	127	32	25,2%
Região 7	214	54	25,2%
Região 12	121	31	25,6%
Região 9	246	65	26,4%
Região 8	435	116	26,7%
Região 6	75	21	28,0%
Região 11	715	217	30,3%
Região 2	38	12	31,6%
Região 3	162	55	34,0%
Região 10	67	27	40,3%
Município	**2.725**	**734**	**26,9%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: crianças e adolescentes pesquisados que sofreram preconceito, bullying ou cyberbullying dividido pelo total da amostra, vezes 100

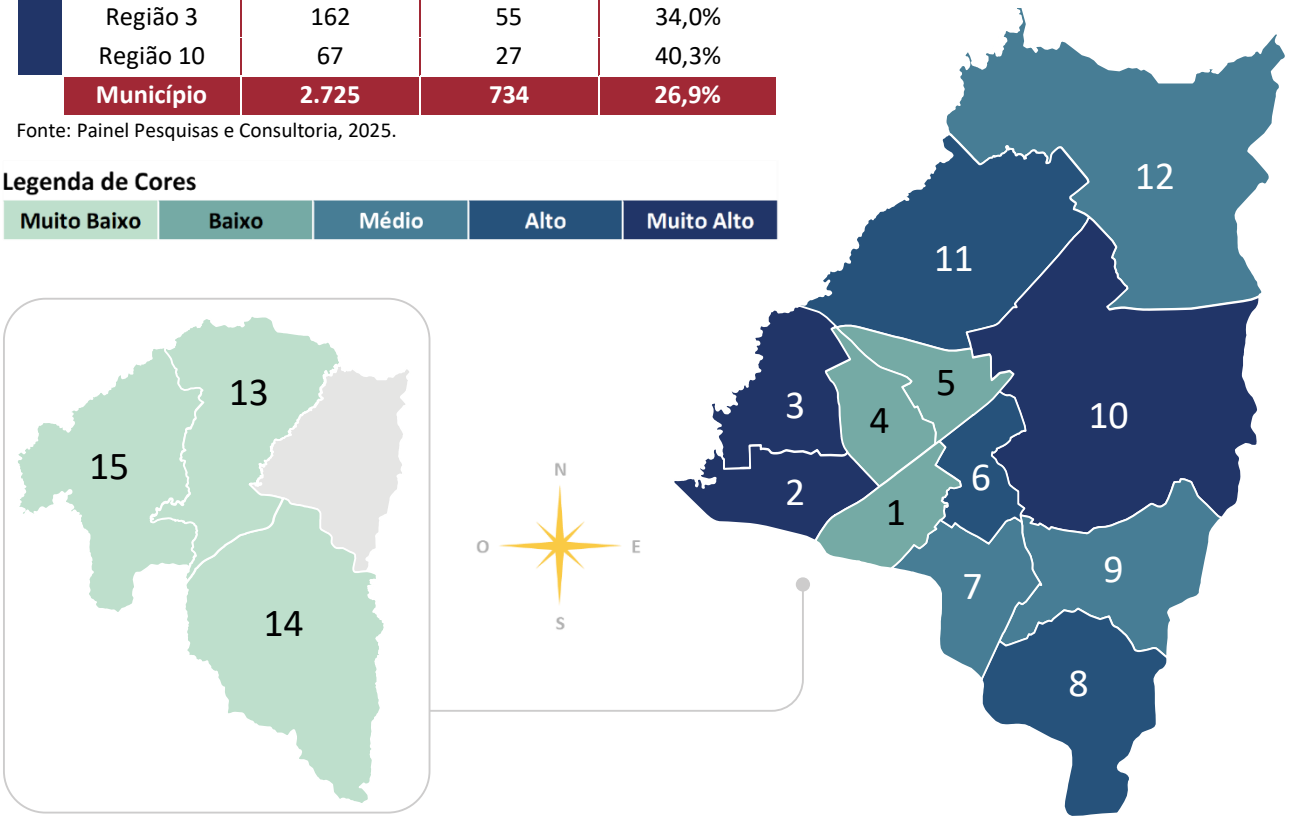
Menor Valor	Região 14	16,3%
Média	**Araucária**	**26,9%**
Maior Valor	Região 10	40,3%

2,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

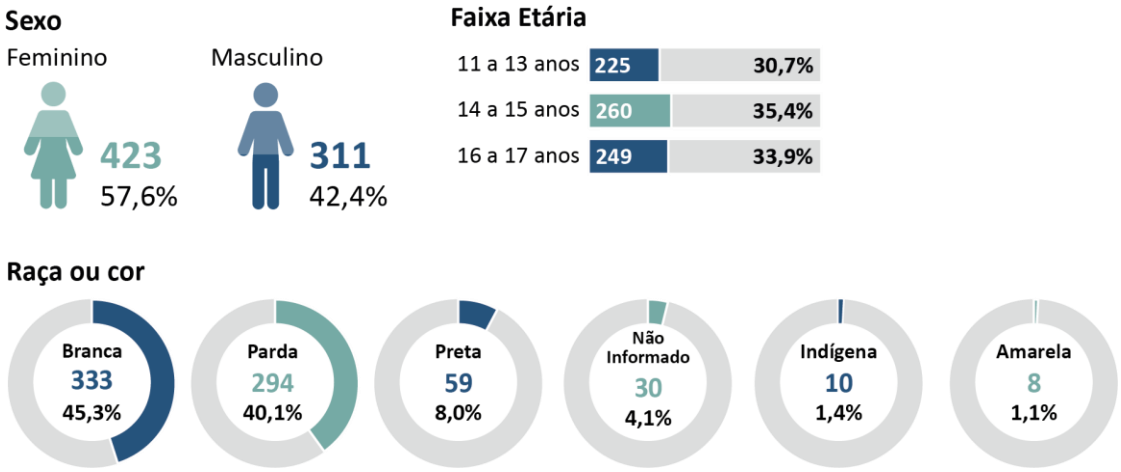


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que sofreram ou sofrem preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*, destacam-se o sexo feminino, que corresponde a 57,6% dos casos, e a faixa etária de 14 a 15 anos, com 35,4%.

Figura 61: Perfil dos pesquisados que já sofreram preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Entre as crianças e adolescentes que relataram já ter sofrido preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*, o principal motivo apontado foi o corpo ou a aparência, mencionado por 79,8% dos respondentes. Em seguida, destacam-se a cor da pele (16,9%), a orientação sexual (9,5%) e a religião (7,6%).

Tabela 85: Por qual motivo?

Resposta	Quant.	(%)
Por causa do corpo ou da aparência	586	79,8%
Por causa da cor da pele	124	16,9%
Por causa da orientação sexual	70	9,5%
Por causa da religião	56	7,6%
Por ser de outro lugar	51	6,9%
Por ser menino ou menina	44	6,0%
Por ter algum tipo de deficiência	36	4,9%
Pelo meu jeito de agir	19	2,6%
Pelo meu nome/sobrenome	6	0,8%
Transfobia	1	0,1%
Respostas	**993**	*
Respondentes	**734**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Quanto ao local em que o preconceito, *bullying* ou *cyberbullying* ocorreu, a escola foi o ambiente mais citado, com 92,8% das menções. Em seguida, destacam-se a internet ou as redes sociais (19,9%), a rua (16,1%) e, em menor proporção, o ambiente doméstico (10,6%).

Tabela 86: E onde isso aconteceu?

Resposta	Quant.	(%)
Na escola	681	92,8%
Na internet ou nas redes sociais	146	19,9%
Na rua	118	16,1%
Em casa	78	10,6%
Respostas	**1.023**	*
Respondentes	**734**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.



6.3. PESQUISADOS QUE JÁ FIZERAM USO DE ALGUM TIPO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA

A Região 6 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que já fizeram uso de algum tipo de substância psicoativa, apresentando variações em torno da média geral de (+) 23,9% e (-) 10,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 14	141	73	51,8%
Região 9	246	128	52,0%
Região 15	156	82	52,6%
Região 10	67	36	53,7%
Região 5	57	31	54,4%
Região 2	38	21	55,3%
Região 13	108	60	55,6%
Região 8	435	243	55,9%
Região 4	127	71	55,9%
Região 7	214	126	58,9%
Região 1	63	38	60,3%
Região 11	715	436	61,0%
Região 12	121	77	63,6%
Região 3	162	106	65,4%
Região 6	75	54	72,0%
Município	**2.725**	**1.582**	**58,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que já fizeram uso de algum tipo de substância psicoativa dividido pelo total da amostra, vezes 100

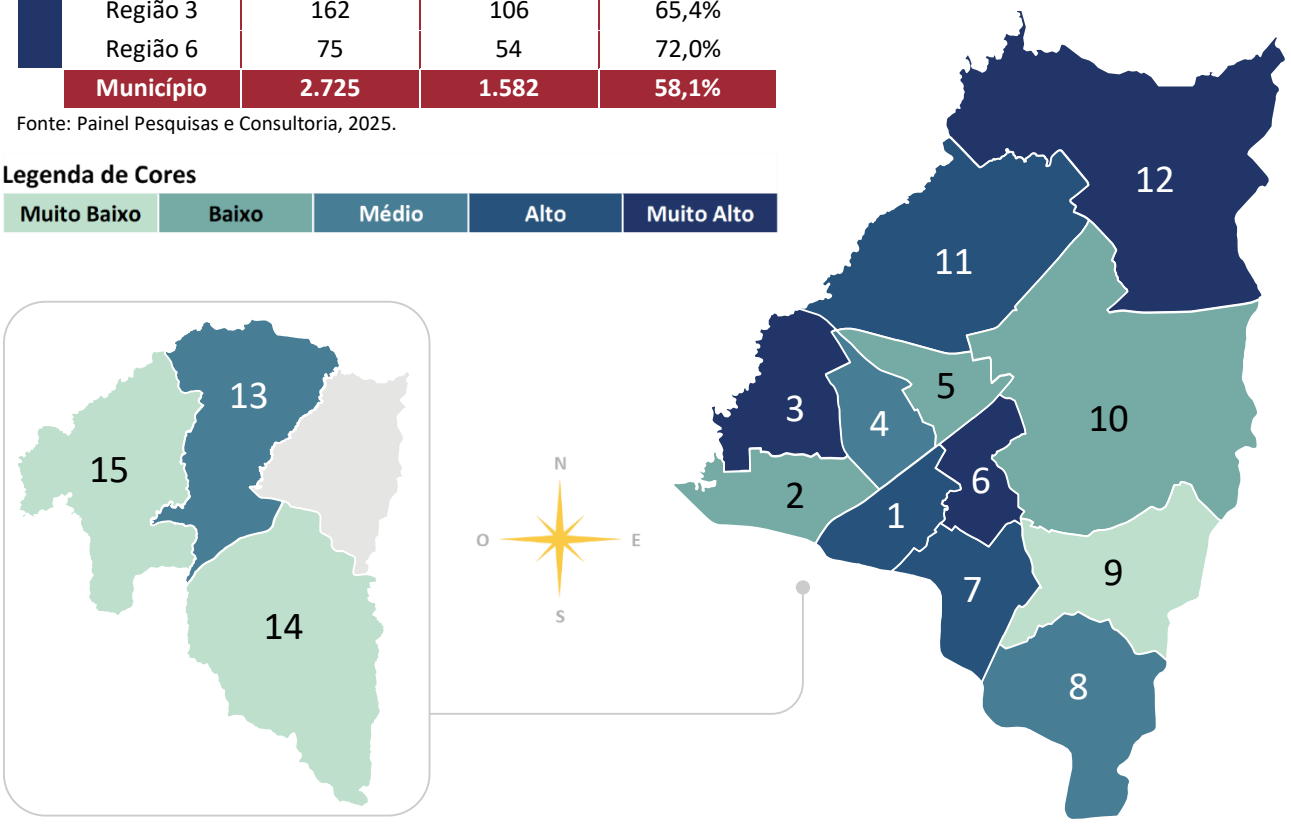
Menor Valor	Região 14	51,8%
Média	**Araucária**	**58,1%**
Maior Valor	Região 6	72,0%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

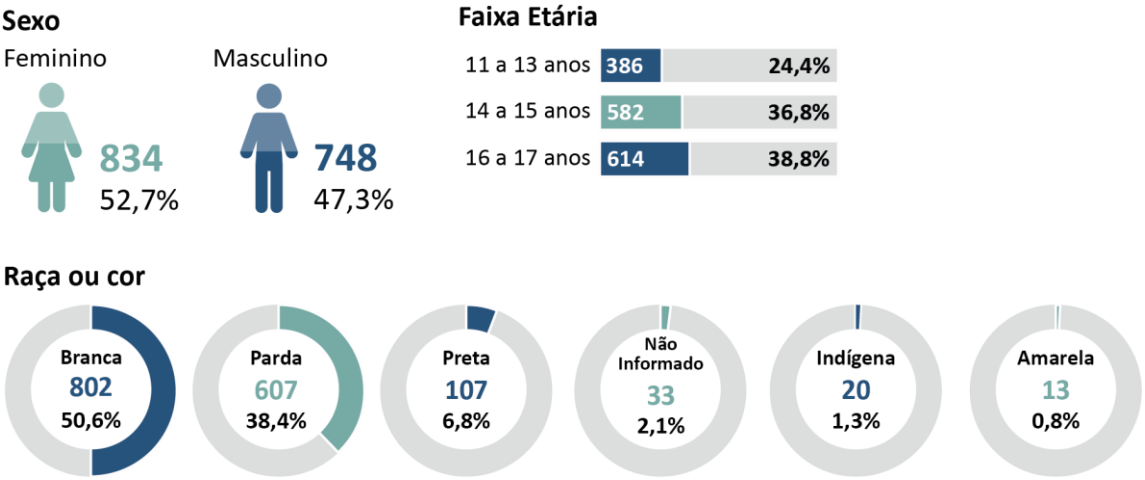


Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

No perfil das crianças e adolescentes pesquisados que relataram já ter utilizado algum tipo de substância psicoativa, destacam-se o sexo feminino, que corresponde a 52,7% do total, e a faixa etária de 16 a 17 anos, com 38,8%.

Figura 62: Perfil dos pesquisados que já fizeram uso de algum tipo de substância psicoativa



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Dentre as substâncias psicoativas investigadas, a bebida alcoólica foi a mais citada, por 78,4% dos respondentes. Em seguida, destacam-se o uso de vape, pod ou narguilé (55,4%) e de medicamentos sem orientação médica (46,9%).

Tabela 87: Tipo de substância psicoativa

Resposta	Quant.	(%)
Bebida alcoólica	1.240	78,4%
Vape, pod ou narguilé	877	55,4%
Remédio sem orientação médica	742	46,9%
Cigarro	293	18,5%
Maconha	204	12,9%
Ecstasy, MD ou lança perfume	70	4,4%
Cocaína	25	1,6%
Crack	17	1,1%
Respostas	**3.468**	*
Respondentes	**1.582**	

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

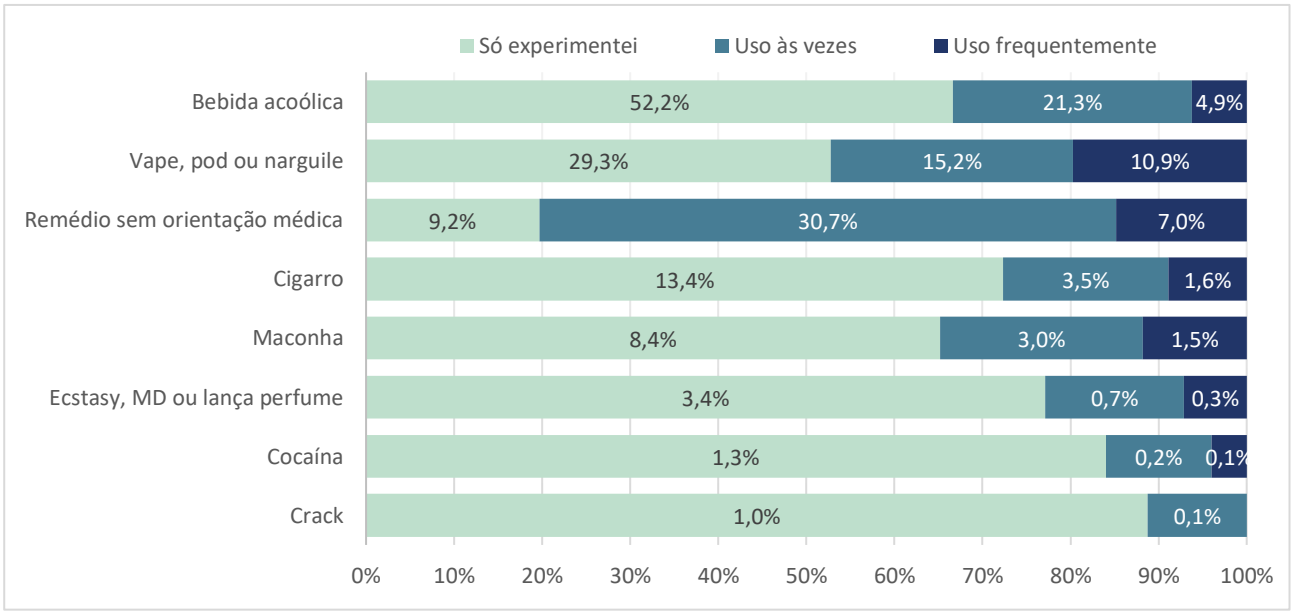
Nota (*): O mesmo respondente poderia citar múltiplas respostas.

Das substâncias mais citadas, a bebida alcoólica apresenta a maior proporção de crianças e adolescentes que relataram ter apenas experimentado (52,2%). O uso ocasional é mais expressivo em relação a medicamentos sem orientação médica, mencionados por 30,7% dos respondentes. Já o uso frequente se destaca no uso de vape, pod ou narguilé, relatado por 10,9% das crianças e adolescentes.

Tabela 88: Frequência de uso

Tipo de substância	Só experimentei		Uso às vezes		Uso frequentemente		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Bebida alcoólica	826	52,2%	337	21,3%	77	4,9%	1240	78,4%
Vape, pod ou narguilé	463	29,3%	241	15,2%	173	10,9%	877	55,4%
Remédio sem orientação	146	9,2%	486	30,7%	110	7,0%	742	46,9%
Cigarro	212	13,4%	55	3,5%	26	1,6%	293	18,5%
Maconha	133	8,4%	47	3,0%	24	1,5%	204	12,9%
Ecstasy, MD ou lança perfume	54	3,4%	11	0,7%	5	0,3%	70	4,4%
Cocaína	21	1,3%	3	0,2%	1	0,1%	25	1,6%
Crack	15	1,0%	2	0,1%	-	-	17	1,1%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7. SITUAÇÕES DE TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PESQUISADOS

Por meio do questionário buscou-se identificar e quantificar, de forma genérica e ampla, as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes que podem vir a ser caracterizadas como situações de trabalho irregular. Foram disponibilizados e exemplificados 11 diferentes tipos de atividades, sendo 8 atividades relacionadas ao trabalho e 3 atividades ilícitas, conforme listado a seguir:

- **Afazeres domésticos:** realizar atividades domésticas como lavar, arrumar a casa ou realizar o preparo e cozimento de alimentos, seja para terceiros ou para os próprios familiares;
- **Cuidar de dependentes:** cuidar sozinho de pessoas dependentes, seja no caso de menores de idade, adultos ou pessoas idosas, seja na própria residência ou na residência de terceiros;
- **Trabalho manual ou artesanato:** realizar atividades manuais como costura, bordado, manicure, confecção de artesanato, entre outros, em circunstâncias proibidas (na rua ou por menor de 14 anos), para terceiros na informalidade, para a família ou por conta própria;
- **Coleta ou separação de recicláveis:** recolhimento e acondicionamento de resíduos sólidos recicláveis realizados em circunstâncias proibidas (na rua ou por menor de 14 anos), para terceiros na informalidade, para a família ou por conta própria;
- **Lavação, oficina ou ajudante:** realizar atividade de lavação de carros ou motos, serviços prestados em oficina mecânica ou como ajudante (servente de pedreiro, pintor etc.) em circunstâncias proibidas (na rua ou por menor de 14 anos), para terceiros na informalidade, para a família ou por conta própria;
- **Atividades em escritório:** realização de atividades administrativas em escritório (xerox, digitação etc.) em circunstâncias proibidas (menor de 14 anos), para terceiros na informalidade ou para a família;
- **Vendas ou atendimento:** realização de atendimento ou qualquer tipo de atividade de venda, seja em loja ou na rua ou praça (como venda de picolés, algodão doce, outros doces, garçom, entrega de panfleto etc.) em circunstâncias proibidas (na rua ou por menor de 14 anos), para terceiros na informalidade, para a família ou por conta própria;
- **Trabalho rural:** trabalho em atividades agropecuárias (plantação, colheita ou na criação de animais, leite etc.) em circunstâncias proibidas (na rua ou por menor de 14 anos), para terceiros na informalidade, para a família ou por conta própria, considerando aspectos da Lei nº 11.326/2006;
- **Mendicância:** pedir dinheiro nas ruas;
- **Envolvimento com o tráfico de drogas:** levar ou entregar qualquer tipo de entorpecente para outra pessoa, a pedido de alguém, por dinheiro ou para ganhar algo em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- **Exploração sexual comercial:** usar ou permitir o uso do corpo ou de carícias ou outras formas de conotação sexual ou enviar fotos mostrando o corpo ou partes íntimas pela internet, por dinheiro ou para ganhar presentes ou alguma outra coisa em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

Neste contexto, e em conformidade com a legislação vigente, foram definidos critérios por atividade - considerando variáveis como idade, tempo, frequência e local - para a classificação das situações de trabalho como regulares ou irregulares, categorizados em quatro grupos distintos:

Quadro 9: Classificação das situações de trabalho

Não realiza atividade: crianças e adolescentes que afirmaram não realizar nenhuma atividade;

Situação de trabalho regular: crianças e adolescentes em situação de trabalho formalizado;

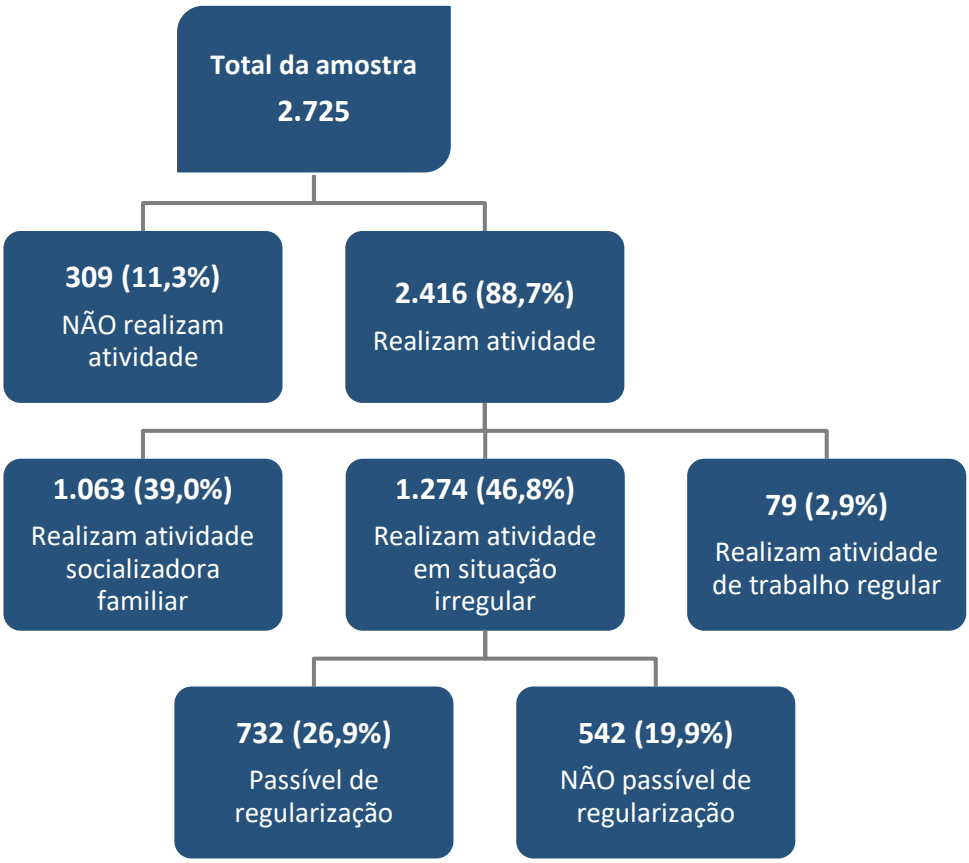
Atividade de cunho socializador: é realizada em âmbito familiar ou doméstico, com caráter educativo e de responsabilização - como tarefas e afazeres da rotina da família, de cunho colaborativo, como ajudar a lavar a louça, arrumar a cama, dentre outros - desde que a natureza, responsabilização, frequência e tempo dedicados ao seu desempenho sejam compatíveis com a idade e o processo de desenvolvimento;

Situação de trabalho irregular: crianças e adolescentes que realizam atividades não formalizadas ou com conotação de trabalho irregular.



É importante ressaltar que as crianças e adolescentes poderiam responder afirmativamente para mais de uma atividade. O organograma a seguir traça o primeiro panorama das situações de trabalho. Apenas 11,3% dos respondentes não realizam nenhuma das atividades investigadas, enquanto os 88,7% restantes realizam pelo menos uma atividade. Dentro desse grupo, 39,0% realizam atividades de cunho socializador, 2,9% realizam atividades em situação regular de trabalho, e 46,8% em situação de trabalho irregular. Além disso, as atividades em situação irregular serão desdobradas por tipo de atividade, destacando as situações passíveis ou não passíveis de regularização.

Panorama geral das situações de trabalho de acordo com a Pesquisa Quantitativa



Analisando o perfil das crianças e adolescentes por situação de trabalho, percebe-se uma distribuição equilibrada entre os sexos entre aqueles que realizam atividades irregulares e socializadoras. Por outro lado, entre os que não realizam nenhum tipo de atividade, observa-se predominância do sexo masculino (61,8%). Quanto à faixa etária, destacam-se os respondentes de 11 a 13 anos, principalmente entre os que não realizam atividades (54,4%). Já entre os que realizam atividades regulares, o maior percentual está na faixa de 16 a 17 anos (82,3%). Em relação à raça ou cor, a proporção é semelhante entre as diferentes situações de trabalho, com leve predominância de crianças e adolescentes brancos nas atividades regulares e socializadoras.

Outro fator importante a ser analisado é a realização, ou não, de atividades de contraturno escolar (oficinas, escolinhas, atividades esportivas, culturais etc.), pois estas desempenham papel crucial na prevenção ao trabalho infantil; neste quesito observa-se que o percentual de respondentes que realizam esse tipo de atividade é baixo em todas as situações de trabalho. Todas essas informações serão exploradas, por região geográfica, nos indicadores a seguir.

Tabela 89: Perfil dos respondentes por situação de trabalho

Perfil	Atividade irregular		Atividade regular		Atividade socializadora		Não realiza atividade	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Feminino	629	49,4%	42	53,2%	540	50,8%	118	38,2%
Masculino	645	50,6%	37	46,8%	523	49,2%	191	61,8%
De 11 a 13 anos	477	37,5%	-	-	301	28,3%	168	54,4%
De 14 a 15 anos	399	31,3%	14	17,7%	440	41,4%	86	27,8%
De 16 a 17 anos	398	31,2%	65	82,3%	322	30,3%	55	17,8%
Branca	596	46,7%	41	51,9%	536	50,5%	130	42,1%
Parda	518	40,7%	31	39,2%	418	39,3%	142	46,0%
Preta	93	7,3%	7	8,9%	58	5,5%	19	6,1%
Não informado	37	2,9%	-	-	31	2,9%	12	3,9%
Indígena	20	1,6%	-	-	9	0,8%	4	1,3%
Amarela	10	0,8%	-	-	11	1,0%	2	0,6%
Realiza atividade de contraturno	544	42,7%	35	44,3%	446	42,0%	115	37,2%
Não realiza atividade de contraturno	730	57,3%	44	55,7%	617	58,0%	194	62,8%
Respondentes	**1.274**	**100,0%**	**79**	**100,0%**	**1.063**	**100,0%**	**309**	**100,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

7.1. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO

A Região 5 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades relacionadas ao trabalho entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 4,8% e (-) 8,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 1	63	51	81,0%
Região 2	38	31	81,6%
Região 4	127	108	85,0%
Região 6	75	64	85,3%
Região 7	214	187	87,4%
Região 11	715	634	88,7%
Região 8	435	386	88,7%
Região 9	246	219	89,0%
Região 14	141	126	89,4%
Região 3	162	145	89,5%
Região 13	108	97	89,8%
Região 12	121	110	90,9%
Região 10	67	61	91,0%
Região 15	156	144	92,3%
Região 5	57	53	93,0%
Município	**2.725**	**2.416**	**88,7%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades relacionadas ao trabalho dividido pelo total da amostra, vezes 100

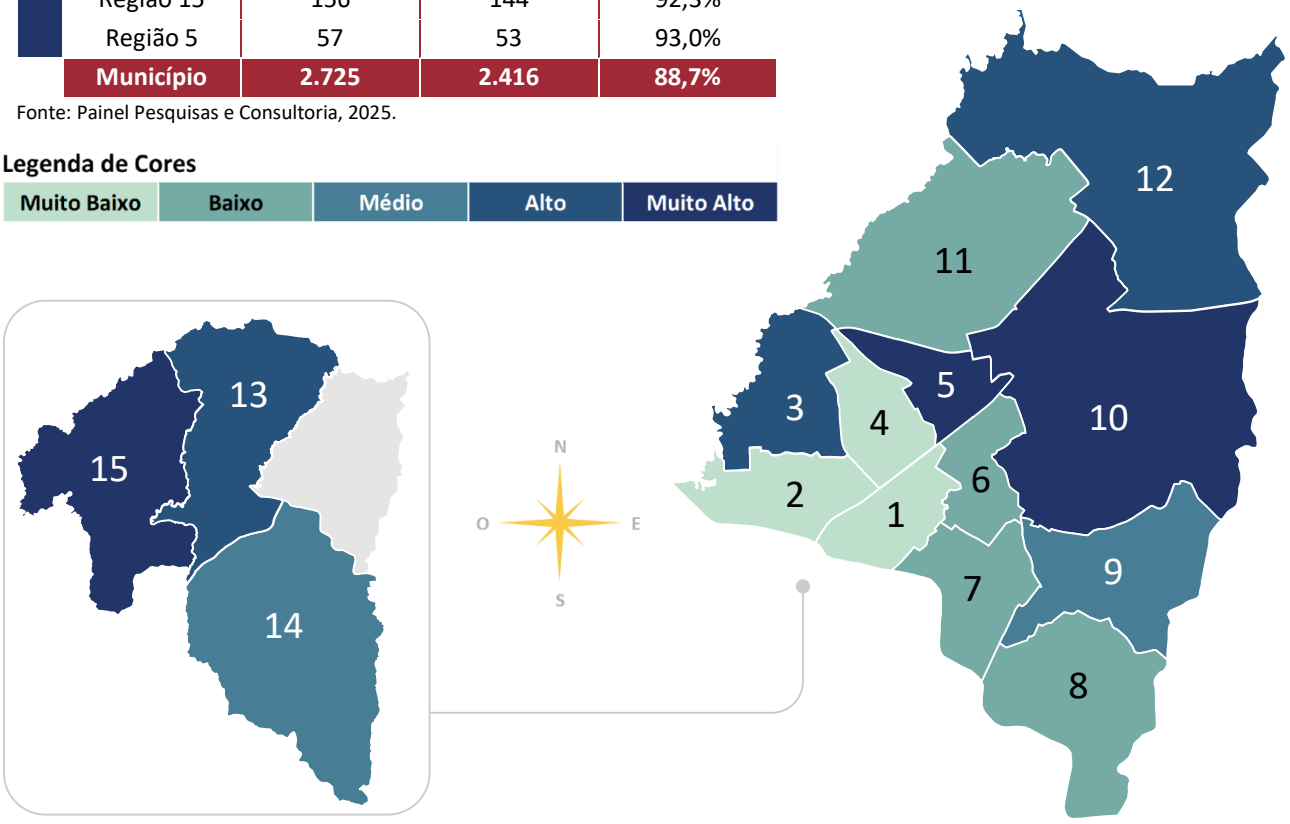
Menor Valor	Região 1	81,0%
Média	**Araucária**	**88,7%**
Maior Valor	Região 5	93,0%

1,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7.2. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES SOCIALIZADORAS

A Região 12 e a Região 1 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades socializadoras entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 22,8% e (-) 26,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 12	121	58	47,9%
Região 5	57	27	47,4%
Região 2	38	16	42,1%
Região 11	715	297	41,5%
Região 9	246	99	40,2%
Região 3	162	65	40,1%
Região 6	75	29	38,7%
Região 8	435	167	38,4%
Região 10	67	25	37,3%
Região 4	127	47	37,0%
Região 7	214	77	36,0%
Região 15	156	55	35,3%
Região 14	141	49	34,8%
Região 13	108	34	31,5%
Região 1	63	18	28,6%
Município	**2.725**	**1.063**	**39,0%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades socializadoras dividido pelo total da amostra, vezes 100

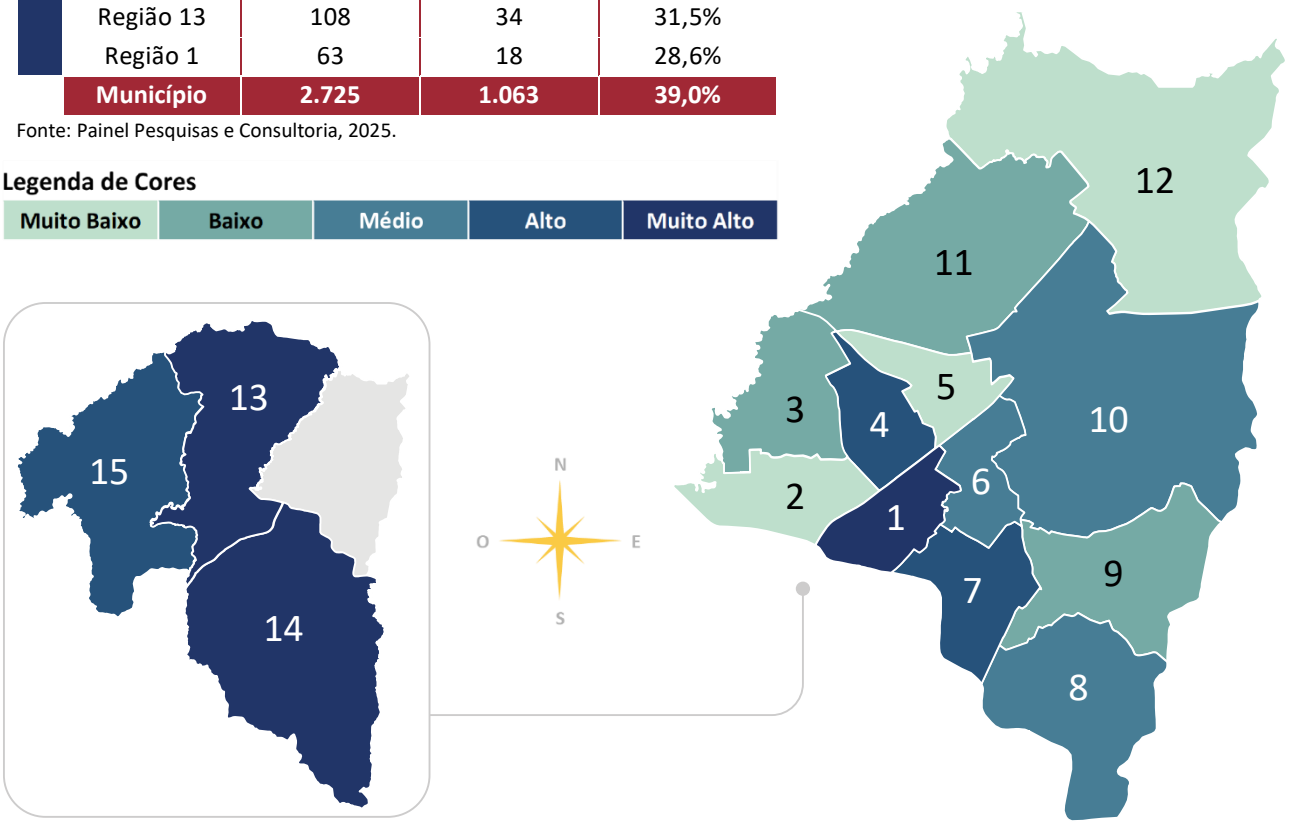
Menor Valor	Região 1	28,6%
Média	**Araucária**	**39,0%**
Maior Valor	Região 12	47,9%

1,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7.3. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES REGULARES

A Região 7 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades regulares entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 62,1% e (-) 51,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	38	-	-
Região 7	214	10	4,7%
Região 10	67	3	4,5%
Região 3	162	7	4,3%
Região 8	435	17	3,9%
Região 5	57	2	3,5%
Região 13	108	3	2,8%
Região 9	246	7	2,8%
Região 6	75	2	2,7%
Região 15	156	4	2,6%
Região 12	121	3	2,5%
Região 4	127	3	2,4%
Região 11	715	15	2,1%
Região 1	63	1	1,6%
Região 14	141	2	1,4%
Município	**2.725**	**79**	**2,9%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades regulares dividido pelo total da amostra, vezes 100

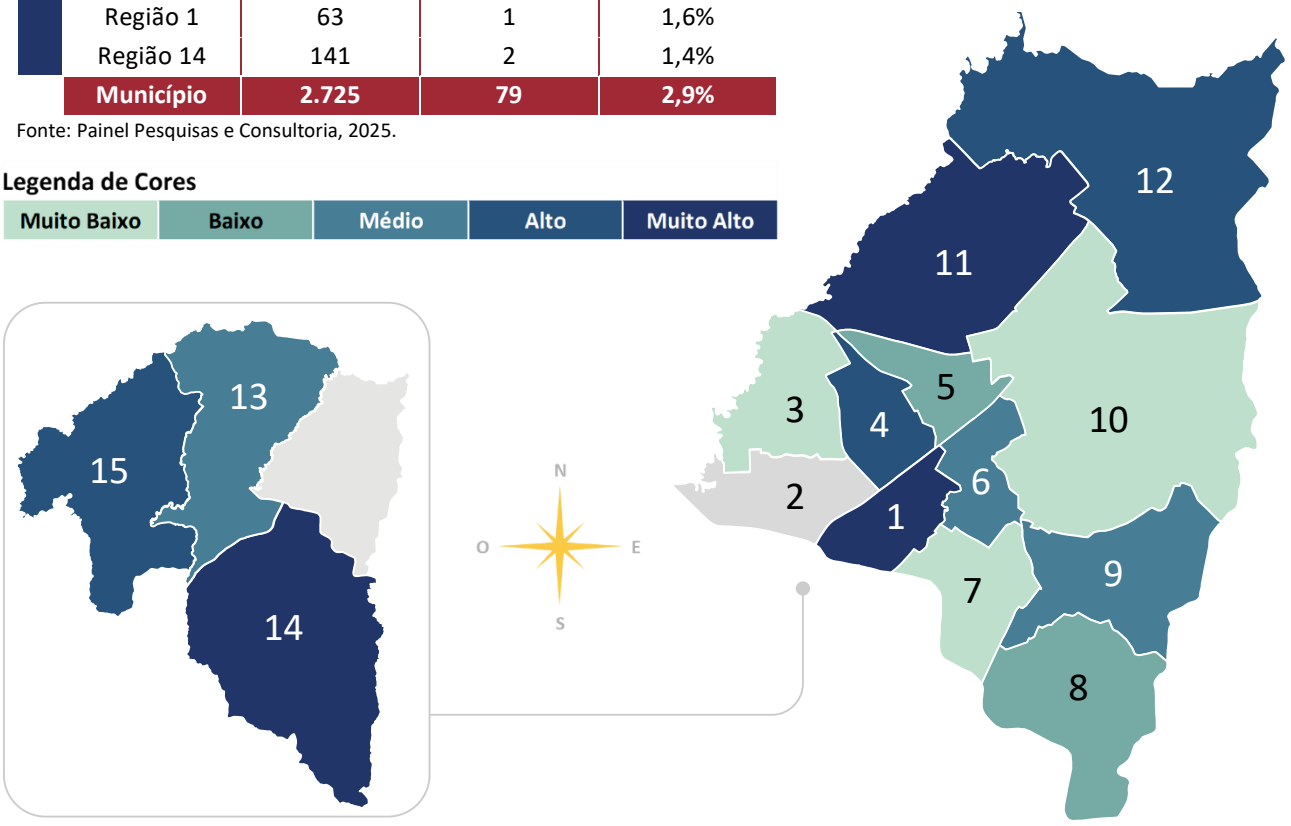
Menor Valor	Região 14	1,4%
Média	**Araucária**	**2,9%**
Maior Valor	Região 7	4,7%

3,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

7.4. PESQUISADOS QUE REALIZAM ATIVIDADES IRREGULARES

A Região 13 e a Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades irregulares entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 18,8% e (-) 15,6%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	38	15	39,5%
Região 12	121	49	40,5%
Região 5	57	24	42,1%
Região 6	75	33	44,0%
Região 11	715	322	45,0%
Região 3	162	73	45,1%
Região 4	127	58	45,7%
Região 9	246	113	45,9%
Região 8	435	202	46,4%
Região 7	214	100	46,7%
Região 10	67	33	49,3%
Região 1	63	32	50,8%
Região 14	141	75	53,2%
Região 15	156	85	54,5%
Região 13	108	60	55,6%
Município	**2.725**	**1.274**	**46,8%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades irregulares dividido pelo total da amostra, vezes 100

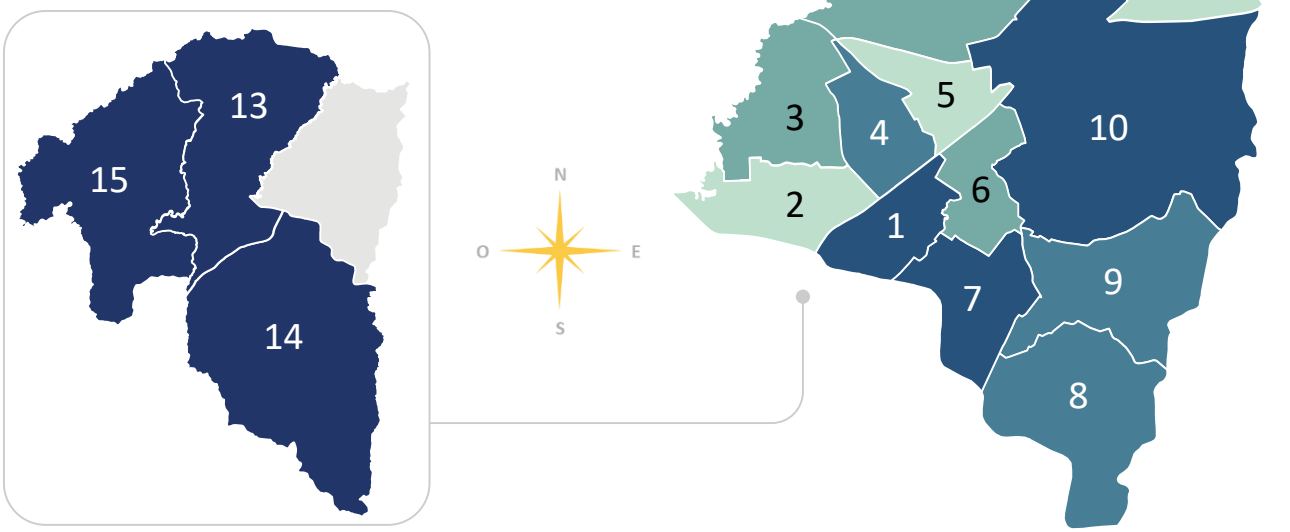
Menor Valor	Região 2	39,5%
Média	**Araucária**	**46,8%**
Maior Valor	Região 13	55,6%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Nas situações de trabalho apontadas como irregulares, a análise foi dividida em dois grupos:

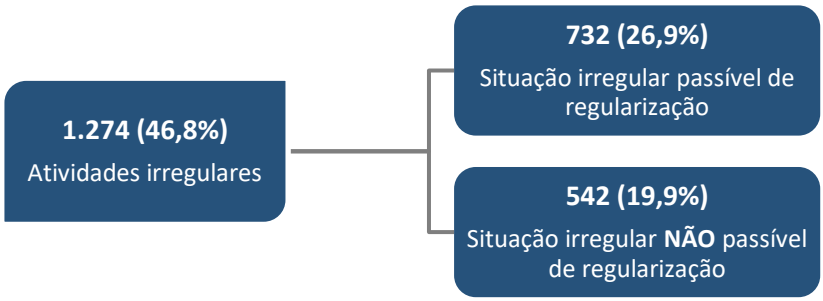
Quadro 10: Classificação das atividades irregulares

Atividades irregulares com fortes indícios de caracterização de trabalho infantil: por serem realizadas em circunstâncias expressamente proibidas pela legislação, e, portanto, sem meios legais para sua regularização.

Atividades irregulares em situação passível de regularização: por serem realizadas na informalidade ou em quantidade de horas incompatível com a idade, mas que poderiam ser regularizadas com fiscalização e conscientização das famílias ou empregadores.

Considerando esta divisão, das 1.274 crianças e adolescentes pesquisados em situação de trabalho irregular, representando 46,8% da amostra total, 26,9% são casos passíveis de regularização e 19,9% não são passíveis de regularização (realizadas em circunstâncias proibidas).[15]

Panorama da situação de trabalho irregular dos respondentes



[15] Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes que participaram da Pesquisa Quantitativa.

Com o objetivo de consolidar este importante projeto de pesquisa social com foco na identificação e combate ao Trabalho Infantil, as situações irregulares serão detalhadas por tipo de atividade, para mapear as especificidades de cada território e construir o retrato das situações de trabalho irregular de todas as regiões, indicando quais as mais prioritárias no enfrentamento do Trabalho Infantil. Ainda será detalhado para cada atividade irregular, o perfil das crianças e adolescentes a ela sujeitas e os quantitativos das situações passíveis ou não passíveis de regularização.

Tabela 90: Situação de trabalho irregular PASSÍVEL e NÃO PASSÍVEL de regularização, por tipo de atividade

Atividades Irregulares	Total da Amostra	Situação de trabalho irregular		Passível de regularização		NÃO passível de regularização	
		Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Afazeres domésticos	2.725	685	25,1%	560	20,6%	125	4,6%
Cuidar de dependentes	2.725	356	13,1%	289	10,6%	67	2,5%
Trabalho manual ou artesanato	2.725	102	3,7%	59	2,2%	43	1,6%
Coleta ou separação de recicláveis	2.725	166	6,1%	62	2,3%	104	3,8%
Lavação, oficina ou ajudante	2.725	111	4,1%	36	1,3%	75	2,8%
Atividades em escritório	2.725	57	2,1%	34	1,2%	23	0,8%
Vendas ou atendimento	2.725	91	3,3%	69	2,5%	22	0,8%
Trabalho rural	2.725	121	4,4%	66	2,4%	55	2,0%
Pedir dinheiro na rua	2.725	93	3,4%	-	-	93	3,4%
Envolvimento com o tráfico de drogas	2.725	51	1,9%	-	-	51	1,9%
Exploração sexual comercial	2.725	70	2,6%	-	-	70	2,6%
Situação da pesquisa quantitativa*	**2.725**	**1.274**	**46,8%**	**732**	**26,9%**	**542**	**19,9%**

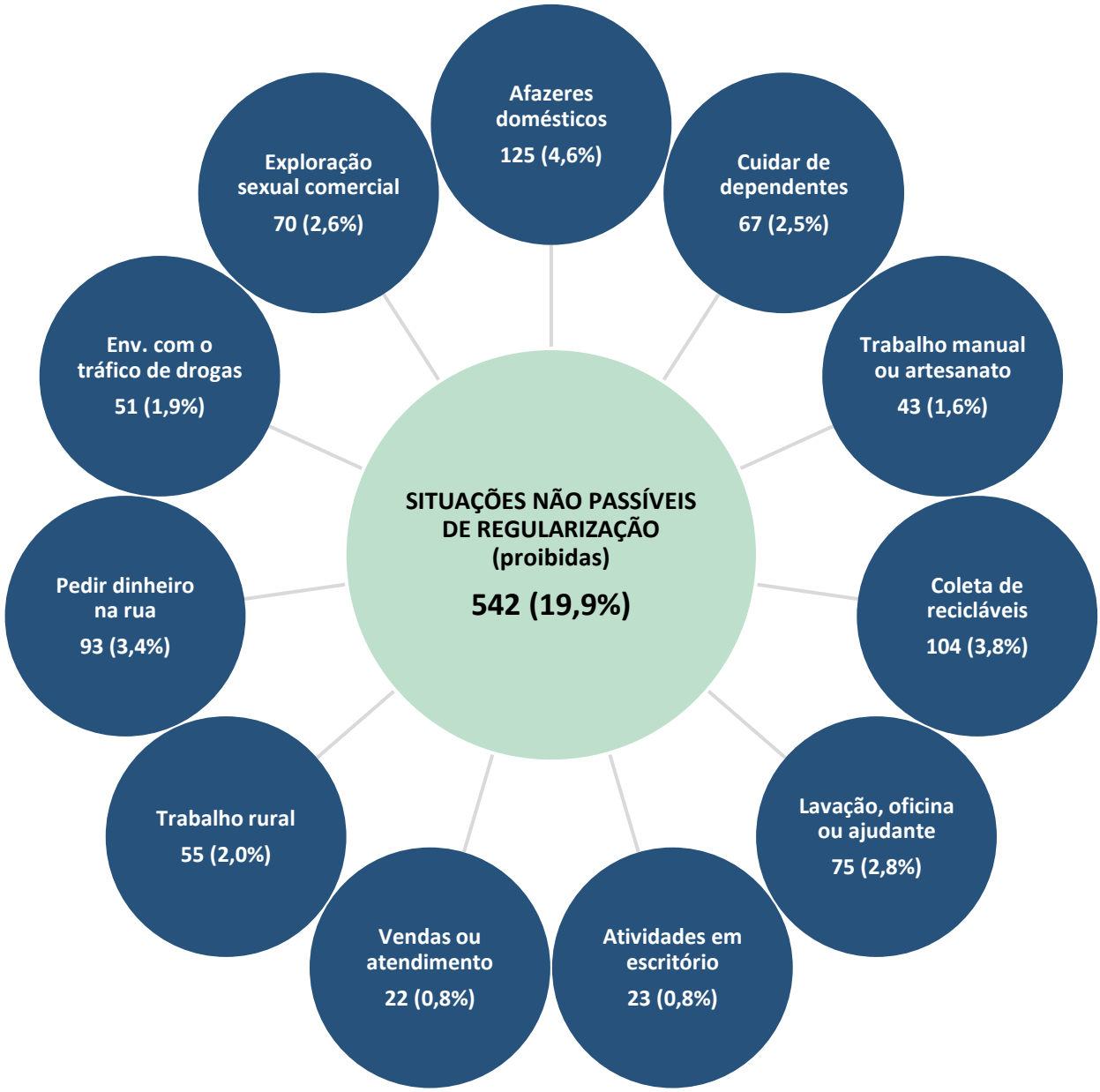
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Nota (*): A mesma criança ou adolescente pode realizar mais de uma atividade, a tabela não tem somatório e sim a linha da situação geral que indica quantos respondentes estão em situação irregular em pelo menos uma atividade, e se esta é passível ou não de regularização.

Essa análise tem por objetivo evidenciar, por tipo de atividade, as situações irregulares não passíveis de regularização - por serem fortes indícios de caracterização de trabalho infantil - como forma de pensar estratégias para o combate e erradicação do trabalho infantil de cada tipo e em cada território. As crianças e adolescentes em situação irregular passível de regularização, apesar de estarem sujeitas a informalidade ou em quantidade de horas incompatível com sua idade, podem ter sua atividade regularizada através da conscientização e orientação.

O organograma a seguir apresenta uma visão geral das atividades irregulares não passíveis de regularização, considerando que a análise do percentual de cada atividade está relacionada ao total de crianças e adolescentes que participaram da pesquisa quantitativa. Cada atividade será detalhada, por região geográfica, perfil dos respondentes e situação de trabalho, nos indicadores subsequentes.

Panorama das situações NÃO PASSÍVEIS de regularização



7.4.1. AFAZERES DOMÉSTICOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 1 e a Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam afazeres domésticos em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 20,3% e (-) 23,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 5	57	11	19,3%
Região 6	75	16	21,3%
Região 12	121	26	21,5%
Região 7	214	46	21,5%
Região 14	141	31	22,0%
Região 11	715	167	23,4%
Região 3	162	41	25,3%
Região 13	108	29	26,9%
Região 8	435	117	26,9%
Região 9	246	68	27,6%
Região 4	127	36	28,3%
Região 2	38	11	28,9%
Região 10	67	20	29,9%
Região 15	156	47	30,1%
Região 1	63	19	30,2%
Município	**2.725**	**685**	**25,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam afazeres domésticos em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

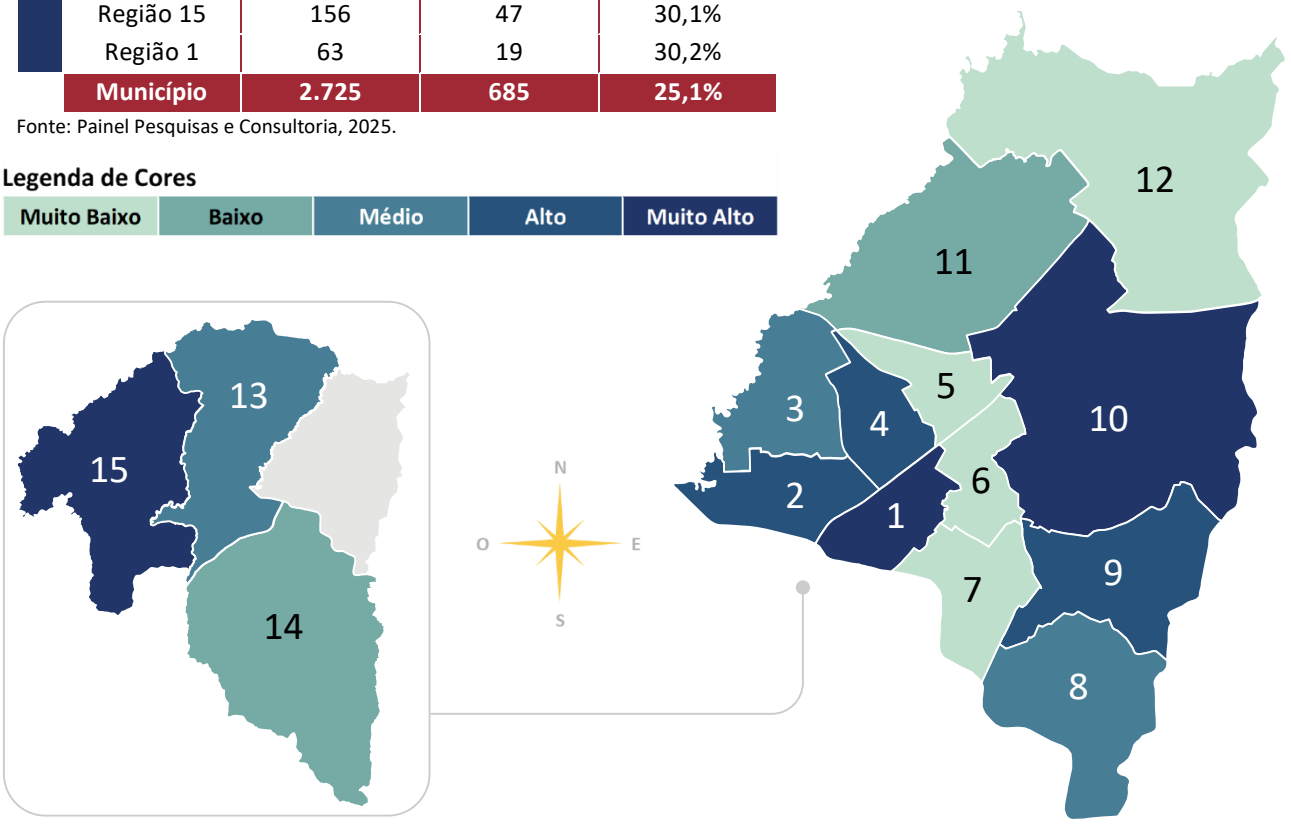
Menor Valor	Região 5	19,3%
Média	**Araucária**	**25,1%**
Maior Valor	Região 1	30,2%

1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

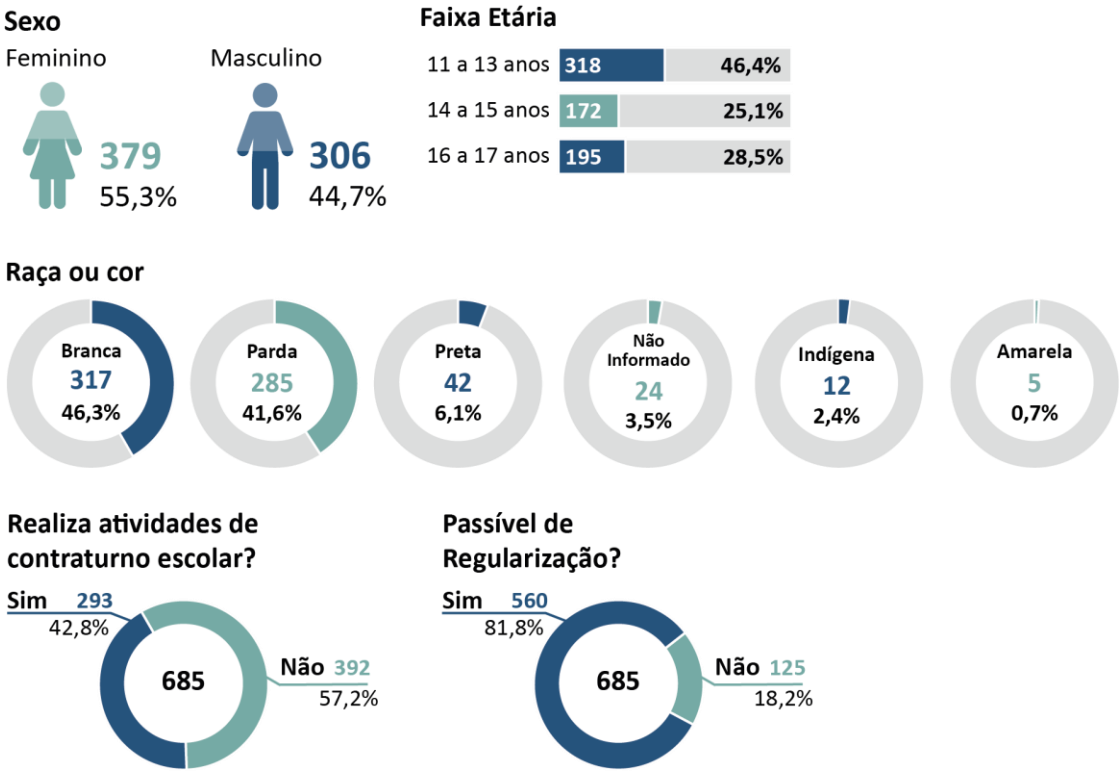
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 63: Perfil dos pesquisados que realizam afazeres domésticos em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.2. CUIDADO DE DEPENDENTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 10 e a Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que cuidam de dependentes em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 25,2% e (-) 46,6%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 5	57	4	7,0%
Região 14	141	12	8,5%
Região 12	121	12	9,9%
Região 13	108	11	10,2%
Região 9	246	29	11,8%
Região 6	75	9	12,0%
Região 7	214	26	12,1%
Região 15	156	19	12,2%
Região 3	162	20	12,3%
Região 1	63	8	12,7%
Região 2	38	5	13,2%
Região 4	127	17	13,4%
Região 8	435	65	14,9%
Região 11	715	108	15,1%
Região 10	67	11	16,4%
Município	**2.725**	**356**	**13,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que cuidam de dependentes em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

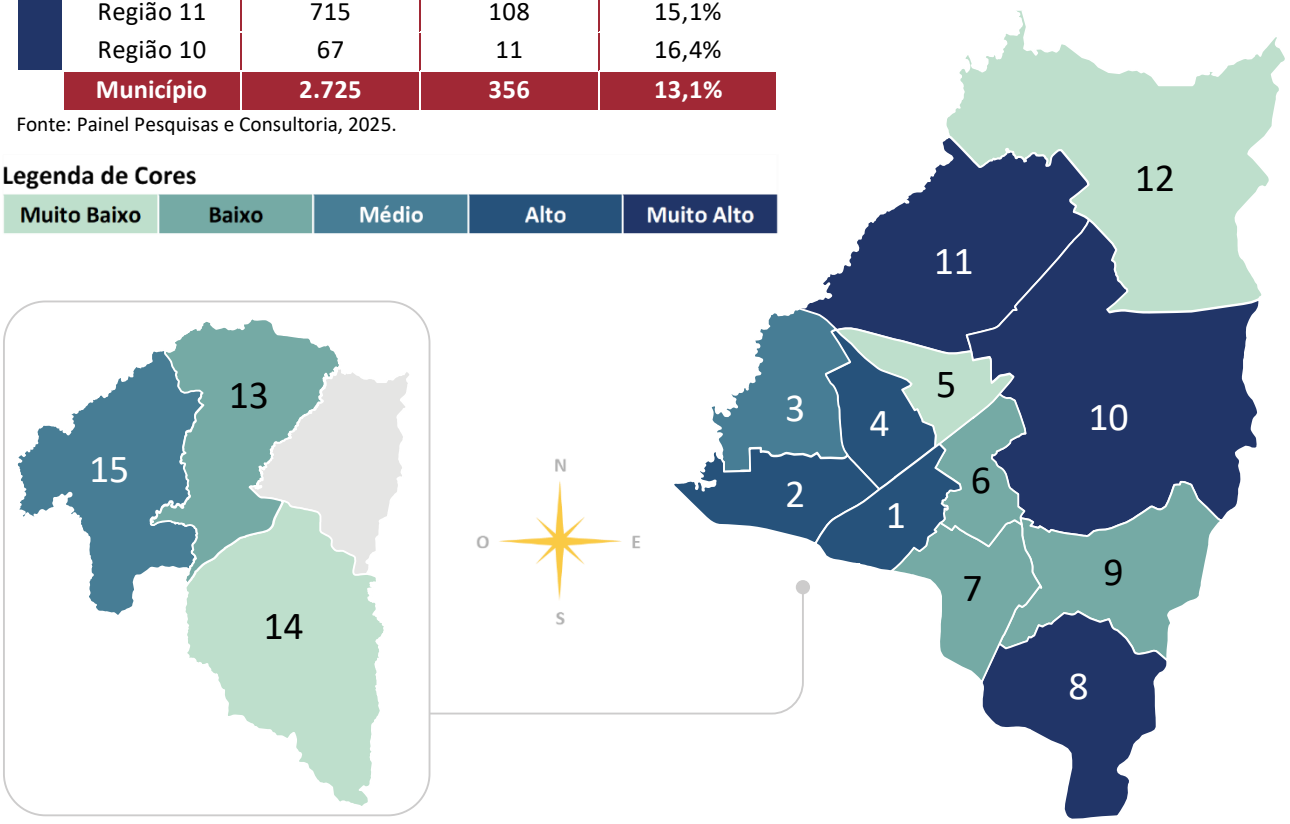
Menor Valor	Região 5	7,0%
Média	**Araucária**	**13,1%**
Maior Valor	Região 10	16,4%

2,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

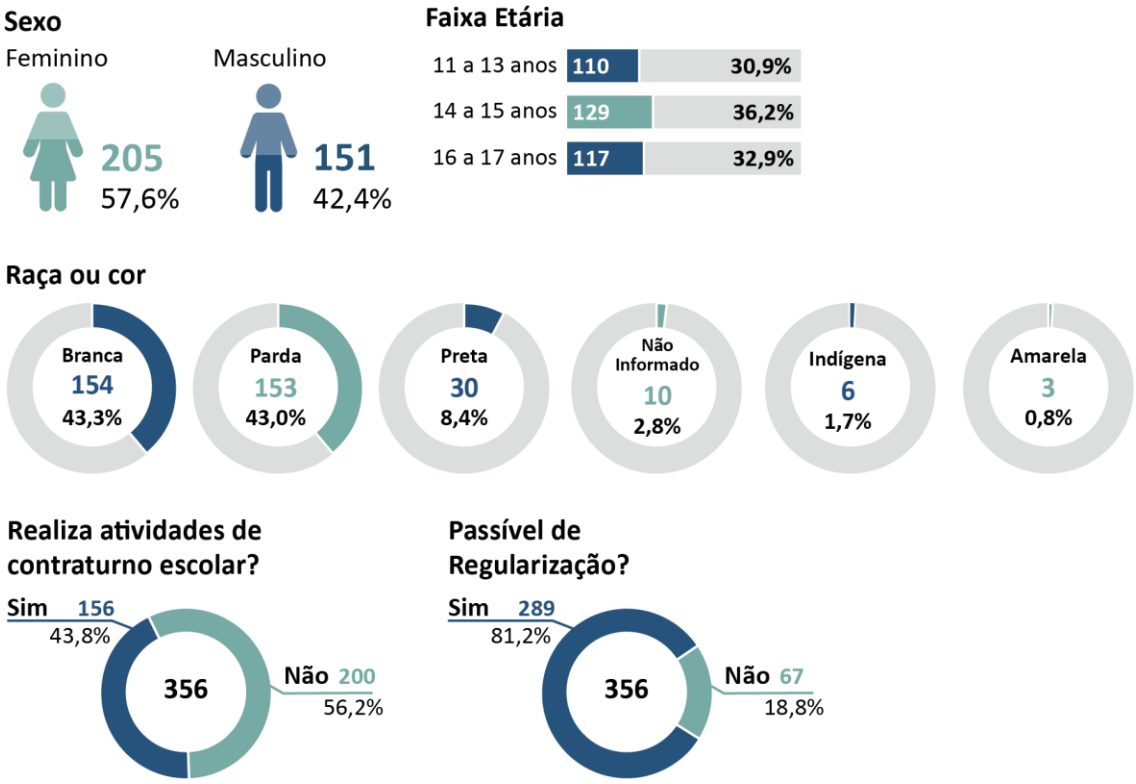
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 64: Perfil dos pesquisados que cuidam de dependentes em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.3. TRABALHOS MANUAIS OU ARTESANATO EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 13 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescente pesquisados que realizam trabalhos manuais ou artesanato em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 124,3% e (-) 43,2%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	38	-	-
Região 14	141	3	2,1%
Região 12	121	3	2,5%
Região 8	435	12	2,8%
Região 10	67	2	3,0%
Região 4	127	4	3,1%
Região 11	715	24	3,4%
Região 7	214	8	3,7%
Região 6	75	3	4,0%
Região 9	246	10	4,1%
Região 1	63	3	4,8%
Região 5	57	3	5,3%
Região 3	162	9	5,6%
Região 15	156	9	5,8%
Região 13	108	9	8,3%
Município	**2.725**	**102**	**3,7%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescente pesquisados que realizam trabalhos manuais ou artesanato em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

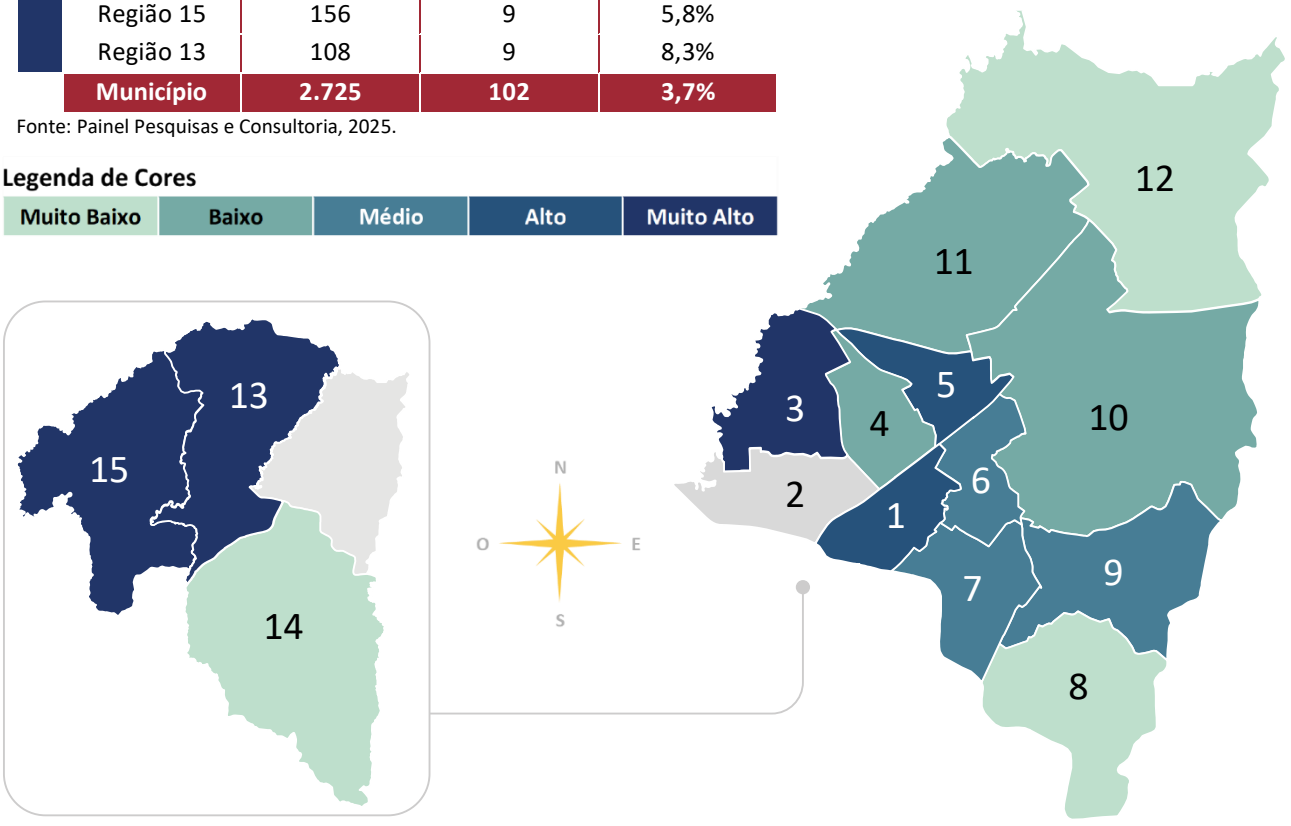
Menor Valor	Região 14	2,1%
Média	**Araucária**	**3,7%**
Maior Valor	Região 13	8,3%

4,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

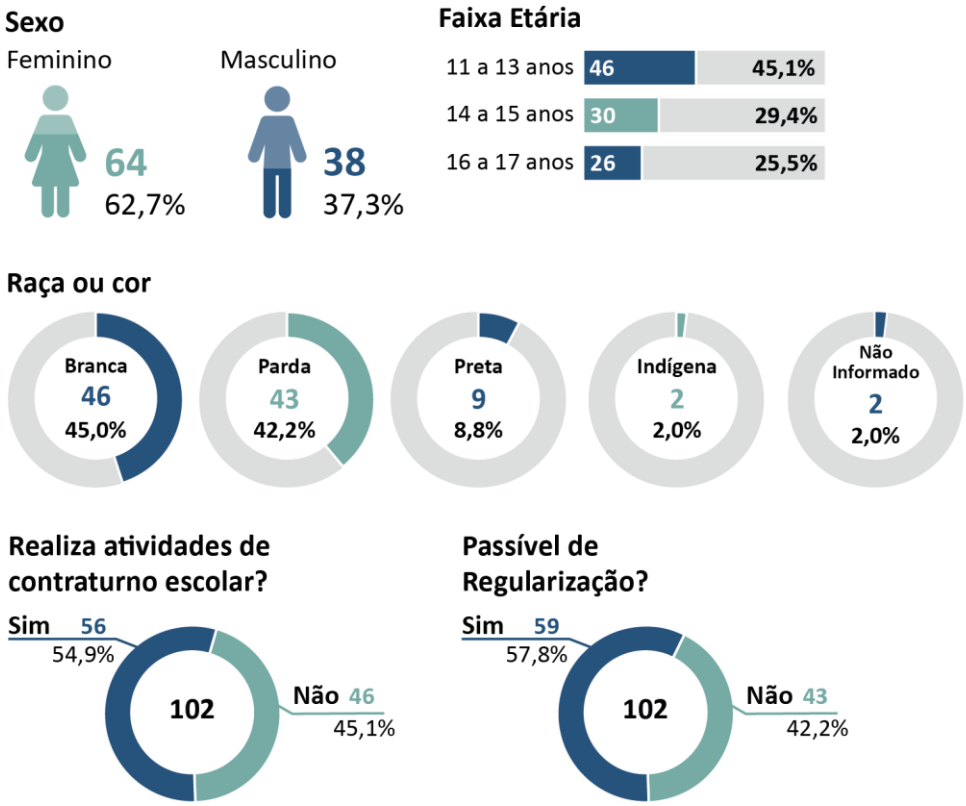
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 65: Perfil dos pesquisados que realizam trabalhos manuais ou artesanato em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.4. COLETA OU SEPARAÇÃO DE RECICLÁVEIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 14 e a Região 12 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam coleta ou separação de recicláveis em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 50,8% e (-) 45,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 12	121	4	3,3%
Região 10	67	3	4,5%
Região 13	108	5	4,6%
Região 1	63	3	4,8%
Região 15	156	8	5,1%
Região 5	57	3	5,3%
Região 2	38	2	5,3%
Região 6	75	4	5,3%
Região 11	715	39	5,5%
Região 7	214	12	5,6%
Região 8	435	28	6,4%
Região 9	246	17	6,9%
Região 3	162	14	8,6%
Região 4	127	11	8,7%
Região 14	141	13	9,2%
Município	**2.725**	**166**	**6,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam coleta ou separação de recicláveis em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

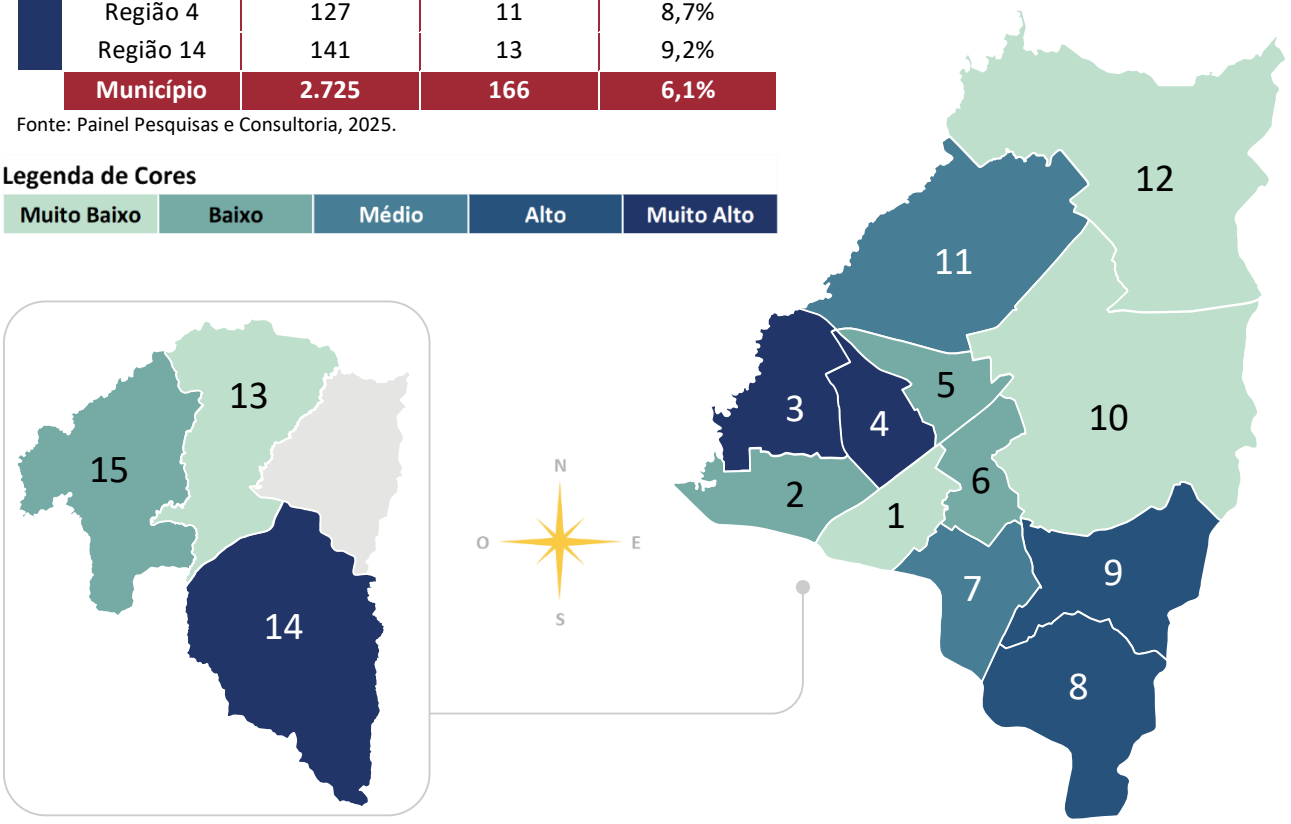
Menor Valor	Região 12	3,3%
Média	**Araucária**	**6,1%**
Maior Valor	Região 14	9,2%

2,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

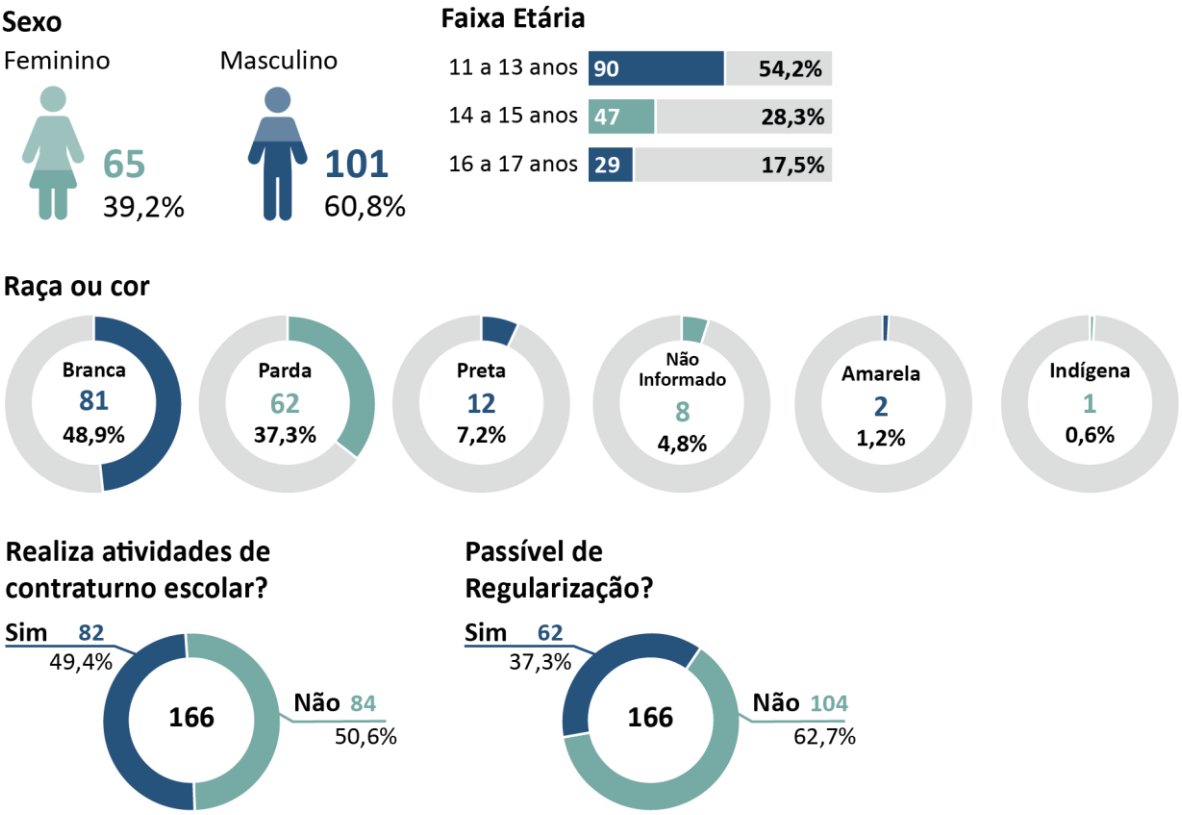
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 66: Perfil dos pesquisados que realizam coleta ou separação de recicláveis em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.5. LAVAÇÃO, OFICINA OU AJUDANTE EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 12 e a Região 6 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades em lavação, oficina ou como ajudantes em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 41,5% e (-) 68,3%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 5	57	-	-
Região 2	38	-	-
Região 6	75	1	1,3%
Região 8	435	9	2,1%
Região 10	67	2	3,0%
Região 4	127	4	3,1%
Região 3	162	6	3,7%
Região 15	156	7	4,5%
Região 13	108	5	4,6%
Região 1	63	3	4,8%
Região 11	715	35	4,9%
Região 7	214	11	5,1%
Região 9	246	13	5,3%
Região 14	141	8	5,7%
Região 12	121	7	5,8%
Município	**2.725**	**111**	**4,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades em lavação, oficina ou como ajudantes em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

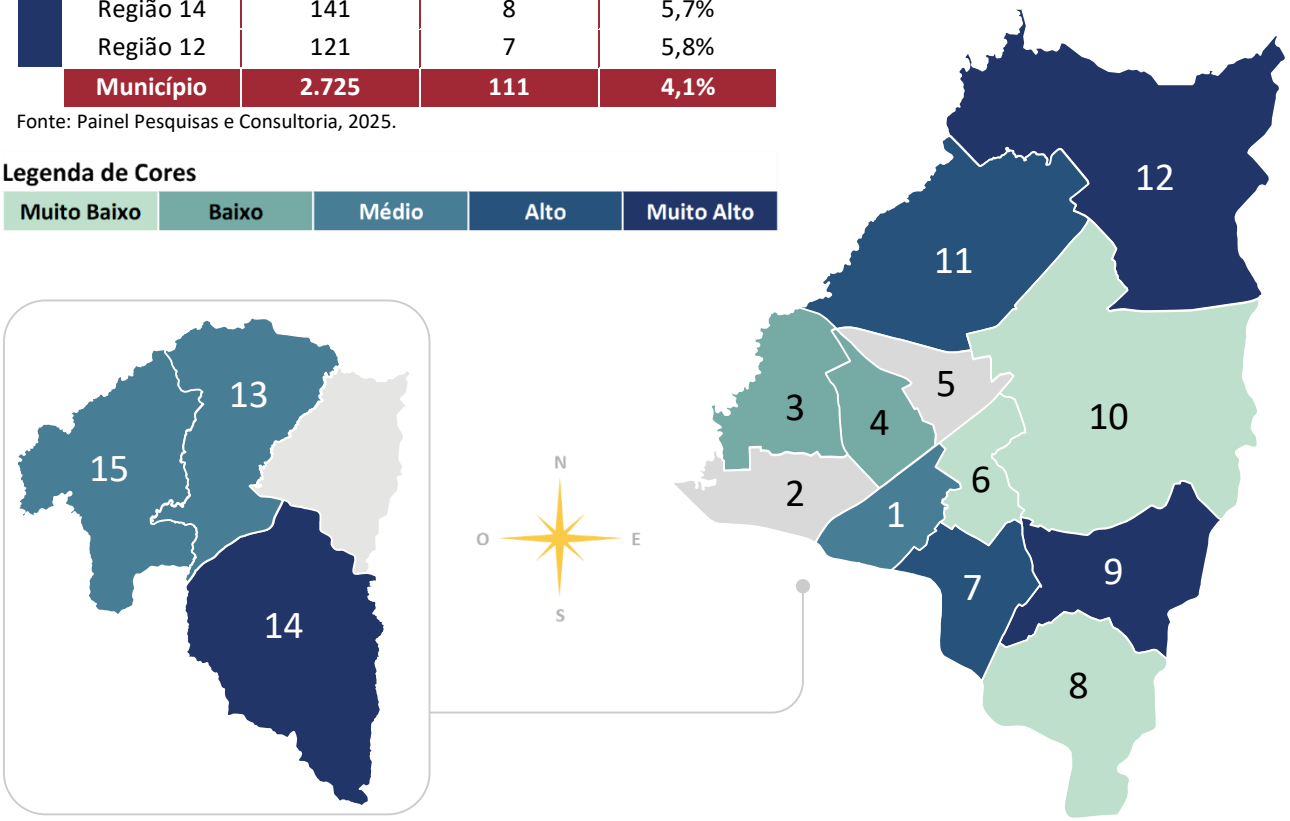
Menor Valor	Região 6	1,3%
Média	**Araucária**	**4,1%**
Maior Valor	Região 12	5,8%

4,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

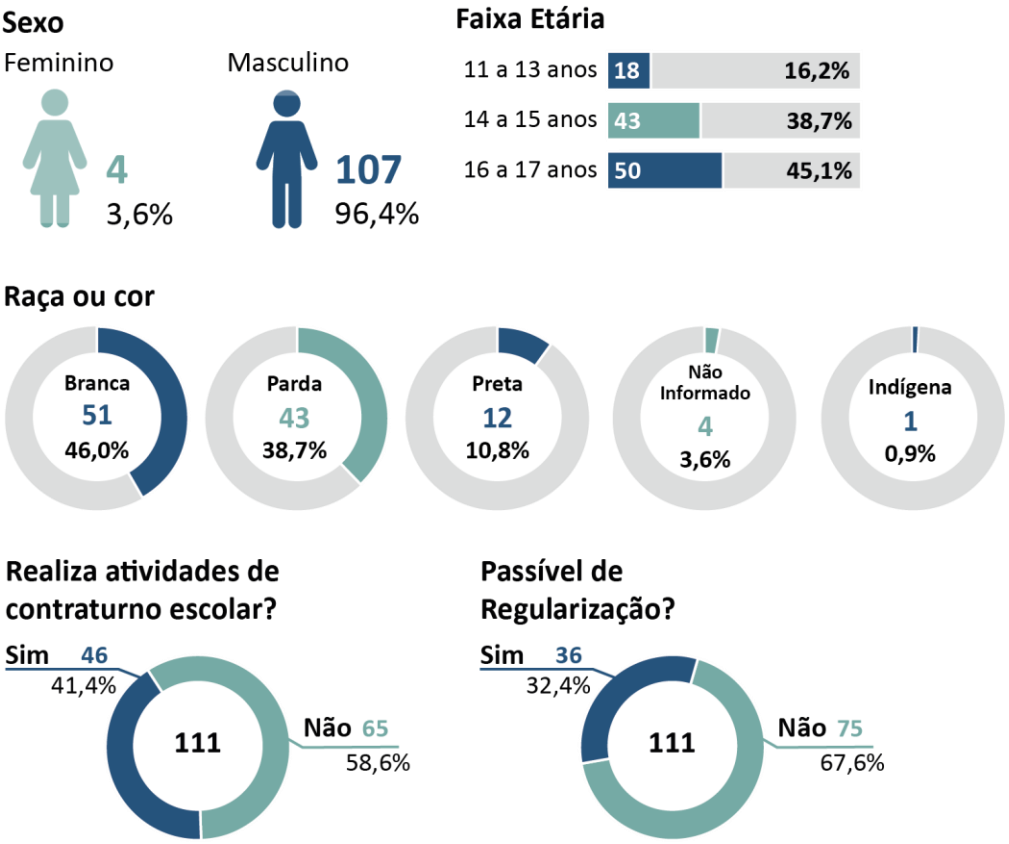
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 67: Perfil dos pesquisados que realizam atividades em lavação, oficina, entre outros, em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.6. ATIVIDADES DE ESCRITÓRIO EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 13 e a Região 3 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades de escritório em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 76,2% e (-) 71,4%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 10	67	-	-
Região 3	162	1	0,6%
Região 9	246	3	1,2%
Região 15	156	2	1,3%
Região 6	75	1	1,3%
Região 12	121	2	1,7%
Região 8	435	9	2,1%
Região 11	715	16	2,2%
Região 4	127	3	2,4%
Região 2	38	1	2,6%
Região 7	214	6	2,8%
Região 1	63	2	3,2%
Região 5	57	2	3,5%
Região 14	141	5	3,5%
Região 13	108	4	3,7%
Município	**2.725**	**57**	**2,1%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades de escritório em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

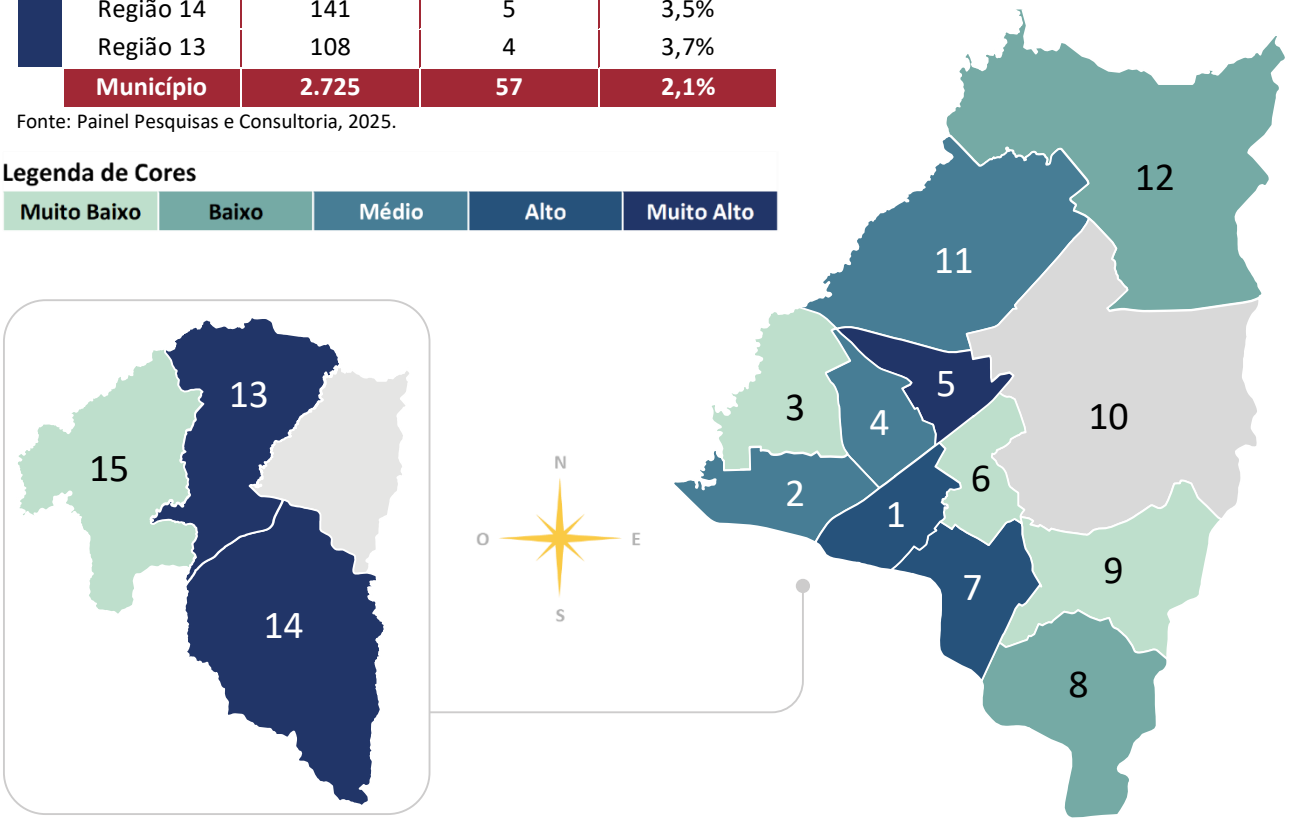
Menor Valor	Região 3	0,6%
Média	**Araucária**	**2,1%**
Maior Valor	Região 13	3,7%

6,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

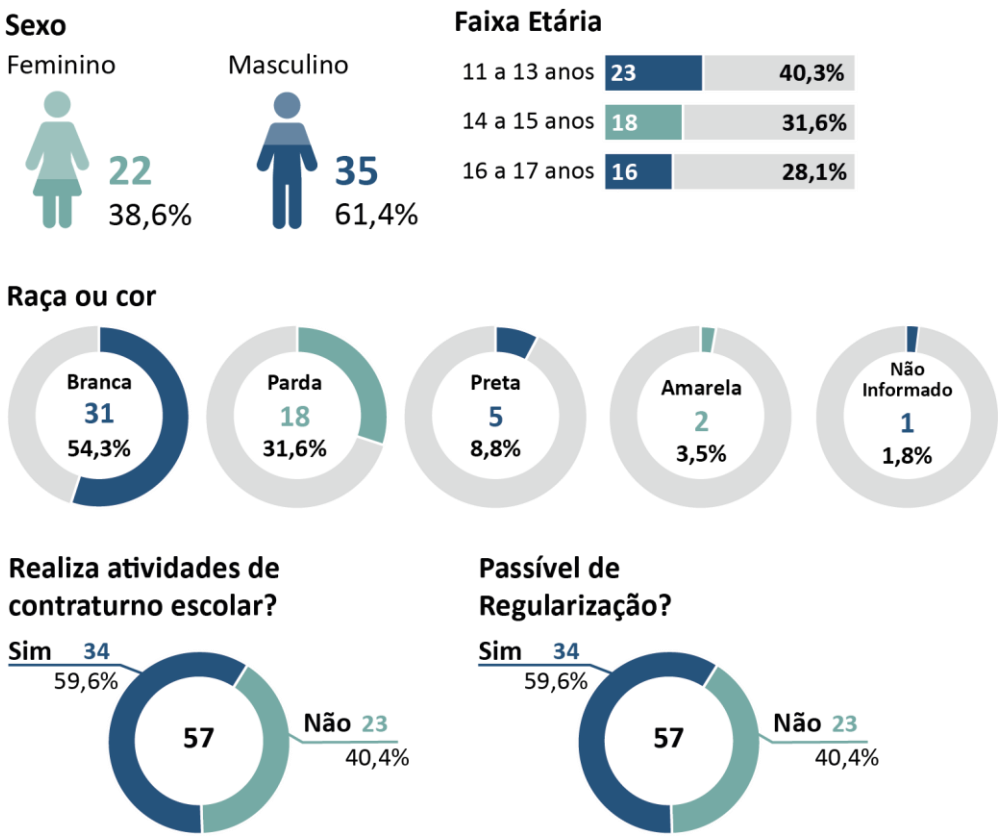
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 68: Perfil dos pesquisados que realizam atividades de escritório em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.7. VENDAS OU ATENDIMENTO EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 1 e a Região 4 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam vendas ou atendimento em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 187,9% e (-) 51,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 4	127	2	1,6%
Região 9	246	4	1,6%
Região 5	57	1	1,8%
Região 3	162	4	2,5%
Região 2	38	1	2,6%
Região 6	75	2	2,7%
Região 8	435	12	2,8%
Região 14	141	4	2,8%
Região 10	67	2	3,0%
Região 15	156	5	3,2%
Região 12	121	4	3,3%
Região 11	715	28	3,9%
Região 7	214	10	4,7%
Região 13	108	6	5,6%
Região 1	63	6	9,5%
Município	**2.725**	**91**	**3,3%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que realizam vendas ou atendimento em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

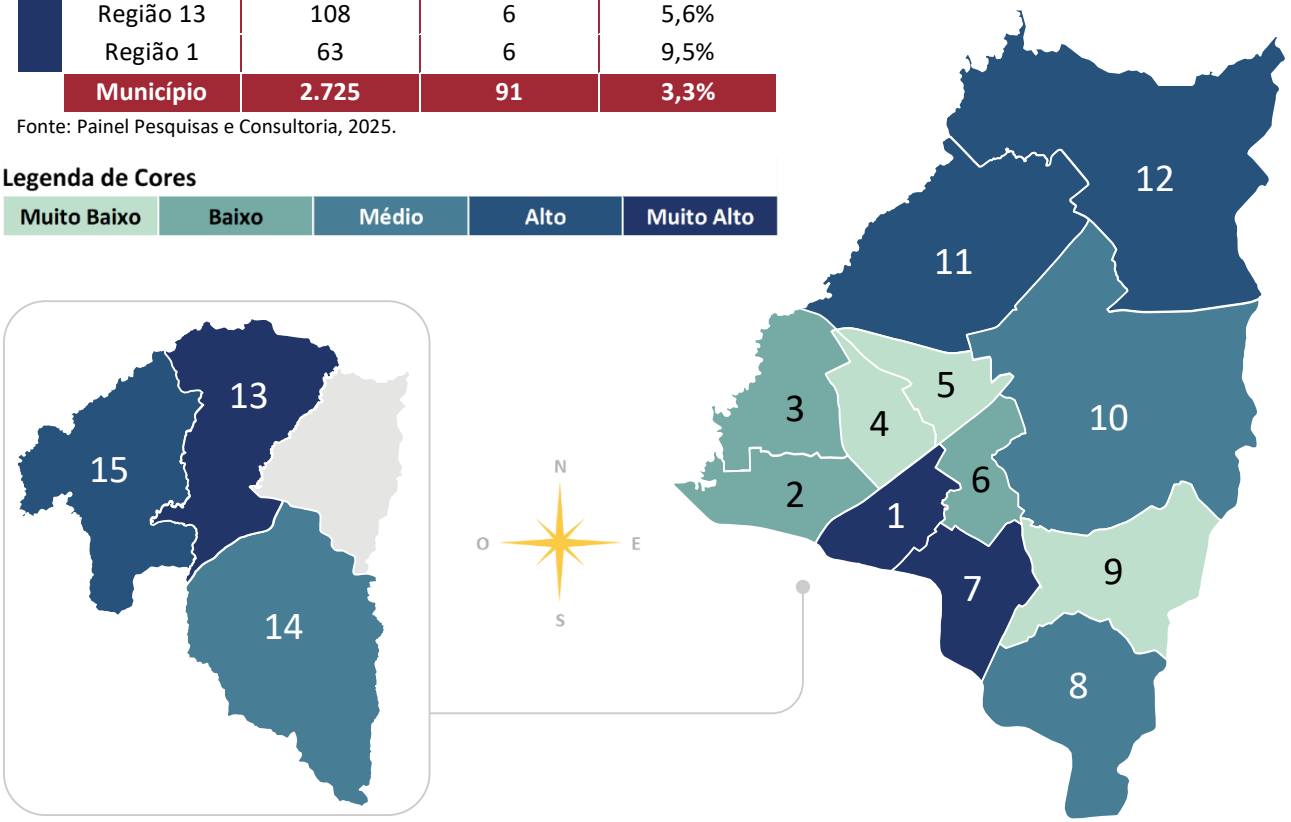
Menor Valor	Região 4	1,6%
Média	**Araucária**	**3,3%**
Maior Valor	Região 1	9,5%

5,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

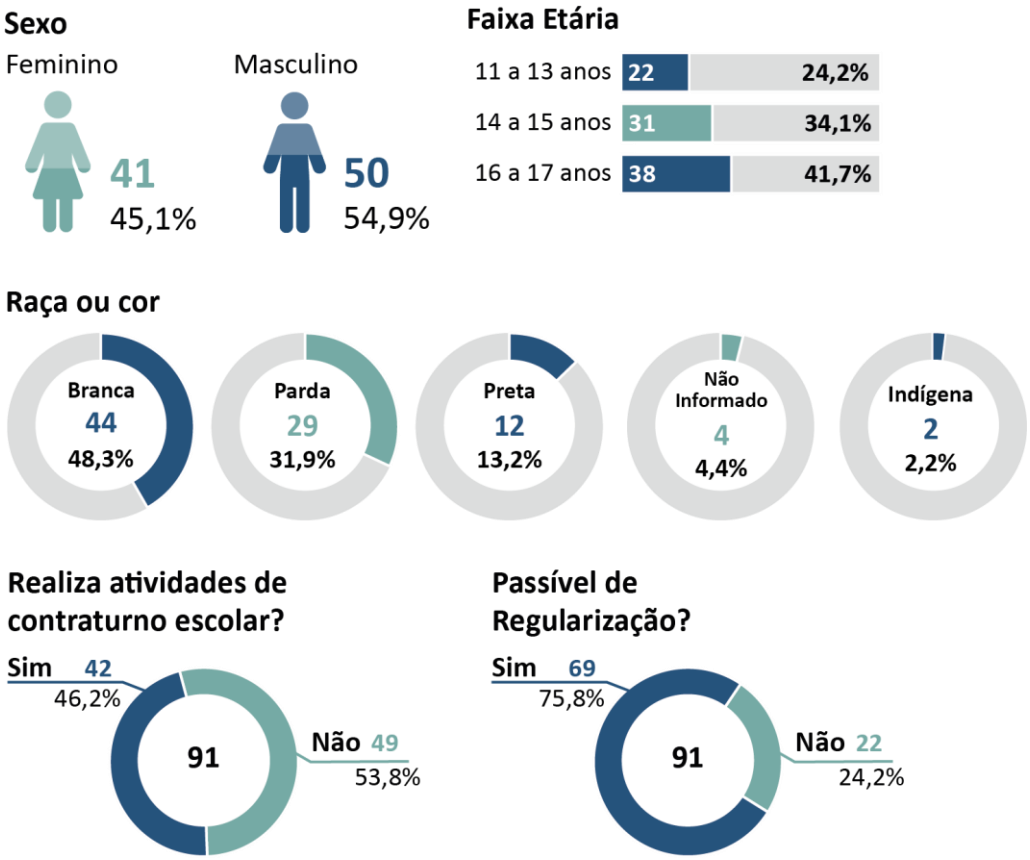
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



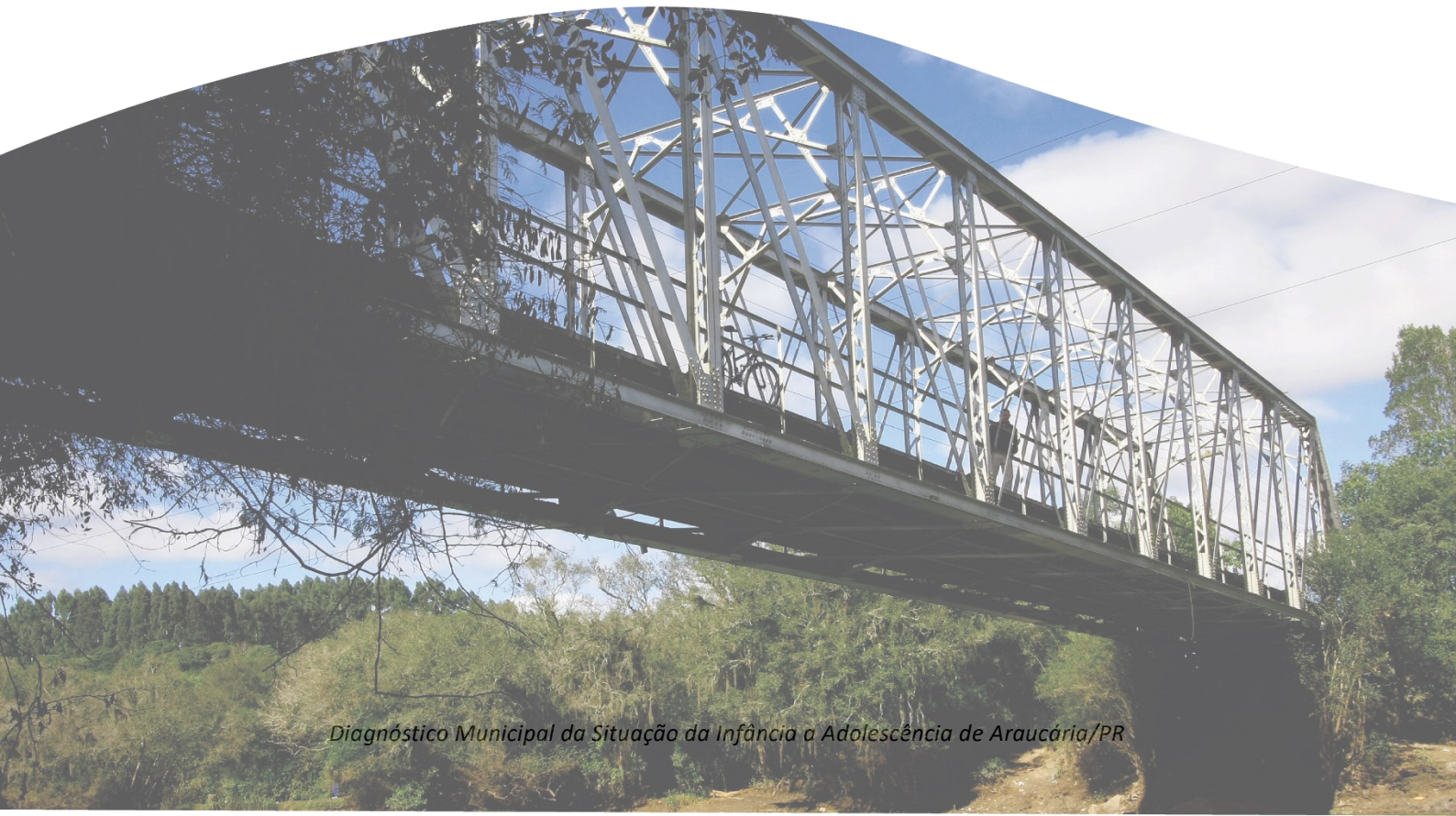
Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 69: Perfil dos pesquisados que realizam vendas ou atendimento em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.8. ATIVIDADES RURAIS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

A Região 14 e a Região 4 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades rurais em situação irregular, apresentando variações em torno da média geral de (+) 447,7% e (-) 81,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 5	57	-	-
Região 2	38	-	-
Região 1	63	-	-
Região 4	127	1	0,8%
Região 9	246	2	0,8%
Região 8	435	4	0,9%
Região 3	162	2	1,2%
Região 6	75	1	1,3%
Região 11	715	10	1,4%
Região 10	67	1	1,5%
Região 7	214	4	1,9%
Região 12	121	5	4,1%
Região 13	108	22	20,4%
Região 15	156	35	22,4%
Região 14	141	34	24,1%
Município	**2.725**	**121**	**4,4%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: crianças e adolescentes pesquisados que realizam atividades rurais em situação irregular dividido pelo total da amostra, vezes 100

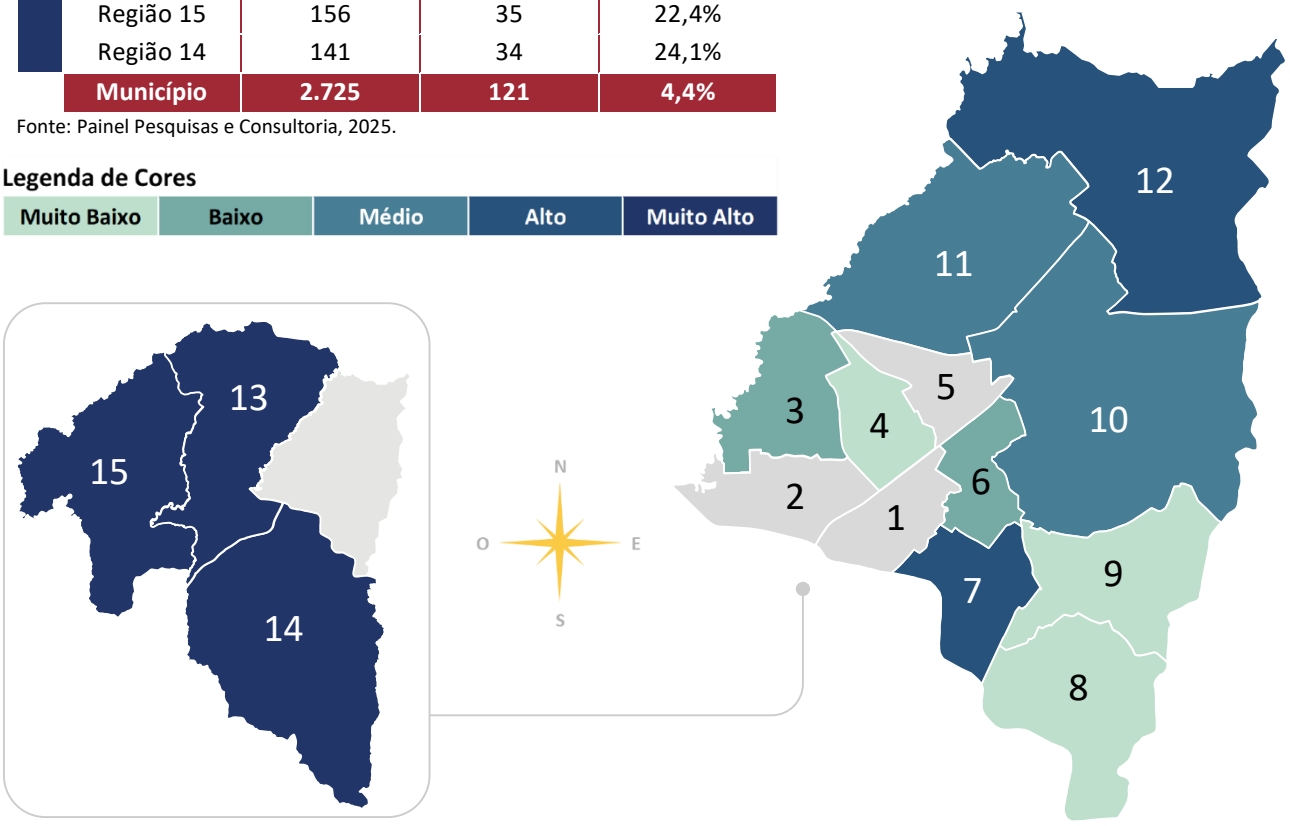
Menor Valor	Região 4	0,8%
Média	**Araucária**	**4,4%**
Maior Valor	Região 14	24,1%

30,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

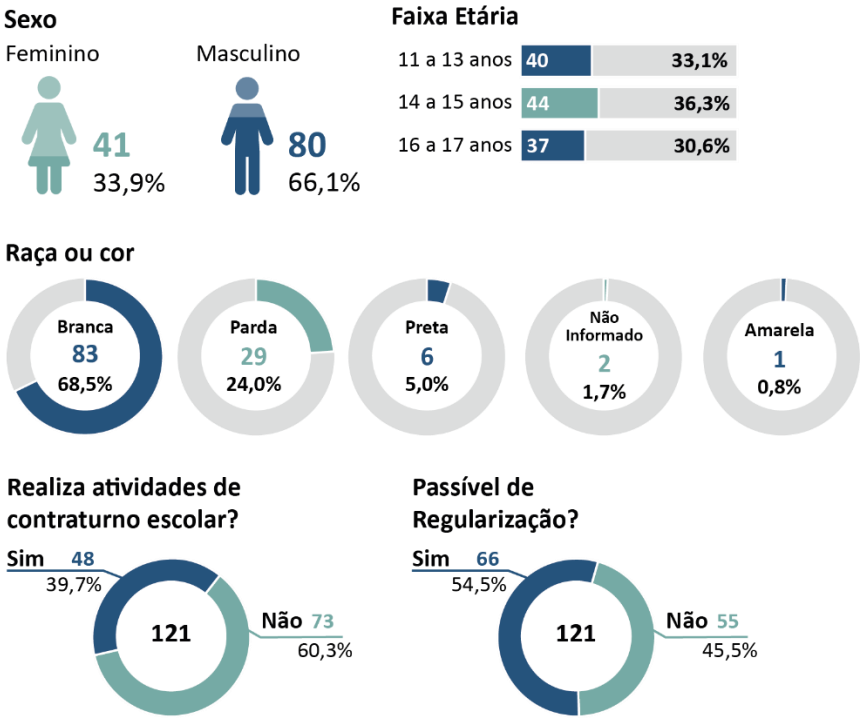
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 70: Perfil dos pesquisados que realizam atividades rurais em situação irregular



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.9. PESQUISADOS QUE JÁ PEDIRAM DINHEIRO NA RUA

A Região 6 e a Região 14 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados que já pediram dinheiro na rua, apresentando variações em torno da média geral de (+) 214,7% e (-) 79,4%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 14	141	1	0,7%
Região 13	108	2	1,9%
Região 15	156	3	1,9%
Região 2	38	1	2,6%
Região 11	715	22	3,1%
Região 8	435	14	3,2%
Região 7	214	7	3,3%
Região 12	121	4	3,3%
Região 4	127	5	3,9%
Região 9	246	10	4,1%
Região 3	162	7	4,3%
Região 10	67	3	4,5%
Região 1	63	3	4,8%
Região 5	57	3	5,3%
Região 6	75	8	10,7%
Município	**2.725**	**93**	**3,4%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados que já pediram dinheiro na rua dividido pelo total da amostra, vezes 100

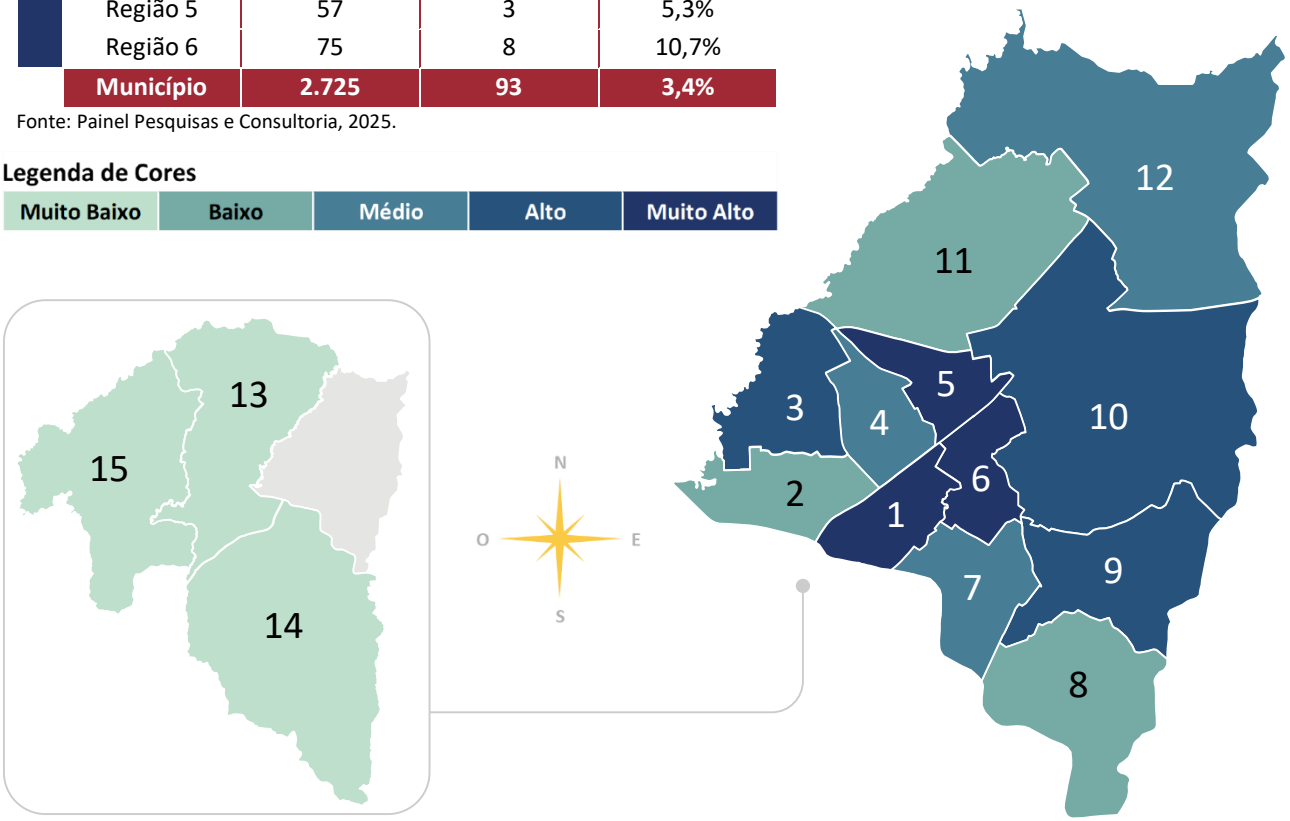
Menor Valor	Região 14	0,7%
Média	**Araucária**	**3,4%**
Maior Valor	Região 6	10,7%

15,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

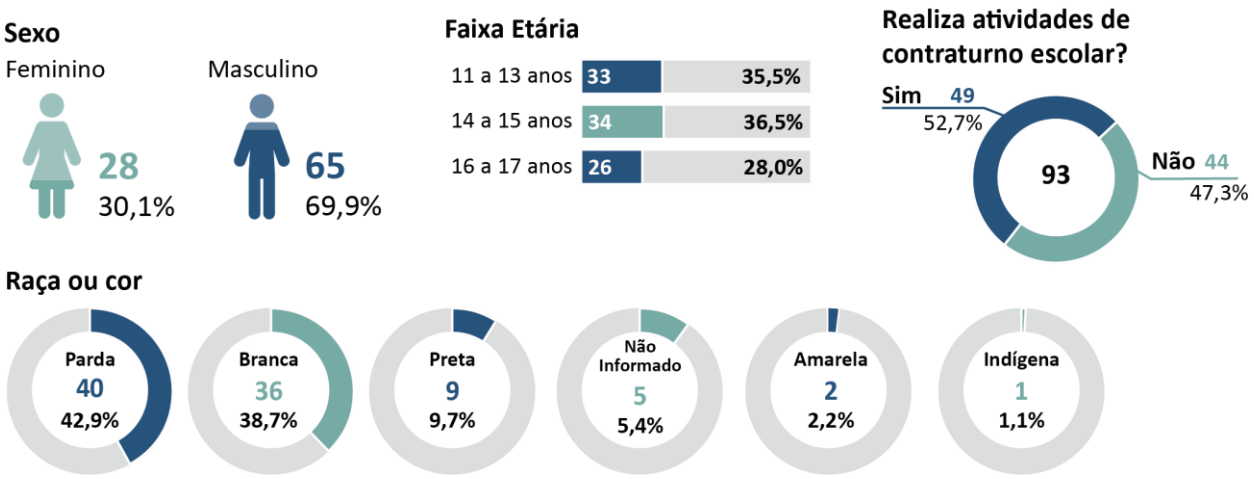
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 71: Perfil dos pesquisados que realizam atividade irregular de mendicância



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.10. PESQUISADOS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS

A Região 1 e a Região 13 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados envolvidos com o tráfico de drogas, apresentando variações em torno da média geral de (+) 68,4% e (-) 52,6%, respectivamente.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 2	38	-	-
Região 13	108	1	0,9%
Região 15	156	2	1,3%
Região 6	75	1	1,3%
Região 8	435	6	1,4%
Região 14	141	2	1,4%
Região 10	67	1	1,5%
Região 4	127	2	1,6%
Região 12	121	2	1,7%
Região 5	57	1	1,8%
Região 3	162	3	1,9%
Região 9	246	5	2,0%
Região 11	715	17	2,4%
Região 7	214	6	2,8%
Região 1	63	2	3,2%
Município	**2.725**	**51**	**1,9%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados envolvidos com o tráfico de drogas dividido pelo total da amostra, vezes 100

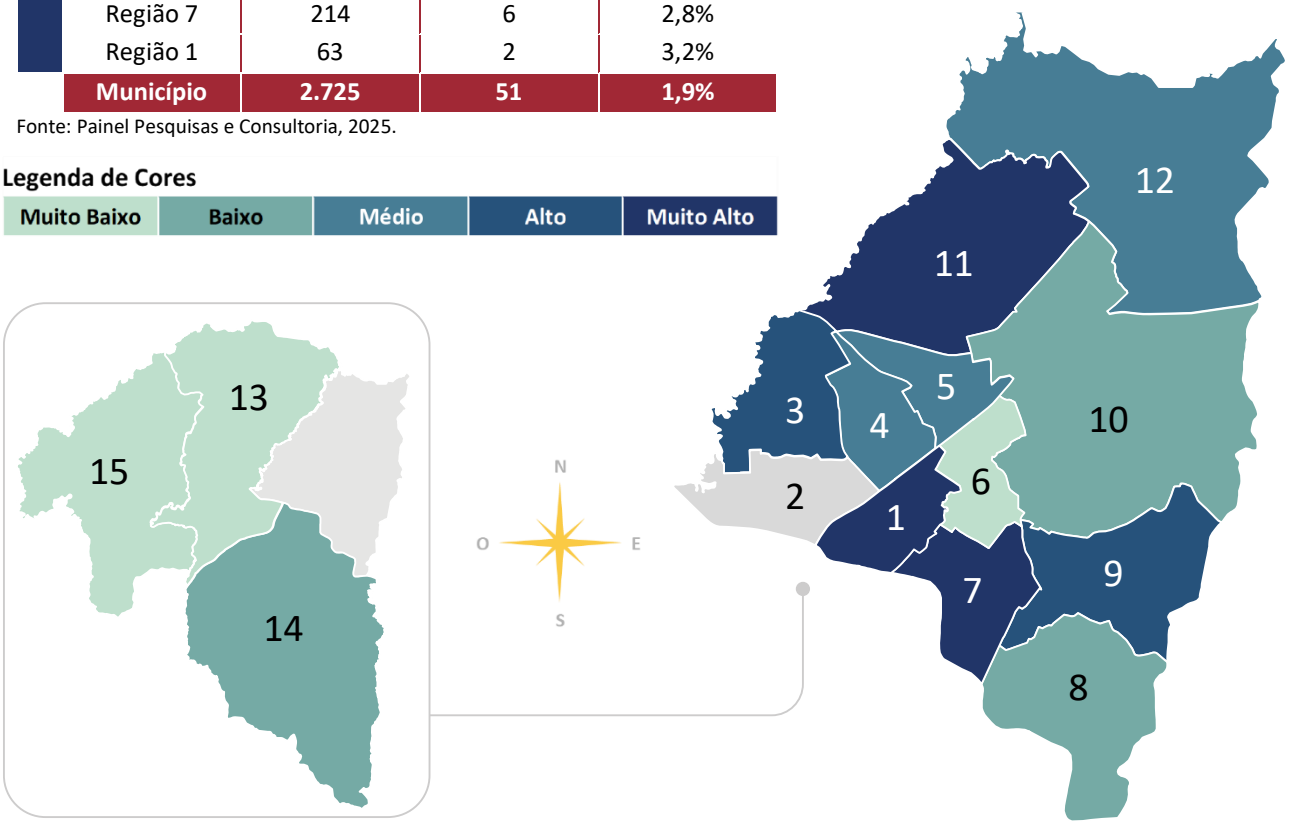
Menor Valor	Região 13	0,9%
Média	**Araucária**	**1,9%**
Maior Valor	Região 1	3,2%

3,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

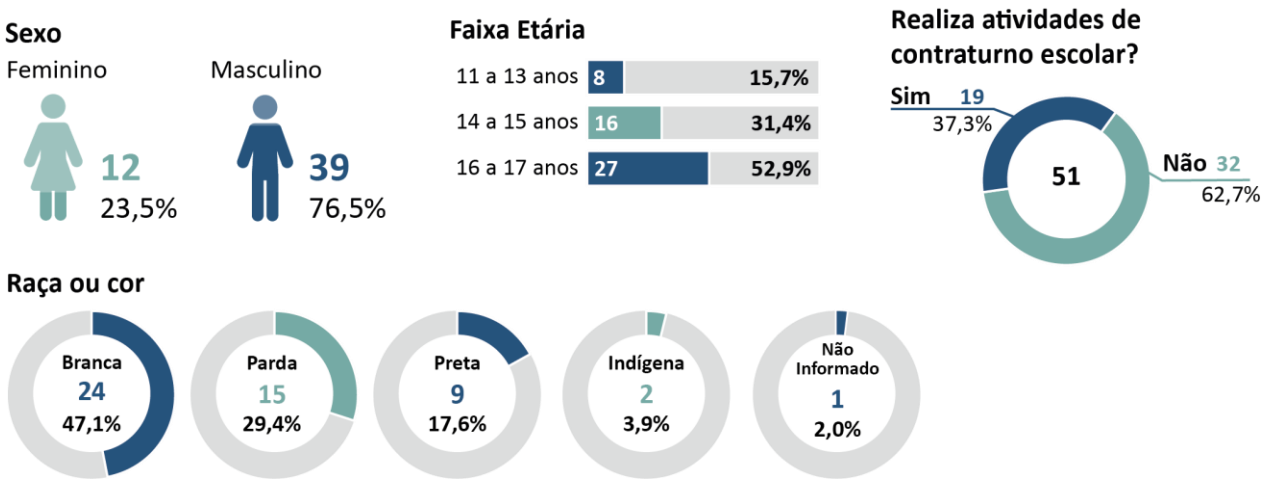
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 72: Perfil dos pesquisados envolvidos com o tráfico de drogas



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



7.4.11. PESQUISADOS ENVOLVIDOS EM EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

A Região 2 e a Região 9 se destacam com o maior e menor percentual de crianças e adolescentes pesquisados envolvidos em exploração sexual comercial, apresentando variações em torno da média geral de (+) 103,8% e (-) 84,6%.

Regiões geográficas	Total da amostra	Citações	Indicador (%)
Região 9	246	1	0,4%
Região 13	108	1	0,9%
Região 15	156	2	1,3%
Região 1	63	1	1,6%
Região 5	57	1	1,8%
Região 8	435	8	1,8%
Região 3	162	4	2,5%
Região 6	75	2	2,7%
Região 10	67	2	3,0%
Região 4	127	4	3,1%
Região 11	715	23	3,2%
Região 12	121	4	3,3%
Região 7	214	8	3,7%
Região 14	141	7	5,0%
Região 2	38	2	5,3%
Município	**2.725**	**70**	**2,6%**

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Definição: Crianças e adolescentes pesquisados envolvidos em exploração sexual comercial dividido pelo total da amostra, vezes 100

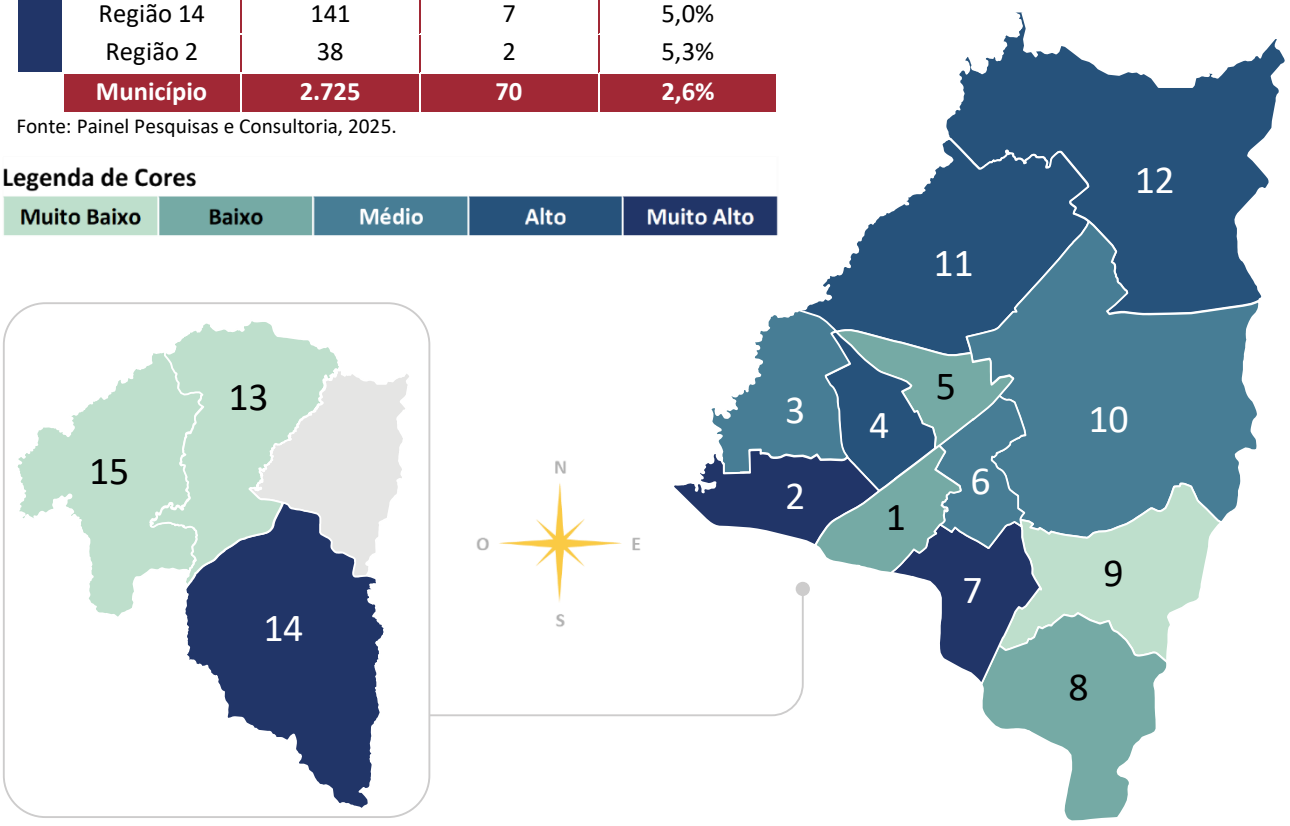
Menor Valor	Região 9	0,4%
Média	**Araucária**	**2,6%**
Maior Valor	Região 2	5,3%

13,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

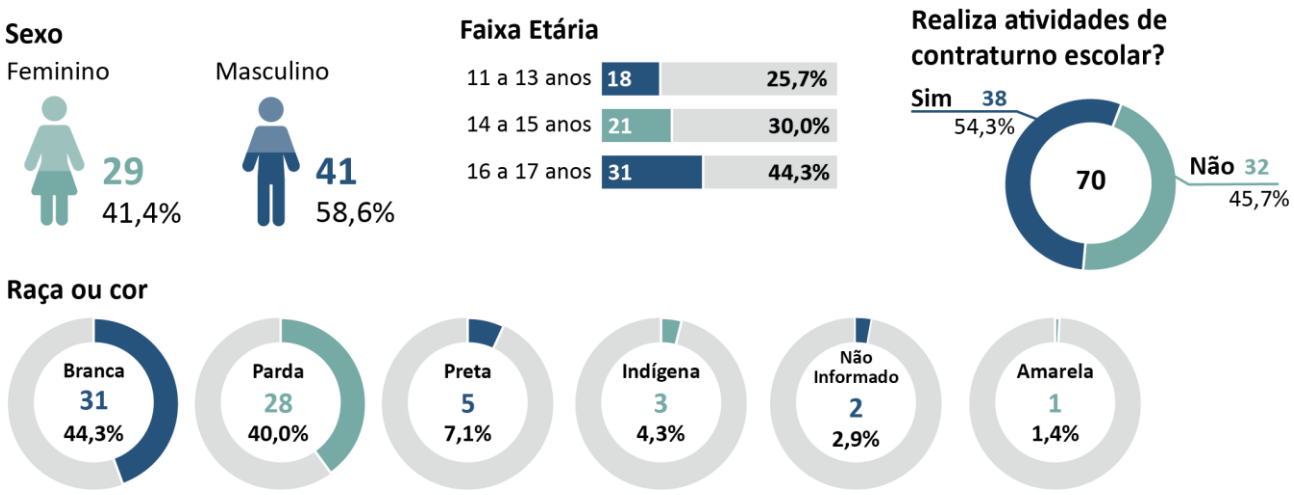
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**5**	Estação.	**9**	Costeira.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**14**	Lagoa Grande; Tietê; Campina dos Martins...
3	Boqueirão; Passaúna.	**7**	Iguaçu.	**11**	Capela Velha.		
4	Fazenda Velha; Vila Nova.	**8**	Campina da Barra.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

Figura 73: Perfil dos pesquisados envolvidos com exploração sexual comercial



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.



8. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA PESQUISA QUANTITATIVA

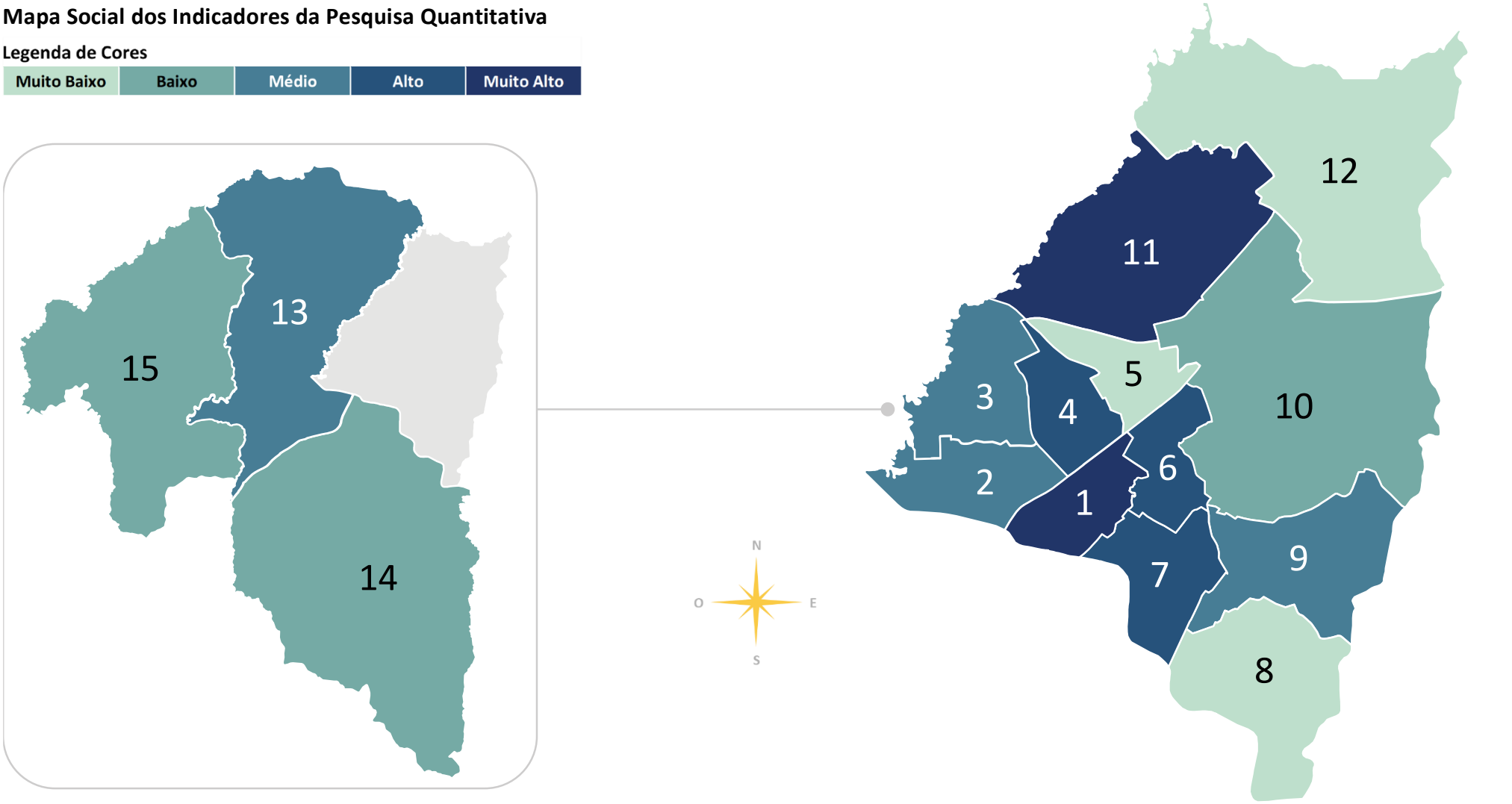
Classificação Quintil	Indicadores da Pesquisa Quantitativa – 28 Indicadores (parte 1)															
	Média Geral	58,2%	11,2%	19,2%	50,3%	22,9%	19,0%	7,6%	7,4%	36,6%	53,5%	17,8%	26,9%	58,1%	88,7%	39,0%	2,9%
		>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	<	<
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Não realizam atividades de contraturno escolar	Passam a maior parte do tempo na rua	Passam a maior parte do tempo sozinhos	Interessados em atividades esportivas	Interessados em cursos de idioma	Interessados em cursos profissionalizantes	Interessados em atividades culturais	Não conhecem o Programa Jovem Aprendiz	Não conseguiram vaga no Programa Jovem Aprendiz	Estão procurando emprego	Cometeram autolesão intencional	Sofreram preconceito, *bullying* ou *cyberbullying*	Fizeram uso de algum tipo de substância psicoativa	Realizam atividades relacionadas ao trabalho	Realizam atividades socializadoras	Realizam atividades regulares
	5	52,6%	7,0%	22,8%	47,4%	29,8%	15,8%	12,3%	2,4%	45,2%	52,4%	17,5%	24,6%	54,4%	93,0%	47,4%	3,5%
	8	61,1%	13,1%	18,2%	56,6%	21,4%	14,3%	6,7%	3,9%	35,5%	54,4%	22,3%	26,7%	55,9%	88,7%	38,4%	3,9%
	12	52,1%	8,3%	24,0%	47,1%	22,3%	30,6%	8,3%	10,0%	41,8%	57,3%	12,4%	25,6%	63,6%	90,9%	47,9%	2,5%
	15	57,7%	6,4%	9,6%	51,3%	16,0%	19,9%	9,6%	11,6%	25,6%	47,7%	9,6%	19,2%	52,6%	92,3%	35,3%	2,6%
	14	63,1%	7,1%	11,3%	39,7%	17,7%	21,3%	7,1%	11,3%	16,5%	39,2%	11,3%	16,3%	51,8%	89,4%	34,8%	1,4%
	10	64,2%	11,9%	22,4%	49,3%	20,9%	11,9%	4,5%	5,7%	37,1%	51,4%	10,4%	40,3%	53,7%	91,0%	37,3%	4,5%
	3	51,2%	6,8%	18,5%	42,6%	24,7%	20,4%	11,1%	11,4%	35,8%	56,1%	21,0%	34,0%	65,4%	89,5%	40,1%	4,3%
	9	57,3%	12,2%	19,9%	51,2%	19,1%	17,9%	4,5%	7,8%	35,5%	56,6%	16,3%	26,4%	52,0%	89,0%	40,2%	2,8%
	13	61,1%	8,3%	16,7%	43,5%	19,4%	25,0%	6,5%	11,8%	16,2%	44,1%	12,0%	20,4%	55,6%	89,8%	31,5%	2,8%
	2	60,5%	5,3%	26,3%	55,3%	34,2%	13,2%	5,3%	11,1%	50,0%	55,6%	13,2%	31,6%	55,3%	81,6%	42,1%	0,0%
	4	51,2%	16,5%	20,5%	55,1%	21,3%	14,2%	6,3%	9,7%	38,7%	50,0%	18,1%	25,2%	55,9%	85,0%	37,0%	2,4%
	7	56,1%	13,1%	20,6%	51,9%	26,6%	18,7%	11,2%	6,0%	40,6%	53,4%	19,6%	25,2%	58,9%	87,4%	36,0%	4,7%
	6	52,0%	17,3%	24,0%	57,3%	29,3%	25,3%	4,0%	4,3%	34,0%	55,3%	29,3%	28,0%	72,0%	85,3%	38,7%	2,7%
	11	60,1%	11,6%	20,6%	49,4%	24,9%	20,0%	7,0%	6,3%	44,6%	56,6%	18,5%	30,3%	61,0%	88,7%	41,5%	2,1%
	1	58,7%	12,7%	23,8%	49,2%	30,2%	20,6%	14,3%	4,5%	20,5%	47,7%	20,6%	23,8%	60,3%	81,0%	28,6%	1,6%

Classificação Quintil	Indicadores da Pesquisa Quantitativa – 28 Indicadores (parte 2)												CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
	Média Geral	46,8%	25,1%	13,1%	3,7%	6,1%	4,1%	2,1%	3,3%	4,4%	3,4%	1,9%	2,6%	
		>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Realizam atividades irregulares	Realizam afazeres domésticos em situação irregular	Cuidam de dependentes em situação irregular	Realizam trabalhos manuais ou artesanato em situação irregular	Realizam coleta ou separação de recicláveis em situação irregular	Realizam atividades em lavação, oficina ou ajudante em situação irregular	Realizam atividades de escritório em situação irregular	Realizam vendas ou atendimento em situação irregular	Realizam atividades rurais em situação irregular	Já pediram dinheiro na rua	Envolvidos com o tráfico de drogas	Envolvidos em exploração sexual comercial	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	5	42,1%	19,3%	7,0%	5,3%	5,3%	0,0%	3,5%	1,8%	0,0%	5,3%	1,8%	1,8%	**8**	**28,6%**
	8	46,4%	26,9%	14,9%	2,8%	6,4%	2,1%	2,1%	2,8%	0,9%	3,2%	1,4%	1,8%	**9**	**32,1%**
	12	40,5%	21,5%	9,9%	2,5%	3,3%	5,8%	1,7%	3,3%	4,1%	3,3%	1,7%	3,3%	**11**	**39,3%**
	15	54,5%	30,1%	12,2%	5,8%	5,1%	4,5%	1,3%	3,2%	22,4%	1,9%	1,3%	1,3%	**12**	**42,9%**
	14	53,2%	22,0%	8,5%	2,1%	9,2%	5,7%	3,5%	2,8%	24,1%	0,7%	1,4%	5,0%	**12**	**42,9%**
	10	49,3%	29,9%	16,4%	3,0%	4,5%	3,0%	0,0%	3,0%	1,5%	4,5%	1,5%	3,0%	**12**	**42,9%**
	3	45,1%	25,3%	12,3%	5,6%	8,6%	3,7%	0,6%	2,5%	1,2%	4,3%	1,9%	2,5%	**13**	**46,4%**
	9	45,9%	27,6%	11,8%	4,1%	6,9%	5,3%	1,2%	1,6%	0,8%	4,1%	2,0%	0,4%	**13**	**46,4%**
	13	55,6%	26,9%	10,2%	8,3%	4,6%	4,6%	3,7%	5,6%	20,4%	1,9%	0,9%	0,9%	**13**	**46,4%**
	2	39,5%	28,9%	13,2%	0,0%	5,3%	0,0%	2,6%	2,6%	0,0%	2,6%	0,0%	5,3%	**13**	**46,4%**
	4	45,7%	28,3%	13,4%	3,1%	8,7%	3,1%	2,4%	1,6%	0,8%	3,9%	1,6%	3,1%	**14**	**50,0%**
	7	46,7%	21,5%	12,1%	3,7%	5,6%	5,1%	2,8%	4,7%	1,9%	3,3%	2,8%	3,7%	**14**	**50,0%**
	6	44,0%	21,3%	12,0%	4,0%	5,3%	1,3%	1,3%	2,7%	1,3%	10,7%	1,3%	2,7%	**14**	**50,0%**
	11	45,0%	23,4%	15,1%	3,4%	5,5%	4,9%	2,2%	3,9%	1,4%	3,1%	2,4%	3,2%	**17**	**60,7%**
	1	50,8%	30,2%	12,7%	4,8%	4,8%	4,8%	3,2%	9,5%	0,0%	4,8%	3,2%	1,6%	**18**	**64,3%**

Mapa Social dos Indicadores da Pesquisa Quantitativa

Legenda de Cores

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro.	**4**	Fazenda Velha; Vila Nova.	**7**	Iguaçu.	**10**	Chapada; Tindiquera.	**13**	Bela Vista; Botiatuva...
2	Porto das Laranjeiras.	**5**	Estação.	**8**	Campina da Barra.	**11**	Capela Velha.	**14**	Lagoa Grande; Tietê...
3	Boqueirão; Passaúna.	**6**	Cachoeira; Sabiá.	**9**	Costeira.	**12**	Barigui; Thomaz Coelho...	**15**	Distrito de Guajuvira.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [acesso em 29 de janeiro de 2025].

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm [acesso em 17 de fevereiro de 2025].

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: INEP, 2024.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Lei da Aprendizagem**. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm [acesso em 29 de janeiro de 2025].

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais**. Maio, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

TRIOLA, Mario Ferreira. **Introdução a Estatística**. Rio de janeiro: LTC, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

TAVARES, José de Farias. **Direito da Infância e da Juventude**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm [acesso em 17 de fevereiro de 2025].

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?** Brasília: 2016. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar/ [acesso em 17 de fevereiro de 2025].

ARAUCÁRIA. Lei nº 3.709, de 28 de junho de 2021. **Regulamenta a concessão de Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social**. Araucária, PR: Secretaria Municipal de Administração, 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm [acesso em 4 de agosto de 2025].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador**. 3. Ed. Brasília, DF: MTE, 2011-2015. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conaeti/cartilhaspdf/6o-anexo-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil-2011-2015.pdf [acesso em 4 de agosto de 2025].

painel
Pesquisas e Consultoria

a informação **TRANSFORMA** o mundo

www.painelpesquisas.com.br

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 **Cel:** (55) 47 9 9993 1043

SÃO PAULO

Rua Buenos Aires, 611
Sala 53 | Guarujá/SP

SANTA CATARINA

Rua Alexandre Döhler, 129
Sala 1004 | Joinville/SC
(47) 3025-5467

painel
Pesquisas e Consultoria

a informação **TRANSFORMA** o mundo

Idealização:

Apoio

REDE DE PROTEÇÃO
ARAUCÁRIA/PR

Araucária
PREFEITURA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Araucária - Paraná